

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

FRANCISCA DE PAULA DE OLIVEIRA

**O RECONHECIMENTO POLÍTICO DO MOVIMENTO LGBT NO BRASIL: uma
análise do processo e das representações de ativistas acerca dos seus
efeitos**

Campina Grande

2013

FRANCISCA DE PAULA DE OLIVEIRA

**O RECONHECIMENTO POLÍTICO DO MOVIMENTO LGBT NO BRASIL: uma
análise do processo e das representações de ativistas acerca dos seus
efeitos**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para obtenção do título de Doutora em Ciências Sociais.

Orientador: Lemuel Dourado Guerra

Campina Grande

2013

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

O48r Oliveira, Francisca de Paula de.
O reconhecimento político do movimento LGBT no Brasil: uma análise do processo e das representações de ativistas acerca dos seus efeitos / Francisca de Paula de Oliveira. -- 2013.
232 f. : il. color.

Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades.

"Orientação: Prof. Dr. Lemuel Dourado Guerra".
Referências.

1. Movimento LGBT. 2. Reconhecimento Político. 3. Governo da população. I. Guerra, Lemuel Dourado. II. Título.

CDU 342.724(043)

FRANCISCA DE PAULA DE OLIVEIRA

**O RECONHECIMENTO POLÍTICO DO MOVIMENTO LGBT NO BRASIL: uma
análise do processo e das representações de ativistas acerca dos seus
efeitos**

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Dr. Lemuel Dourado Guerra Sobrinho – Orientador – PPGCS/UFCG

Dr^a Elizabeth Christina de Andrade Lima – Examinadora Interna –
PPGCS/UFCG

Dr. José Maria de Jesus Izquierdo Villota – Examinador Interno –
PPGCS/UFCG

Dra. Andrea Paula dos Santos – Examinadora Externa – PPGS/UFABC

Dr. Adriano de Leon – Examinador Externo – PPGS/UFPB

A todos/todas que lutam por um mundo
sem preconceito e discriminação!

AGRADECIMENTOS

Durante a minha jornada acadêmica na Universidade Federal de Campina Grande, desde que ingressei como aluna no Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, até a apresentação desta tese, tive o prazer de compartilhar o conhecimento com professores/as, colegas e amigas/os.

Agradeço ao Prof^o. Dr. Lemuel Dourado Guerra, pelo carinho, sensibilidade, confiança. Nunca vou esquecer o seu “tudo vai dar certo!”. Obrigada meu elegante orientador.

A Prof^a. Dr^a Ramonildes Alves Gomes por me conduzir no caminho das políticas públicas.

Agradeço também ao Prof^o Alípio Souza Filho por me influenciar no caminho da pesquisa científica. Se hoje sou professora devo muito a este gentil preceptor.

À Prof^a Dr^a Ilza Araújo Leão de Andrade, por toda sua generosidade e incentivo acadêmico.

À Sheila Accioly, pela revisão carinhosa do texto, obrigada minha amiga.

Às amigas Andrea Linhares, Almira Lins e Sophia Menezes, pela acolhida carinhosa nos momentos de dúvidas.

Aos demais professores da banca, que generosamente dedicaram precioso tempo à leitura da tese.

A Todos os docentes do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais da UFCG, em especial a Prof^a Mércia Rejane Rangel Batista a quem tanto admiro.

À minha amiga e irmã de alma, Prof^a Eliane Superti por tudo que você representa em minha vida.

Aos meus filhotes, Tales Vinícius de Oliveira Câmara, Pedro Lucas de Oliveira Câmara, Emanuela de Oliveira e Pablo de Oliveira Câmara, pela paciência, por entender minhas ausências. Pedrinho, obrigada pela tabulação dos dados da pesquisa.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que concedeu 18 meses de bolsa que possibilitou aquisição de livros, e viagens durante a coleta dos dados empíricos.

À Fundação Marco Zero (Macapá/AP), por financiar minha participação na II Conferência Nacional LGBT, momento fundamental de coleta dos dados empíricos da pesquisa.

Essa pesquisa não teria sido possível sem o apoio de ativistas militantes do movimento LGBT brasileiro. Portanto, agradeço as lideranças que se dispuseram a responder os questionários, entrevistas etc. À diretoria da ABGLT, em especial a Toni Reis, que desde os primeiros passos da pesquisa se dispôs a ajudar, apresentando-me às demais lideranças do referido movimento. Agradeço também o Grupo Homossexual Thildes do Amapá (GHATA), pois sempre que solicitei me municiou com dados e informações; e por seu posicionamento em defesa do direito das minorias.

A todas/todos que fizeram parte dessa história.

RESUMO

Nosso objetivo nesta tese é analisar os processos através dos quais se estabelece uma relação entre o Estado e o movimento LGBT brasileiro durante os mandatos do Presidente Lula (de 2004 a 2012), no sentido de produzir um conjunto de ações, programas e políticas públicas direcionadas às demandas de reconhecimento em termos de direitos e cidadania LGBT. Também analisamos as representações de uma amostra casual de ativistas do referido movimento sobre os efeitos do reconhecimento político obtido no âmbito do referido governo. Apresentamos uma breve abordagem ensaístico-histórica do movimento homossexual brasileiro, com intuito de analisar a sociogênese do *problema social* das identidades sexuais e de gênero divergentes do padrão heteronormativo. Tomamos como marco regulatório da relação a I Conferência Nacional LGBT e como marco regulatório da política pública, o programa Brasil sem Homofobia. O reconhecimento foi analisado com base principalmente no referencial teórico de Fraser (2001). Na interpretação dos dados empíricos, focalizamos as maneiras como sujeitos ativistas do movimento LGBT percebem e representam os efeitos do reconhecimento político obtido. A metodologia incluiu a análise de documentos oficiais, a aplicação de 100 formulários e a realização de entrevistas livres com atores significativos do referido movimento sobre a temática aqui focalizada. Nossa interpretação do processo de reconhecimento envolve dois elementos centrais: o primeiro, a ideia de que o governo Lula estava à frente da sociedade civil, se considerada em sua conformação geral, expressando em seus programas de governo e políticas públicas delineadas para a questão LGBT um conjunto de posições cujo processo de legitimação social ainda está em curso, de onde proviriam as dificuldades enfrentadas na relação entre o movimento LGBT e o Poder Legislativo; o segundo, a ideia de que o referido movimento se transforma, graças a esse processo de reconhecimento político, em um objeto do *governo da população* (FOUCAULT, 2000), na medida em que institucionaliza espaços de interlocução com a esfera governamental mencionada, o que pode ter produzido *desmobilização* e heteronomia, correspondentes à inclusão da elite do movimento nas redes de construção e produção das ações governamentais, transformando-a em *correias de transmissão* da visão e do léxico governamental usados para lidar com as questões relativas à diversidade de orientações sexuais e de gênero.

Palavras-chave: Movimento LGBT; Reconhecimento político; Governo da população

ABSTRACT

Our goal in this Thesis is to analyze the processes by which is established a relationship between the state and the LGBT movement in Brazil during the mandates of President Lula (2004-2012), in order to produce a set of actions, programs and public policies aimed at demands for recognition in terms of LGBT rights and citizenship. We also analyze the representations of a random sample of activists of this movement on the effects of political recognition obtained under that government. We present a brief historical-essayistic approach of the homosexual movement in Brazil, with the aim of analyzing the sociogenesis of the *social problem* of divergent sexual and gender identities if considered the dominant heteronormative pattern. We take as the regulatory framework of that relationship the First National Conference LGBT and as the regulatory framework of public policies regarded to those segments, the *Brazil Without Homophobia Program*. The political recognition was analyzed based mainly on the theoretical contribution of Fraser (2001). In interpreting the empirical data we focused on the ways by which activists of the LGBT movement perceive and represent the effects of the political recognition they have obtained. The methodology included the analysis of official documents, the application of 100 forms and free interviews with actors recognized as significant to the movement focused on the topic here. Our interpretation of the recognition process involves two key elements: first, the idea that the Lula government was ahead of civil society, if it is considered in its general conformation. He expressed in their government programs and public policies designed to deal with the LGBT issue one set of positions whose social legitimating process is still ongoing. It could explain the difficulties he and the LGBT Movement have had in the relationship with the Brazilian Parliament; and the second, the idea that this movement became, in the process of political recognition, an object of the population government (FOUCAULT, 2000), since the institutionalizing process implies in cooptation of its elite, who became transmission chains to the vision and lexical the government uses to deal with issues relating to the diversity of sexual orientations and gender.

Keywords: LGBT Movement; Political Recognition; Government population

RÉSUMÉ

Notre objectif dans cet Thèse est d'analyser les processus par lesquels on a établi une relation entre l'Etat et le mouvement LGBT au Brésil pendant les mandats du président Lula (2004-2012), afin de produire un ensemble d'actions, programmes et politiques publiques visant à des demandes de reconnaissance en termes de droits et de la citoyenneté des LGBT. Nous analysons également les représentations d'un échantillon intentionnelle de militants de ce mouvement là sur les effets de la reconnaissance politique obtenu en vertu de ce gouvernement. Nous présentons une brève approche historico-essayiste du mouvement homosexuel au Brésil, dans le but d'analyser la sociogénèse du problème social des identités sexuelles divergentes s'il est considéré le modèle hétéronormatif dominant. Nous prenons comme le cadre réglementaire de cette relation la Première Conférence Nationale LGBT et comme le cadre réglementaire des politiques publiques considérées à ces segments, le Programme Brésil Sans Homophobie. L'analyse de la reconnaissance politique a été reposé principalement sur la contribution théorique de Fraser (2001). En interprétant les données empiriques nous nous sommes concentrés sur les moyens par lesquels les militants du mouvement LGBT perçoivent et représentent les effets de la reconnaissance politique qu'ils ont obtenu. La méthodologie comprenait l'analyse de documents officiels, l'application de 100 formulaires et des entretiens libres avec des acteurs reconnus comme importants pour le mouvement sur le sujet ici étudié. Notre interprétation de le processus de reconnaissance comporte deux éléments clés: d'abord, l'idée que le gouvernement Lula était en avance sur la société civile, si elle est considérée dans sa conformation générale, en exprimant dans leurs programmes de gouvernement et des politiques publiques destinées à répondre à la question LGBT un ensemble de positions dont le processus de légitimation sociale est toujours en cours. Cela pourrait expliquer les difficultés que lui et le mouvement LGBT ont eu dans la relation avec le Parlement brésilien; le deuxième, l'idée que ce mouvement est devenu, dans le processus de reconnaissance politique, un objet du gouvernement de la population (FOUCAULT, 2000), depuis le processus de l'institutionnalisation implique cooptation de sa élite, qui est devenu chaînes de transmission de la vision et du lexique que le gouvernement utilise pour traiter des questions relatives à la diversité des orientations sexuelles et de genre.

Mots-clés: Mouvement LGBT; Reconnaissance Politique; Gouvernement de la population

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Organizações associadas nas cinco regiões	63
Gráfico 2 – Organizações colaboradoras (das cinco regiões)	64
Gráfico 3 – Organizações associadas da região Norte	64
Gráfico 4 – Organizações colaboradoras da região Norte	65
Gráfico 5 – Organizações associadas por regiões	65
Gráfico 6 – Organizações colaboradoras da região Nordeste	66
Gráfico 7 – Organizações associadas da região Centro-Oeste	66
Gráfico 8 – Organizações colaboradoras da região Centro-Oeste	67
Gráfico 9 – Organizações associadas da região Sudeste	67
Gráfico 10 – Organizações colaboradoras da região Sudeste	68
Gráfico 11- Organizações associadas da região Sul	68
Gráfico 12 – Organizações colaboradoras da região Sul	69
Gráfico 13 – Identificação LGBT no universo pesquisado	183
Gráfico 14 – Grau de comprometimento com o LGBT	184
Gráfico 15 – Faixa etária	185
Gráfico 16 – Grau de escolaridade	187
Gráfico 17 – Participação na I Conferência Nacional	189
Gráfico 18 – Atribuição de sentido à I Conferência Nacional LGBT	190
Gráfico 19 – Indicadores de reconhecimento	193
Gráfico 20 – Benefícios do reconhecimento político	195
Gráfico 21 – Entraves do reconhecimento	197
Gráfico 22 – Interação do reconhecimento sobre o movimento LGBT	199
Gráfico 23 – Propostas de reconhecimento efetivadas na gestão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva	200

Gráfico 24 – Avaliação do movimento após reconhecimento político	202
Gráfico 25 – Efeitos do reconhecimento político	202
Gráfico 26 – Outros indicadores da percepção dos efeitos do reconhecimento	204
Gráfico 27 – Indicadores referentes à implementação de políticas públicas LGBT	206

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEH	Associação Brasileira de Estudo da Homocultura
ABGLT	Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AIDS/Aids	Acquired Immune Deficiency Syndrome/Síndrome de Imunodeficiência Adquirida
ABL	Articulação Brasileira de Lésbicas
ANTRA	Articulação Nacional de Travestis e transexuais
ABRAGAY	Articulação Brasileira de Gays
BSH	Brasil sem Homofobia
CID	Código Internacional de doenças
CLAM	Centro Latino-Americano Sexualidade e Direitos Humanos
CNCD	Conselho Nacional de Combate a Discriminação
CNPD/LGBT	Coordenadoria Nacional de Promoção dos Direitos Humanos LGBT
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
GGB	Grupo Gay da Bahia
GHATA	Grupo Homossexual Thildes do Amapá
GLBT	Gays, Lésbicas, Bissexuais e Travestis
GLBTT	Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais
GPH	Associação Brasileira de Pais e Mães de Homossexuais
INSS	Instituto Nacional de Seguro Social
ILGA	Internacional Lesbian, Gay, Bisexual, Trans e Intersex Association
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
MGL	Movimento Gays Lésbicas
MGLT	Movimento Gays Lésbicas e Travestis
MC	Ministério da Cultura
MJ	Ministério da Justiça
MS	Ministério da Saúde
NRAH	Núcleo de Referência Anti-Homofobia
OMS	Organização Mundial da Saúde

ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PBSH	Programa Brasil Sem Homofobia
PL	Projeto de Lei
PNDH III	Plano Nacional de Direitos Humanos III
PPA	Plano Pluri-Anual
PPGCS	Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande
UNIFAP	Universidade Federal do Amapá
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO I - A GÊNESE SOCIAL DAS IDENTIDADES SEXUAIS DESVIANTES COMO PROBLEMA SOCIAL E DE PESQUISA	38
1.1 CONTEXTO INTERNACIONAL.....	39
1.2 A DISCUSSÃO SOBRE MULTICULTURALISMO.....	53
1.3 A EMERGÊNCIA DE ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES GAYS DE MOBILIZAÇÃO.....	59
1.4 A CRIAÇÃO DE GRUPOS DE PESQUISA E INSTÂNCIAS AUTORIZADAS PELO GOVERNO.....	72
CAPÍTULO II – POLÍTICAS DO RECONHECIMENTO E O NOVO LUGAR DA DIFERENÇA	78
2.1 O DEBATE SOBRE O RECONHECIMENTO.....	78
2.2 O DESLOCAMENTO DA DIFERENÇA COMO DIREITO PARA FINS DE RECONHECIMENTO.....	84
2.3 RECONHECIMENTO POLÍTICO: novos sujeitos históricos.....	93
2.4 OS SUJEITOS COM IDENTIDADES SEXUAIS DIVERGENTES.....	95
2.5 CIDADANIA LGBT: UM PROCESSO EM CONSTRUÇÃO.....	97
2.6 INSTITUCIONALIDADE DA DIFERENÇA.....	108
CAPÍTULO III – QUALITATIVOS PERTINENTES À IDEIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS	113
3.1 DA EMPATIA À AÇÃO POLÍTICA: LULA, BOM GOVERNO, BEM COMUM?.....	118
3.2 CONDIÇÕES PARA A CONSTRUÇÃO DO PAPEL DO PRESIDENTE LULA NO RECONHECIMENTO DA CIDADANIA LGBT NO BRASIL.....	124
3.3 INSTALAÇÃO DE CONSELHOS CONSULTIVOS: por um Brasil sem discriminação.....	127
3.4 O RECONHECIMENTO COMO MECANISMO DE CONTROLE?.....	130
3.5 POR UM BRASIL SEM HOMOFOBIA: MARCO REGULATÓRIO DE POLÍTICA PÚBLICA LGBT?.....	142
3.5.1 Ações proposta no Programa Brasil sem Homofobia.....	148
3.6 I CONFERÊNCIA NACIONAL LGBT: MARCO REGULATÓRIO DA RELAÇÃO.....	155
3.6.1 Breve Histórico das conferências.....	158
3.6.2 Relatos dos processos de preparação e realização da I Conferência Nacional.....	159
3.6.3 II Conferência Nacional LGBT, um balanço comparativo das dinâmicas.....	169

CAPÍTULO IV – AS PERCEPÇÕES DOS ATIVISTAS DO MOVIMENTO LGBT EM RELAÇÃO AOS EFEITOS DO RECONHECIMENTO	172
4.1 PARADIGMAS DAS IDENTIDADES LGBT.....	179
4.2 INTERPRETANDO OS SENTIDOS DAS AÇÕES ATRIBUÍDOS PELOS ATORES LGBT.....	189
4.3 GRAU DE ENVOLVIMENTO DOS ATIVISTAS NAS AÇÕES DO MOVIMENTO LGBT.....	190
4.4 PERFIL DOS ATIVISTAS LGBT POR FAIXA ETÁRIA.....	192
4.4.1 Perfil dos ativistas com base no grau de escolaridade.....	193
4.5 PARTICIPAÇÃO NO PACTO DEMOCRÁTICO: sociedade civil e governo.....	196
4.6 REPRESENTAÇÃO ACERCA DA I CONFERÊNCIA, POR ATIVISTAS LGBT.....	197
4.7 OS SENTIDOS DO RECONHECIMENTO.....	200
4.7.1 Reconhecimento político: indicadores de benefícios.....	202
4.7.2 Fatores que dificultam o reconhecimento LGBT.....	204
4.7.3 Efeitos do reconhecimento sobre o movimento LGBT.....	206
4.8 O QUE FOI CONQUISTADO EM TERMOS DE RECONHECIMENTO NA GESTÃO DE LULA?.....	207
4.8.1 Efeitos pós-reconhecimento político.....	209
4.8.2 Consequências do reconhecimento político.....	209
4.9 OUTROS INDICADORES DA PERCEPÇÃO DOS EFEITOS DO RECONHECIMENTO.....	211
4.9.1 A percepção das Políticas Públicas para o segmento LGBT	212
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	216
REFERÊNCIAS.....	221
APÊNDICE.....	232

INTRODUÇÃO

Nesta tese, analisamos os diversos momentos da relação estabelecida entre o Estado e o Movimento LGBT¹ brasileiro, focalizando os processos pelos quais os atores do movimento citado constroem suas demandas de reconhecimento, como são desenvolvidos mecanismos de negociação entre estes e a esfera executiva federal, e os efeitos dos resultados obtidos em termo de políticas públicas que atendam as demandas dos indivíduos brasileiros autodeclarados *homossexuais*² em suas reivindicações de reconhecimento e de direitos de cidadania.

Iniciamos o texto mergulhando na dimensão histórica do movimento citado, para analisar a sociogênese da questão dos direitos da população Lésbica, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, refletindo sobre as maneiras pelas quais grupos de pessoas que se autodeclaram *homossexuais*, socialmente estigmatizadas e em alguns casos alvos de segregação social, constroem visibilidade política e reconhecimento no nível do governo.

No primeiro capítulo procuramos entender, através da referida dimensão histórica, como o grupo LGBT se inscreve como sujeito de direito, investigando as regras que delimitam suas ações para a conquista de reconhecimento político. Nossa abordagem, formulada em termos sociológicos, focaliza os efeitos do reconhecimento sobre o próprio movimento LGBT, analisando as

¹ Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais.

² Uma breve historicização sobre termos criados para explicar o amor, a atração e relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo biológico, sejam homens ou mulheres. O termo homossexualidade foi criado em 1869 por um médico húngaro, Karoly Maria Kertbeny, ao divergir do Código Penal da Prússia que, no referido ano, decretou como crime a prática sexual entre pessoas com mesmo sexo biológico. A palavra gay, também usada como sinônimo de homossexual, cujo significado literal é “pessoa alegre”, “rapaz alegre” (MOTT em http://www.ggb.org.br/cronologia_movimento_homossexual.html, consultado em 27/07/2013). Em virtude do vigiar normativo das identidades LGBT visibilizadas, alimenta-se a violência contra a população LGBT. Por trás das relações homoeróticas, predomina um oceano de dor e amarguras dos sujeitos LGBT que enfrentam o sistema binário de determinação biológica. O termo homossexualismo foi cunhado pelas ciências naturais e aportado pelas ciências humanas para fazer a distinção entre heterossexualidade, interpretada como padrão normal de conduta sexual, em contraposição a outras orientações sexuais, classificadas como anomalias, desvio. Conforme argumentos foucaultianos (FOUCAULT, 1989), cada época histórica produz suas verdades. Essa observação converge com a emergência de termos como: homoparentalidade, homoconjugalidade e homoafetividade. No entanto, a emergência de novas identidades exige novas interpretações discursivas acerca dessas verdades. A criação de novos termos desestabiliza o sistema binário de classificação das identidades como verdade absoluta (SCHÉRER, 1999).

transformações na percepção e atribuição de sentido dados pelo sujeito autodeclarados homossexuais.

Em sequência, apresentamos os aportes teóricos que auxiliarão a análise da problemática proposta, como sujeitos cidadãos, participação, o que são as conferências, políticas públicas e reconhecimento.

No terceiro capítulo, focalizam-se as tensões internas e externas ao movimento de homossexuais nos processos de construção da interlocução com os representantes do Estado, tomando como marco regulatório da relação estabelecida entre o executivo federal e o movimento LGBT, a I Conferência Nacional LGBT. Para caracterizar a intensidade e constância dessa relação investigamos, por um lado, as propostas do governo Lula, como também, o comprometimento do movimento em questão. Assim, é possível compreender a regulação da referida relação, observando o que foi definido como prioridades, tanto por parte do executivo federal quanto pelo movimento LGBT.

Por fim, apresentamos a análise dos dados, focalizando as maneiras como os atores do movimento LGBT percebem/representam os efeitos do reconhecimento político da diversidade LGBT, a partir da qual fundamentamos nossa interpretação de que os agentes sociais do referido movimento formularam expectativas bem maiores em relação ao reconhecimento político da diversidade sexual do que os resultados obtidos, sendo os efeitos do reconhecimento, em alguns casos, contrários ao esperado.

Nosso objetivo geral foi construir uma análise dos diversos momentos do movimento homossexual, focalizando desde os primeiros jornais que atuaram como porta-vozes das lutas antidiscriminação, até a institucionalização de instâncias públicas representativas dos homossexuais e do que se convencionou chamar de movimento LGBT, com ênfase nos anos de 2004 a 2012, observando a relação deste com a esfera governamental.

Nesta perspectiva, focalizamos as matrizes filosóficas que orientam os processos de constituição do movimento homossexual, das suas demandas de reconhecimento, bem como os pressupostos e estratégias através dos quais o movimento LGBT adquire reconhecimento governamental.

Para isso, foi necessário refletir como se deu o processo de institucionalização de políticas públicas a ele referidas e quais os efeitos destas sobre o movimento, pensando, a partir da concepção de Castells (1999), sobre as transformações que modelam a sociedade, como mostraremos posteriormente neste texto. Com o intuito de analisar as consequências planejadas e não planejadas, interpretam-se as ações coletivas dos sujeitos envolvidos na luta por reconhecimento em termos de direitos da diversidade sexual³ LGBT no Brasil.

Foi nossa intenção focalizar, mais especificamente, os anos de 2004 (o Programa de Governo “Brasil sem Homofobia”) a 2012 dando especial atenção aos processos que culminaram na “I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais”, investigando o que tem sido denominado como movimento LGBT em sua relação com a esfera pública/governamental, levando em consideração:

- a) O contexto histórico em que surge o movimento LGBT;
- b) As tensões internas ao movimento, no que se refere às eventuais discrepâncias das pautas reivindicativas dos diversos setores que os compõem, identificando e comparando os objetivos em torno dos quais são construídos os discursos, as práticas de luta; o que dá forma a estes objetivos em torno dos quais o movimento, com suas facções, suas relações de forças em nível interno, se organizam;
- c) Os processos que resultam em seu reconhecimento político-governamental, suas estratégias de ação, o estabelecimento de relações com os gestores do executivo;
- d) Como o governo responde às demandas do movimento (o reconhecimento outorgado) e os efeitos das ações governamentais sobre os discursos e ações do movimento – suas consequências planejadas e não planejadas.

O motivo pelo qual escolhemos o recorte histórico mencionado foi a intenção de analisar, como se delinearam as políticas públicas destinadas às

³ Refletir a diversidade sexual significa revisitar o passado, observando os pioneiros da luta por direitos humanos homossexuais; e o presente, com olhar para emergência do ativismo LGBT. Isso é fundamental para adentrar neste campo de análise.

peças LGBT durante o governo Lula, já que foi a partir de 2004 que o movimento LGBT brasileiro ganhou maior visibilidade global. Através da 8ª Parada do Orgulho Gay, realizada na capital paulista, reuniram-se, de acordo com examinadores do *Guinness*, o *maior número de manifestantes ativistas homossexuais do mundo contemporâneo*. Este fato, construído em termos midiáticos, chamou a atenção mundial e nacional para a diversidade LGBT brasileira. Ainda naquele ano, houve transformação dos interesses da categoria LGBT em demanda política, sendo a questão LGBT inserida na pauta da agenda social do governo Lula, através da Secretaria de Direitos Humanos.

Além disso, no âmbito da Secretaria Especial de Direitos Humanos, a Presidência da República criou o referido Programa de Governo intitulado “Brasil sem Homofobia”. Este programa partia de três premissas básicas:

- a) Implantar em todo território nacional, Centros de Referências em Direitos Humanos e combate à Homofobia;
- b) Financiar Núcleos de Pesquisa e promoção da cidadania LGBT;
- c) Capacitar grupos e líderes na temática dos Direitos Humanos e para o combate à Homofobia.

Ainda dentro do período que recortamos, mais precisamente em 28 de novembro de 2007, a Presidência da República convoca a I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais. Em 2008, o Governo Federal reafirmou o compromisso de assegurar os Direitos Humanos como uma Política de Estado. Portanto, na concepção dos ativistas LGBT aquele evento histórico propiciava uma transformação política.

A I Conferência Nacional LGBT, que tinha como um dos objetivos construir, de forma coletiva, o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, também selou o pacto entre o movimento LGBT e o executivo federal. Ela representa o marco regulatório da relação investigada, visto que institucionalizou espaços de diálogo entre o movimento LGBT e os gestores do poder executivo nacional.

Não se pode negar que o reconhecimento do referido movimento em nível de governo foi demarcado, tendo em vista a participação dos atores políticos na construção das propostas de políticas LGBT. Entretanto, para, além disso, o que ficou registrado foi um documento, ou melhor, uma *Carta de Intenções* a ser cumprida pelo governo.

Tanto o programa de governo *Brasil sem Homofobia* como a I Conferência demarcaram espaços de promoção do reconhecimento político em nível governamental, aconteceram no período pré-eleitoral, o que pode ser interpretado em termos da previsão de uma troca de apoios, o que era muito importante naquela conjuntura em que a candidata apoiada pelo então governo precisava do apoio das minorias⁴ silenciadas. O apoio recebido pelo movimento LGBT, por parte do presidente Lula foi retribuído em termos de suporte à então candidata presidencial, Dilma Rousseff.

Nossa análise vai então se debruçar sobre os desdobramentos desse primeiro momento da institucionalização do reconhecimento governamental do movimento LGBT⁵, focalizando as consequências, os efeitos planejados e não planejados, ao longo do último mandato de Lula, até primeira metade do mandato de Dilma Rousseff.

Focalizando a questão do estabelecimento da relação entre este movimento social e o Estado, nossa proposta de tese consiste na análise das estratégias utilizadas pelo movimento na negociação para a construção de políticas públicas voltadas para atender as demandas da população LGBT. Assim, estudar-se-ão as tensões internas e externas dos processos de elaboração e execução de ações e estratégias políticas adotadas pelos atores sociais envolvidos nessa relação.

⁴ Entendo por minorias todos aqueles (as) que têm os direitos fundamentais subtraídos, como: dignidade, vida, integridade física e psíquica, segurança, igualdade, liberdades, trabalho, proteção social, moradia, educação, saúde, família, cultura, participação política, acesso a justiça.

⁵ O referido movimento congrega sob a sigla LGBT as seguintes identidades/grupos: de *Lésbicas*, fazendo referência à homossexualidade de mulheres; de *Gays*, referindo-se à homossexualidade de homens; de *Bissexuais*, com referência às pessoas que se relacionam sexualmente com ambos os sexos; e por fim as de *Travestis* e de *Transexuais*.

As perspectivas teóricas nas quais nos embasamos incluem desde a reflexão foucaultiana sobre a sexualidade (FOUCAULT, 1988); passando pelas contribuições dos teóricos da temática das políticas de reconhecimento, a exemplo de Nancy Fraser (2001); pelas análises antropológicas e sociológicas da homossexualidade, como a realizada por Peter Fry (1983), MacRae (1990) Piscitelli (2004), Heilborn (2004) e Berenice Bento (2006); da identidade política do movimento homossexual brasileiro, a partir de Facchini (2005); da cidadania LGBT, como discutida por Simões (2009) e também incluindo uma reflexão sobre políticas públicas em geral e especificamente as relacionadas à garantia do direito ao reconhecimento político dos indivíduos com orientação classificada de *diversa*.

Embora o governo Lula assuma o compromisso de assegurar direitos reivindicados pelo movimento LGBT, percebe-se uma série de resistências tanto no nível da sociedade civil, quanto na esfera parlamentar – principalmente componentes da denominada *bancada evangélica*, na qual se expressa o pensamento de setores da nossa sociedade.

Isto nos encaminha à discussão sobre os efeitos não planejados do reconhecimento político conquistado, visto que este se legitima, segundo Fraser (2001), via participação política das minorias. Esta participação tem como um subproduto, em certa medida, o desvelamento da discriminação dos indivíduos classificados como LGBT.

Sendo uma pesquisa que envolve os processos através dos quais o movimento LGBT constrói a luta por reconhecimento no nível de governo, recorreremos a uma literatura que aborda essa temática, colocada em referência ao debate das Políticas Públicas.

Uma das linhas da nossa interpretação do fenômeno aqui estudado é a de que os processos políticos de constituição da visibilidade do movimento LGBT são marcados pela adoção, em certa medida inconsciente, de vocabulários e sintaxes outorgados pelo sistema englobante. A questão da diferença e da desigualdade faz ressoar tensões sistêmicas, marcando os termos do reconhecimento reivindicado pelos setores diversos. Assim, dentro do movimento e, em certa medida, no reconhecimento político conquistado, em termos dos direitos dos indivíduos classificados de LGBT e da

institucionalização, no âmbito do governo de Lula (2004-2008), observam-se consequências que fogem ao âmbito do planejado pelo movimento LGBT.

Para subsidiar essa visão, destacam-se dois autores de importância fundamental, Florestan Fernandes, segundo o qual *“em dadas situações histórico-sociais, a ausência de condições societárias objetivas, requeridas pelos processos que produzem e orientam a mudança social, acaba anulando ou restringindo, severamente, as influências construtivas dos fatores dinâmicos da vida social”* (FERNANDES, 2008, p. 73). Comentando os fatores negligenciados durante o processo de desenvolvimento da industrialização brasileira, Fernandes (*idem*) fornece uma ferramenta para a compreensão dos processos que resultaram no reconhecimento político do referido movimento, contribuindo para nos ajudar na observação do que foi negligenciado ao longo da relação estabelecida entre movimento social⁶ e governo.

Os entraves que o movimento LGBT enfrenta na arena política na busca por reconhecimento e equidade de direitos derivam de fatores que lhe são intrínsecos, como também das resistências encontradas na sociedade envolvente. Apesar das dificuldades de organização do movimento associadas às múltiplas identidades englobadas na sigla LGBT (fatores endógenos), o movimento adquire reconhecimento público obtido através da esfera governamental. No entanto, *“dessa interdependência de pessoas surge uma ordem sui generis, uma ordem irresistível e mais forte do que a vontade e a razão das pessoas isoladas que a compõem [grifos do autor]”* (ELIAS, 1993, p. 194).

Assim, a disposição manifestada pelo poder executivo se verifica através da inserção das demandas da população LGBT na agenda social⁷ do governo Lula e no conjunto de ações institucionais⁸ voltadas ao reconhecimento. No

⁶ Tendo em vista a diversidade dos Novos Movimentos Sociais e embora relevante a temática para análise sociológica, não é nossa intenção analisar o movimento LGBT sob o prisma dos novos movimentos sociais. O movimento homossexual brasileiro foi pouco mencionado, no contexto histórico da emergência dos Novos Movimentos Sociais, a partir da década de 1990.

⁷ A demanda LGBT entra nessa agenda através da Secretaria Especial de Direitos Humanos, como proposta política de combate à homofobia.

⁸ Consulte em www2.camara.gov.br/proposicoes.

entanto, esbarra na arena legislativa⁹ onde a postura da bancada de deputados que milita contra a causa homossexual ganha força, na medida em que exprime a convergência entre o individual e o social. Os atores políticos que compõem a bancada evangélica na Assembleia Legislativa conseguem exercer representação em que valores e posicionamentos pessoais convergem com aqueles presentes em setores da sociedade por eles representados.

Tomando como um dos objetivos a localização do movimento LGBT no tempo, para dar conta da sociogênese do *problema social* das identidades homossexuais no Brasil, propomos as seguintes questões para a análise:

1. Que elementos determinam a constituição e as ações do Movimento Social em um *problema social* digno de análise e de posicionamento governamental?
2. Quais as tensões internas do Movimento LGBT e como essas marcam os termos do reconhecimento por ele reivindicado?
3. Que fatores influenciam o desenvolvimento histórico do referido Movimento com o poder executivo no período destacado para análise?
4. Em que contexto social e político o diálogo entre o Movimento LGBT e o governo ocorre?
5. Quais os efeitos do reconhecimento institucional sobre o referido Movimento?
6. Quais as implicações planejadas e não planejadas das políticas públicas delineadas para lidar com a diversidade sexual, dentre elas as ações afirmativas?

⁹ PL7018/2010 Dep. Zequinha Marinho (PSC/PA) Altera a Lei nº 8.069 de 1990(Estatuto da Criança e do Adolescente). Veta a adoção de criança e adolescente por casais do mesmo sexo; PL 5167/2009 apensado PL 580/2007, Dep. Capitão Assumpção (PSB/ES) e Dep. Paes de Lira (PTC/SP), estabelece que nenhuma relação entre pessoas do mesmo sexo pode equiparar-se ao casamento ou a entidade familiar; PL 4914/2009 apensado PL 580/2007 e 5167/2009, Dep. José Genoíno (PT-SP) e outros - aplica à união estável de pessoas do mesmo sexo os dispositivos do Código Civil referentes a união estável entre homem e mulher, com exceção do artigo que trata sobre a conversão em casamento; PL 4508/2008 - apensado ao PL 2285/2007, Dep. Olavo Calheiros (PMDB/AL) que trata do Estatuto da Família - proíbe a adoção por homossexual; PL 3323/2008 (apensado ao PL 1756/2003 - projeto que trata da revisão geral da legislação de adoção – lei nacional de adoção), Dep. Walter Brito Neto (PRB/PB) altera a Lei 8069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, para vedar a adoção por casal do mesmo sexo (consulta ao site www2.camara.gov.br/proposicoes, em outubro de 2011). Isso denota tanto a resistência e quanto o preconceito.

Contextualização da problemática de pesquisa e a nossa história com o objeto

Uma das marcas do segundo mandato governamental do Presidente da República, Luis Inácio Lula da Silva, foi a importância atribuída à questão dos Direitos Humanos. Em um contexto marcado pela negação de vários desses direitos, emergem dados históricos que evidenciam a estigmatização social de indivíduos socialmente classificados como LGBT, os quais têm sido recorrentemente expostos ao preconceito e à discriminação homofóbica, sendo esses indivíduos subtraídos do exercício da cidadania plena.

O debate teórico sobre processos contemporâneos de construção ou reconstrução de identidades, historicamente deterioradas, se entrecruza com as práticas sociais, culturais e políticas. Sob a expressão *políticas de reconhecimento e de redistribuição*, encontramos em Fraser (2001), uma contribuição fundamental para a análise aqui realizada. Esta autora acalora o debate sobre a teoria do reconhecimento, na medida em que investiga processos sociais, atribuindo aos sujeitos cujos direitos foram historicamente subtraídos, o papel de reivindicar o direito de participar da arena de decisões políticas.

Nesta perspectiva, o reconhecimento ocorre quando os atores se organizam, articulando politicamente para receber aprovação dos governos, os quais devem implementar ações afirmativas capazes de contemplar as reivindicações dos primeiros.

Os indivíduos que hoje são denominados com a expressão LGBT se constituíram no espaço público como o resultado de processos históricos lentos e marcados pela repressão, estigmatização e discriminação. As concepções socialmente elaboradas das relações homoafetivas, aquelas entre indivíduos do mesmo sexo, têm variado ao longo do tempo e do espaço. Não é nosso objetivo fazer uma história dessas variações, mas analisar os processos e dinâmicas pelos quais a *causa homossexual* ganha *status* de *problema social*, dando origem a posicionamentos e políticas públicas institucionalizadas as

quais se referem às reivindicações de direitos a reconhecimento políticos dos indivíduos LGBT.

À medida que a sexualidade é submetida a várias interpretações, percebe-se que cada uma reflete um contexto histórico característico de cada sociedade ocidental, indicando padrões de controle legitimados, aceitos pela esfera social. De um modo geral, os múltiplos sentidos atribuídos à sexualidade são demarcados por dualidades que ora regulamentam as práticas sexuais estatisticamente típicas como *positivas* e ora desvirtuam as práticas que fogem a esses padrões de controle legitimados pela norma, classificando-as como *anormais*.

A partir do momento em que explode a *revolução sexual* em sociedades ocidentais, entre as décadas de 1960/1970, surgem os movimentos sociais em defesa da liberdade sexual. A diversidade passa a ser um fator utilizado para explicar objetivamente a realidade social. Concomitantemente, surgem propostas de análise da nova conjuntura no campo da sexualidade, sendo criados novos modelos explicativos para dar conta de explicar sua complexidade.

A referida *revolução* deu ênfase não somente aos movimentos feministas, mas também deu visibilidade social e política às primeiras manifestações homossexuais em nível internacional. Esse contexto revolucionário em sociedades da Europa e nos Estados Unidos influenciou o surgimento das primeiras manifestações homossexuais brasileiras públicas em termos de movimento social.

As transformações contemporâneas no nível da intimidade¹⁰, não somente influenciaram mudanças de paradigmas, como também deram centralidade a temas marginalizados como *identidade sexual*¹¹, *identidade de*

¹⁰ Na análise feita por Giddens (1993, p.11), “a intimidade implica uma total democratização do domínio interpessoal, de uma maneira plenamente compatível com a democracia na esfera pública. Há também implicações adicionais. A transformação da intimidade poderia ser uma influência subversiva sobre as instituições modernas como um todo. Um mundo social em que a realização emocional substituisse a maximização do crescimento econômico seria muito diferente daqueles que conhecemos hoje. As mudanças sociais que afetam a sexualidade são, na verdade, revolucionárias e muito profundas”.

¹¹ Por identidade sexual apresentam-se duas interpretações, a da Suplicy (1986, p. 265) que faz referência que se tem do ser homem e o ser mulher; e a de Rios (2002, p. 95) que atribui

*gênero*¹² e *orientação sexual*¹³, assim como aos dilemas oriundos das demandas LGBT por reconhecimento.

Ajustado a estas transformações, emerge, no início da década de 1980, o movimento dos homossexuais brasileiros, colocando no jogo político nacional os novos sujeitos históricos que em seu âmbito se organizam e expressam uma nova visão de mundo.

Como fruto das primeiras ações interna, o movimento promove debates com ênfase na sexualidade. Através destas primeiras ações projeta o que deve ser tolerado ou enquadrado como crime. Indica a necessidade de criação de leis que resguardem os direitos da população homossexual¹⁴, como também projeta a relação entre o Estado e Sociedade Civil Organizada na proposição de políticas públicas. As primeiras ações públicas emergem com o confronto aos valores socialmente sedimentados, principalmente aqueles que discordam das expressões homossexuais.

Isso desencadeia, no Brasil, uma nova onda de conflitos junto aos setores conservadores da sociedade brasileira que envolve: *“a família, a escola, as igrejas, a mídia, a polícia, os esportes, a medicina, o direito e a ciência em geral constituem a sexualidade em algo privilegiado de regulação de condutas e exercício de poder, convertendo-a em fonte de estigma, sofrimento e opressão”* (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 12).

No Brasil, os grupos, as entidades sociais, associações e organizações não governamentais¹⁵ que lutam, pelo exercício pleno da cidadania¹⁶ em

significado ao sujeito em virtude do seu desejo sexual, seja referindo-se a pessoa homossexual, seja com referência ao heterossexual e com relação à bissexualidade.

¹² Identidade de gênero define a experiência subjetiva do indivíduo. Tem a ver com o modo de como o sujeito se vê e se apresenta diante do outro, enquanto feminino e masculino. Ver Bento (2006).

¹³ A orientação sexual define a atração emocional, afetiva ou sexual entre pessoas de diferentes gêneros, do mesmo gênero. Na concepção de Costa (1994, p.33), o termo orientação sexual é “mundialmente usado para designar relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo, do sexo oposto ou ambos os sexos”.

¹⁴ A referência de Simões e Facchini é válida para compreender este contexto histórico. Referindo-se a essas ações os autores argumentam: “À primeira vista, tais discussões podem ser feitas à moralidade privada, ou dizer respeito apenas a minorias muito específicas. No entanto, tem um alcance seguramente maior. Elas incidem sobre as bases da organização social e da cultura. Elas correspondem aos lances de uma batalha em torno do significado do casamento, da família, da parentalidade e da própria identidade pessoal” (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 11)

¹⁵ Ver no site <http://www.viomundo.com.br/politica/algbt> a lista das 257 entidades afiliadas à ABGLT.

âmbito nacional, tentam romper com certa invisibilidade legitimada por normas e discursos impostos, os quais se apoiam em valores tradicionais sobrecarregados de preconceitos. O desejo de suplantar estes valores se move no interior do movimento LGBT, como uma espécie de alavanca que destrava a luta pelo reconhecimento em nível de governo da demanda LGBT na sociedade brasileira.

Nossa aproximação com essa temática remete ao nosso envolvimento profissional com movimentos de mulheres lésbicas, no estado do Amapá. Atuei como consultora e coordenadora de projetos de pesquisa sobre combate à homofobia no âmbito institucional, representando a Universidade em eventos governamentais e também do movimento citado. Vem-me à lembrança, por exemplo, um caso de homofobia ocorrido em 2008 na UNIFAP, onde um colega foi submetido a constrangimentos em razão de sua orientação sexual. Naquele momento, fiquei sensibilizada com o caso, até porque eu escrevia um texto que refletia práticas de subjetivação feminina sob a perspectiva da orientação sexual lésbica.

Desde aquele período, tenho me envolvido com a causa LGBT em termos mais gerais, tendo participado na I Conferência acima citada e da II Conferência Nacional, realizada em 2011. O acompanhamento longitudinal dos processos organizativos da ação política do(s) movimento(s) LGBT, tanto em nível estadual quanto nacional nos levou a pensar em contribuir com questionamentos tais como: como interpretar a ação dos atores LGBT por reconhecimento antes das medidas institucionais tomadas pelo então presidente Lula, durante o final do seu segundo mandato e no período mais recente? O que ocorreu com o movimento LGBT após a criação do programa de governo “*Brasil sem Homofobia*”, mediante o aumento das demandas LGBT de diversas orientações sexuais? Em que medida a formulação e implementação de políticas públicas decorrentes do reconhecimento político conquistado contempla as reivindicações dos diversos setores do movimento LGBT?

¹⁶ Aqui faço referência à ausência ou negligência dos direitos fundamentais, por considerar isto uma violação da cidadania.

Alguns estudos sobre os processos históricos do surgimento do movimento homossexual, desenvolvimento e construção da identidade coletiva LGBT no Brasil, concentram-se na análise da militância homossexual e na disseminação de uma cultura homossexual como forma de oposição à ditadura militar, fato que ocorreu no final da década de 1970 (por exemplo, o de FACCHINI, 2005). É exatamente nesse contexto de mudanças que se dá a irrupção do movimento homossexual nacional. Nasce em 1978, na capital paulista, associado à criação do grupo SOMOS¹⁷, até constituir-se como um dos novos movimentos sociais.

Simões e Facchini (2009) fornecem elementos necessários à compreensão de todo processo histórico em que se insere a formação, organização e dinâmicas do movimento homossexual, descrevendo com precisão a trajetória política percorrida pelo movimento homossexual brasileiro até o surgimento do Movimento LGBT.

As análises destes autores codificam as primeiras “movimentações” como práticas destinadas a produzir transformações culturais com relação à visibilidade de subjetividades homossexuais, no contexto histórico da ditadura militar brasileira, ao final da década de 1970. Durante esse trajeto histórico, os sujeitos homossexuais tentam subverter as diretrizes de uma ordem social pautada na heterossexualidade. Assim, reivindicam políticas de identidades sexuais, reconhecendo nelas as influência do ativismo europeu¹⁸, norte-americano¹⁹ e o “*gay power*”²⁰, ao lado das questões de gênero.

¹⁷ Grupo formado por quinze ou mais integrantes que debatiam acerca da sexualidade, com base em experiências pessoais, alinhadas a reflexão da homossexualidade e da política. Fatores que explicam a constituição do referido movimento, além das influências internacionais, foram inserção das vozes dos primeiros ativistas, a exemplo João Antônio Mascarenhas, através da criação do jornal, o *Lampião*. No final do governo Geisel, pioneiros do ativismo homossexual somaram vozes a outros ativistas de segmentos sociais diversos, a exemplo do movimento estudantil e movimento operário. Assim, fizeram oposição ao regime ditatorial durante esse governo. Iniciavam-se as primeiras manifestações políticas das pessoas homossexuais, muito embora ainda não se constituísse como movimento social. Segundo Simões e Facchini (2009), “O jornal *Lampião* e o grupo *Somos*, de São Paulo, são congregados hoje como referência da primeira onda de mobilização política em defesa da homossexualidade no Brasil”. (p.81 e 82)

¹⁸ Ao fazerem esta análise, Simões e Facchini (2009) levam em conta as primeiras manifestações do ativismo europeu apresentando algumas evidências, exemplo: a campanha realizada entre os séculos XIX e XX, que combatia a criminalização da homossexualidade, sob a liderança do ativista Magnus Hirschfeld na Alemanha. Segundo os autores, a referida campanha gerou resultados positivos, de modo que em 1910 a 1920 aboliram leis anti-homossexuais a exemplo da Rússia. Além disso, em 1917 surge em Berlim um Instituto de Ciência Sexual sob a autoria do referido ativista. A partir de 1919 são realizados eventos internacionais que marcaram na Europa a construção da Liga Mundial para Reforma Sexual.

Embora não seja objetivo desta pesquisa analisar a questão da AIDS²¹, em vista à proposta de interpretar os efeitos do reconhecimento, cabe evidenciar as consequências sociais do surgimento da doença na década de 1980. Em decorrência de um significativo aumento da AIDS no então considerado *grupo de risco*, observa-se uma certa desestruturação do então movimento homossexual. Isso se colocou como desafio para os primeiros ativista homossexuais, que tiveram que escolher entre dar atenção para o crescimento da AIDS, ou fortalecer a organização do movimento homossexual.

Os militantes homossexuais escolheram se envolver no combate à referida doença, deixando para um segundo plano as reivindicações políticas ligadas ao reconhecimento público das suas identidades sexuais *alternativas* às definidas como *normais*. O impacto causado por essa epidemia desencadeou esvaziamento do movimento homossexual brasileiro. Com efeito, a AIDS foi impactante na experiência dessa militância homossexual brasileira nos anos 1980. De modo não planejado, porém, a conjuntura da discussão da homossexualidade em termos de fator de risco provocou a visibilização dos comportamentos e identidades homossexuais enquanto um *problema social*, constituindo oportunidades de evocação e exposição públicas, necessárias ao processo de reconhecimento institucional das questões relativas às homossexualidades (CHAMPAGNE; LENOIR *et al*, 1996: 59-106).

Durante a década de 1980, ao mesmo tempo em que emerge na mídia a representação da AIDS como uma doença que afetava gays, o Brasil passava por grandes transformações políticas, em meio a um contexto de

Segundo os autores, dentro desse período, em Berlim e Paris, também emergem os primeiros espaços de sociabilidade lésbica (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 40 e 41).

¹⁹ Com a publicação dos relatórios de Alfred Kinsey em 1948, com abordagem nas experiências homossexuais, ocorreu neste mesmo ano articulação de ativistas, de modo que em 1951 surgiu em Los Angeles a Mattachine Society que agregava de forma secreta, homens e mulheres. Em 1955 surge em São Francisco o primeiro grupo de lésbicas (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 43).

²⁰ O surgimento do termo é reflexo do que aconteceu em 28 de junho de 1969 em Nova York, quando homossexuais reagem à agressão policial. “Os protestos de Stonewall passaram assinalar simbolicamente a emergência de um Poder Gay, e a data passou a ser posteriormente consagrada como o Dia do Orgulho Gay e Lésbico” (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 45).

²¹ Ver: CASTILHO, E.; CHEQUER, P., 1997. Epidemiologia do HIV/AIDS no Brasil. In: **Políticas, Instituições e AIDS: Enfrentando a Epidemia no Brasil** (R. Parker, ed.), p. 17-42, Rio de Janeiro: Jorge Zahar/ABIA. Ver também: DANIEL, H. & PARKER, R., 1991. **AIDS: A Terceira Epidemia**. São Paulo: Iglu. DANIEL, H. & PARKER, R., 1993. *Sexuality, Politics and AIDS in Brazil*. London: The Falmer Press.

acentuadas crises econômicas. Neste contexto, o movimento dos homossexuais agregava diversas organizações.

Ressalta-se, assim, a configuração polimorfa do movimento homossexual, congregando grupos comunitaristas, setores de partidos políticos. ONGs, associações estudantis e até grupos religiosos. Ressalta-se, também, a importância das parcerias com o Estado e as agências públicas governamentais, intensificadas, sobretudo a partir das ações de prevenção e combate à AIDS, bem como a interlocução com ONGs internacionais, agências multilaterais e pactos internacionais de direitos humanos, como suportes da relação com o Estado e, eventualmente, como fonte de recursos. (SIMÕES, 2005, p. 15-16)

A partir do momento em que descobertas científicas codificam a AIDS como um problema de saúde pública, tendo em vista o avanço da epidemia em diversos segmentos sociais da sociedade brasileira, o ativismo político renasce e a militância homossexual se volta para reestruturar o movimento, dando sequência à trajetória política interrompida com a emergência dessa epidemia.

O movimento homossexual brasileiro adquire *status de movimento social* a partir da ação de duas entidades que se ocuparam com aspectos organizacionais do mesmo: o Triângulo Rosa²² e o Grupo Gay da Bahia. Sob influência de João Antônio Mascarenhas e Luiz Mott, ambos militantes nos respectivos grupos, o movimento homossexual passou por transformações de ordem institucionais. Sobre a atuação destes dois ativistas, Simões argumenta:

As atuações de Mott e Mascarenhas, em contraste, demonstraram um menor envolvimento com projetos de transformação social, num sentido mais amplo, e uma ação mais pragmática, voltada para a garantia dos direitos civis e contra a discriminação e a violência que atinge os homossexuais. (SIMÕES, 2009, p. 120)

Durante esse processo, a atribuição de significado ao sujeito político do movimento homossexual se relacionava ao sentido dado a questões de gênero

²² Segundo Cristina Câmara (2002), este grupo emerge (1985) num momento em que se evidencia a epidemia da AIDS. Nesse mesmo período, transcorria a formação da Assembleia Nacional Constituinte.

e sexualidade. Este momento favoreceu o florescimento do movimento de lésbicas, que também se afirmavam como sujeitos políticos.

No início da década de noventa, o então movimento homossexual, na tentativa de preencher um vazio identitário assume a nomenclatura de Movimento de *Gays* e Lésbicas (MGL). Nesta mesma década emergem duas novas identidades, as das Travestis e as dos/das Transgêneros. A partir desse momento em que estas despontam como sujeitos políticos, ocorre novamente alteração na sigla, que passa a representar o Movimento de *Gays*, Lésbicas e Travestis (MGLT).

Entre os anos de 1999 a 2000, os Bissexuais reivindicam do então movimento, o reconhecimento dessa identidade. Por agregar novo sujeito político o movimento começa a se chamar Movimento de *Gays*, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transgêneros (GLBTT). Somente em 2008, durante a realização da I Conferência Nacional GLBT, convencionou-se usar a sigla LGBT²³ (Lésbicas, *Gays*, Bissexuais, Travestis, Transgêneros), que perdura até hoje, modificando apenas a categoria transgêneros, visto que esta atribui significado as Travestis e Transexuais.

No decorrer da década de 1990, ativistas políticos que reivindicam mudanças sociais que atendam também as demandas da população LGBT. Com este propósito, organizam-se em associações a exemplo da ABGLT (Associação Brasileira de *Gays*, Lésbicas e Transgêneros). Tal associação, que nasce em 31 de janeiro de 1995, se organiza alicerçada numa confluência de fatores: caráter informativo, mobilizador e assistencial, o que se constitui como primordial é a luta em favor da equidade de direitos. Com isso, os associados propõem que a efetivação da luta ocorra de forma consciente e politizada, posicionando-se contrária a toda forma de discriminação, seja jurídica, política, culturais, social e religiosa, (informações disponibilizadas no site, <http://www.abgl.org.br/port/index.php>).

²³ A mudança da sigla está intimamente relacionada à disputa de poder. Trata-se, em grande medida de uma disputa entre grupos de *Gays* e Lésbicas, pelo reconhecimento e a visibilidade nas políticas sociais. Os *Gays* reivindicavam a permanência da sigla GLBT por considerar que o movimento nasce como movimento homossexual por agregar apenas homens *Gays*. Consideraram-se pioneiros na criação deste movimento. As Lésbicas retomam a discussão do feminismo, ao justificar a discriminação que ocorre entre homens e mulheres. Travestis e Transexuais uniram seus votos com os das Lésbicas, assim foi aprovado pela maioria à sigla LGBT. Contudo, todo este processo de disputa entre *Gays* e Lésbicas é traduzida na forma de discursos sobre o significado da identidade masculina e feminino.

Nosso interesse em estudar essa problemática surgiu em março de 2008, quando assumimos a Coordenação do Núcleo de Referência Anti-Homofobia²⁴ (NRAH) do Estado do Amapá, na UNIFAP²⁵, o qual se constituiu como Centro de Referência em Direitos Humanos e combate à Homofobia, criado junto à Secretaria Especial de Direitos Humanos²⁶, através do programa de governo “Brasil sem Homofobia”.

Estando a frente da coordenação do referido núcleo, tomei conhecimento de um caso de homofobia ocorrido com um docente, na Universidade Federal/UNIFAP. Somado a isso, percebi que a presença do núcleo, naquela Instituição de Ensino Superior, era fundamental ao combate da homofobia institucional. O momento foi oportuno para promover debates sobre diversidade sexual e identidade de gênero no âmbito acadêmico.

Em maio de 2008, a coordenação do Núcleo foi convidada pelo Governo do Estado para compor a Comissão Organizadora da 1ª Conferência Estadual GLBTT do Estado do Amapá²⁷. Aquele momento oportunizou a visualização da população LGBT amapaense e suas reivindicações de políticas públicas a elas direcionadas.

No momento da realização da 1ª Conferência Estadual, observaram-se várias tensões internas no ativismo amapaense. No cenário desta conferência estadual, povoada por ativistas LGBT, havia ausência de uma das entidades, que representavam as Lésbicas. Tomamos conhecimento que aquela ausência foi justificada como forma de protesto contra os organizadores daquele evento, sobretudo aqueles que militavam no movimento homossexual do Amapá.

Ainda à frente a essa coordenação, recebemos o convite para compor a delegação do Amapá para I Conferência Nacional GLBT, realizada entre os dias 05 a 09 de junho de 2008, em Brasília, da qual resultou o compromisso entre os ativistas LGBT e representante legal do governo federal, na forma de

²⁴ Principal objetivo do Núcleo de Referência Anti-Homofobia e o combate a homofobia. Ao longo do texto quando fizer referência ao Núcleo, usarei de sua sigla – NRAH. O local de funcionamento do referido núcleo, na UNIFAP. Surge como Centro de Referência em Direitos Humanos e combate à Homofobia. Criado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos, através do programa de governo “Brasil sem Homofobia”.

²⁵ Universidade Federal do Amapá – a UNIFAP tem como missão formar e capacitar futuros gestores do Estado, no que se refere ao respeito à diferença e à diversidade.

²⁶ SEDH - A Secretaria Especial de Direitos Humanos propunha implantar em todo território nacional Centros de Referência Anti-Homofobia.

²⁷ A 1ª Conferência Estadual GLBTT, objetivava, “abrir caminhos e garantias para o exercício da cidadania plena da comunidade GLBTT amapaense”.

uma Carta de Intenções com vistas a promover políticas públicas para atender as demandas da população LGBT no Brasil, configurando-se, pela primeira vez, no país, o reconhecimento da diversidade sexual como vinculado à esfera do Direito²⁸.

Um fato interessante chamou nossa atenção, durante a realização da I Conferência Nacional, posto pelo desafio de conciliar as tensões internas: sendo diferentes as demandas dos setores componentes do movimento LGBT, o que se apresentava como significativo, em vários momentos, referia-se a identidade de gênero, sobretudo aquela que reforçava a força masculina, tratada como dominante universal e eterna. A dinâmica dos debates e as direções tomadas dele resultantes expuseram o conflito de força entre os estratos que compunham o segmento LGBT.

Durante a realização das duas Conferências Estadual e Nacional, visualizavam-se posicionamentos díspares por parte das lideranças homossexuais. Era visível a existência de conflitos internos inerentes às relações de dominação estabelecidas durante o processo de negociação da identidade coletiva. Os grupos sociais que engrossavam o movimento repetiam em seu interior o que acontece na sociedade, em termo de preconceito, de modo que: *gays* discriminavam e estigmatizavam as lésbicas e vive-versa; *bissexuais* eram discriminados por *gays* e *lésbicas*, só para citar alguns exemplos.

Isso prova que não há uma homogeneidade homoafetiva, do mesmo modo como não há uma homogeneidade heterossexual. Na relativização dos conflitos entre heteroafetivos versus homoafetivos, focalizam-se jogos subjetivos de produção de verdades acerca de cada identidade LGBT ali representada.

Se toda época histórica constrói verdades enraizadas como necessárias e indispensáveis nas relações de poder, modos conscientes ou inconscientes de produção dessas verdades se alojam no interior do movimento, do sujeito

²⁸ Foi ainda durante essa Conferência Nacional que, através de palestrantes, representantes das delegações do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, ouvi falar das “*Thildes*”²⁸ do Amapá, citadas como bom exemplo de organização civil a ser seguida. Esta organização, conforme relatos destes palestrantes, lutava havia mais de uma década, em prol dos direitos humanos das minorias, ainda que de modo incipiente. Elas fundaram a Organização Não Governamental denominada de GHATA.

LGBT, no interior do grupo e da cultura. Portanto, é no confronto com as verdades heteronormativas que os sujeitos LGBT são levados a transportar os limites da invisibilidade, incorporando no seu cotidiano, conforme suas habilidades, uma prática política necessária ao reconhecimento dos direitos LGBT.

Naquele momento, minha participação na Conferência foi marcada pela tentativa de distanciamento e compreensão das suas dinâmicas para dentro e para fora. Quando entrei no Curso de Doutorado do PPGCS, despertei o interesse em pesquisar a relação do movimento LGBT e sua interlocução com a esfera executiva federal como objeto de pesquisa e de elaboração da tese.

Sei que a proximidade com este movimento exige da pesquisadora o exercício redobrado da vigilância epistemológica para dar conta de uma análise o mais objetiva dos processos e lutas políticas que produziram o reconhecimento político do movimento LGBT; seus efeitos planejados e não planejados; a gênese social do que se denominou *a questão dos direitos dos homossexuais*, tomando como referência o processo mais amplo da metamorfose das identidades sexuais e da emergência das identidades sexuais desviantes, dentro de um cenário mais geral de emergência das novas identidades.

Nosso trabalho pretende preencher uma lacuna, já que não há registro do desenvolvimento de investigação científica sobre o estabelecimento da relação entre o movimento LGBT e o poder executivo, com destaque para o delineamento das suas lutas por reconhecimento no nível de governo, e com ênfase nos efeitos deste reconhecimento.

Em termos sintéticos, nosso objetivo geral é analisar as dinâmicas através das quais o movimento LGBT constrói sua relação com a esfera executiva federal, investigando como os atores do movimento LGBT representam os efeitos do reconhecimento político, de modo a compreender os efeitos deste processo que incidem sobre o próprio movimento.

Temos como objetivos específicos os seguinte:

- a) Analisar as representações dos militantes dos diversos segmentos participantes do Movimento LGBT a respeito dos efeitos do reconhecimento;

- b) Discutir a articulação entre o que o Movimento LGBT elabora como reivindicações de reconhecimento e o que o governo Lula oferece em termos de Políticas Públicas destinadas a atender àquelas reivindicações, refletindo sobre as demandas mais gerais da relação entre demandas sociais – formulação – implementação de políticas públicas;
- c) Entender os efeitos da institucionalização conquistada sobre as dinâmicas internas, ao Movimento LGBT;
- d) Discutir os efeitos planejados e não planejados do reconhecimento conquistado por este movimento.

Nossa metodologia prevê a comparação entre dois momentos na linha do tempo, atravessado pelo movimento LGBT, nos seguintes termos:

Quadro 1 - Estruturação dos dois momentos analisados

<u>MOMENTO 1: 1995-2004</u>	<u>MOMENTO 2: 2004-2008</u>
<p>1. Surgimento do MHB – matrizes filosóficas e políticas dos discursos</p> <ul style="list-style-type: none"> • A questão da diferença e da igualdade • Os movimentos homossexuais em nível internacional • A vontade de ser diferente sendo <i>igual</i> • As temáticas dos discursos do MHB. <p>2. Tensões internas entre os setores do MHB</p> <ul style="list-style-type: none"> • Especificidades de cada setor • A estigmatização para dentro do MHB • A hierarquização e a direção do movimento <p>3. A construção das reivindicações de reconhecimento público e a relação com as esferas governamentais</p> <ul style="list-style-type: none"> • O que se pede? • Quem é contemplado com o que se pede (em relação aos setores internos do MHB)? • Como se pede – através de que canais? • Como se constrói a questão dos 	<p>1. A construção da visibilidade na esfera pública.</p> <p>2. As novas teorias das identidades – a teoria <i>queer</i> – as matrizes teórico/filosóficas dos discursos do movimento LGBT.</p> <p>3. A nova conjuntura internacional.</p> <p>4. As novas políticas de reconhecimento.</p> <p>5. A situação interna ao campo do movimento LGBT.</p> <p>6. A nova articulação com a esfera política – com quem se conversa, quem conversa, quem representa o referido movimento?</p> <p>7. Que reivindicações de qual reconhecimento são construídas? – as dinâmicas internas ao movimento e a expressão das vontades dos setores que compõem o movimento LGBT na esfera pública.</p> <p>8. A articulação/desarticulação entre o que o governo oferece e o que o movimento LGBT reivindica enquanto políticas públicas destinadas à garantia dos direitos dos que divergem do</p>

<p>direitos à diversidade sexual? (sociogênese)</p> <p>4. Como a esfera governamental reage?</p> <ul style="list-style-type: none"> • Com quem se fala sobre os direitos dos homossexuais? • O que se oferece? 	<p>padrão hegemônico de sexualidade.</p> <p>9. Efeitos planejados e não planejados do reconhecimento obtido:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O controle em termos de governamentalidade (Foucault) • A disseminação do vocabulário e sintaxes geradas pelos especialistas no governo • A exacerbação da violência contra os <i>homossexuais</i> • Os processos anti-discriminação de <i>homossexuais</i> • O atendimento desigual das reivindicações dos setores incluídos no movimento LGBT • Os <i>novos direitos</i> dos homossexuais e a replicação do padrão hegemônico (casamento, adoção).
--	--

Fonte: Elaborado pela autora da presente Tese.

O levantamento de dados foi realizado tomando como base:

- a) A análise de documentos produzidos por entidades ligadas à luta organizada por direitos de homossexuais até 2008 relativos à I Conferência Nacional; Programa Brasil sem Homofobia.
- b) Um conjunto de entrevistas estruturadas com uma amostra não aleatória de ativistas que participaram do processo de organização da I Conferência Nacional, selecionados pelo critério da acessibilidade e levando em consideração a intenção de contemplar a diversidade de segmentos que compõem o Movimento LGBT.
- c) Aplicação de 100 formulários com questões abertas e fechadas a uma amostragem não aleatória, proporcional ao tamanho das delegações e de segmentos representados na II Conferência Nacional de 2011.

A escolha de entidades e a coleta dos documentos analisados nos dois períodos foram realizadas através dos contatos com a ABGLT, realizados mediante consultas a *links* de instituições participantes do Movimento LGBT na *internet* e abordagens, direta e indireta de militantes, estabelecidas por *e-mails* e durante a 2ª Conferência Nacional sobre a Diversidade Sexual. As entrevistas com algumas lideranças do referido movimento permitiram-nos

coletar dados acerca da construção da relação do movimento LGBT com o governo Lula. A amostra foi constituída de 100 ativistas LGBT. Foram aplicados formulários aos 100 ativistas selecionados na II Conferência Nacional LGBT em 2011. Após tabulados, deu origem a base de informações da tese, onde extraímos as tabelas apresentada no quarto capítulo.

As entrevistas foram realizadas com ativistas que intermediaram as ações governamentais com relação ao reconhecimento e outros que sistematizam sua militância através de redes sociais informatizadas.

Práticas destinadas a produzir transformações subjetivas instigaram-me a desenhar aspectos subjetivos de minha trajetória de vida e de pesquisadora durante o processo de sistematização da presente tese. Veio-me à lembrança, por exemplo, perfis planejados de gêneros e valores etiquetados com vistas ao assujeitamento feminino. No momento em que decidi investigar essa problemática, havia escrito um texto²⁹ autobiográfico que refletia o contexto familiar onde fora criada, observando as repetidas lições que visaram silenciamentos da nossa própria sexualidade.

Na medida em que se efetuou o contato com o campo, houve momentos em que emergiram vários dilemas e conflitos familiares, pois meu primogênito, com quem convivi ao longo da elaboração desta tese e cuja visão de mundo baseava-se num arranjo heteronormativo, expressou várias modalidades de preconceitos para com a temática investigada. Em função disso, a reflexão aqui desenvolvida foi acompanhada por outros dilemas intelectuais³⁰, por pressões acadêmicas³¹ e pelo distanciamento da militância nacional LGBT, que chegou à recusa de entrevistas. Sobre este último problema, há que se destacar algumas falas do tipo: “não posso responder por que hoje faço parte do governo”; “só posso falar com você pessoalmente, mas não deves gravar”. Portanto, a militância e suas relações com a produção do conhecimento se afiguram como relações de poder enraizadas profundamente entre algumas representações LGBT.

²⁹ O texto - ainda não publicado - trata de uma narrativa homoerótica que reúne um campo de discussão subjetiva, a descoberta e negação de outras formas de prazer, desejos e, sobretudo, trata do que subverte as repetidas lições do devir-heterossexual.

³⁰ Ouvi vários colegas acadêmicos questionarem “porque não estudas outro tema?, seria mais interessante”.

³¹ Refiro-me ao fato de muitas academias ainda negligenciarem os estudos da diversidade sexual, tratando a ordem social como sinônimo da heteronormativa.

CAPÍTULO I

1 A gênese social das identidades sexuais divergentes como problema social e de pesquisa

A emergência de um campo de estudos de abordagem sociológica sobre as identidades sexuais divergentes, referenciadas como problemática social ainda é relativamente muito recente. Durante a década de 1960, as ciências sociais começam a refletir como a diversidade identitária influencia as diretrizes das políticas de reconhecimento (GAGNON, 2006).

A constituição da divergência em termos de orientação sexual enquanto questão social relevante se dá a partir no período posterior à Segunda Guerra Mundial. Entretanto, o pensamento social sobre as *identidades sexuais desviantes* surgiu na segunda metade do século XIX, com os estudos de pesquisadores da sexologia.

No período acima indicado, cientistas, como Krafft-Ebing, August Forel, Richard Burton, Freud, institucionalizaram a ciência do sexo, a sexologia, a qual funcionou como forma de controle social (LAQUEUR, 2001). Estes cientistas iniciaram as primeiras investigações sobre as práticas sexuais e suas classificações em termos de normalidade e anormalidade. Lembramos também que nesse contexto histórico houve a psicopatologização das identidades sexuais divergentes (FOUCAULT, 1988).

Entre os anos de 1864 e 1895, Ulrichs publicou doze volumes sobre a homossexualidade. Em 1869, o termo *homossexualidade* foi incorporado nas obras de Benkert e Westphals (LAQUEUR, 2001). Entre os anos de 1898 a 1908 multiplicaram-se as pesquisas a este respeito. Foram publicadas nesse período mais de mil pesquisas sobre a homossexualidade (LAQUEUR, 2001). Em 1905, Freud publicou três ensaios sobre a teoria da sexualidade. No século XX, Alfred Kinsey classificou, sob a ótica *científica*, as práticas de sexo, tomando por base os tratados cristãos sobre a matéria.

A análise desses cientistas, pioneiros no estudo da sexualidade, desencadearam transformações na forma de abordar as identidades sexuais desviantes. A postura teórica dos autores acima citados ilustra a passagem do

irracionalismo para um modo científico de tratar a sexualidade. A partir do momento em que ocorre a medicalização das práticas que destoam do padrão hegemônico, definido como de *normalidade legítima*, estimula-se a disseminação de arquiteturas disciplinares (FOUCAULT, 1998).

Uma vez que estas transformações subjacentes à sociogênese da questão dos direitos dos homossexuais encontram-se presentes no Ocidente, parece plausível mergulhar no contexto internacional. Isto ajuda compreender, como os atores LGBT se inscrevem como sujeitos de direito. É justamente nesse trajeto que, tendo por base as tendências históricas, procede identificar os mecanismos conceituais e as matrizes filosóficas que articulam a diferença como direito humano fundamental.

O reconhecimento da diversidade sexual LGBT, a redefinição da noção de reconhecimento e a emergência das políticas de reconhecimento, são momentos necessários para compreender a trajetória política do movimento LGBT.

O que está em jogo não é vincular o deslocamento da diferença ao desaparecimento do preconceito, mas analisar as mudanças sociais que influenciaram os processos de constituição de visibilidade das orientações sexuais divergentes e do reconhecimento no nível governamental, no caso, na gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

1.1 Contexto internacional

As mudanças sociais que transformaram o panorama da sociedade ocidental moderna, desde o século XIX, influenciaram o surgimento de novos paradigmas. Isso propicia a construção de uma epistemologia da sexualidade baseada no estabelecimento da visibilidade do sexo e na exteriorização das diferentes práticas sexuais humanas.

Nas primeiras análises referentes ao sexo, presentes na literatura pré-iluminista, o corpo é tratado como epifenômeno, como indica Thomas Laqueur (2001). Este autor fez um levantamento de várias questões contraditórias no que concerne à *invenção do sexo*, que foi fundamental para o debate sobre a

sexualidade, gênero e os significados das diferenças sexuais a descrição da anatomia genital.

Vimos isto nas análises que abordam a passagem do isomorfismo para o dimorfismo³². Estas abordagens aproximam-se de outras formulações, a exemplo da análise feita sobre a invenção do sexo entre os gregos. Nesta análise, pesquisadores atribuem significados com base num “sistema de semelhança”. Neste contexto analítico, a linguagem, também pode ser considerada uma forma de codificação da diferença sexual (LAQUEUR, 2011).

Em uma revisão da literatura sobre as ideias primeiras da anatomia sexual, Laqueur (2001), apresenta diferentes mecanismos através dos quais são identificadas distinções biológicas. Estas influenciaram as identificações das diferenças sexuais. Já no século XVII, a anatomia sexual feminina era definida com base na ideia de degeneração do “*verdadeiro sexo*” (LAQUEUR, *idem*).

O argumento restrito à anatomia sexual foi usado durante esse século não apenas para explicar a anatomia da vagina, considerada como pênis invertido, como também servia de modelo explicativo para a anatomia dos ovários, tomados como testículos internos. Logo, não foi possível imputar contradição na classificação atribuída ao ser feminino, como se este fosse relativamente inferior ao ser masculino.

As primeiras codificações ocidentais das diferenças sexuais adquiriram uma definição precisa através das genitálias, denominadas *pênis e vagina*. A competência dessas codificações, porém, não se limitou a inscrições do corpo em relação às condições de produção dessa diferença. Outros elementos foram incorporados na produção de verdades, sobretudo os que classificavam as diferenças sexuais sob a ótica da biologia. Assim, o monitoramento biológico dessas diferenças passou a integrar uma analítica da organização do desejo, interpretado como algo estático.

³²Dimorfismo, modelo através do qual se classificava o grau de perfeição masculina frente à imperfeição feminina. Por Isomorfismo compreendia-se a igualdade entre os corpos seja este masculino ou feminino. “O corpo da mulher era igual ao do homem, sendo a vagina um pênis invertido. A ideia central é de continuidade, não de oposição” (BENTO, 2006, p. 115).

Modos conscientes ou inconscientes de produção e controle das diferenças sexuais resistem especificamente ao serem disseminados através de um conjunto de normativas que produz e reproduz padrões responsáveis pela estruturação social. Portanto, a definição consciente da sexualidade, de acordo com cada época histórica, influencia a organização social, na medida em que naturaliza os processos de regulação de verdades.

Investigar a produção de verdades sobre a sexualidade no nível da discussão filosófica é, obviamente, diferente de encará-la como dispositivo histórico de poder (FOUCAULT, 1975). As convenções cotidianas que influenciam essa produção de verdade produzem reações diversas.

No século XVII, os estudos da sexologia que se baseavam na concepção da anatomia sexual defendiam como verdade absoluta, a existência ontológica de um único sexo. Esta verdade foi difundida nas sociedades ocidentais e influenciou interpretações das diferenças sexuais, alicerçadas nas ideias de perfeição da masculinidade e da imperfeição do sexo feminino.

O interesse mais efetivo em pesquisas científicas acerca da sexualidade desenvolveu-se entre os séculos XVII e XVIII, alcançando apogeu no século XIX, com os estudos de Freud.

Até o século XVIII, as análises científicas que davam ênfase às diferenças sexuais tomavam por base distinções biológicas, segundo as quais o corpo evidenciava-se como divisor de águas.

Uma questão diversa, porém relevante, diz respeito ao processo de racionalização, legitimador das identidades sexuais dominantes. Tal processo incorporou a negação da visão metafísica³³, cujo critério de diferenciação sexual baseava-se na dicotomia perfeição/imperfeição. Assim, houve deslocamento no eixo de análise das diferenças sexuais, de modo que a análise destas foi substituída por um novo modelo orientado pela anatomia e fisiologia.

³³ A rigor a visão metafísica de Aristóteles e Galeno funcionava como retórica que acentuava a diferença sexual entre o homem e a mulher, sendo esta considerada uma imperfeição do “ser perfeito”, o homem.

No que diz respeito ao novo marco de classificação da diferença sexual, é preciso levar em consideração o fato de o orgasmo ser definido como “marco biológico dessa diferença sexual”. A partir do século XIX, as peculiaridades do orgasmo invertem as interpretações acerca das diferenças sexuais.

O novo conceito do orgasmo feminino, porém, foi apenas uma formulação de uma reinterpretação mais radical, no século XVIII, do corpo feminino com relação ao masculino. Durante milhares de anos, acreditou-se que as mulheres tinham a mesma genitália que os homens, só que- como dizia Nemeseius, bispo de Emesa, do século IV – “a dela fica dentro do corpo e não fora”. Galeno, século II d. C. desenvolveu um modelo da identidade estrutural dos órgãos reprodutivos do homem e da mulher, demonstrava com detalhes que as mulheres eram essencialmente homens, com algumas imperfeições. (LAQUEUR, *idem*, p.16)

Esta reinterpretação de aspectos peculiares fornece novo dispositivo da linguagem que demarca as interpretações acerca da diferença sexual, diante do surgimento do conceito de orgasmo. Todavia, não se deve deixar de observar que, frente às divergências biológicas, o sentido atribuído ao orgasmo foi entrelaçado à composição da identidade feminina. Nesta perspectiva, a diferenciação sexual baseada no conceito de orgasmo, se alicerçou em fatores da natureza. Na visão biológica de Patrick Geddes, (apud LAQUEUR, 2001), por exemplo, a mulher era adjetivada como, “*passiva, conservadora, indolente e variável*”.

As mudanças na significação da diferença sexual proporcionaram visibilidade das diversidades sexuais, evidenciadas nos processos desencadeadores das relações de poder.

Na biologia, o corpo estável, não histórico e sexuado é compreendido como fundamento epistêmico das afirmações consagradas sobre a ordem social. Ser homem ou mulher era manter uma posição social na sociedade, assumir um papel cultural, não ser organicamente um ou outro de dois sexos incomensuráveis. Em outras palavras, o sexo antes do século XVII era uma categoria sociológica e não ontológica. (LAQUEUR, 2001, 18, 19)

Essas demarcações constituíram dispositivos de poder, através dos quais foram interpretadas as identidades sexuais divergentes, conforme argumentos de Foucault (1988). Durante muito tempo, o determinismo biológico, foi responsável pelas transformações dos processos históricos da sexualidade. Tal determinismo continuou fornecendo matéria prima para uma nova ordem política de diferenciação sexual.

As contradições e dissonâncias no nível da linguagem constroem e refletem dialeticamente a manutenção de dicotomias com relação à questão da diferença e da igualdade. A complexidade se faz presente na vontade de ser diferente, mas sendo igual. Não obstante, era insuficiente nutrir simpatia pela visão moderna de diferenciação sexual, tomando como marco comparativo a concepção de sexo único (BENTO, 2006). Na medida em que pesquisadores da sexualidade iniciaram as análises que classificavam a diferenciação sexual com base no determinismo biológico, ocorreu uma cristalização do gênero, que passou a definir as identidades masculina e feminina.

Sob esta perspectiva, a categoria gênero arrasta para si as atribuições das competências, postulando para a construção histórica dos papéis sociais e sendo utilizada como dispositivo de poder, na medida que passou a determinar o que competia ao ser masculino e ao ser feminino. Acirrando o conflito entre homens e mulheres, esta categoria estabelece nova ordem de classificação para a diferença sexual. Sob sua influência, as mulheres foram submetidas aos rigores da padronização do feminino, sendo punidas ao transgredir a definição social institucional vigente.

A nova ordem moderna de classificação da diferenciação sexual era considerada como definitiva e irreversível. Opor-se a ela significava enfrentar a rigidez das leis que condicionavam comportamentos corporais. Não obstante, a concepção médica renascentista, do sexo único, foi substituída pelas diferenças sexuais e sociais que revogavam como verdade absoluta o dimorfismo.

Inaugurando uma visão diferenciada, Foucault (1988) analisou a tendência dos discursos em torno da sexualidade, desestabilizando não

apenas esses discursos, mas também, teorias e conceitos que acentuavam, frente às diferenças sexuais, a demonização das práticas sexuais classificadas como *desvios*.

Há invenção histórica dos comportamentos sexuais descritos como desvios. Isto influencia a produção de conhecimentos, principalmente aquela que interpreta a diferenciação sexual sob o enfoque da anatomia corporal e do determinismo biológico.

Matrizes filosóficas e políticas, presentes nos discursos sobre a sexualidade, codificam diferentes identidades LGBT como *anormalias*. Essa forma imperativa de interpretar as divergentes identidades sexuais atribuí às orientações sexuais atualmente definidas como LGBT a noção de desrespeito à dignidade humana.

A luta por reconhecimento realizada pelo movimento LGBT enfrenta desafios enormes, na medida em que exige mudanças de atitudes, em nível macrossocial. No nível internacional, as lutas pelo reconhecimento foram marcadas pelo enfrentamento de um léxico no qual são recorrentes palavras como *doença, desvio, anormalidade*.

Ao chamar a atenção para a relação com a esfera governamental, além das reivindicações de reconhecimento público, cabe questionar seguinte: o que pede o movimento LGBT? Em meio à diversidade LGBT, quem é contemplado mediante o que se pede? Através de que canais são feitos tais pedidos, ou melhor, como se pede? Como se constrói a questão dos direitos à diversidade sexual?

São estas e outras questões que nos propomos responder ao longo desta pesquisa. As condições em que opera o movimento homossexual vêm sendo transformadas desde a década de 1990 pela emergência de novas identidades sexuais alternativas ao padrão sociocultural brasileiro hegemônico, conforme demonstra a pesquisa pioneira de Regina Facchini (2005). Na obra desta autora é abordado o contexto histórico do surgimento do movimento homossexual, as implicações deste histórico e como ressoa nos processos de construção e reconstrução de identidades coletivas LGBT.

As poucas lideranças responsáveis pela criação deste movimento pertenciam a uma classe média, com a vida econômica relativamente confortável (FACCHINI, 2005) e fizeram breves investidas na estrutura do poder político, sem atingir resultados satisfatórios. Em vista disso, criaram jornais alternativos pra divulgar suas ideias - imprensa alternativa -, e participaram de debates, encontros e palestras³⁴. Atualmente 257 associações, afiliadas da ABGLT, militam no movimento LGBT brasileiro.

Avaliando o significado do corpo e da sexualidade na sociedade moderna, Jeffrey Weeks (1996), a exemplo de Foucault, examinou os pontos fortes e fracos na produção do conhecimento sobre a sexualidade, identificando seu caráter social e histórico. Focalizando o processo que envolve as identidades sexuais divergentes, Weeks (1996) destaca a *invenção da homossexualidade* em sua historicidade, no âmbito da operacionalização da classificação biológica das identidades sexuais desviadas.

A análise deste autor põe em evidência definições dominantes na área, as quais ora classificam as sexualidades, invertendo termos dos discursos militantes e combatendo a homossexualidade, ora constroem uma abordagem com base na preocupação com controle e normalização social. O que aqui se coloca no tocante ao antagonismo preexistente à diversidade das identidades sexuais refere-se a um contexto em que se observa a exclusão das diferenças do campo do aceitável, sejam estas culturais, identitárias, políticas e sociais.

Nas sociedades ocidentais, o modelo de moral hegemônica toma a noção de norma para disciplinar a heterossexualidade (FOUCAULT, 1979). De acordo com esse modelo, a normalização da heterossexualidade produz efeitos

³⁴ No decorrer do ano de 1979, o grupo *Somos* se insere em debates promovidos pela Universidade de São Paulo sobre “movimentos de emancipação”. Em junho daquele ano, emerge desse grupo uma vertente Lésbico-Feminista. O grupo *É* encabeça várias ações no decorrer do ano de 1979, tais como: campanha de defesa do referido jornal-agosto; ato público em parceria com movimento negro-novembro; encontro de grupos organizados no Rio de Janeiro, com apoio do jornal *Lampião*; Durante a década de 1980, entre os meses de março, maio, junho, agosto e dezembro, o grupo *Somos* promove, em São Paulo, o primeiro Encontro Brasileiro de Homossexuais-(EBHO); ação de apoio a greve dos operários do ABC; cria-se nesse contexto, o Grupo de Ação Lésbico-Feminista-(GALF), que participa do Encontro de Grupos Feministas ocorrido no município de Valinhos SP (SIMÕES, 2009, p. 162).

de verdade, ao ativar, estrategicamente, mecanismos de controle dos comportamentos humanos.

Sob esta perspectiva, as narrativas históricas sobre a homossexualidade indicam mecanismos através dos quais as identidades sexuais divergentes, ora são excluídas e ora são excludentes. Quando enquadradas como relações antagônicas e subjugadas por convicções biológicas, resultam no determinismo biológico. Este, por sua vez, traz à tona novas tendências antagônicas que, ao longo da história da humanidade, influenciam as sociedades ocidentais. Isto permite compreender a divisão das identidades sexuais, cujo fundamento, oculta processos responsáveis pela classificação – *normal e anormal* - da diversidade sexual.

A dualidade normal X anormal representa o confronto entre o poder normativo, que estabelece padrões e modelos a serem seguidos pelas sociedades; e tudo que transgride a normalização. Essa dualidade alimenta o preconceito, imprimindo um léxico que produz a estigmatização dos atores sociais LGBT, classificados por desviados³⁵.

Compreender esse léxico é importante para entender a sociogênese dos direitos à diversidade sexual, já que estes se constituem enquanto *problema social* na medida em que os indivíduos enfrentam discriminação, têm seus direitos civis atingidos e se mobilizam para reivindicar a garantia deles. A partir desse dado da realidade, instituições políticas, científicas, em seus jogos de interesses e de poder evocam, dão visibilidade e *constroem o problema social dos diferentes* em termos de orientação sexual.

De fato, em uma sociedade diferenciada, uma instituição tem efeitos necessariamente diferenciados sobre os agentes, ou o que vem a dar no mesmo, os diferentes grupos sociais estão predispostos, de forma desigual, a se conformar às exigências

³⁵ É comum ouvir pessoas referir-se aos homossexuais masculinos como “veados”, fazendo referência ao animal veado. No entanto, o sentido atribuído a esta palavra deriva dos julgamentos atribuídos a condutas “desviantes” pelo cristianismo que somados aos preceitos das ciências médicas, classificaram a homossexualidade, as práticas homossexuais, como patologias. Portanto o termo “desviado” origina o chulo “veado”. Ver Costa, Jurandir Freire, *Ordem Médica e Norma familiar* (1983).

de funcionamento da instituição em questão. (MERLLIÉ, 1996, p. 23)

A homossexualidade, embora não tenha sido um tema constante na narrativa das sociedades ocidentais, esteve presente em vários contextos históricos desde o período da Grécia clássica até meados do século XIX. Neste século, inaugura-se uma nova fase de produção de discurso sobre homossexualidade, com destaque no sujeito homossexual como objeto de análise.

Os discursos sobre as sexualidades visam oferecer elementos para a definição das identidades sexuais. O problema gerado em torno do reconhecimento da homossexualidade desencadeou novas mudanças nos modelos de explicações. Há um intenso debate acerca da natureza das identidades sexuais, cujo fundamento encontra-se nos teóricos das ciências médicas. Em defesa da soberania das identidades heterossexuais, como elemento determinante da heteronormativa, durante séculos, predominaram classificações medicalizadas da homossexualidade. Atualmente, travestis e transexuais, ainda são classificadas como problemas patológicos (BENTO, 2008, p. 77).

Foucault, na análise que faz do biopoder³⁶, reafirma a presença de um conjunto de práticas e discursos sobre a corporalidade e a sexualidade que constitui a sociedade moderna, na forma de poder disciplinário. Este encontra fundamento e se consolida na *família cristã burguesa*.

É para atender os interesses da família cristã burguesa que age o biopoder, regulando o econômico, através do controle das práticas de reprodução e a esfera do simbólico referida às práticas corporais, na medida em que estabelece os limites entre o que é normal e anormal, o padronizado e o “*desviante*”. Isso, por vezes, foi identificado através do dispositivo de controle da sexualidade. Nas palavras de Foucault:

³⁶ O biopoder, para Foucault (2008), é um meio através do qual a biopolítica age, seja com referência a administração: da saúde, da sexualidade e da natalidade, além da higiene e alimentação, principalmente quanto estes temas passam a por inquietações políticas.

Nem tanto ao sexo-natureza (objeto para uma abordagem biológica), mas ao sexo-história, ao sexo-significação, ao sexo discurso. Colocamo-nos, a nós mesmos, sob o signo do sexo, porém, de uma *Lógica* do sexo, mas do que de uma *Física*. Não devemos enganar-nos: sobre a grande série de oposições binárias (corpo-alma, instinto-razão, pulsões-consciência), o Ocidente conseguiu, não somente e nem tanto anexar o sexo a um campo de racionalidade, o que sem dúvida nada teria de extraordinário, tanto nos habituamos, desde os gregos a esse tipo de conquista; os geneticistas não concebem mais a vida como organização dotada, também da capacidade de se reproduzir; eles vêem, no mecanismo de reprodução, o que introduz propriamente à dimensão do biológico. (FOUCAULT, 1988, p. 88)

A abordagem da ciência neste momento histórico transcende o modelo bipolarizado e se desdobra no reconhecimento da existência da posição homossexual, refletindo a ideia da possibilidade da condição de ser diferente em termos do padrão do sexualmente *normal*.

Ao definir o “sentimento sexual contrário”, ou a existência de um “terceiro” gênero, Richard Von Krafft-Ebing, Magnus Hirschfeld, Havelonck Ellis e outros estavam tentando assinalar a descoberta ou o reconhecimento de um tipo distinto de pessoa, cuja essência sexual era significativamente diferente daquela do/da heterossexual – outra categoria inventada, mais ou menos na mesma época. (WEEKS, 1996, p. 44)

Quando à ideia de homossexualidade, atribui sentido às vidas de pessoas cuja identidade sexual diverge do padrão institucionalizado, então entra em discussão a questão moral e dos direitos. Baseando-se nos princípios da democracia, consagra-se a defesa da liberdade de expressão como argumento significativo resultante das ações coletivas. Nessa perspectiva, da definição de homossexualidade como categoria de análise, resulta a noção de diversidade sexual, a qual se constitui enquanto diretamente vinculada atribuição de significado subjetivo ao sujeito que teria direitos ao respeito da sua identidade sexual, divergente daquela legitimada pela norma.

A dinâmica de classificação das identidades sexuais divergentes produziu, no Ocidente, “padrões de interação homossexual”, estabelecendo-se uma conexão com a antiguidade grega (WEEKS, 1996). A cultura grega forneceu a base para a compreensão da ideia de homossexualidade, apresentando uma significativa liberdade no tratamento das relações entre *iguais*, embora estas fossem objeto de uma série de regulações.

A modernidade ocidental se apropriou do padrão grego de classificação sexual, ora reproduzindo as categorias, *ativo* e *passivo*; ora classificando os sujeitos homossexuais como *efeminados*. Essa apropriação modelou, primeiramente, em um contexto específico, o universo de travestis masculinos nas principais cidades européias, no final do século XVIII, a exemplo de Londres (BENTO, 2006).

No final do século XIX, é o momento em que historiadores das relações homoafetivas localizam a formulação da percepção moderna de homossexualidade, da diversidade de orientação sexual. É dada visibilidade às identidades sexuais diferentes, as quais foram classificadas com perversão, com base em ideais oriundos do cristianismo. O preconceito, com base na interpretação do que seria a *ordem da natureza*, se metamorfoseia em preconceito social, muitas vezes se *consolidando como violência e ódio de uns sobre outros* (PRADO; MACHADO, 2008).

A construção moderna da homossexualidade foi ancorada por classificações como: *patologia*, *perversão*, *anomalia* etc. O efeito negativador que isso produziu serviu como base dos mecanismos de controle dos comportamentos humanos descritos como *desviantes*.

Conforme visto acima, as ciências médicas, biológicas, psicanalíticas, psiquiátricas e psicológicas construíram as primeiras teorias acerca identidades sexuais divergentes. Tais teorias tipificaram as diferenças sexuais, repousando em valores que asseguram legitimidade à heterossexualidade.

Na segunda metade do século XX, emergem modelos teóricos alternativos, os quais interpretavam a sexualidade a partir de contribuições conceituais inspiradas em Freud. Dentre outros autores dessa linha

destacamos Herbert Marcuse, Erich Fromm, Brown e Paul Goodman (ESCOFFER, 1998).

Dentro deste contexto, os estudos de Alfred Kinsey sobre a sexualidade, abrem portas para a reflexão da dimensão empírica da pesquisa sobre as relações dos indivíduos com suas corporalidades. O sociólogo John Gagnon (2006) foi pioneiro na construção de uma abordagem sociológica do estudo da sexualidade. Em sua obra *A Conduta Sexual* (1973), este autor, na companhia de Willian Simon, analisa o tema da sexualidade, numa perspectiva construcionista³⁷. Os referidos autores desenvolvem a teoria social dos “roteiros sexuais”, em substituição as teorias biológicas e psicanalíticas que até então interpretavam o comportamento sexual humano.

As análises sociológicas dos estudos da sexualidade elaboradas por Gagnon e Simon (1973), criticam a visão estritamente biológica da homossexualidade. Desencadeiam-se, nesse contexto, questionamentos à visão essencialista da corporalidade, das práticas e usos que lhe constituem, o que cria um sentido de compreensão da sexualidade como resultado da construção histórica e social.

Os *cenários culturais*, segundo estes autores, fornecem matéria prima para narrativas e práticas sociais, como também seriam os *roteiros interpessoais* responsáveis pela interação social cotidiana e os *roteiros intrapsíquicos*, que dizem respeito à expressão subjetiva do indivíduo, codificaram narrativas internas com expectativas sociais e culturais de comportamentos (SIMON; GAGNON, 1986)³⁸.

³⁷ Alípio de Souza Filho (2009), inspirando-se na concepção construcionista, demonstrou que a realidade social, enquanto produtora de relações sociais, é resultado de construções: “A ideia construcionista deve seus começos às primeiras escolas de sociologia e antropologia, e deve um tributo especial a Peter Berger e Thomas Luckmann – a quem devemos o livro seminal “A construção social da realidade” (1985), cujo título diz tudo... Outro autor importante para se entender como procedem os estudiosos que adotam a concepção construcionista é o filósofo Michel Foucault... Antes dele, no início do século XX, os estudos das escolas antropológicas e sociológicas sobre padrões culturais, cultura e personalidade, indivíduo e sociedade já apresentam concepções construcionistas, a exemplo, de autores como Frans Boas (2004), Ruth Benedict (s.d.), Margareth Mead (1988), embora se deva entendê-los em seus contextos e como pioneiros de uma concepção que estava apenas em seus começos” (p. 11 e 12).

³⁸ Vale ressaltar que Gagnon (2006) desenvolveu sua análise, opondo-se à perspectiva naturalista do autor Kinsey, idealizador do referido Instituto.

Os estudos da sexualidade sob este viés sociológico ocorreram em um contexto histórico em que explode a “*primeira revolução sexual*”³⁹. Tal revolução influenciou mudanças de atitudes, no que se referia à aprovação do direito à diversidade sexual, e nos debates políticos sobre sexo e representação cultural. Este momento histórico oportunizou visualizar a conexão entre sexualidade, gênero e relações de poder.

Com a institucionalização da sociologia nos Estados Unidos, após a Segunda Guerra Mundial, criam-se vários departamentos de sociologia tendo como especialidade a *sociologia do desvio*, a qual serve de fundamento para refletir, dentre várias problemáticas sociais emergentes, a questão da sexualidade sob a perspectiva da divergência em relação aos padrões normalizados.

Nesse mesmo período, os signatários da “teoria dos roteiros sexuais”, foram fortemente influenciados pela tradição interativa de Chicago, seja através da pesquisa de Mead; da literatura de Kenneth Burke, que defendia a ação social como ação simbólica; e da análise feita por Freud, quando este fez referência às fantasias intrapsíquicas da sexualidade.

Os períodos 1960 e 1970 representaram um momento de efervescência política na linha da *contracultura*. Atores sociais contestavam, na medida em que rejeitavam valores que coíbiam as liberdades de orientação sexual⁴⁰ a heteronormatividade, emergindo, neste contexto, uma vasta produção de discursos e debate com diferentes abordagens, envolvendo questões como o papel social das mulheres, sexualidade feminina, a questão das identidades sexuais com base na orientação sexual, entre tantas outras ligadas à sexualidade.

³⁹ As décadas de 1960 e 1970 foram marcadas por esta revolução sexual, que motivada pelo surgimento da pílula anticoncepcional, desencadeou, segundo Herbert Marcuse (1999), desdobramento político da livre expressão da sexualidade, acentuando com isso, a luta por igualdade e liberdade. Ver também os estudos de Mary Del Priory, *Histórias Íntimas* (2011), obra em que a autora analisa a História do Brasil, sob o enfoque da sexualidade e do erotismo.

⁴⁰ Em face de substancialização e naturalização do conceito de “Orientação Sexual”, Souza Filho (2007) adverte sobre os riscos que podem ser desencadeados. Seja pela ação da “política de colonização da sociedade”, ação do preconceito, conservadorismo, além da domesticação: da política do desejo; da identidade e da política do sujeito de direito. Propõe o entendimento da Orientação Sexual, “um sinônimo a mais para as escolhas, opções, preferências, construções e práticas do desejo, do erotismo, da sexualidade” (SOUZA FILHO, 2007, p. 60 e 64).

Gagnon (2006) interpretou como fatos sociais as várias mudanças culturais que influenciaram a análise epistemológica do sexo e da sexualidade ao longo da história ocidental. Apesar de estar em contato com pesquisas sobre o *comportamento sexual do homem* (1948) e o *comportamento sexual da mulher* (1953), este autor interpretou, com clareza sociológica, o comportamento sexual e suas inter-relações com a época, rejeitando as explicações influenciadas pelo determinismo biológico, presentes nas pesquisas que deram origem aos Relatórios de Kinsey.

Aproximadamente na mesma época (1960 a 1970), a produção teórica de Gagnon e de seu parceiro de pesquisa, William Simon, sobre a “teoria dos roteiros sexuais” influenciou fortemente os movimentos sociais femininos que se organizavam em reação à discriminação sexual. Enquanto isso *balançava-se o berço* do movimento internacional homossexual, denominado na época movimento *gay*.

Mediante a efervescência política das identidades sexuais divergentes a concepção de *desvio*, constituída em relação à ordem biológica de classificação da diferença sexual passa a ser questionadas pelos atores sociais. Essa concepção adquire *status* de problemática social, na medida em que passa ser estudada por uma nova linha científica, a sociologia do desvio.

É através da mediação dos estudos socioantropológicos das orientações sexuais alternativas aos padrões hegemônicos sociais em termos da categoria *desvio* e no âmbito daquelas da reflexão sobre os processos de estigmatização e o preconceito que a ação dos ativistas LGBT brasileiros se constituiu, bem como as políticas públicas destinadas a garantir os direitos dessas *minorias*. Nesse cenário de luta pelos direitos à cidadania⁴¹ que se desenham os mecanismos que influenciaram as reivindicações de reconhecimento público do

⁴¹ Para reparar as situações em que os indivíduos classificados como LGBT têm negado seus direitos sociais, sendo alvo da discriminação específica – a homofobia – foi aprovado o Estatuto da Diversidade Sexual, pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), em 22 de março de 2011. Os princípios que regem as ações deste Estatuto se ancoram em oito pilares, a saber: “*dignidade da pessoa humana; igualdade e respeito à diferença; direito a livre orientação sexual; reconhecimento da personalidade de acordo com a identidade de gênero; direito a convivência comunitária e familiar; liberdade de constituição de família e de vínculos parentais; respeito a intimidade, à privacidade e a autodeterminação; direito fundamental a felicidade*” (DIAS, 2011, p. 21). Cada um destes princípios é regido por normas constitucionais que asseguram o exercício pleno da cidadania.

movimento LGBT no Brasil, e a relação deste com a esfera governamental em nível nacional, no período de 2004 a 2012.

A sociogênese da constituição da orientação sexual e da cidadania dos indivíduos com orientação sexual diferente do padrão hegemônico enquanto um *problema social*, aponta para uma série de lutas de interesses e de políticas de visibilidade da sexualidade, as quais resultaram na transformação dos modelos tradicionais de análises das diferenças como problemática social e nas políticas públicas desenhadas no âmbito da esfera governamental para o enfrentamento da mesma, com seus efeitos planejados e não planejados.

O reconhecimento político conquistado tem possibilitado a intensificação do movimento LGBT. Por um lado, os indivíduos assim classificados podem se declarar publicamente de modo mais confortável do que em períodos nos quais a homofobia não era ainda objeto de regulação. Os processos que têm como objeto ações de discriminação pública de indivíduos por causa de sua homossexualidade tem colocado na ordem do dia uma crítica constante à radicalidade do padrão heteronormativo. Essa possibilidade de crítica aponta para um cenário no qual a diferença de qualquer ordem passa a ser reconfigurada, o que reflete a disseminação contemporânea da discussão sobre o multiculturalismo, uma das matrizes do discurso específico do movimento LGBT.

1.2 A discussão sobre multiculturalismo

Um balanço da literatura que tangencia o tema da identidade sexual aponta a relevância da discussão sobre o multiculturalismo, no que se refere à sua conexão com a qualificação do debate a respeito do que as sociedades fazem com a diversidade que as constitui, inclusive quando se consideram as diferenças na área das práticas ligadas à sexualidade.

A noção de multiculturalismo é explicada por Stuart Hall (2009) nos seguintes termos: “Refere-se às estratégias e políticas adotadas para governar

e administrar problemas de diversidade e multiplicidade gerados pelas sociedades multiculturais” (p. 50). A reflexão sobre a necessidade de pensar estratégias e maneiras de agir no nível individual e em termos macrossociais é colocada em contexto histórico demarcado por construções e reconstruções identitárias e pelo afloramento dos discursos sobre as políticas da alteridade, a exemplo daquela observada em termos da diversidade dos comportamentos ligados à sexualidade.

Sendo assim, o multiculturalismo implica em pensar a relação entre o *eu* e o *outro*, na qual uma possibilidade combatida pelos defensores do multiculturalismo é aquela definida em termos do *eu* revestido de *poder*, enquanto o *outro* assume, na representação do *eu*, a posição marcada pelas contradições e dissonâncias.

Na direção contrária a essa visão da relação com alteridade, na qual o *eu* concentra a positividade e o *outro assume a* negatividade, Hall (2009, p. 51), destaca algumas múltiplas versões que o termo *multiculturalismo* assume:

- a) O “*multiculturalismo conservador*” com referência ao trato dado às diferenças, numa perspectiva das tradições e costumes legitimados;
- b) “*multiculturalismo liberal*”, que promove a integração da diferença cultural com base no princípio universal de um modelo de cidadania individual, “tolerando certas práticas apenas no domínio privado”;
- c) “*multiculturalismo pluralista*”, que diante da diferença cultural concede direitos garantidos a alguns grupos, estendendo-os a diferentes comunidades;
- d) “*multiculturalismo comercial*”, que defende a ideia do reconhecimento da diversidade cultural através do consumo privado, que possibilita a diluição dos problemas das diferenças;
- e) “*multiculturalismo corporativo*”, que busca gerenciar “as diferenças culturais da minoria, visando os interesses do centro”; e o “*multiculturalismo crítico ou revolucionário*” que destaca a tripla conexão poder-privilégio-hierarquia frente aos movimentos sociais das resistências.

Nesse âmbito de significações destacadas por Hall (*idem*) acerca do multiculturalismo, destacamos a perspectiva do “multiculturalismo crítico”, que serve de inspiração para a discussão sobre as questões ligadas à diversidade nos usos da sexualidade e às lutas pela conquista de reconhecimento político do movimento LGBT. É com base na multiplicidade de atribuições de sentidos e das reinterpretações ao comportamento dos indivíduos em termos da sua sexualidade, que o referido movimento ganha espaço no contexto político de várias sociedades contemporâneas e em particular na brasileira.

É na esteira da reflexão em torno do “multiculturalismo crítico” que se coloca a discussão sobre a diversidade das identidades que entram em inter-relação nas sociedades, e a partir das propostas de respeito às diferenças que seus defensores advogam que a discussão sobre as identidades referidas à ordem da sexualidade ganha legitimidade.

O pensamento de inspiração multiculturalista aponta para o caráter de construção social, de inessencialidade das identidades em geral e particularmente daquelas referidas ao campo da sexualidade, o que se constitui em um elemento fundamental para a constituição do problema dos indivíduos LGBT enquanto um *problema social*, a ser *enfrentado*, tratado, inclusive, pelas instâncias governamentais.

O interesse investigativo em torno da questão da diversidade, sob enfoque da identidade, coincide com as mudanças nas formas de organização social, frequentemente definida em termos da emergência da modernidade, com toda a polissemia que essa denominação implica.

No contexto contemporâneo, a identidade do sujeito histórico assume centralidade, sendo essa categoria mobilizada numa perspectiva da diferença.

A produção de conhecimentos que interpreta a identidade, tomando como fio condutor para a análise da diferença tem em Hall (2003), sua pedra fundamental. Para este autor, o referido conceito resume em si a identidade do sujeito, sendo, no período pré-moderno, caracterizada pela idéia de associação

dos diversos indivíduos com características fixas, as quais lhe atribuiriam uma *identificação*.

Com efeito, o conceito de identidade se funde com a identificação do sujeito, a qual toma por base os traços gerais das sociedades às quais ele pertence. Portanto, da intersecção proposta entre identidade e sujeito, brotam as interpretações de Hall sobre a identidade, classificadas por ele como: “*identidade do sujeito do iluminismo, do sujeito sociológico, do sujeito pós-moderno*”.

O sujeito do iluminismo se definia como centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação, cujo ‘centro’ consistia num núcleo interior, que emergia pela primeira vez quando o sujeito nascia e se desenvolvia. “O centro essencial do eu era a identidade de uma pessoa”. (HALL, 2003, p. 10).

O sujeito sociológico e pós-moderno se constroem na relação entre o eu e o outro.

A noção do sujeito sociológico refletia a crescente complexidade do mundo moderno e a consciência de que este núcleo interior do sujeito não era autônomo e auto-suficiente, mas era formado na relação com ‘outras pessoas importante para ele’, que mediavam para o sujeito os valores, sentidos e símbolos. A identidade, nessa concepção, preenche o espaço entre o ‘interior’ e o ‘exterior’. (HALL, 2003, p.11)

Isto demonstra como a cultura interfere na construção do sujeito e vice-versa. As pessoas interiorizam valores e significados que tendem então a substituir costumes que tradicionalmente permitiram erguer e alimentar culturas.

Mas, tudo o que espontaneamente adentra a identidade do sujeito sociológico, interfere em sua estabilidade e desencadeia sua fragmentação.

Segundo Hall, é, portanto desta fragmentação que resultam as características centrais das identidades do sujeito pós-moderno⁴².

Tal fragmentação na identidade do sujeito, longe de destruí-la, inaugura um tipo de identificação caracterizada pela multiplicidade em torno de um só *eu*. Isto regenera a concepção ontológica de identidade concebida por Aristóteles, segundo o qual a *unidade de um só ser é tratada como multiplicidade*.

Pode-se então compreender, com base em Hall (2003), que as identidades, os *eus* subjetivos adquirem consistência conceitual quando influenciados por valores culturais ou leis gerais que determinam a dinâmica social. Em síntese, Hall (2003) concebe a identidade, como resultado da articulação de discursos e práticas no trajeto de construção dos múltiplos papéis dos atores sociais.

Outros contemporâneos, a exemplo de Manuel Castells, Anthony Giddens, Ulrich Beck, Scott Lash, tomam a identidade como categoria de análise para explicar as transformações sociais, culturais e políticas. Com base nesses autores podemos pensar que a concepção dos processos de construção/reconstrução de identidades foi um dos fatores decisivos nas recentes direções da relação entre o movimento LGBT, a sociedade e Estado brasileiro.

Além desse pressuposto em cuja base o movimento LGBT, dentre outros ligados a minorias políticas, conquistou espaço e reconhecimento político, a dinâmica de relações com o Estado brasileiro também foi marcada pela construção das reivindicações dos *desviantes* relativos à esfera da sexualidade em termos de luta pela garantia dos direitos humanos para esse setor da população. A inserção da luta do movimento LGBT no âmbito da discussão sobre as políticas de direitos humanos do governo brasileiro foi

⁴²“Esse processo produz o sujeito pós-moderno, que em síntese, descaracteriza a ideia fixa de identidade, essencial ou permanente. A identidade é um constante movimento, formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. Portanto, sua definição é histórica e não biologicamente”. (HALL, 2003, p. 12-13)

fundamental para as conquistas alcançadas no governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva – 2004/2008.

No esforço de interpretar como o movimento se transforma em um objeto de *governo da população*, investigamos que o governo Lula redimensionou a visão sobre as minorias LGBT, institucionalizando espaços de interlocução. Através do processo de reconhecimento político, mediante o processo de legitimação social, o referido governo restabelece a montagem de dispositivo com a retomada da valorização dos direitos humanos⁴³.

Assim, as minorias referenciadas foram envolvidas no processo de construção das bases das políticas públicas, integrando os direitos LGBT aos direitos humanos. A análise das práticas participativas permite visualizar, durante o exercício do governo Lula, ações pioneiras e propulsoras do processo de institucionalização desses direitos. Fato que contribuiu para o reconhecimento institucional da diversidade em geral e, particularmente, do universo ligado à sexualidade. Também foram publicamente redefinidos e organizados novos modelos de explicação para a diversidade social e sexual.

A partir do momento em que as minorias LGBT passaram a ser objeto de interesse do governo em análise, evidenciaram-se fatores étnicos, raciais, culturais e sexuais. Na descrição do processo de diferenciação dos sujeitos homossexuais, observamos que os referidos fatores também foram utilizados como objeto de reflexão das políticas de identidade e dos movimentos que reivindicavam direitos civis e sociais.

⁴³ Mérito do governo Lula foi a ampliação de práticas de participação, através das quais se evidenciaram demandas da sociedade civil. Durante as duas gestões de Lula, foram realizadas 52 conferências nacionais, sobre temáticas diversas. A partir de 1988, as minorias tornaram-se objetos de conferências nacionais, embora desde 2003 o processo de realização das referidas conferências tenham se tornado mais abrangente.

1.3 A emergência de associações e instituições gays de mobilização⁴⁴

Nesta análise, referenciamos a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), que se constitui como estrutura organizacional de representação nacional dos diversos grupos LGBT. Desde a sua criação, em 31 de janeiro de 1995, a referida associação mantém uma rede nacional atualmente composta por 274⁴⁵ entidades afiliadas.

Para descrever a configuração das ações desenvolvidas pela ABGLT, evidenciam-se as ações centradas na reivindicação de cidadania para a população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais brasileiros. Além disso, mantém uma linha de atuação, monitorando não somente o *Programa Brasil sem Homofobia* com também a implementação das propostas de políticas públicas. Para tornar evidente a prática participativa e fortalecimento da democracia representativa, a ABGLT pressiona o Poder Legislativo a reconhecer os direitos LGBT, por meio dos quais se exerce a cidadania. A forma como tais ações se institucionalizam coloca em funcionamento mecanismos de combate como meios disponíveis ao reconhecimento desses direitos:

O combate à homofobia nas escolas; O combate à Aids e outras doenças sexualmente transmissíveis; O reconhecimento de Orientação Sexual e Identidade de Gênero como Direitos Humanos no âmbito do MERCOSUL; *Advocacy* no Legislativo, no Executivo e no Judiciário; A capacitação de lideranças lésbicas em direitos humanos e *advocacy*; A promoção de oportunidades de trabalho e previdência para travestis; A capacitação em projetos culturais LGBT. (<http://www.abglt.org.br>, acesso em 27 de fevereiro de 2013)

A ABGLT tem representação junto à Comissão Nacional de Articulação com os Movimentos Sociais; no Ministério da Saúde, articula ações de saúde

⁴⁴ Para esse tópico, consultamos documentos da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT.

⁴⁵ Conforme lista fornecida pela entidade, em 27 de fevereiro de 2013. Esclarecemos que os dados compilados e organizados na pesquisa (257 organizações) referem-se ao período anterior a esta atualização. Segundo dados disponibilizados 2011 no site da ABGLT.

pública para a população LGBT, conforme assegura a Port. Nº 2.227 de 14 de outubro de 2004; no Ministério da Cultura, atuou no grupo de trabalho de promoção da cidadania LGBT, através de produção artística, em conformidade com a Port. Nº 219 de 23 de junho de 2004; essa representação se estende no âmbito da Secretaria de Educação⁴⁶; e junto à Secretaria de Justiça⁴⁷, finalmente, foi dada também oportunidade a ABGLT de se fazer representar junto a Secretaria Especial de Direitos Humanos.

Compondo a Diretoria Executiva da referida entidade existe um número expressivo de Secretarias com vasto poder de atuação. Exemplo disso são as abrangências das Secretarias Específicas e Temáticas (ver figuras a seguir).

Graças ao seu poder de articulação e à conjuntura de visibilização e reconhecimento institucional obtidos durante os mandatos presidenciais de Lula, a ABGLT tem conquistado uma significativa legitimidade, na medida em que consegue formar parcerias tanto com instâncias do governo, como também com outros movimentos sociais, conforme ilustrado nas figuras abaixo.

A parceria com outras entidades dos movimentos sociais se baseia tanto na conjuntura política em que o segmento LGBT tem ganhado espaço institucional e midiático, como na semelhança encontrada no que se refere às situações de violação de direitos. A exemplo do que ocorre com relação aos segmentos das mulheres, dos jovens, dos negros, dos índios, de pessoas com

⁴⁶ “O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 1º, do Decreto 5.159, de 28 de julho de 2004, e de acordo com o disposto na Portaria 4.032, de 24 de novembro de 2005, e na Portaria 1.264, de 27 de novembro de 2008, resolve: No-455-Art. 1º Designar os membros abaixo relacionados para compor o grupo de trabalho para acompanhar a implementação do "Programa Brasil sem Homofobia" e do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais” (PNLGBT) no âmbito do Ministério da Educação. (Diário Oficial da União Nº 68, segunda-feira, 12 de abril de 2010 2 ISSN 1677-7050)

⁴⁷ CAPITULO I - DA NATUREZA E FINALIDADE Art. 1º O Grupo de Trabalho LGBT da SENASP/MJ, instituído pela Portaria nº 7, de 1 de março de 2010, é órgão consultivo, propositivo e de assessoramento, junto ao Ministério da Justiça, sobre políticas, programas e ações referentes à promoção do reconhecimento da diversidade de orientação sexual e de identidade de gênero, ao enfrentamento de preconceito, discriminação e violência contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais (LGBT) na política nacional de segurança pública. (Nº 166, Diário Oficial da União, segunda-feira, 30 de agosto de 2010 ISSN 1677-7042 59 Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>

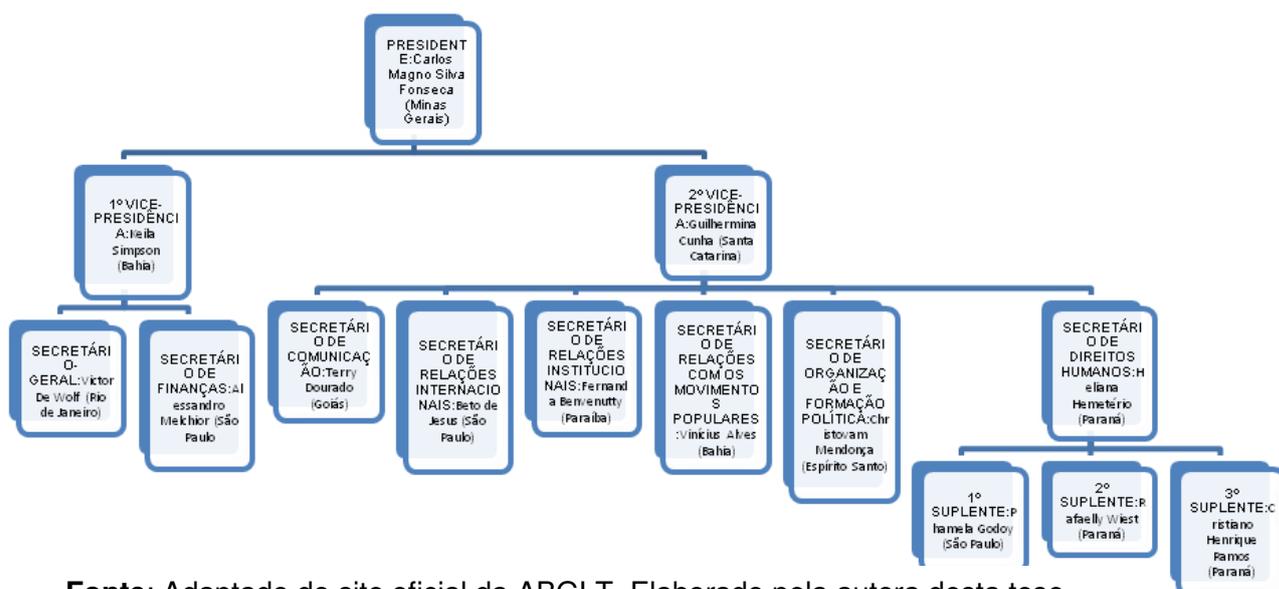
deficiência e dos idosos, a população LGBT é, em termos de direitos humanos, tratada de modo desigual.

Isto justifica as ações implementadas pela ABGLT para promover a mobilização nacional dos diversos segmentos LGBT espalhados no território nacional, embora em sua estrutura organizacional os cargos de direção executiva, são na maioria distribuídos entre os representantes das regiões sudeste e sul. Isto reflete a maior competitividade dos referidos representantes e da capacidade de mobilização política.

Ao ser questionado acerca do processo eleitoral da ABLGT, o representante do setorial norte, Beto Paes, respondeu que a formação das chapas ocorre nos momentos anteriores ao processo de votação, por ocasião das assembleias em nível nacional, embora os grupos já *tenham alinhavado propostas*:

Então, a ABGLT é uma associação de ONGs que atuam pela cidadania LGBT em nível nacional. Qualquer associação local ou regional pode pedir filiação. Cada associação na hora da eleição tem direito a um delegado, com direito a voto. As pessoas se colocam para compor uma chapa, sem imposição de que deva ser de lugar A ou B, e sim qual o perfil desta ou daquela representação. (entrevista com Beto Paes, em 28 de fevereiro de 2013 via *Facebook*)

O que parece definidor na escolha dessa representação é o histórico de cada afiliado que compõe as chapas. O perfil subentende que os afiliados devam ter tido bom desempenho na arena política em que atuam mais especificamente ao reivindicar o reconhecimento dos direitos humanos LGBT.

Figura1: Diretoria Executiva Nacional da ABGLT: Organograma

Fonte: Adaptado do site oficial da ABGLT. Elaborado pela autora desta tese.

O organograma acima demonstra as relações hierárquicas que constituem a diretoria executiva nacional da ABGLT. Além disso, esta entidade ao surgir como espaço de atuação política, tenta manter unidos os ideais de uma política libertária e plural, incluindo-se na luta política pelo reconhecimento.

Não obstante, a ABGLT divide-se internamente em secretarias representadas por afiliados com perfil de liderança. A visibilidade LGBT proporcionada por esta entidade funciona como mecanismo de poder frente às outras relações de poder institucionalizadas.

A organização da ABGLT, difundida como entidade política, foi resultado da ação consciente de um grupo de ativistas que em 1995 resolveu unificar as vontades das minorias LGBT. Ao se constituir como espaço de contínua negociação política, a ABGLT cria secretarias que atuam no intercâmbio político interno e externo, bem como nas relações de poder.

No enfrentamento das demais instituições disciplinadoras, a ABGLT coloca em cena um conjunto de entidades afiliadas; porém, limita o poder de decisão política a algumas lideranças. Prevalece, por um lado, a produção de discursos e representações reforçados pela lógica do poder e da retórica política (FOUCAULT, 2006) que contribui para construção dos novos espaços

de participação política, por meio da qual se estabelecem as necessidades das minorias LGBT.

Figura 2 – Secretarias Regionais



Fonte: Adaptado da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais- 2011(<http://www.abglt.org.br>)

Figura 3 – Secretarias Específicas



Fonte: Adaptado da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais- 2011(<http://www.abglt.org.br>)

Figura 4 – Secretarias Temáticas

Fonte: Adaptado da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais- 2011(<http://www.abglt.org.br>)

Figura 5 - Conselho Consultivo

Fonte: Adaptado da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais- 2011(<http://www.abglt.org.br>)

O Estatuto da ABGLT disponibiliza normas que regulam os formatos da afiliação:

Constituem associados(as): associações e entidades de gays lésbicas e transgêneros, sediada no Brasil, sem fins lucrativos, que concordem e apóiem os objetivos da ABGLT. Por Colaboradores entende entidade pública ou privada brasileira ou não, que concorde com os objetivos da ABGLT. Parceiro, associação ou entidade de Gays, de Lésbicas e Transgêneros, sediada no Brasil, sem fins lucrativos, de abrangência nacional. (Estatuto Social, cap.II; art. 8º)

A ABGLT, que consagra como missão primordial a defesa dos direitos de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, proclama a livre orientação sexual e identidade de gênero perante o Estado e a sociedade. Outrossim, propõe que qualquer discriminação em razão da orientação sexual e identidade de gênero seja punida.

Diante disso, reúnem-se parcerias com associações e entidades colaboradoras, unindo esforços para a construção de uma sociedade igualitária. Visando produzir visibilidade, a referida entidade legitima como sujeito político seus representados LGBT. Assim, a ABGLT, através de comandos normativos, consolida a constituição do sujeito político LGBT.

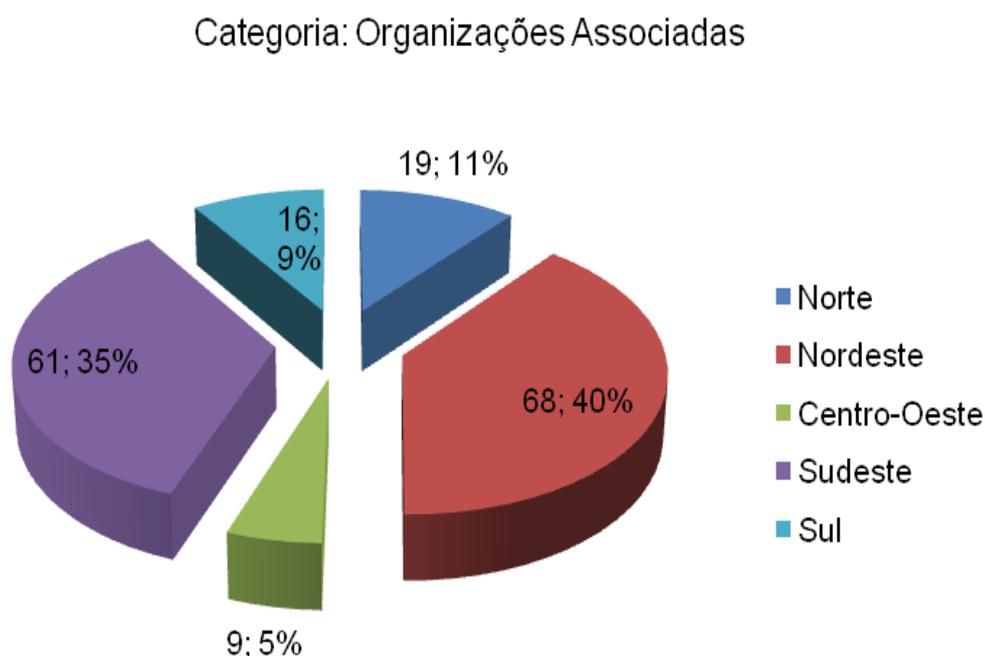
Tão logo entrou em ação, a ABGLT denuncia a omissão do poder Legislativo, pela ausência de lei que penalize a discriminação da qual são alvos os segmentos LGBT.

No campo de representação política, a ABGLT estabelece critérios para a afiliação conforme citado acima. Os próprios sujeitos políticos LGBT formam a categoria de organizações associadas representando seus estados e municípios; outra categoria de afiliação denomina-se organizações colaboradoras e referem-se às entidades e grupos em situação de vulnerabilidade social. Esta categoria se insere na sociedade lutando por direitos sociais, a saber: grupo anti-AIDS; grupo de combate a exploração,

violência e turismo sexual infantil; grupo de valorização da mulher; grupo de orientação ao soropositivo HIV; além de outros grupos que promovem voluntariado, solidariedade, filantropia etc. Fora esses, há outra categoria, as organizações parceiras. Outras entidades representativas unem-se a luta da ABGLT, como: Articulação Nacional das Travestis e Transexuais (ANTRA); Articulação Brasileira de Lésbicas (ABL); E-Jovem; Associação Brasileira de Gays (ABRAGAY) e Associação Brasileira de Pais e Mães de Homossexuais (GPH).

De acordo com a tipologia acima, apresentamos abaixo a distribuição das organizações LGBT, Associadas e Colaboradoras, no que concerne ao território nacional.

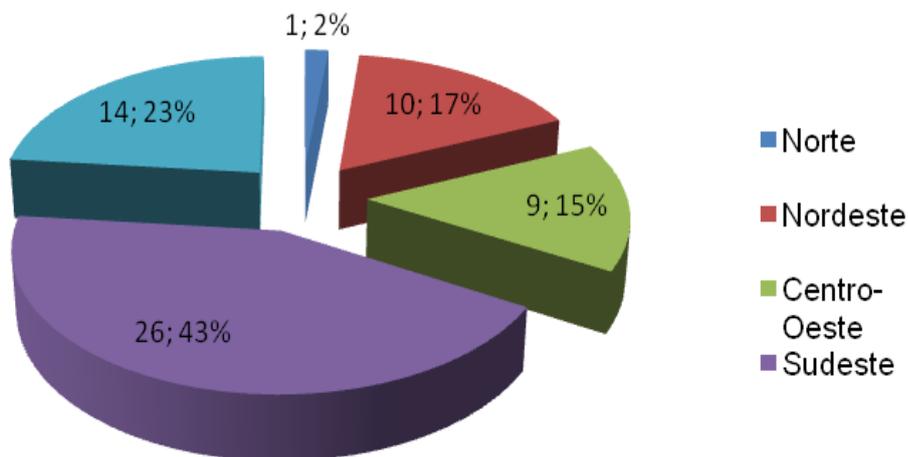
Gráfico 1: Organizações associadas nas cinco regiões



Fonte: Adaptado da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais- 2011 (<http://www.abgl.org.br>)

Gráfico 2: Organizações Colaboradoras – representação das cinco regiões

Categoria: Organizações Colaboradoras

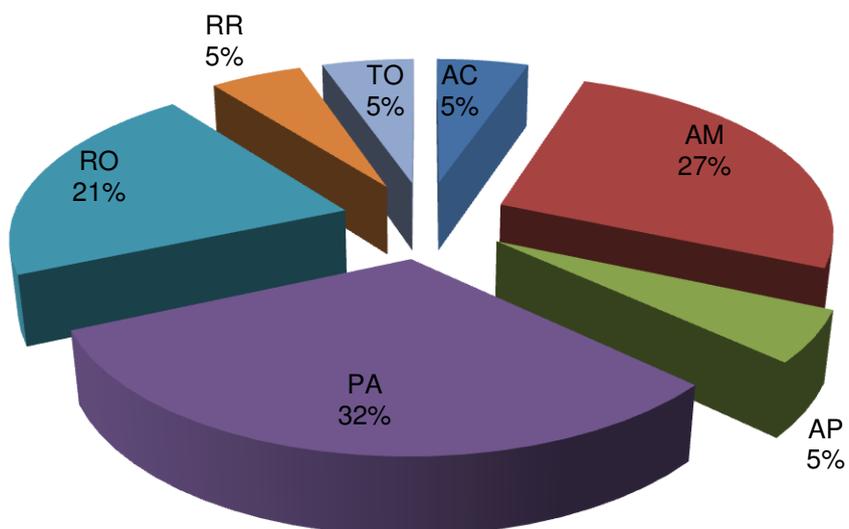


Fonte: Adaptado da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais- 2011 (<http://www.abgl.org.br>)

Gráfico 3: Organizações Associadas da Região Norte

Região Norte

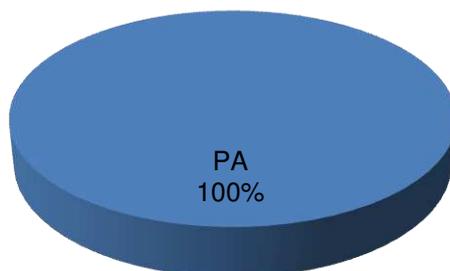
Categoria: Organizações Associadas



Fonte: Adaptado da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais- 2011 (<http://www.abgl.org.br>)

Gráfico 4: Organizações Colaboradoras da Região Norte

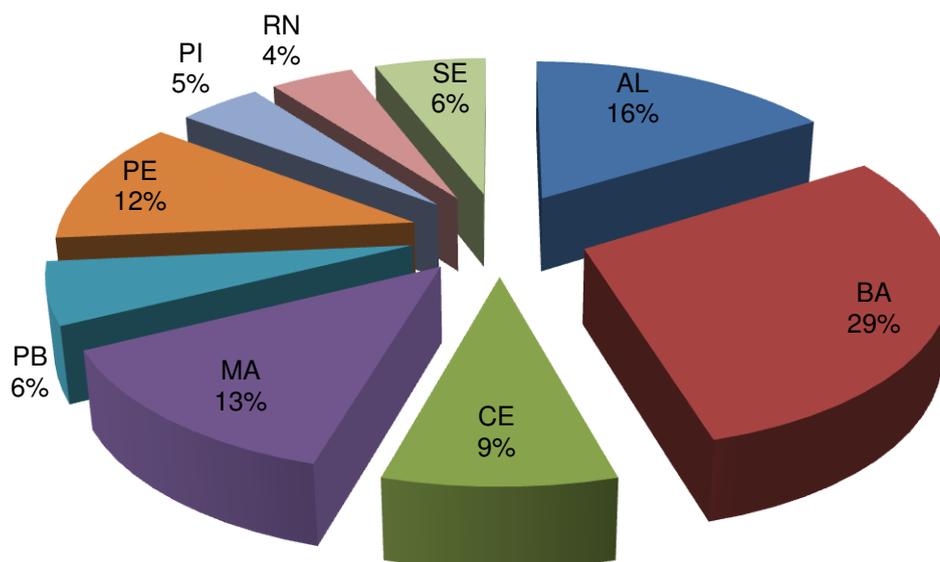
Região Norte
Categoria: Organizações Colaboradoras



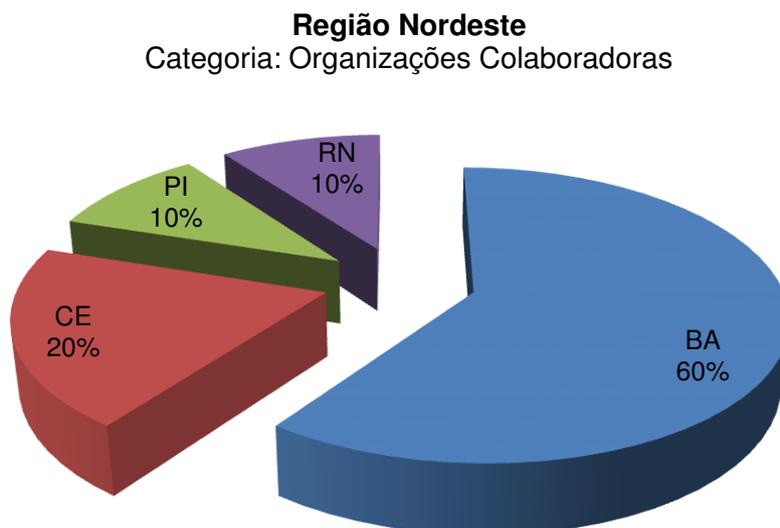
Fonte: Adaptado da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais- 2011 (<http://www.abglt.org.br>)

Gráfico 5: Organizações Associadas por Região

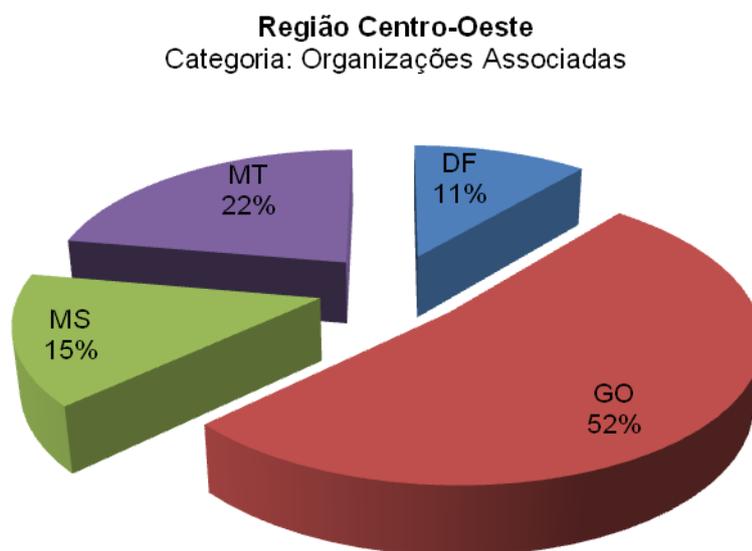
Região Nordeste
Categoria: Organizações Associadas



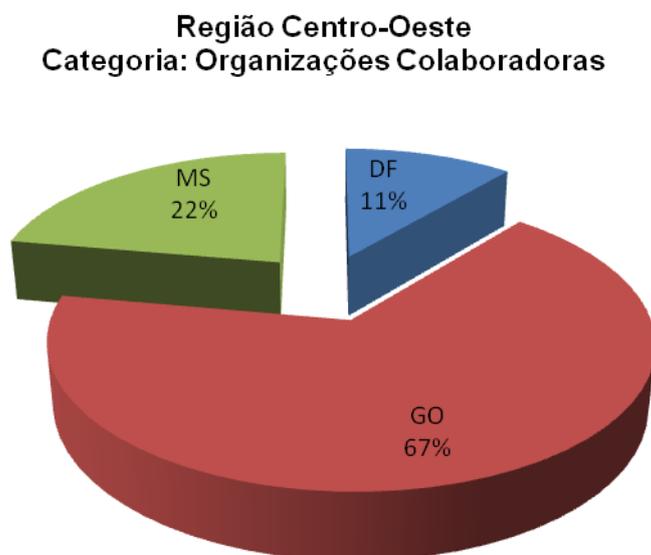
Fonte: Adaptado da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais- 2011 (<http://www.abglt.org.br>)

Gráfico 6: Organizações Colaboradoras – região Nordeste

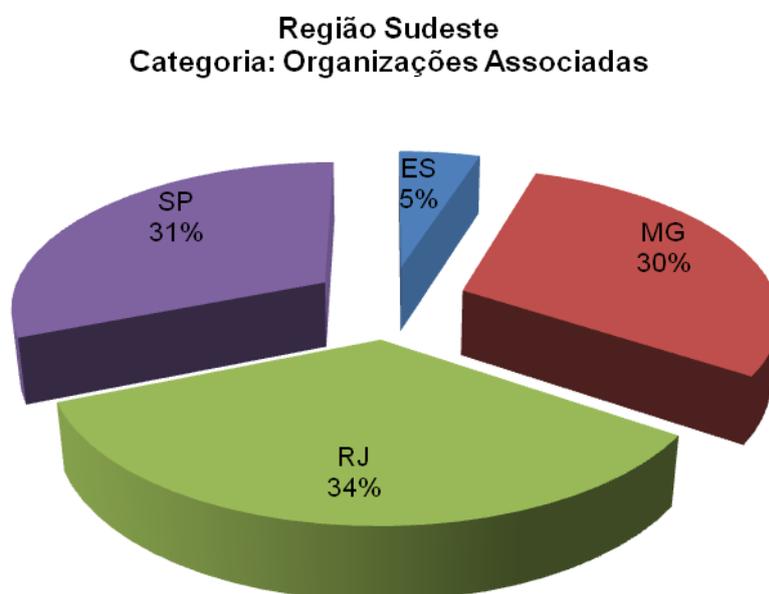
Fonte: Adaptado da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais- 2011 (<http://www.abglt.org.br>)

Gráfico 7: Organizações Associadas – região Centro-Oeste

Fonte: Adaptado da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais- 2011 (<http://www.abglt.org.br>)

Gráfico 8: Organizações Colaboradoras – região Centro-Oeste

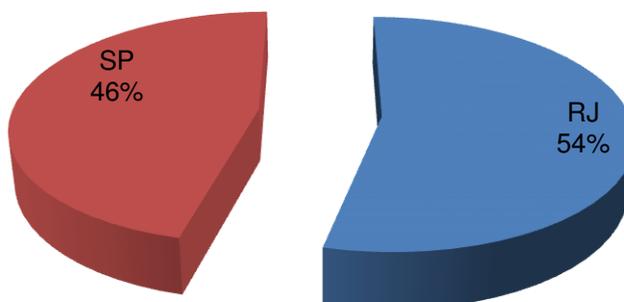
Fonte: Adaptado da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais- 2011 (<http://www.abglt.org.br>)

Gráfico 9: Organizações Associadas – Região Sudeste

Fonte: Adaptado da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais- 2011 (<http://www.abglt.org.br>)

Gráfico 10: Organizações Colaboradoras – Região Sudeste

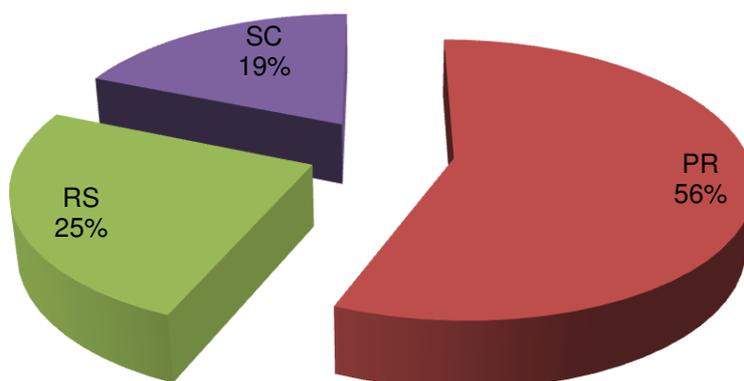
Região Sudeste
Categoria: Organizações Colaboradoras



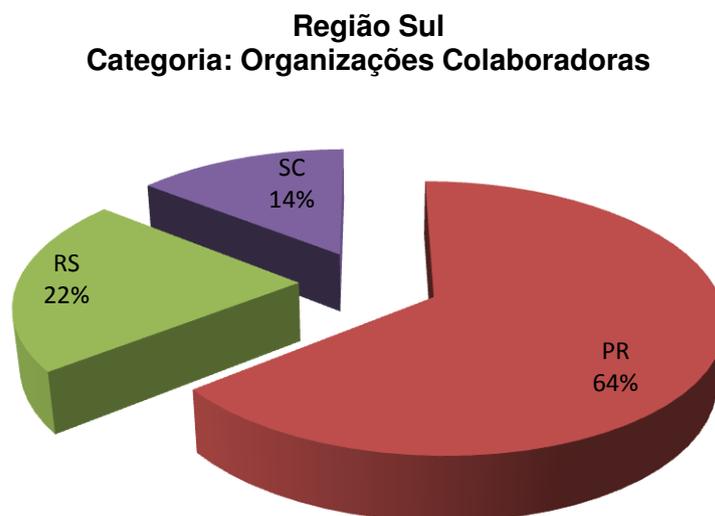
Fonte: Adaptado da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais – 2011 (<http://www.abglt.org.br>)

Gráfico 11: Organizações Associadas – Região Sul

Região Sul
Categoria: Organizações Associadas



Fonte: Adaptado da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais- 2011 (<http://www.abglt.org.br>)

Gráfico 12: Organizações Colaboradoras – Região Sul

Fonte: Adaptado da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais - 2011 (<http://www.abglt.org.br>)

Os gráficos acima evidenciam a maneira através da qual ativista LGBT reage às estratégias destinadas a limitar o espaço de participação política. Os referidos gráficos descrevem formatos de organização dos grupos, associações e entidades LGBT e sua localização no cenário nacional. Durante o processo de participação política, os militantes se constituem em agente transformador associando-se a ABGLT.

1.4 A criação de grupos de pesquisas e instâncias autorizadas pelo governo

Ainda pensando a sociogênese da problemática social em análise, a criação de núcleos de pesquisas autorizados pela esfera federal, com efeito, legitimou estudos e pesquisas acerca da diversidade sexual, gerando efeitos de reconhecimento no campo acadêmico, como atesta o quadro às universidades públicas brasileiras.

Durante a gestão do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, o estímulo em termos de financiamento e de mobilização específicas para a criação de grupos de estudo não apenas indica o reconhecimento governamental da diferença como direito, mas também instiga a (re)considerar a orientação sexual e identidade de gênero como elementos primordiais a tal reconhecimento.

Muito mais que um mero registro, a quantidade de núcleos, grupos de estudos e pesquisas na área temática aqui focalizada, listados abaixo, revela a importância social e a legitimação da questão dos LGBT enquanto um *problema social* e de pesquisa. A incorporação das questões relativas ao comportamento homossexual no campo acadêmico é um resultado de reconhecimento no nível das políticas públicas e ao mesmo tempo gera efeitos de legitimação no nível macrossocial, na medida em que representa a chancela da ciência à transformação do que era anteriormente apenas considerado em termos individuais, do cotidiano de indivíduos isolados, em uma questão pública, à qual os cientistas de várias áreas se mobilizam para enfrentar.

Dentre os temas que esses núcleos e grupos de pesquisa vão discutir destacam-se: a equidade de gênero, o respeito à alteridade, as críticas à heteronormatividade, a sexualidade enquanto dispositivo de controle, as relações de gênero e os direitos humanos em geral.

Vamos ao quadro ilustrativo da emergência e do reconhecimento da temática LGBT em termos das Instituições de Ensino Superior no Brasil:

Quadro 2 - Principais dados de Núcleos e Grupos de pesquisas autorizadas pelo governo (1990/2011)

Relação dos Núcleos e grupos de pesquisas, instâncias autorizadas pelo governo			
Identificação	Localização	Objetivo	Data criação

Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero – GEERGE	Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS	Estudos Feministas e estudos Culturais na perspectiva pós-estruturalista, com diversos eixos temáticos: gênero, sexualidade e educação; políticas do corpo e da saúde; gênero, raça e nacionalidade; infância, gênero e sexualidade; masculinidade, gênero e sexualidade; juventude, gênero e sexualidade.	1990
Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades – NIGS/UFSC (continuação)	Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC	Investigar os estudos de gênero e metodologias de pesquisa	1991
Núcleo de Estudo de Gênero - PAGU	Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP	Produzir e divulgar conhecimento acerca das problemáticas de gênero.	1993 (continua)
Núcleo de Estudos e Pesquisas “Eneida de Moraes” – GEPEM ⁴⁸ ,	Universidade Federal do Pará	Desenvolver pesquisa de gênero e sexualidade em nível Nacional e Internacional. Possui diversas linhas de pesquisas ⁴⁹ . Refletir o Gênero na perspectiva dos Direitos Humanos.	1994
Associação Brasileira do Estudo da Homocultura – ABEH	Universidade de São Paulo - USP	Propor intercâmbio de ideias entre diversas áreas do conhecimento, sobre a diversidade sexual e gênero	2001
Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos – CLAM	Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ	Construir, organizar e divulgar conhecimento acerca da sexualidade sob a ótica dos direitos humanos. Promove diálogos entre Universidades, Movimentos sociais e formuladores de Políticas Públicas da América Latina.	2002
Observatório de Sexualidade e Política/ABIA	Foro Global – Grupo de Trabalho Internacional sobre Sexualidade e Políticas Sociais	Estudar as tendências globais em sexualidade, política e políticas de sexualidade; ativismo político.	2002
Diadorim – Núcleo de Estudo de Gênero e Sexualidade.	Universidade do Estado da Bahia – UEB	Desenvolver pesquisa com enfoque em gênero e (homos) sexualidade.	2003

⁴⁸ <http://bibliotecaqueer.wordpress.com/tag/nucleo-de-pesquisa-em-genero-e-sexualidade/>

⁴⁹ Mulher e Participação Política; Mulher, Relações de Trabalho, Meio Ambiente e Desenvolvimento; Gênero, Identidade e Cultura; Gênero, Arte/Comunicação, Literatura e Educação; Gênero, Saúde e Violência.

Grupo de pesquisa Corpo, Identidades e Subjetivações. Associado ao departamento e ao Programa de pós-graduação em Sociologia.	Universidade Federal de São Carlos - UFSCar	Produz conhecimento das relações entre corpo, identidade e subjetivações, em diferentes perspectivas: Feminismo; Teoria Queer e Estudos Pós-coloniais.	2004
Núcleo de Estudo e Pesquisas em Gênero e Sexualidade que se enuncia como Ser-Tão.	Universidade Federal de Goiás - UFG	Desenvolver pesquisa e estudos na temática de gênero e sexualidade.	2006
Grupo de pesquisa em Cultura e Sexualidade (CUS) Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (CULT), na Faculdade de Comunicação.	Universidade Federal da Bahia – UFB	Estudar as relações entre cultura, gênero e sexualidade.	2007
Núcleo de Estudos sobre Marcadores Sociais da Diferença - NUMAS/USP	Universidade Estadual de São Paulo – USP	Estudar os marcadores sociais da diferença.	2007
Núcleo de Pesquisa em Sexualidade e Relações de Gênero - NUPSEX/UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande Do Sul – UFRGS	Produzir conhecimento no campo da sexualidade e gênero.	2007
Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT – NUH	Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG	Estudos e pesquisa sobre Cidadania LGBT, na perspectiva dos Direitos Humanos.	2007
Núcleo de Referência Anti-Homofobia - NRAH.	Universidade Federal do Amapá – UNIFAP	Desenvolver pesquisas e estudos da homofobia; combater a homofobia no âmbito da	2007
Núcleo de Pesquisa em Sexualidade, Gênero e Subjetividade - NUSS/UFC	Universidade Federal do Ceará – UFC	Desenvolver estudos e pesquisas da subjetividade, corpo, gênero e sexualidade.	2007
Mandacaru - Núcleo de Pesquisa em Gênero, Saúde e Direitos Humanos	Universidade Federal de Alagoas – UFAL	Estudar corpo, saúde, família e sexualidade	2010
Programa de Direitos Humanos – UFG	Universidade Federal de Goiás – UFG	Desenvolver pesquisa e estudos sobre Direitos Humanos	2010
Tirésias - Núcleo Interdisciplinar de Estudos em Diversidade Sexual, Gênero e Direitos	Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN	Estudar a diversidade sexual, Gênero e Direitos Humanos.	2010

Humanos – UFRN.			
Laboratório Integrado em Diversidade Sexual, Políticas e Direitos - LIDIS	Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ	Organizar programas de estágio, projetos de extensão e pesquisas relacionando temáticas: sexualidades, políticas públicas e direitos humanos; Promove seminários, congressos, mini-cursos, encontros e colóquios.	2011
Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão “Sexualidade, Corporalidades e Direitos.	Universidade Federal de Tocantins – UFT	Desenvolver ações de pesquisa e extensão acerca da sexualidade, gênero e direitos humanos.	2009
Núcleo de Pesquisa sobre Sujeito, Interação e Mudança – NUSIM/UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ	Investigar processos de construção e transformação dos sujeitos sociais em interação nas sociedades complexas, modernas – sobretudo na brasileira.	Não encontra da

Fonte: Adaptado de <http://bibliotecaqueer.wordpress.com/tag/nucleo-de-pesquisa-em-genero-e-sexualidade>, consultado em 26 de fevereiro de 2013.

A reflexão que propomos ao longo deste capítulo auxiliou a compreender em que medida matrizes filosóficas e políticas presentes nos discursos, em diferentes contextos históricos, funcionaram como estratégias de demarcação da diferença.

A história do movimento homossexual fornece elementos para pensar a analítica de normalização da sexualidade, com relação à estruturação da ordem social influenciada por saberes técnicos, científicos, médicos e jurídicos. Nessa perspectiva, o jogo de produção de verdade demarca limites da política de identidade através da qual o sujeito homossexual é conduzido.

Procuramos esclarecer como essa verdade se aloja no interior da cultural LGBT, do movimento e opera na produção do sujeito homossexual por meio da diferenciação dos comportamentos permitidos e/ou proibidos.

Embora a medicalização da ciência tenha produzido sujeitos “desviados”, entendemos que a narrativa do uso dos referidos saberes como estratégia de governo da população homossexual opera e transforma o sujeito “desviado” numa categoria política, como sujeito de direito. Portanto, o movimento transforma-se, através do reconhecimento político, em objeto de interesse do governo Lula.

Para evidenciar a maneira através da qual os ativistas reagem às estratégias de medicalização destinada a produzir sujeitos “desviados” e para dar a conhecer a transformação do sujeito homossexual numa categoria política, este mesmo sujeito passa a participar da construção dos discursos de verdade acerca de si próprios. Para tanto, fazem uso da linguagem, da cultura LGBT representada por elementos simbólicos, relações e trocas políticas. Nesse movimento, emergem associações políticas de mobilização. Assim, a emergência da ABGLT configura-se como fator responsável pelas mudanças que influenciam a constituição histórica do sujeito político homossexual na realidade brasileira.

Na descrição da maneira através da qual os sujeitos LGBT, por meio de instâncias autorizadas pelo governo, se constituem como objetos de pesquisa, os mesmos sujeitos, mobilizados, ajustam a forma de apresentar os efeitos do reconhecimento ao campo científico. O quadro acima registra a emergência de grupos e núcleos de pesquisas e diferentes formas de abordagens acerca da diversidade sexual. Embora identificando os referidos grupos e núcleos de pesquisa, criados entre os anos de 1990 até 2011, a descrição acima não necessariamente representa a totalidade. Pois muitos grupos estão fora dessa lista em razão das relações de poder e das condições de exposição e visibilidade no contexto da produção de conhecimento.

CAPÍTULO II

2. POLÍTICAS DO RECONHECIMENTO E O NOVO LUGAR DA DIFERENÇA

A noção de reconhecimento ocupa um lugar de destaque nas análises feitas por Charles Taylor (2000), Axel Honneth (2003) e Nancy Fraser (2001), as quais funcionam como fio condutor do trabalho, pois auxiliam a compreensão política do reconhecimento aqui focalizado e dos processos que culminaram na institucionalização da relação entre o movimento LGBT e o governo brasileiro durante os mandatos presidenciais de Lula. Iniciamos este capítulo situando questões diretamente vinculadas à turbulência política e social que modelam a diferenciação social no Brasil, considerando o contexto em que os atores LGBT reivindicam a diferença como direito.

Além dos autores citados acima, ressaltam-se as contribuições de pensadores como Foucault (1988) e Bourdieu (2007), os quais também nos auxiliam a compreender de relações de poder nos processos históricos de construção da sexualidade em geral e no caso específico aqui focalizado.

2.1 O debate sobre o reconhecimento

O reconhecimento adquire centralidade nas análises de Taylor, Honneth e Fraser, todas propondo uma teoria crítica para a compreensão da sociedade contemporânea. Não obstante, cada um deles constrói sua análise sob perspectivas distintas.

Taylor, na obra intitulada *A Política do Reconhecimento* (2000), analisa a construção da identidade numa perspectiva multicultural. Este pensador contemporâneo parte do pressuposto de que tal construção se dá via um “reconhecimento errôneo”, o qual teria sua matriz filosófica em Hegel, em sua concepção dos conceitos em sua característica de universalidade. Esse autor questiona toda e qualquer concepção que sustente uma pretensa universalidade absoluta.

Assim, toma como fundamento para sua crítica a concepção de igualdade absoluta. Dentro deste contexto, Taylor destaca na análise da subordinação histórica dos grupos sociais a ideia de que ela se produz mediante à crença na igualdade, uma das pedras fundamentais do direito público, o que exerceria efeitos de negatização da diferença.

O reconhecimento simultâneo de um conjunto de semelhanças entre os seres humanos e de um conjunto de diferenças entre estes - étnicas, raciais, religiosas, orientações sexuais, por exemplo – aliado à defesa iluminista do direito à igualdade política e de tratamento perante o Direito produziria, na análise de Taylor (2000) uma resistência à noção de *diferença*.

A crítica à noção histórico-filosófica do reconhecimento com base na gênese dos conceitos universais assume centralidade na análise deste autor. A interpretação de Taylor (2000) ancora-se na construção relacional estabelecida entre *reconhecimento e identidade*, delineando-se como uma crítica às posturas ético-políticas dela decorrentes, dentre as quais ele localiza a concepção *errônea do reconhecimento*, por considerar que esta induz a uma autoimagem depreciativa dos “*movimentos políticos nacionalistas*”, referindo-se àqueles que reivindicaram inserção social através da mobilização do conceito de *nação*.

Entram em cena nesta análise os novos sujeitos históricos ligados à luta pelos direitos fundamentais⁵⁰ de liberdade, igualdade e fraternidade, em um contexto no qual, apesar da constituição afirmar que *todos são iguais perante a lei*, alguns sujeitos históricos ocupam posições privilegiadas em termos do reconhecimento de seus direitos.

Lutas contemporâneas pelo reconhecimento se constituem, portanto, em um cenário no qual se admite a assimetria do acesso de classes de sujeitos considerados *diferentes* aos direitos constitucionais, combatendo-se as

⁵⁰ Trata-se de compreender a expressão mais acabada que dá origem à doutrina do Direito, fruto da somatória de correntes de pensamento e práticas sociais. Assim, a noção de liberalismo, socialismo e cristianismo conduzem o fundamento dos Direitos Humanos. Ao atribuir sentidos a esses direitos, a este respeito é muitíssimo interessante observar os ideais revolucionários que motivaram a Revolução Francesa representavam os interesses de uma minoria, a burguesia. Esta reivindicava igualdade de voz, liberdade de comércio e fraternidade entre seus iguais (Ver FERREIRA FILHO, 1996).

manifestações públicas de discriminação e estigmatização social, o que configuraria o impedimento do exercício pleno daqueles direitos.

A diferenciação com base em características diversas definidas no âmbito do *status quo* enquanto desqualificadoras implica, portanto, em processos de não-reconhecimento dos direitos dos sujeitos, grupos sociais, estigmatizados por serem *diferentes*, desdobrando-se no não cumprimento de regras legais constantes do contrato social moderno e na disseminação de práticas e discursos que resultam na exclusão das minorias do processo mais geral de construção da cidadania.

A heteronormatividade, definida como a padronização do comportamento heterossexual enquanto parâmetro da normalidade⁵¹ se constitui como um dos filtros da distribuição de reconhecimento jurídico-político dos sujeitos, justificando a definição das práticas LGBT como *desviantes* e *anormais*.

A gênese histórico-filosófica do sentido atribuído ao conceito de *reconhecimento* consiste na compreensão do “*colapso de hierarquias sociais*” (TAYLOR, 2000), o qual se desdobra na negação da atribuição social dos indivíduos possuidores de certas características historicamente e culturalmente definidas como justificadoras da desigualdade em termos de sua inclusão na esfera da política.

Esse autor, ao refletir sobre a lacuna deixada pela interpretação acerca da participação de todos os indivíduos na riqueza universal, defende que todos os indivíduos adquirem status individual simétrico, e, portanto, potencial semelhante de participação na coletividade política. Reconhecendo a equiparação entre *status* social de cultura e de gênero, ele atribui aos indivíduos a responsabilidade por lutar por reconhecimento mútuo. Ainda para este autor, a *autorrealização* é desencadeada pelo processo de formação de identidades que, formadas, internalizam do *individualismo*, a autenticidade das lutas por dignidade; da *identidade*, o princípio da autenticidade, diferenciado,

⁵¹ Conforme Foster (2001, p.19).

porém, da noção de papéis sociais; da *ordem democrática*, os princípios da dignidade⁵².

No conjunto da análise feita por Taylor ganha força a reflexão sobre o conjunto de tensões sociais decorrentes do Movimento da Contracultura, no qual são reivindicadas em muitas sociedades ocidentais novas definições dos papéis sociais/sexuais, o que coloca, historicamente, a emergência de lutas das *novas minorias contemporâneas*.

A percepção do reconhecimento elaborada por Taylor, acima apresentada, constituída a partir do que ele chama de “*reconhecimento errôneo*” se assemelha à de Axel Honneth (2003). Ambos ressaltam a primazia da *autorrealização* do sujeito como uma espécie de corte transversal ao absolutismo dos princípios universais.

Para Honneth (2003), a relação conceitual entre as categorias de *integridade* e do *reconhecimento* determina a *autorrealização* do sujeito, o qual serve de base para a atribuição de sentido ao reconhecimento do Direito. O desrespeito àquelas categorias, segundo o autor, encontra sua expressão em três formas, a saber: à *integridade física*; à *autocompreensão da normatividade subjetiva* e aos *modos específicos de vivências* de sujeitos ou grupos (HONNETH, 2003). Estas três formas de desrespeitos trazem, como consequência a privação de liberdades. Especificamente o *desrespeito ligado à integridade física* desencadeia problemas na *autoconfiança* do sujeito, comprometendo sua percepção de realidade.

Há também o comprometimento da *autoestima*, marcada pela desqualificação dos comportamentos e estilos de vida que expressam a diferença.

O desrespeito, no sentido atribuído pelo autor, aparece como sinônimo de perturbação da integridade psicossocial. Daí a necessidade de combatê-lo pela busca da garantia do reconhecimento das diferenças e dos diferentes.

⁵² Dignidade é o que fundamenta a ideia de Direitos Humanos. Para Kant (2001), o indivíduo assegura o valor absoluto de sua existência através da dignidade, pois a considera um valor incondicional.

Essas formas de desrespeitos e suas respectivas condições de existência mostram-se condicionadas às múltiplas explicações atribuídas ao comportamento humano.

As organizações sociais ancoram-se no estabelecimento de regras, princípios e valores que reproduzem um modelo de sociedade com disciplina. Os danos causados por essas formas de desrespeitos comprometeriam a *autoconfiança, o autorrespeito e a autoestima* dos sujeitos. Ainda segundo Honneth (2003), para combater cada forma de desrespeito é necessário um tipo específico de reconhecimento, interpretado por Honneth como antídotos: *amor, direito e solidariedade*.

Esta discussão é um aporte significativo para compreender o novo lugar que a diferença ocupa no plano político de reconhecimento. O impacto da realidade do reconhecimento pode ser sentido como fator que iguala os direitos humanos.

A objetividade do reconhecimento se complementa através das lutas sociais dos grupos que, a exemplo daqueles que são atores sociais desta pesquisa, são estigmatizados por suas diferenças.

Honneth (2003) recupera o pragmatismo das emoções de Dewey⁵³ e afirma que o desrespeito contribui para o desenvolvimento das sociedades. Segundo este autor, as três formas de desrespeitos provocaram, além dos aspectos negativos, o desenvolvimento nas capacidades dos sujeitos de intervirem em suas frustrações.

Com base nesta análise, observa-se que as lutas sociais por reconhecimento são responsáveis pela preservação da integridade moral dos sujeitos, na medida em que as condições de construção histórica forem estabelecidas por eles mesmos.

A contribuição teórica de Nancy Fraser (2001) neste debate sobre a noção de reconhecimento diferencia-se das propostas teóricas de Taylor e

⁵³ Segundo Dewey, as reações afetivas expressas pelos sentimentos correspondem às intervenções diante do sucesso ou do fracasso. De modo que as mudanças radicais promovidas pelos sujeitos dependem da capacidade de transformar frustrações em sucesso, através de migrações de valores. Algo possível no contexto contemporâneo.

Honneth, na análise que essa autora faz da questão da *autorrealização*, conjugando-a com os princípios fundantes da teoria da justiça. Nessa perspectiva, contrariando as propostas dos autores citados, Fraser (2001) defende como princípio básico do reconhecimento, *a paridade de participação*.

Enquanto Honneth (2003) e Taylor (2000) analisam a noção do reconhecimento com o olhar para a diferença, Fraser (2001) recorre à concepção weberiana de *status*. Para essa autora, a noção de reconhecimento está intimamente ligada à ideia de redistribuição de bens materiais.

Com base nesta concepção, Fraser (2001) apresenta, como princípio básico do reconhecimento, *a paridade de participação*. Dito de outro modo, as desigualdades sociais, desconectadas de padrões simbólicos, negam a noção de reconhecimento proposta por Honneth (2003).

Muito mais do que uma análise filosófica, Fraser (2001) insere uma perspectiva crítica no debate acerca do reconhecimento, por meio da qual confronta o paradigma bidimensional da ideia de justiça social e os aspectos das ações afirmativas avaliadas a partir de uma lógica binária. A autora enfatiza a reconstrução de *igualdade de classe*, a partir do questionamento da *hierarquia de status*, na sociedade contemporânea.

Ultrapassando a dimensão teórico-filosófica das manifestações por reconhecimento ocorridas no contexto contemporâneo, a autora propõe a superação da abordagem dicotômica da relação entre a cultura e economia, e a retomada das normas para subsídio de ações políticas comprometidas com justiça social.

A força da contribuição de Fraser (2001) se baseia na sua análise empírica da luta por reconhecimento, na qual descreve situações que dão visibilidade a esta luta, em cujo contexto se inclui a ação dos movimentos LGBT por reconhecimento, através de ações realizadas em termos de políticas de identidade. Sua análise dá ênfase às reivindicações dos atores sociais por reconhecimento do direito à diferença.

2.2 Deslocamento da diferença como direito para fins de reconhecimento

Refletir o contexto em que prolifera a diferença em meio à imersão na noção de desvio, que se coloca como contrário à norma, implica uma análise histórica na qual a diferença aparece como reivindicação ligada a um direito, o direito à diferença. Por diferença é preciso entender o exercício do indivíduo da vontade de ser diferente e em termos legais igual aos outros indivíduos.

Pierucci (1999), no seu *viladas da diferença*, admite a dificuldade de discutir esse tema, propondo abordá-lo nos seguintes termos:

Somos diferentes de fato..., temos sexo e gênero diferentes, além de preferências sexuais diferentes. Mas somos também diferentes de direito. É o chamado *direito à diferença*, o direito a diferença cultural, o direito de ser, sendo diferente. (PIERUCCI, 1999, p. 7)

A questão que se coloca no exercício histórico da diferença se refere à maximização dos efeitos da diferença em termos de redução da igualdade na garantia dos direitos humanos. Nesta tese analisamos como as lutas para o reconhecimento do direito à diversidade em termos de orientação sexual resultam em um conjunto de maneiras institucionais de enfrentar as diferenças de acesso aos direitos constitucionais e sociais dos indivíduos classificados como LGBT durante os mandatos presidenciais de Lula.

A peculiaridade desta política advém do fato de atribuir significação à diferença por meio de ações afirmativas (FRASER, 2001), assim definidas porque destinadas a produzir o reconhecimento dos direitos fundamentais dos indivíduos considerados, em termos na orientação sexual, como diferentes. Dentre os movimentos sociais que envolvem a luta pelo respeito à diferença, destaca-se o movimento LGBT, que aglutina várias reivindicações, as quais colocam no jogo político um conjunto de disputas, horizontes e sentidos das lutas e dos seus resultados em termos de reconhecimento político no nível de governo e no campo da sociedade civil.

De acordo com Piovesan (2007), as lutas contemporâneas pelo respeito à diferença tem provocado um deslocamento da diferença, que sai da condição de desvio para assumir uma posição no campo dos direitos. Este autor interpreta a aplicação hierarquizada do Direito como mecanismo de diferenciação social.

Piovesan (2007) destaca as fases que dificultam a proteção dos direitos: a primeira fase refere-se à proteção dos direitos humanos, sendo condicionada pelo temor à diferença.

Vale dizer, na esfera internacional, se uma primeira vertente de instrumento internacional, nasce com a vocação de proporcionar uma proteção geral, genérica e abstrata, refletindo o próprio temor da diferença, percebe-se, posteriormente, a necessidade de conferir a determinados grupos uma proteção especial e particularizada, em face de sua própria vulnerabilidade. Isto significa que a diferença não mais seria utilizada para a aniquilação de direitos, mas, ao invés, para a sua promoção. Importa o respeito à diferença, a diversidade, o que lhes assegura um tratamento especial. (PIOVESAN, 2007, p. 7)

Esta citação tem argumentos que justificam a produção da diferença como direito. É provável que a institucionalização da diferença tenha substituído sua conotação de algo a ser temido. Com base nisso, pode-se tomar como estabelecida a promoção do direito à diferença. Origina-se, a partir disso um aspecto paradoxal do fenômeno, na medida em que a diferença é reconhecida como direito fundamental.

Entretanto, as estratégias adotadas no plano político de reconhecimento rompem com os abusos de poder, na dependência direta do respeito aos direitos fundamentais. O sucesso ou o fracasso produz efeito imediato sobre as liberdades subjetivas.

As primeiras experiências históricas de ações afirmativas ocorreram nos Estados Unidos, pós-Segunda Guerra Mundial. Durante este período, o simples desejo de proteção dos direitos fundamentais foi repensado.

Em muitos casos, a boa vontade de validar estes direitos não inibiu o preconceito contra negros, mulheres e homossexuais. Mesmo assim, o conjunto das minorias, em equidade de direitos, marcados como diferentes, organizou-se em movimentos sociais. Claro que a luta global por uma política de identidade não nasceu apenas para satisfazer o desejo dessas minorias. Há mais coisas envolvidas além da visibilidade social, a exemplo dos interesses do mercado seja, na área de trabalho, ampliação dos negócios, seja na área do consumo.

O desenvolvimento dos primeiros movimentos homossexuais teve efeitos bastante difundidos em diferentes sociedades ocidentais. Segundo Castells, três fatores foram fundamentais nesta questão:

A formação de uma economia informacional, fez surgir um mercado de trabalho diversificado e redes de negócios flexíveis, novos tipos de empregos para todos os níveis de habilidades, independentes das grandes organizações onde o comportamento individual podia ser controlado; O segundo fator foi a grande popularidade da liberação sexual como tema dos movimentos da década de 1960. Exemplo movimentos estudantis na França e Estados Unidos. Rejeição da ditadura imposta pela heterossexualidade à liberação da sexualidade; O terceiro fator refere-se à separação física e psicológica, entre homens e mulheres provocada pelo desafio feminino ao patriarcalismo. (CASTELLS, 1999, p. 240-241)

Gonçalves (2006) atribui sentido ao processo de marcação da diferença com base nas experiências de lutas dessas minorias. A questão, posta neste contexto, é a de que as minorias estigmatizadas, seja pela sociedade ou pelo Estado, constroem regras sociais específicas como estratégia política de integração social.

No contexto internacional, a década de sessenta foi marcante para a liberação da sexualidade. As diferenças começam a se instrumentalizar através da circulação de ideias resultantes da consciência coletiva extraída dos ativismos feminino, lésbiano, gay, negro e índio.

Nesse período, emergiram no Ocidente as primeiras expressividades de ativismos lesbianos e *gays*. Atores sociais, grupos, instituições sociais, representantes da diversidade cultural desafiaram os fundamentos burocráticos do Estado e da Sociedade.

Para atribuir legitimidade à política de identidade cultural, os novos movimentos sociais entraram na luta por reconhecimento de direitos e respeito. O movimento feminista voltava-se para a questão da mulher; o movimento negro reivindicava a isonomia dos direitos civis auferidos pelos brancos; os movimentos homossexuais se organizavam politicamente a favor da liberação sexual e consolidação da política de identidade.

A política de identidade era o que definia esses movimentos sociais, marcados por uma preocupação profunda pela identidade: o que ela significa, como ela é produzida e como é contestada. A política da identidade concentra-se em afirmar a identidade cultural das pessoas que pertence a um determinado grupo oprimido ou marginalizado. Essa identidade torna-se assim, um fator importante de mobilização política (WOODARD, 1996, p. 34).

As primeiras ações afirmativas que aconteceram na década de 1960 colocaram em questão leis e decisões políticas. Pode-se dizer, então, que o remanejamento da diferença ocorre quando esta sai da condição de temor, de anomalia, para agregar valor através do reconhecimento. Portanto, o efeito combinado desse remanejamento oportuniza a emergência das primeiras formulações políticas de reconhecimento das diferenças.

No Brasil, a cultura política sempre foi fortemente marcada por influências estrangeiras⁵⁴. Em se tratando das experiências referentes às ações afirmativas não foi diferente. Durante a década de 1960, segmentos sociais mobilizados questionaram o papel interventor do Estado brasileiro. Um destes segmentos foi o movimento feminista, o qual, no momento de sua estruturação, recebeu influência norte-americana e francesa (FRANCHETO, 1981).

⁵⁴ Sobre influência estrangeira na cultura política brasileira, ver: Gilberto Freire, 1973; Sérgio Buarque de Holanda, 1984; Oliveira Vianna, 1987; entre outros.

Na década de 1970, o referido movimento assumiu, no contexto da ditadura militar, uma postura política inusitada, aliando-se à Igreja Católica. Esta parceria foi relevante na organização política do feminismo brasileiro, conforme afirma Corrêa (2002).

O tema referente à ação afirmativa aparece na análise de Guimarães (1997), no momento em que este analisa os pilares fundantes da normativa jurídica. Guimarães faz, com efeito, a descrição da filosofia do Direito, a qual encontra em Aristóteles elementos formadores da “regra da justiça”. Trata-se de demonstrar o contexto histórico no qual se originaram as técnicas de tratamentos, reguladas da seguinte forma: “tratar os iguais como iguais e os desiguais desigualmente”. Esta máxima aristotélica, de acordo com Guimarães, influenciou os princípios fundantes do Direito.

O princípio da igualdade pressupõe que as pessoas colocadas em situações diferentes sejam tratadas de forma desigual: "Dar tratamento isonômico às partes significa tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na exata medida de suas desigualdades". (NERY JUNIOR, 1999, p. 42)

As emergências de ações afirmativas, de certo modo, *corrigem* as ações que foram influenciadas por essa máxima aristotélica. Essas emergências demarcam respeito aos direitos humanos. Está essencialmente ligada a isto a ideia de distribuição equilibrada dos mecanismos de poder.

As percepções que se têm de ações semelhantes, no atual contexto da sociedade brasileira, nos remetem a reivindicações dos sujeitos que lutam por equidade de direitos. O respeito à diversidade, a representatividade social, cultural e políticas das minorias estigmatizadas emergem como resultados de ações afirmativas.

No Brasil, identificam-se dilemas do multiculturalismo⁵⁵ como, exemplo, confrontos de propostas que constituem projetos sociais comprometidos com a

⁵⁵ Refere-se às dinâmicas sociais multiculturais. Trata-se de concepções disseminadas na sociedade contemporânea e nos discursos políticos que refletem o contexto histórico revolucionário da década de 1960. Na concepção de Stuart Hall (2009) há uma distinção entre

construção de novas cidadanias concedidas⁵⁶ às minorias⁵⁷. A própria gênese da concepção de cidadania LGBT deriva da noção de cidadania concedida, remanescente à história da humanidade, como uma das diversas formas de desrespeito que transcendem a cultura política brasileira.

Relacionamos como estratégia política do multiculturalismo brasileiro as tentativas de dissoluções das tensões entre as questões de cidadania⁵⁸ e a questão dos Direitos Humanos. Norberto Bobbio (1992) afirma que os direitos da cidadania são históricos, expressando as lutas por reconhecimento das diferenças. Contrariando a concepção de cidadania de Marshall (1967), Bobbio (1992) desenvolve uma ampliada visão de cidadania, analisando-a sob a perspectiva dos direitos humanos.

Neste ponto, gostaria de situar que as lutas por reconhecimento impulsionaram conflitos multiculturais decorrentes das tentativas de revalorização das novas identidades que reivindicavam cidadania. Sob esta ótica, os atores sociais que representavam as minorias lutavam pela materialização, efetividade e garantia dos direitos humanos, associando-se a lutas por reconhecimento das diferenças. Embora concorde com o conceito de cidadania de Marshall (1967) quanto à ampliação de direitos, sustento, com base em Bobbio (1992), que as novas identidades também são geradoras de direitos.

Tendo em vista os *déficits* na aplicabilidade dos direitos de cidadania, os atores sociais reivindicam, na esfera política, a efetivação destes direitos. Buscam, com isso, minimizar os múltiplos conflitos para dar conta da complexidade e diversidade identitárias.

multicultural e multiculturalismo, tais como: o primeiro termo diz respeito às "características sociais e aos problemas de governabilidade." O multiculturalismo, "refere-se às estratégias e políticas adotadas para governar ou administrar problemas de diversidade" (HALL, 2009, p. 50).

⁵⁶ Expressão utilizada por Santos (1978) para explicar a cidadania concedida aos negros, com o fim da escravidão.

⁵⁷ Refiro-me às minorias relacionadas ao longo do texto.

⁵⁸ Marshall (1967) discute diferentes concepções do conceito cidadania, ampliando-a, agregando-lhes outros direitos, tais como: direitos civis, direitos políticos e direitos sociais. Este autor rompe com a noção clássica de cidadania, a qual se ligava apenas aos direitos políticos.

Para ser coerente com o contexto histórico que circunscreve lutas por reconhecimento da diferença, pretendemos caracterizar o processo de transição, utilizando alguns exemplos históricos.

As representações acerca do ser humano, ao longo da história do Ocidente, estiveram sempre associadas à cultura. Paralelamente, numa espécie de movimento contrário, as representações das mulheres foram associadas à determinação biológica. Estas representações sociais desencadearam distribuições desiguais de poder, de modo que ao homem foi atribuído ser titular da razão, ao passo que a mulher ficou responsabilizada pela procriação (LAQUEUR, 2001).

A diferenciação biológica do corpo da mulher e do corpo do homem atravessou o tempo, acentuando as desigualdades em decorrência da organização da divisão sexual do trabalho, no que diz respeito à ocupação dos espaços públicos e privados.

As mulheres começaram, então, a se organizar para reivindicar novos papéis sociais, que lhes foram negados ao longo da história. No decorrer do século XIX, as mulheres estenderam a ocupação dos espaços públicos, reivindicando sua emancipação⁵⁹. Para tanto, recorreram ao princípio básico do Iluminismo: a emancipação de todos.

No entanto, a grande contradição consiste no seguinte fato: a Revolução Francesa proclamou, em 1789, a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, excluindo a participação feminina, o que causou indignação em mulheres da época. Assim, em 1791, a francesa Olympe de Gouges, expressando sua indignação, elaborou a *Declaração dos Direitos das Mulheres e das Cidadãs* (BONACCHI; GROPPI, 1994), como forma de crítica à continuidade do processo de exclusão das mulheres, diferenciada pela biologização do sexo. Esta crítica foi uma das mais importantes desse período, direcionada diretamente ao preconceito, expressado através da negação dos ideais emancipatórios do Iluminismo. Vale também citar que, em 1792, Mary

⁵⁹ Participação na esfera pública através da reivindicação liberal, como, por exemplo, no caso do movimento *sufragista* e do movimento que denuncia a repressão das mulheres, tanto no espaço privado como no trabalho fabril (ALAMBERT, 2004).

Wollstonecraft publicou uma obra intitulada *A Vindication of the Rights of Woman*, refletindo as reivindicações femininas, tais como cidadania e igualdade na educação (DEL PRIORE, 2000).

Não deixaremos de chamar a atenção para a negação da diferença, quando, nesse mesmo século, as primeiras mulheres operárias⁶⁰ ingressaram no mundo do trabalho fabril, enfrentando uma longa jornada de trabalho e ganhando salários inferiores aos homens operários. Embora as diferenças sexuais entre homens e mulheres tenham servido de base para a interpretação da mulher como inferior ao homem, as lutas das mulheres garantiram reconhecimento, direitos e políticas públicas, mesmo reconhecendo que ainda há conquistas a realizar. No século XX, as mulheres conquistaram o direito ao voto, fato que ocorreu nos Estados Unidos, em alguns países da Europa e também no Brasil.

Vale ressaltar que, ao lado dessas mulheres pioneiras na luta por emancipação feminina, encontrava-se também Nísia Floresta, uma norte-riograndense que traduziu, em 1832, a obra da inglesa Mary Wollstonecraft. Segundo Duarte (2008), Nísia Floresta é considerada a primeira percussora do feminismo no Brasil e na América Latina.

Como desdobramento desses esforços das mulheres para conquistar também para si os direitos e privilégios dos homens, na década de sessenta afloraram vários movimentos sociais, contestando a discriminação das mulheres e a consequente negação de direitos básicos. Feministas norte-americanas reivindicavam autonomia e participação no exercício de poder. Emergia também o movimento de liberação sexual, fortalecido pela invenção da pílula anticoncepcional. Na década de 70, os movimentos feministas adquirem relevo e força por meio de Conferências Mundiais. Desde então,

⁶⁰ Reagindo às condições desumanas de trabalho, as mulheres conquistaram homenagens como o Dia Internacional da Mulher, comemorado em 8 de março, em respeito às 130 operárias norte-americanas que foram trancadas na fábrica, onde morreram queimadas por reivindicarem tratamento digno e redução da jornada de 16 horas para 10, além de equiparação salarial, visto que recebiam um terço do salário masculino.

governos e entidades internacionais incorporaram em suas agendas as questões femininas⁶¹.

Em suma, esta breve digressão histórica deixa entrever claramente que a cultura constitui sistemas de classificação simbólica que distinguem o incluído e o excluído como práticas culturais aceitas ou não. Tal classificação se dá via marcação da diferença (WOODWARD, 2011).

A diferença pode ser construída negativamente – por meio da exclusão e da marginalização daquelas pessoas que são definidas como “outros”. Por outro lado, ela pode ser celebrada como fonte da diversidade, heterogeneidade e hibridismo, sendo vista como enriquecedora: é o caso dos movimentos sexuais que buscam resgatar as identidades sexuais dos constrangimentos das normas e celebrando a diferença (afirmando, por exemplo, que “sou feliz em ser gay”). (WOODWARD, 2011, p. 50-51)

Assim, a diferença, embora tratada como questão espinhosa, constrói significados para a diferenciação social, adquirindo centralidade através das lutas pelo compartilhamento simétrico dos direitos fundamentais e do próprio reconhecimento legítimo da diferença.

O processo de institucionalização do movimento homossexual brasileiro gera uma nova linguagem de reivindicação política. O que é explicável através do reconhecimento da diferença sexual como direito. No caminho percorrido, na estratégia de assegurar o reconhecimento político, “sair do armário” foi uma forma de dar a conhecer a diversidade sexual e garantir direitos.

O deslocamento da ideia de diferença, saindo da condição de desvio para associar-se à noção de direito, torna-se matriz de significados e representa um alargamento de espaços políticos não apenas para a diferença sexual, mas também para questões relacionadas à raça e etnicidade, religiosidade e nacionalidade, entre outras. No entanto, uma coisa não é

⁶¹ Documentos da Declaração de Pequim, que asseguram os direitos das mulheres, encontram-se no endereço <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/doc/pequim95.htm> (1995).

consequência da outra. A produção de verdades sobre a sexualidade e a homossexualidade foi relativizada, o que permite compreender a ideia de diferença para além dos limites fixados.

2.3 Reconhecimento político: novos sujeitos históricos

O compromisso de analisar a história do movimento homossexual brasileiro (FACCHINI, 2005), tendo como referência a discussão política do reconhecimento da diferença, exige o exame das ações dos ativistas políticos ao longo do processo de construção de identidade coletiva do referido movimento.

O movimento homossexual brasileiro se destaca, no âmbito das práticas sociais, como instituição social e política, dentro de um contexto histórico de emergência de novos movimentos sociais. Originado em 1978 na capital paulista, o então movimento foi associado à criação do grupo de ativistas SOMOS. Reconstituindo um histórico do movimento homossexual no Brasil, Facchini (2005) pondera sobre duas questões: tensões e ambivalências presentes no processo de construção desse movimento.

O movimento homossexual surgiu, no Brasil, no final dos anos 1970, definido seu projeto de politização da questão da homossexualidade em contrastes com as alternativas presentes no “gueto” e em algumas associações existentes no período anterior ao seu surgimento. (FACCHINI, 2005, p. 88)

Nesse horizonte, a autora assinala que as associações emergem na esfera pública através do campo da imprensa alternativa, divulgando suas mensagens através do Jornal *Snob* (1963/69) e da Associação Brasileira de Imprensa Gay (1967/68). Reunindo homossexuais, tanto o jornal quanto a associação voltaram-se para a promoção da sociabilidade dos mesmos.

Os Gays almejavam liberdade das práticas sexuais, reconhecimento das novas identidades sexuais, participação política; por sua vez, as Lésbicas, também perseguidas por sua orientação sexual, queriam isonomia dos direitos

concedidos ao movimento feminista. Apesar das dificuldades de organização, o movimento homossexual brasileiro sempre lutou pela liberdade dos atores sociais e pelo direito de viverem em conformidade com suas orientações sexuais. Esta luta foi dificultada pela ausência de projetos sociais que representassem as necessidades e direitos da coletividade homossexual.

O antagonismo dessas lutas era direcionado pelos padrões heterossexistas, fazendo com que o temor se sobrepusesse ao direito de ser diferente. Cabe ressaltar a importância do papel da imprensa (SIMÕES, 2009), que divulgou os ideais dos novos sujeitos históricos. A questão da homossexualidade saiu do espaço privado e assumiu relevância no espaço público. Não se tratava de criar um conflito com as demais instituições sociais, mas de reparar os danos causados pela invisibilidade social.

Nesse contexto, a AIDS era uma questão que assombrava grande parte do Movimento, porque não era questionado o sistema de classificação que estigmatizava o portador do vírus, nem a ausência de políticas públicas comprometidas com este problema social.

Ativo repensar da política, sob impacto dos novos movimentos sociais e da política de identidade da geração passada, com suas lutas em torno da raça e da etnia, do gênero, da política lésbica e gay, do ambientalismo e da política do HIV e da AIDS (WEEKS, 1994, p. 4).

Apesar dos constantes conflitos entre as diferentes identidades frente às manobras e pressões das identidades hegemônicas, os ativistas políticos do movimento homossexual receberam com otimismo o reconhecimento de suas organizações e a conquista da isonomia social e política.

O caráter conciliador desse Movimento criou mecanismos para construção de espaços de diálogos junto ao representante do Poder Executivo. Quando isto ocorreu, em 2004, o movimento homossexual brasileiro adotou estratégias de resistência, edificando propostas para construção da cidadania LGBT (SIMÕES, 2009).

Durante a gestão de Luis Inácio Lula da Silva, então Presidente da República, os direitos humanos foram tratados como projeto político. Deste aspecto, o projeto de reconhecimento político das diferenças mostra o comprometimento com a promoção do desenvolvimento humano como forma de garantir o direito à igualdade e à dignidade.

2.4 Os sujeitos com identidades sexuais divergentes

Outros sujeitos das novas lutas por reconhecimento são aqueles cujas identidades sexuais divergem da hegemonia. Ao mesmo tempo em que procuram dar legitimidade à diferença, elaboram novas versões de performances de gênero, questionando a lógica heteronormativa que promove a exclusão, a intolerância e o incentivo à violência.

Os novos movimentos sociais das minorias sexuais organizam-se para transformar espaços para efetivação das trocas culturais e políticas, procurando, assim, contribuir com a ressubjetivação dos novos sujeitos outrora invisibilizados. Iniciaram-se, então, na década de setenta, novas lutas sociais que buscavam assegurar condições básicas para construção da cidadania, além de recuperar o respeito à dignidade humana. Esses fatos impulsionaram mudanças, conforme podemos constatar no exemplo do Estado brasileiro, que adota medidas, ampliando e/ou construindo políticas públicas.

A Constituição Brasileira de 1988 se contrapõe à noção de preconceito, atribuindo sentido ao assegurar direitos às diferenças, através da revalorização da diversidade; a um só tempo, propiciava a emergência de identidades diferenciadas. O sentido nela atribuído à diferença favoreceu a diversidade cultural, especialmente nas referências à equivalência de direitos, fato que constituiu um avanço significativo na sociedade brasileira.

A positivação da diferença fortaleceu a luta contra o preconceito e a discriminação, considerando a diferença sob o ângulo da equidade social.

Hoje, apesar das conquistas provenientes do deslocamento da diferença realocadas por intermédio do seu reconhecimento institucional, a discriminação contra LGBT ainda é uma realidade, não só no Brasil, como em vários outros países (BRASIL, 2008). O fato se deve a toda herança histórica regulada por relações de poder. A partir do momento que a sexualidade é interpretada com base em parâmetros que determinam padrões de comportamentos legitimados, instauram-se sobre ela valores morais antagônicos que cristalizam a intolerância.

Dada a explicação acerca do reconhecimento, o deslocamento histórico da diferença adquire significado positivo através das ações afirmativas. Até o presente momento, a análise refletiu alguns resultados da política do reconhecimento da diferença. A análise segue, contrapondo a obscuridade de percepções contraditórias das identidades heterossexuais e homossexuais.

No que diz respeito a essas contradições, faz-se necessário levar em consideração as relações de poder, tendo em vista que jogos de poder impõem-se sobre as identidades homossexuais, dificultando-lhes o reconhecimento.

Isto ocorre na medida em que os sujeitos, autodeclarados homossexuais, reivindicam reconhecimento como novos sujeitos políticos. Portadores de novos significados, que resultam no que se convencionou denominar de diversidade sexual. Circunscreve a tal diversidade, várias identidades de gênero e orientações sexuais.

Em concordância com os enunciados dos autores que analisam o reconhecimento da diferença, as identidades homossexuais refletem um complexo desafio, frente ao deslocamento desta diferença como direito. No panorama político, a institucionalidade desta diferença minimiza processos de estigmatização e discriminação no contexto da sociedade contemporânea.

Instalam-se, então, formas de controle da sexualidade, valores relativos à heterossexualidade, dando a entender que toda prática sexual que foge ao padrão normativo passa a ser condenada, justificando, assim, práticas de preconceitos. Em função da lógica política, onde emergem as relações de

poder, percebe-se que as relações sociais entre heterossexuais e homossexuais, propiciam exclusão significativa dos sujeitos que representam a diferença.

Deste ponto de vista, acreditamos que o Movimento Homossexual Brasileiro, legitimado como LGBT, é uma referência para refletir o processo que deu legitimidade a essa diferença. Tal movimento, a partir do momento que adquire visibilidade global, inaugura a construção da representação política dos sujeitos autodeclarados homossexuais, como uma expressão da diferenciação social.

Neste contexto, vale ressaltar a importância da ruptura com a representação de identidade fixa, na medida em que o gênero e a sexualidade assumem a representação política dos sujeitos que operam os dispositivos da visibilidade e legitimidade, caracterizados pelos aspectos singulares das identidades: sexual e de gênero.

2.5 Cidadanias LGBT: um processo em construção

Caminhando no sentido de construir cidadania, ativistas do movimento homossexual brasileiro buscam desconstruir as bases valorativas que alicerçaram processos de estigmatização das identidades LGBT. Através do movimento vão gradualmente dando visibilidade às identidades de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Na medida em que expõem novas ideias e modos de viver, reivindicam reconhecimento da diversidade sexual que expressam. O que é questionado é o desprezo experimentado, a exclusão vivenciada, o preconceito e a discriminação homofóbica de que são vítimas em eventos nos quais são desrespeitados seus direitos enquanto cidadãos LGBT. O movimento LGBT é um exemplo de associativismo que emerge num contexto de mudanças sociais questionando circunstâncias ideológicas definidoras da classificação dos componentes da sociedade brasileira. Dentre seus objetivos propõe a garantia do respeito às práticas dissociadas da heteronormativa. Sob influência do movimento feminista da década de 1980,

conduzem na arena política, discursos relativos ao gênero e sexualidade. Através destes discursos, propõe o reconhecimento do direito à diferença em termos da orientação sexual e da identidade de gênero⁶². Desde então reivindicam ampliação do espaço social, da participação política e o reconhecimento da diferença como um direito.

O que o movimento LGBT reivindica é que a diversidade sexual, fora dos padrões impostos seja respeitada, não sendo motivo da diferenciação de tratamento dos sujeitos que a apresentam. O movimento homossexual coloca publicamente a luta em prol de reconhecimento social, denunciando e combatendo toda forma de violência simbólica baseada na heteronormatividade.

Diferentemente de outros movimentos sociais, o movimento LGBT questiona a decretação sociocultural da inferioridade social, cultural e política baseada na imposição da heterossexualidade enquanto padrão de normalidade, procurando construir a respeitabilidade das várias “identidades sociais/ sexuais” divergentes⁶³. Lutando para garantir o que vem sendo historicamente negado em termos de direitos humanos, cidadania e políticas públicas, o movimento LGBT brasileiro reivindica amplo acesso aos direitos fundamentais, assim como a ampliação do espaço social e político (BRASIL, 2008).

Ao se mobilizar para construir uma base sólida para a produção de identidades coletivas LGBT, este movimento enfrenta cotidianamente novos desafios, deparando-se com redes de poder que reforçam os preconceitos, a discriminação no nível macrossocial. É na esfera da política que se trava a luta

⁶² Embora não seja aprofundada a análise da categoria gênero, concebo tal categoria, como a definição feita por Judith Butler (2003) “como algo que é construído socialmente”. Essa definição contraria visões ideológicas que interpretam tanto o gênero como a sexualidade sob a ótica da natureza. Não queremos limitar as propostas do movimento a questão de gênero, visto que ao longo do texto foram desenhadas as propostas que compõem o projeto político do referido movimento.

⁶³ Maria Luiza Heilborn concebe este termo como “moldura possível onde os sujeitos podem existir e se expressar”. Identidade social, nas explicações das autoras, pode ser compreendida sob uma tripla dimensão: a primeira diz respeito aos atributos classificatórios do sujeito – inserção na estratificação social, idade, gênero; sua inserção no campo de significações sociais e por fim “marcas classificatórias se expressam mediante determinados valores, corporificando-se em significados que articulam a imagem de si e a relação com o outro” (1996: p.137).

por inclusão e por políticas públicas capazes de garantir para os indivíduos classificados de LGBT os direitos humanos e constitucionais.

Contudo, na medida em que se infiltra no espaço público, depara-se com a violência simbólica que, reforçada pelo monopólio do poder heteronormativo, busca invisibilizar socialmente essas identidades emergentes. Ao longo do processo de reivindicação do reconhecimento do direito à diferença, encabeçados por segmentos sociais que representam outras minorias, o movimento LGBT propõe que suas reivindicações sejam incorporadas na agenda de governo.

Já vimos como as transformações sociais contemporâneas, em se tratando de relações pessoais, foram condicionadas por fatores culturais, sociais, históricos e econômicos. Estes fatores agem sobre os sujeitos, numa complexa relação de interdependência. As relações sociais aqui analisadas foram moldadas sob formas de dominação⁶⁴, demarcadas por disputa de representações.

A partir do momento em que os discursos sobre a sexualidade saem do espaço privado e assumem o espaço público, os sujeitos estigmatizados desenvolvem estratégias para conquistar os direitos fundamentais que lhes foram negados. Agindo dessa forma, ora problematizam a questão relacionada ao gênero (PRECIADO, 2008); ora problematizam as identidades situadas às margens sociais, o que resulta na revolução sexual e culmina em ampla reflexão sobre questões relacionadas a sexo, gênero, erotismo desejo e práticas sexuais. Aliado a isso, estes sujeitos sustentam, de forma categórica, a luta pelo resgate da cidadania.

É frequente considerar o histórico da discriminação, adotando outros critérios como origem étnica, deficiência, religião, crenças e gênero. No entanto, tal histórico também revela a discriminação motivada pela orientação sexual, pela qual os sujeitos autodeclarados homossexuais são estigmatizados.

Em um cenário de destradicionalização, apontado por Giddens (1993) nos termos das transformações modernas da intimidade, grupos de ativistas

⁶⁴ Ver na obra *Economia e Sociedade*, v. 1, o argumento de Weber (2000).

homossexuais, associações e organizações não governamentais que têm como preocupação a conquista de igualdade de direitos de negros, mulheres e índios, dentre outros, reclamam da sua subrepresentação política, na tomada de decisões referidas ao espaço público. Fortalece-se, então, a luta para corrigir discriminações históricas e para assegurar a legitimidade da diferença e suas várias expressões.

No Brasil, desde a década de 1980, o movimento homossexual tem reunido esforços, pressionando tanto a sociedade como o Estado. Porém, somente em 2004 as esferas deliberativas do governo federal, respondendo às reivindicações encaminhadas por reconhecimento institucional, incluíram em um dos seus instrumentos de planejamento, o Plano Plurianual – PPA 2004-2007, a criação da secretaria de Direitos Humanos e o *Plano de combate a Discriminação contra Homossexuais*, lançando um programa governamental intitulado: “*Brasil sem homofobia – Programa de combate à Violência e à discriminação contra GLBT e a Promoção de Cidadania*” (BRASIL, 2004).

Desde então, na esfera governamental tem se instituído uma série de políticas públicas com ênfase na produção do respeito à diferença referida à sexualidade. O movimento dos homossexuais ganha reconhecimento político, na medida em que consegue assegurar, junto ao Governo Federal, a promoção institucional dos Direitos Humanos no que se refere à diferença de orientação e de identidade sexual, através de medidas e ações realizadas transversalmente em seus Ministérios e Secretarias.

O movimento homossexual brasileiro conseguiu colocar na pauta da discussão político-parlamentar a questão da defesa do direito à diferença, à livre orientação sexual, e às múltiplas identidades de gênero, baseando-se em postulados internacionais que aplicam normas para inibir a violação dos direitos humanos, a exemplo dos *Princípios de Yogyakarta*, que deliberam acerca da *Aplicação da Legislação Internacional de Direitos Humanos em relação à Orientação Sexual e Identidade de Gênero* (PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA, 2006).

É evidente que os direitos elencados na Constituição Brasileira, como dignidade, integridade, segurança, igualdade, educação, participação política,

acesso a justiça, entre outros, são acessados de modo diferenciado por pobres e ricos, por homens e mulheres, e por indivíduos heterossexuais e por aqueles homossexuais, somente para citar algumas das categorias que expressam relações binárias hierarquizadas internamente e em relação a sua externalidade, o que faz com que sujeitos homossexuais, por exemplo, convivam cotidianamente com o preconceito, a discriminação e com a negação do seu direito à diferença.

Os efeitos da heteronormatividade são sutis e permeiam, inclusive parte da população dos *sexualmente diversos*. É assim que a violência simbólica se exerce, como vemos na análise feita por Bourdieu, da qual citamos um trecho abaixo:

Falar em dominação, ou violência simbólica, é dizer que, salvo uma revolta subversiva que conduza a inversão das categorias de percepção e de avaliação, o dominado tende a assumir a respeito de si mesmo o ponto de vista dominante: através principalmente, do *efeito de destino* que a categorização estigmatizante produz, e em particular do insulto, real ou potencial, ele pode ser assim levado a aplicar a si mesmo e a aceitar, constrangido e forçado, as categorias de percepção *direitas*, e a viver envergonhadamente a experiência sexual que, do ponto de vista das categorias dominantes, o definem, equilibrando-se entre o medo de ser visto, desmascarado, e o desejo de ser reconhecido pelos demais homossexuais. (BOURDIEU, 2007, p. 144)

Este autor concebe a estrutura social como sistema hierarquizado de poder e privilégio, determinado com base tanto em questões econômicas quanto por meio de relações simbólicas. Os processos de estigmatização das minorias operacionaliza a reprodução do sistema de hierarquização social dando distinção aos portadores das características socialmente determinadas como positivas e negando distinção aos construídos *como diferentes*.

Para Bourdieu (2007), a sociedade é o resultado de sistemas de relações entre sujeitos nos diversos campos através dos quais ela se constitui e reproduz. A desigualdade entre sujeitos se explica pelo jogo de capitais, o qual constitui sistemas de privilegiamento e de desfavorecimento. No caso das

relações de gênero ser homem ou mulher, ser heterossexual ou homossexual, bissexual, transgênero ou travesti implica em níveis diferentes de distinção social, sendo a localização em relação a essas características, determinantes das chances de acesso aos direitos sociais gerais e específicos.

Com base na contribuição de Bourdieu (2007) acima sintetizada, pensamos que é no campo subjetivo de lutas simbólicas em geral que se manifestam as formas e conteúdos dos sistemas de representações da sexualidade, sendo, no cenário político brasileiro atual, a luta contra a discriminação, pela aprovação de leis contra a homofobia, ações afirmativas das identidades sexuais classificadas como *diferentes*, movimentos através dos quais se busca mudar as regras de produção da distinção social relativas à sexualidade. Na contramão disso, o *governo da população* (FOUCAULT, 1995) constitui a homossexualidade um problema social. Nesse sentido, as ciências medicamentosas foram requisitadas pelo Poder Legislativo para responder pela “Cura gay”. O vigiar religioso das identidades LGBT pela bancada evangélica alimenta, no cenário político nacional, a violência simbólica.

Nos termos da análise foucaultiana, cujas linhas já mencionamos anteriormente, as lutas atuais do movimento LGBT em suas articulação com a esfera governamental no Brasil devem ser interpretadas como resultados das ações do biopoder, na direção da regulação, da gestão das identidades LGBT. As políticas públicas referidas à garantia de respeitabilidade das *diferenças* no campo das identidades sexuais seriam expressões das intenções mais gerais de gestão das populações, normatizando prazeres com referência às dinâmicas da biopolítica.

Considerando, sobretudo, a análise dos discursos em torno da sexualidade entre os séculos XVII, XVIII e XIX, Foucault (1988) desestabiliza não apenas esses discursos, como também, as teorias e conceitos que acentuam, frente às diferenças sexuais, a demonização das práticas sexuais divergentes. Pensando a sexualidade como dispositivo histórico de poder, esse autor fornece elementos teóricos para a interpretação da construção das categorias de normalidade e *aberração/anormalidade* referidas ao campo da sexualidade nos seguintes termos:

Porque se falou da sexualidade no século XVII, e o que se disse? Quais os efeitos de poder induzidos pelos que se dizia? Quais as relações entre esses discursos, esses efeitos de poder e os prazeres nos quais se investiam? Que saber se formava a partir daí? Em suma, trata-se de determinar, em seu funcionamento e em suas razões de ser, o regime de poder-saber-prazer que sustenta, entre nós, o discurso sobre a sexualidade humana... Ora, uma primeira abordagem feita desse ponto de vista parece indicar que, a partir do fim do século XVI, a “colocação do sexo em discurso”, em vez de sofrer um processo de restrição, foi, ao contrário, submetida ao mecanismo de crescente incitação; que as técnicas de poder exercidas sobre o sexo não obedeceram a um princípio de seleção rigorosa, mas, ao contrário, de disseminação e implantação das sexualidades polimorfos e que a vontade de saber não se detém diante de um tabu irrevogável, mas se obstinou em constituir uma ciência da sexualidade. (FOUCAULT, 1988. p.17 e 19)

Em pleno século XXI, instituições contemporâneas ainda sob esses efeitos, atribuem significados negativos às identidades LGBT. Além disso, associam a comunidade LGBT a um lugar de subordinação. Alguns discursos reforçam a intolerância em relação às práticas sexuais que fogem ao padrão heterossexual. Enquanto outros ecoam questionando e subvertendo valores normalizadores.

Nesta perspectiva, enquanto atores LGBT problematizam questões relativas a políticas públicas com o olhar no reconhecimento, articulam-se processos de negociação com o governo para legitimar o reconhecimento da diferença. Durante esse processo, atores políticos LGBT tentam ressignificar desejos e gênero na medida em que negam a perspectiva binária tida como legítima (BUTLER, 2003).

O imperativo heteronormativo traz consigo, elementos nocivos à cidadania LGBT, produzindo a exclusão, a violência e a intolerância. Os indivíduos homossexuais convivem com a discriminação, desde cedo. É no seio familiar que tal discriminação se instala, na medida em que a própria socialização contém um elemento heteronormativo, o que faz com que práticas sexuais não enquadradas no padrão heteronormativo sejam objeto de repressão e de violência.

A fala de um ativista gay na I Conferência LGBT do Estado do Amapá expressa o enfrentamento de discriminação e violência homofóbica logo no âmbito da família:

Ninguém é mandado pra fora de casa por ser mulher, negro, criança, adolescente etc. Mas somos postos pra fora de casa por sermos Gay, Lésbica, Travesti e Transexual. (representante da delegação do município de Santana/AP)

Assim como a família, a escola também reproduz o preconceito contra os indivíduos com desejos e práticas divergentes do padrão heteronormativo, registrando-se casos de *bullying* contra sujeitos gays desde os anos do ensino fundamental até os cursos de graduação e pós-graduação. Observam-se altos níveis de omissão institucional em relação ao combate à discriminação e ao preconceito no universo escolar. Há uma cultura da hipocrisia ativa que alimenta a violência contra as essas minorias.

A luta pelo respeito à diferença na área da sexualidade implica no questionamento de relações de poder e envolvem a possibilidade de redefinição de modelos considerados sagrados e necessários ao equilíbrio da vida social, principalmente no que se refere aos padrões de relações conjugais de construção de famílias.

Neste sentido, as primeiras ações do movimento LGBT no Brasil orientaram propostas a reivindicação da isonomia dos direitos civis assegurados aos heterossexuais também nessa área, a da regulamentação da vida conjugal entre iguais. A representação política desta reivindicação se espelha no Projeto de Lei nº 1151, de autoria da deputada federal Marta Suplicy, que, em 1995, propôs a institucionalidade da união civil entre pessoas do mesmo sexo.

Através do reconhecimento legítimo do direito à diferença, desestabilizaram-se os conceitos de normalidade e naturalidade. Embora a visibilidade do movimento homossexual brasileiro tenha se dado com o fim da

ditadura militar, a homossexualidade no Brasil, desde os anos de 1830, não se configura em crime⁶⁵.

Frente a isso, a sociedade contemporânea se vê diante da árdua tarefa de ajustar as mudanças relativas à oposição binária heterossexual/homossexual instalada no cenário atual. O que está em jogo nada mais é do que a imposição de regime de poder, visto que as sexualidades encontram-se ancoradas num campo deslizante, onde os atores agem no sentido de subverter o que é considerado normal, inserindo-se como sujeitos na história.

Na tentativa de dar visibilidade às identidades e práticas alternativas à heteronormatividade as manifestações homossexuais funcionam como uma espécie de vetor a impulsionar a trajetória histórica do movimento LGBT no Brasil. O *boom* do movimento homossexual no Brasil coincide com a polêmica criada em torno do surgimento da HIV/AIDS. Observou-se paralelamente a omissão da mídia com relação à divulgação da mobilização das primeiras lideranças do então movimento homossexual brasileiro para combater a incidência da contaminação e um tipo de publicidade que apresentava a AIDS como uma epidemia originalmente *homossexual*. A difusão da AIDS como o câncer *gay* surgiu nos Estados Unidos e influenciou várias sociedades, incluindo a brasileira.

Com a evolução das taxas de contaminados com o HIV, e graças a um cenário midiático em que se associava a doença ao homossexualismo, o movimento LGBT ganha notoriedade negativa. Portanto, é assim que, durante a década de oitenta, propaga-se no Brasil, o lado perverso da omissão, social e política, em torno da questão dos direitos humanos LGBT. Nesse contexto, a questão que se colocava para os primeiros ativistas homossexuais será a seguinte: lutar pelo reconhecimento dos direitos dos homossexuais ou privilegiar as campanhas de prevenção da AIDS, rotulada como uma doença exclusiva dos *gays*.

⁶⁵ Trevisan (2007) constrói a historiografia da homossexualidade no Brasil, analisando o período colonial até a contemporaneidade.

O aspecto positivo dessa história foi que, em decorrência da circulação desse tipo específico de notícia, se formaram, principalmente no eixo Rio de Janeiro/São Paulo, redes de solidariedade. A partir desse momento, começaram a surgir núcleos de estudos, centros de pesquisas com o propósito de refletir sobre questões acerca da homossexualidade.

Em 1983, passei uma semana nos Estados Unidos. Quando cheguei à Nova York, toda a defesa em nome do desbunde que li a respeito já não estava mais do mesmo jeito. As pessoas estavam preocupadas com obras assistenciais, acontecia o oposto. Na imprensa gay americana se lia “A Festa Acabou”. O movimento gay estava todo voltado à questão da AIDS. Então percebi que era uma coisa séria. Nesse período, uma das grandes posições defendidas pelo movimento homossexual era questionar o discurso médico e a idéia do homossexual como doente mental. Os médicos eram propagadores de uma nova moral, não mais com base teológica, mas como uma base médica que no final das contas percebíamos como totalmente preconceituosa. Havia um questionamento constante de posturas médicas e não tínhamos a menor paciência para ouvir o seu discurso. Quando voltei ao Brasil, a idéia era que se tratava de mais um complô médico. A questão AIDS era vista como outra fórmula pseudocientífica para oprimir os homossexuais, fazê-los retornar à margem. Muitos dos antigos militantes defendiam esse parecer. Assim, houve momentos em que ocorreram algumas discordâncias entre eu e os militantes, mas eles eram pessoas inteligentes e logo começaram a perceber os perigos que estavam correndo. (entrevista de Edward MacRae a Simões, 2009, p. 128)

O surgimento da AIDS não somente abalou as estruturas do movimento homossexual, tanto no Brasil e nos Estados Unidos, como também acentuou a associação entre os comportamentos das pessoas homossexuais e desvio. Estas continuaram segregadas no espaço fértil da patologia social. Com efeito, subjaz um abalo na estrutura organizacional dos grupos e entidades que reivindicavam direitos fundamentais.

O impacto causado pelo surgimento da AIDS e sua referenciação como uma doença ligada aos homossexuais teve uma outra consequência não planejada pelos conservadores, além da formação de redes de solidariedade (esta, refletida na intensificação da mobilização dos indivíduos LGBT): a visibilização da *questão homossexual* e seus efeitos em termos de publicização

e de geração de respostas pelos governos, colaborando para a transformação das reivindicações do movimento LGBT em algo a ser considerado na esfera da políticas. A sociogênese de muitas práticas e a organização das identidades alternativas à heteronormatividade devem muito à problematização socioantropológica da associação preconceituosa e discriminadora entre AIDS e homossexualismo.

Uma nova postura dos atores sociais mediante a reivindicação dos direitos civis feita pelos gays foi se configurando como necessária. É nesse momento que, no Brasil, os primeiros ativistas, militantes em favor da causa gay demarcaram espaços e propõem regras para assegurar a garantia da igualdade de acesso aos direitos entre heterossexuais, homossexuais e outros tipos alinhados no grupo dos alternativos à heteronormatividade. Nessa conjuntura se destacou uma perspectiva crítica difundida pelos representantes de dois grupos ativistas LGBT: o *Triângulo Rosa* e o *Grupo Gay da Bahia*. Segundo Julio Simões:

A partir de meados dos anos de 1980, é possível observar o desenvolvimento de um estilo de militância de ação mais pragmática... São exemplos desse ativismo o Triângulo Rosa e o Grupo Gay da Bahia (GGB), este o mais antigo grupo de militância em atividade no país. Nesse período, foram obtidas conquistas como a retirada da homossexualidade do Código de Doenças do Instituto Nacional de Previdência Social, adotou-se e se fez disseminar a ideia de “orientação sexual” e houve intenso debate acerca da inclusão da garantia de não-discriminação por “orientação sexual” na Constituição brasileira. (SIMÕES, 2009, p. 61)

Sob essa perspectiva, o movimento LGBT, herdeiro das ações do movimento homossexual, desconstrói a condição de desvio imposta às identidades e práticas alternativas à heteronormatividade. Em razão da luta em prol da criação de políticas integradas ligadas inicialmente ao combate à AIDS, contrárias a toda e qualquer forma de discriminação, este movimento retoma a luta por reconhecimento dos direitos.

O caminho até a criação de órgãos públicos e de políticas públicas específicas para atender a reivindicações dos indivíduos classificados de LGBT, uma conquista de reconhecimento político que se desdobra também em discussões parlamentares e na esfera mais específica do Judiciário, aponta para um cenário no qual é necessário interpretar os significados das conquistas, considerando as percepções dos ativistas em correspondência com o que tem sido historicamente reivindicado e as eventuais discrepâncias e efeitos não planejados do que foi *conquistado*.

2.6 Institucionalidade da diferença

Neste tópico, argumento que os debates relativos a temas como reconhecimento, identidade sexual e direito à diferença são centrais para compreender as relações de poder que circunscrevem os processos de reconhecimento legitimando o direito à *diferença*. As experiências vinculadas ao processo de institucionalização do movimento homossexual brasileiro revelam aspectos positivos e negativos, decorrentes dos efeitos do reconhecimento da diferença.

Esse reconhecimento se relaciona com a visibilidade e conquista de respeitabilidade pelo ativismo LGBT, tornando-se a questão dos direitos do público LGBT uma questão em torno da qual se organizam disputas e jogos de poder. Ao mesmo tempo em que as controvérsias sobre os direitos dos indivíduos classificados de LGBT, tais como os referentes ao casamento entre iguais, à possibilidade de adoção e à criminalização da homofobia e do preconceito, ganham proeminência, acirrando o debate entre setores mais conservadores e setores mais progressistas, partidos políticos, instituições sociais diversas são levadas a se posicionar publicamente.

As problemáticas sociais, decorrentes das transformações culturais e políticas das identidades sexuais e de gênero ganham centralidade nas

sociedades ocidentais contemporâneas. Adquirem força política com o surgimento de novos movimentos sociais que têm como objeto a defesa dos direitos dos cidadãos com identidade e práticas sexuais alternativas à heteronormatividade, permitindo a produção do deslocamento da diferença, com a consolidação das propostas⁶⁶ aliadas ao Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT.

Além disso, intensificam-se discursos em torno da criminalização de práticas discriminatórias contrárias à orientação sexual e identidade de gênero, conforme conta no Projeto de Lei nº 122/2006. Neste mesmo ano, a delegação brasileira, que representa o Brasil na 38ª Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), propõe que sejam reiterados, aos direitos consolidados, os “Direitos Humanos à Orientação Sexual e Identidade de Gênero”. Após um longo e acirrado debate, foi incluído o *direito à diferença*.

Nas últimas décadas, o reconhecimento político obtido tem dentre as principais conquistas as seguintes:

- a) reconhecimento das uniões homossexuais;
- b) conquista dos direitos previdenciários;
- c) direito à adoção;
- d) reconhecimento jurídico da mudança de sexo.

Um ponto a ser colocado em relação a esse reconhecimento se refere às diferenças entre o cenário nas esferas legislativo e judiciário. O reconhecimento do direito à diferença tem avançado com as decisões judiciais, porém, o Legislativo parece andar na contramão desse processo, ao se opor contra os Projetos de Leis (PL 122; PL 1151) que propõem regulamentar de modo efetivo as conquistas acima mencionadas. Na esfera Legislativa, a defesa dos direitos LGBT tem sido marcada pelas tensões colocadas de modo intenso pela denominada *bancada evangélica*.

No nível federal, o Supremo Tribunal, interpretando a Constituição em vigor, assegurou o reconhecimento da união homoafetiva. Alguns estados brasileiros aprovaram projetos de leis favoráveis às reivindicações da

⁶⁶ Refiro-me ao programa de governo “Brasil sem Homofobia” (2007).

população LGBT. Em São Paulo, no ano de 2010, a Assembleia Legislativa aprovou o Projeto de Lei nº 307, que obriga a inclusão da disciplina *Combate à homofobia*, na grade curricular do curso de formação dos novos policiais Civis, Militares e Bombeiros.

Artigo 1º - Os cursos de formação inicial ou permanente de policiais civis, policiais militares, policiais rodoviários, bombeiros militares, bem como dos escrivães e dos delegados da Polícia Civil do Estado de São Paulo deverão conter em seu conteúdo programático os temas Relações de Gênero e Combate à Homofobia.

Parágrafo único – Homofobia para efeito desta lei deve ser entendida como toda e qualquer forma de discriminação, prática de violência, física, psicológica, cultural e verbal, ou manifestação de caráter preconceituoso contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais por motivo derivado de sua orientação sexual. (110TTP://www.ggb.org.br – PROJETO DE LEI Nº 307 DE 2010)

Uma consequência não planejada do reconhecimento obtido, traduzido nas medidas e campanhas governamentais de escuta e disseminação de uma ideologia do respeito à diferença na área da sexualidade, por um lado, e por outro, os avanços em termos jurídicos e a própria construção do debate no interior do poder legislativo nacional, tem correspondido ao crescimento do registro de *crimes de homofobia* e ao recrudescimento da reação dos conservadores ao que tem sido difundido como a conquista dos direitos acima mencionados.

Ainda pode ser visto como efeito não planejado do reconhecimento político-institucional obtido o exercício do controle governamental sobre as identidades sexuais alternativas ao modelo heteronormativo, na forma de cartilhas, *kits* e campanhas publicitárias formuladas nas instâncias do governo, nas quais discursos e narrativas sobre os indivíduos LGBT são elaborados e disseminados em nível macro-social.

Se a repercussão da mídia em torno da emergência das primeiras *Paradas do Orgulho Gay*, a partir do final da década de 1990 obriga a sociedade e o Estado a olharem para o desdobramento da cultura

homossexual no Brasil, as biopolíticas decorrentes da transformação dos problemas vividos pelos indivíduos denominados de LGBT em *problemas sociais* significam o exercício de controle e regulamentação, acionados em termos de dispositivos de sexualidade formulados no sentido de garantir a ordem e o equilíbrio social, como definidos pelo sistema.

As paradas do Orgulho Gay, por exemplo, manifestações que têm, por um lado, ganho crescente visibilidade pública, tornando-se acontecimentos de grande repercussão no mundo contemporâneo, contribuíram para despertar a sociedade sobre os direitos LGBT, têm, por outro lado, contribuído para a criação de um painel de ações afirmativas que aparecem para alguns como excessivamente polissêmico. Elas pretendem ser, ao mesmo tempo, um conjunto de ações organizadas em torno de múltiplos significados: visibilidade de intimidades com base na orientação sexual; redefinição de identidades descomprometidas com as identidades dominantes; celebração do “Orgulho Gay”; chamando a atenção da sociedade para a diversidade; propostas de construção de políticas para atender as demandas homossexuais; reivindicam legitimidade das parcerias civis e criminalização da homofobia; entre outros.

Assim, esta forma de manifestação social, iniciada em São Paulo, assume relevância nacional, na medida em que influencia a difusão das paradas do Orgulho Gay pelo país inteiro, o que contribui para dar visibilidade às conexões estabelecidas entre as atividades desenvolvidas em prol da luta pela cidadania e o aumento na autoestima dos que se sentem representados. Com base nisso, o movimento homossexual vislumbra um horizonte em que a consolidação política parece resultar de seu reconhecimento, como um dos novos movimentos sociais.

No capítulo seguinte, discutimos as possibilidades de constituição das políticas públicas LGBT como uma estratégia de suporte de *governo da população* (FOUCAULT, 1995); os meios através dos quais o reconhecimento pode ser conduzido para responder às demandas do movimento; e as discrepâncias entre o que foi reivindicado e o que foi oferecido. Nesse terceiro capítulo, as análises das entrevistas concedidas pelos ativistas LGBT permitem identificar aspirações e frustrações acerca do reconhecimento adquirido.

Veremos que a maneira como os ativistas percebem o reconhecimento através da avaliação das políticas públicas deixa evidente alguma ambiguidade. Não obstante, no ideário das políticas públicas, os ativistas em análise traduzem suas demandas em propostas a serem colocadas em ação.

CAPÍTULO III

3. QUALITATIVOS PERTINENTES À IDEIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Neste terceiro capítulo focalizamos alguns qualitativos pertinentes à ideia de políticas públicas, com o propósito de operacionalizar o conceito na análise que envolve a relação entre Estado e Sociedade civil em referência à formulação de medidas governamentais com o objetivo de atender as demandas da agenda do movimento LGBT, as quais podem ser enunciadas nos seguintes termos:

Direito ao reconhecimento legal de relações afetivo-sexuais; adoção conjunta de crianças; livre expressão de orientação sexual e ou de gênero em espaços públicos; redesignação do “sexo” e mudança do nome em documentos de identidade; acesso a política de saúde específica; proteção do Estado frente a violência por preconceito. (CARRARA, p. 135-136, 2010)

A análise que fazemos neste capítulo focaliza em que medida essa agenda é contemplada nas propostas do governo Lula, momento histórico em que o reconhecimento político do movimento LGBT começa a ser construído. Nesse sentido, busca-se entender a atuação dos ativistas LGBT bem como os mecanismos utilizados pelo governo Lula no processo de mediação do referido reconhecimento.

Iniciamos esta análise focalizando a formulação e implementação de políticas públicas em geral, a partir da contribuição da ciência política, que vem se ocupando em compreender o sistema político com relação às mudanças na estrutura do Estado, no mesmo sentido em que interpreta o comportamento político frente ao processo de governo.

Klaus Frey (2000) propõe a análises das políticas públicas através da abordagem das contradições nelas envolvidas, ao mesmo tempo em que sugere alguns conceitos para sua operacionalização, tais como os de *policy*, *politics*, *polity*, *policy network*, *policy arena* e *policy cycle*. *Polity* faz referência

à análise das instituições políticas; *politics*, remete à análise dos processos políticos; e *policy* compreende-se a análise que atribui significado ao conteúdo da política.

Esse autor sugere a análise da política em três dimensões: a ordem do sistema político supervisionado pelo sistema jurídico; a dimensão processual referente ao processo político, que reflete as tendências de conflitos diante da imposição de objetivos e a dimensão material referente ao resultado material das decisões políticas.

Argumentando sobre o significado da ideia de políticas públicas, Di Giovanni (1998) sugere uma compreensão ampliada. Segundo este autor o conceito em questão define a intervenção do Estado numa situação problema presente na sociedade. Além disso, o autor diferencia de modo singular, política pública; política de Estado e política de governo. Por política de Estado, entende as políticas que ultrapassam limites entre diferentes governos. Nesta perspectiva políticas públicas classificadas, segundo Di Giovanni, tanto são políticas de governo como política de Estado. A diferença se estabelece na forma como as políticas se institucionalizam.

Outro conceito que define política pública é o *policy cycle*. Este conceito ganha relevância por explicar através da ideia de ciclos, as etapas das políticas públicas. Este recurso conceitual permite classificar todo o processo de formulação, implementação e avaliação dos impactos da política. Sua estratégia compreende: a definição do problema; a construção de agenda; a implementação de políticas e a avaliação de resultados.

O *policy cycle* nos fornece o quadro de referência para a análise processual. Ao atribuir funções específicas às diversas fases do processo político-administrativo, obtemos pontos de referência que nos fornecem pistas às possíveis causas dos déficits do processo de resolução de problemas. (FREY, 1997, p. 229)

Diante da vasta literatura que forma o mosaico conceitual de política pública, Frey (1997) vincula à sua análise sobre processos políticos, além de

conceitos tradicionais, a abordagem do neo-institucionalismo, que *tematiza pressupostos político-institucionais dos processos de decisão política* (p.232). Na compreensão deste autor, o neo-institucionalismo reclassifica o institucionalismo tradicional⁶⁷, na medida em que assume responsabilidade pelo desdobramento dos projetos políticos implementados.

A operacionalidade da análise institucional permite compreender, não só as estratégias de gestão dos recursos públicos, mas também os desafios que pautam a agenda política do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, diante da questão do reconhecimento dos direitos LGBT.

Durante essa gestão, as demandas da população LGBT são vinculadas à proposta de formulação e implementação de políticas públicas. Dentro desse espírito, se ajusta a esta análise uma breve retrospectiva histórica, destacando alguns desafios colocados ao longo do processo de redemocratização, no Brasil dos anos 80⁶⁸. Interessa-nos, também, refletir um pouco acerca da relação do executivo com o legislativo diante tal processo, o que auxilia compreender a ação da política pública no contexto em que é gerada, considerando as mudanças políticas, econômicas e as mudanças sociais.

No contexto de mudança política da década de 1980, importantes desafios foram colocados aos governantes brasileiros. A preocupação inicial, após o processo de redemocratização foi o ajuste da economia local ao modelo globalizado. Sabe-se que no Brasil, neste período, observavam-se desequilíbrios de diversas naturezas: fiscal, inflacionário e desorganização nas contas públicas. Na ocasião, a agenda política do governante vigente tinha como principal prioridade, ajustar a economia brasileira ao modelo neoliberal imposto e globalizado.

O desafio colocado pela necessidade de ajuste econômico e político, foi acompanhado por outro desafio, promover a justiça social⁶⁹, num momento em

⁶⁷ Este tipo de institucionalismo explica o mundo sob a ótica das instituições e desconsidera os limites dos fatores institucionais.

⁶⁸ Melo (1995) e Diniz (1995; 1996) falam dos desafios posto aos governantes brasileiro durante o processo de redemocratização.

⁶⁹ Ver a interpretação de Nancy Fraser (1999) e Axel Honneth (2003) sobre Justiça Social.

que os programas sociais implementados naquele momento incorporavam o espírito do projeto neoliberal.

Somada a esses desafios, depara-se dificuldade na exequibilidade do regime democrático⁷⁰. A difícil tarefa de expandir a participação dos atores sociais e políticos nos diversos arranjos institucionais, ainda impregnados pelo particularismo, também representam ameaças ao exercício democrático.

A Constituição de 1988 vem legitimar a participação política de novos atores sociais. Isso se deve à emergência de novos sujeitos políticos que reivindicam através dos novos movimentos sociais, a participação na esfera pública de decisão política, a exemplo do movimento negro, o movimento feminista, o movimento indígena e o movimento homossexual, dentre outros.

Quando à participação⁷¹ vinculou-se aos objetivos destes novos movimentos sociais⁷². Homens e mulheres interagiram para consolidar respeito à diversidade visibilizada. Este momento foi oportuno para os novos sujeitos políticos reivindicarem, conscientemente, não somente uma política de reconhecimento do direito à diversidade, bem como a redistribuição horizontal de poder.

No jogo de disputa por políticas públicas, diversas minorias acumulam demandas que se aglomeram. O gestor que está no comando da política hierarquiza prioridades de acordo com os interesses que representam. Do

⁷⁰ Nossa Constituição Federal regente incorpora avanço dos direitos sociais ao priorizar a universalidade dos mesmos. Também cria mecanismo para o exercício da democracia participativa. Em termos mais amplos, a participação popular se viu representada neste modelo de democracia, pelo Partido dos Trabalhadores, sob a liderança do então sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva.

⁷¹ A discussão sobre a participação entra neste bojo para refletir no âmbito da constituição do governo do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, o entendimento da participação como processo de reconhecimento de direito. Participar nas decisões da esfera pública sempre representou uma bandeira de lutas dos movimentos sociais. Tal participação possibilita tomar decisões políticas sobre as questões que dizem respeito ao destino das pessoas cidadãs. Vimos ao longo do primeiro capítulo, que quando o conceito de diferença resvala para a condição de estigma, desdobra-se em desigualdade.

⁷² É certo que os novos movimentos sociais inauguraram uma nova forma de participação política descentralizada dos modelos tradicionais de participação: exemplo do direito de votar e ser votado, da filiação partidária como únicas garantias ao exercício de cidadania.

amplo conjunto que compõe as demandas das minorias, muitas são negligenciadas.

Mediante o processo de formulação de políticas públicas, em que diferentes demandas disputam prioridade na agenda governamental, bem como, mulheres, negros, indígenas, LGBT e outras minorias, os recursos são mínimos para atender diferentes interesses em termos de benefícios sociais. (ver o que apontam os gráficos no Capítulo IV).

A agenda social na gestão de Lula tornou sedutora a reconfiguração do processo participativo. Porém os limites dessa participação permitiram uma competitividade conflitante sob dois aspectos: por um lado despertou confiança dos novos sujeitos políticos representantes das diferentes minorias; por outro lado pressões internas a estas minorias induziram ao protecionismo, ficando estas à mercê da cooptação do governo.

Criticando as formas de alianças políticas estabelecidas durante a gestão presidencial de Lula, Luiz Mott, um dos fundadores do Grupo Gay da Bahia, fez o seguinte desabafo:

Desde que o PT está no poder, à custa de alianças espúrias com políticos com ficha suja, partidos fundamentalistas e empresários corruptos, houve uma COOPTAÇÃO sistemática de grande parte das lideranças das entidades da sociedade civil: UNE, sindicatos e centrais, movimento LGBT, movimento feminista, movimento negro, etc. Falo pelo movimento LGBT, onde o PELEGUISMO é vergonhoso e ultrajante a nossa heróica história de oposição aos mandonismos e manipulações governamentais. O GGB continua fiel a sua história e princípios: somos apartidários, apoiamos quem nos apóia e criticamos quem não se une a nossa luta e agenda.(postado no facebook em 2 de março de 2013 – maiúsculas do autor do texto)

A arte de bem governar associa o reconhecimento da diversidade ao exercício da democracia, assegurando garantia dos direitos humanos e impedindo a violação desses direitos. Neste mote, foi na gestão do presidente Lula que se buscou legitimar a cidadania LGBT no plano político. Mas ainda que a participação dos atores políticos tenha estimulado a construção de políticas públicas visando atender as demandas sociais e ações específicas de combate à homofobia, estas foram minimamente executadas.

Com relação às reivindicações do movimento LGBT, a implementação política, que deveria ser mais abrangente, foi mínima e, segundo os ativistas, pouco representativa. Políticas públicas LGBT, além do alcance bastante reduzido, mantêm contínua tal redução.

Na dinâmica da construção de alianças entre o movimento LGBT e o governo Lula, durante o diálogo estabelecido entre ativistas e o gestor do executivo federal, identificou-se a simpatia do Presidente Lula à causa LGBT. No entanto, tal demonstração de empatia não foi plenamente revertida em políticas para os segmentos LGBT.

3.1 Da empatia à ação política: Lula, bom governo, bem comum?

Castro Silva (1994) aponta aspectos que ampliam a concepção do que é ser um bom governante, referindo-se ao representante de governo cujo potencial político define, implementa e sustenta as políticas públicas.

Tanto os processos de formulação como os de implementação de políticas públicas são elementos cruciais constitutivos da capacidade governativa do Estado. A formulação bem-sucedida de políticas públicas depende, de um lado, do sucesso de a elite governamental mobilizar apoios para as políticas de sua preferência mediante a formação de coalizões de sustentação e, de outro, da construção de arenas de negociação que evitem a paralisia decisória. O bom êxito do processo de implementação exige, além de coalizões de apoio ao governo, capacidade financeira, instrumental e operacional do Estado. Vale observar que as coalizões de apoio às políticas governamentais são freqüentemente distintas no que se refere às fases de formulação e implementação, bem como são conformadas de acordo com a natureza (ou substância) da política, ponto de especial relevância para a agenda de reforma dos países em desenvolvimento. (CASTRO SILVA, 1994, p. 8)

Assim, um componente fundamental à legitimidade de um bom governo consiste nos seus arranjos institucionais. Na gestão de Lula, ampliaram-se arranjos políticos em face de parcerias com movimentos sociais. Entretanto,

fortaleceu-se o controle do governo sobre estes. Ao mesmo tempo, o governo Lula intensificou alianças com os novos movimentos sociais, como estratégias de regulação de pessoas. Sob esta perspectiva, com relação à aliança feita com o movimento LGBT, para além dessa regulação se colocam estratégias de normatização de prazeres LGBT. Vemos, com isso, como governos engendram dispositivos de poder, na medida em que intensificam alianças. (FOUCAULT, 2008).

A regulação do movimento LGBT pelo governo Lula foi desfavorável em relação a várias reivindicações, tais como: definir orçamento, organizar as ações de implantação de políticas públicas, o acesso à política de saúde LGBT, o reconhecimento social nos documentos de identidade, entre outros.

Nesse sentido, o referido movimento ainda enfrenta grandes desafios inter-relacionados à negociação de conflitos sociais, políticos, culturais, além do econômico. Em meio à diversidade de demandas sociais, a necessidade de priorizar as demandas, abre caminhos para novos conflitos, o que justifica a luta do movimento LGBT no Brasil. É dado reconhecimento e importância à atuação da militância homossexual, que se organiza para combater a discriminação histórica e assegurar direitos civis desde a década de 1980. Na tentativa de resgate da cidadania, os ativistas LGBT pressionam o poder público estatal e a sociedade. De certo modo, reúnem esforços para atrair a atenção dos governos.

Em relação às iniciativas de militância, o ano de 1987 assistiu a um momento histórico de atuação política dos ativistas *gays* nos debates com parlamentares, no Congresso Nacional, sobre a inclusão no texto constitucional de 1988, da proibição de discriminação por “orientação sexual” embora a linguagem utilizada na época fosse “opção sexual” (SIMÕES, 2009). Conforme argumento deste pesquisador:

Em 1987 o Triângulo Rosa conseguiu ir a Câmara Federal, ao Congresso Nacional Constituinte. Lá fiz exposições a duas subcomissões. O assunto foi levado ao plenário e fomos derrotados...A última votação na Assembléia Constituinte foi em fevereiro de 1988. Fui a Brasília. Nunca um ativista *gay*

tinha entrado no Congresso Nacional. Muito menos para fazer exposição e ser sabatinado pelos parlamentares. Isso foi um escândalo!...Depois retomei quando se aproximava a Revisão Constitucional...também fomos derrotados. Desta vez houve esse sucesso de escândalo. Com esse nosso trabalho, não conseguimos ser contemplados na Constituinte Federal, mas conseguimos em duas constituições estaduais: a de Sergipe e a de Mato Grosso; e em 27 leis orgânicas municipais, inclusive do Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador. (SIMÕES, 2009, p.123)

Em resposta ao que foi reivindicado, o movimento foi contemplado através de ações definidas no processo de elaboração do Plano Plurianual – PPA 2004-2007, no qual se definiu diretriz, no âmbito do Programa de Direitos Humanos, para combater a discriminação de homossexuais. Referindo-se à análise deste programa, Carrara (2007) argumenta:

Algumas das diretrizes do programa têm sido executadas. Em meados de 2005, a Secretaria Geral da Presidência da República lançou edital aberto a instituições públicas ou não governamentais para a seleção de projeto de combate a homofobia...Também a partir de 2005, o Ministério da Educação passou a lançar editais públicos para a seleção de projetos de capacitação de profissionais de educação em temas relativos à “orientação sexual” e a “identidade de gênero. A Secretaria Especial de Direitos Humanos, tem apoiado a criação de dezenas de centros de referências em direitos humanos com objetivo de prevenir e combater a violência e a discriminação homofóbica...No âmbito do Ministério da Saúde...medidas importante têm sido tomadas no que diz respeito aos direitos de transexuais realizarem a cirurgia de mudança de sexo, conseguirem alteração de sua identidade Legal. (CARRARA, 2007, p. 140-141)

A perspectiva de regulamentação de políticas LGBT no Brasil tem como marca a criação de Planos e Programas de Governo nos quais se contemplavam parte das reivindicações do movimento LGBT. Foram criados: o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT; o Plano Nacional de Políticas para as mulheres – 2007; o II Plano Nacional de Políticas

para as mulheres; a Política Nacional de Saúde Integral de LGBT⁷³; o Plano Operatório da Política Nacional de Saúde Integral LGBT; o Plano Nacional de Enfrentamento da Epidemia da AIDS e das DST entre Gays, HSH e Travestis; Programa Nacional de Direitos Humanos.

No âmbito estadual, até o presente momento, São Paulo foi o único estado que legitimou política em benefício da população LGBT: o *Plano Estadual de Enfrentamento à Homofobia e Promoção da Cidadania LGBT*, efetivado através do decreto nº 55.839 de 18 de maio de 2010.

Em 2008, a I Conferência Nacional LGBT registrou uma *carta de intenções* do governo com relação às demandas do movimento em análise. De acordo com ativistas entrevistados, boa parte do afirmado na referida carta não passou de meras promessas retóricas, ficando, portanto, no plano das ideias.

As transformações que se desenvolveram no governo Lula, com relação à iniciativa de reconhecimento político do movimento LGBT, produziram discursos díspares. Sérgio Carrara (2010) avalia como positiva, a iniciativa do governo Lula com relação à chamada desta I Conferência: “Isto demonstra que o Governo Federal, além de seus próprios recursos, mobilizou recursos dos estados e municípios no mais amplo processo políticos relativos a tais grupos” (CARRARA, p.141/142). Entretanto, Luiz Mott avalia o efeito da articulação do governo Lula com o movimento LGBT, como uma relação de dominação, onde um, o governo, regula o outro, o referido movimento. Isto dá margem à interpretação do uso do reconhecimento como elemento de barganha, sendo proposto em troca a regulação governamental do movimento social.

Por outro lado, as iniciativas governamentais buscaram produzir um novo modo de participação, convidando ativistas LGBT para participarem de coordenações criadas no âmbito federal, estadual e municipal, com propósito de promover direitos humanos à população LGBT⁷⁴.

⁷³ Decreto 7.508/2011 de 28 de junho de 2011 (regulamentado por lei 8.080 de 19-09-1990 – organização do SUS)

⁷⁴ O número de coordenações criadas no Brasil foi limitado, conforme listamos aqui. Na esfera federal, no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos, em 2010, cria-se a Coordenação-Geral de Promoção dos Direitos Humanos de LGBT; na esfera estadual, destacam-se Distrito Federal, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo; no âmbito

Refletir o papel do governo Lula, com relação à gestão de políticas públicas LGBT, requer um olhar criterioso para as ações governamentais que atribuem aos direitos humanos desdobramento em termos política pública. Em tempos mais atuais, gestores brasileiros interpretaram direitos humanos como política pública. Essas interpretações passam a vigorar em 1996, na primeira versão do Plano Nacional de Direitos Humanos – PNDH. Porém, ainda não se fazia referência à população LGBT.

Portanto, em 2002, seguindo esta lógica, a segunda versão do Plano Nacional de Direitos Humanos – (PNDHII) situa a demanda LGBT como proposta de políticas pública. No entanto, das 518 ações propostas, apenas cinco contemplavam demandas da população LGBT.

Desde o surgimento do movimento homossexual, até o que se convencionou chamar movimento LGBT, presenciou-se ativistas mobilizando ações em benefício do reconhecimento da população homossexual. As primeiras ações junto ao Legislativo Federal tinham como missão convencer os parlamentares a incluir no texto constitucional de 1988, os termos “orientação sexual” e “identidade de gênero” em situação de discriminação (CARRARA, 2010, p. 134).

Recentemente os referidos ativistas reivindicam na esfera Legislativa, aprovação de projetos de leis, a exemplo do Projeto de Lei 122/2006. (ARRETCHE, 2003). Isso porque a lei é um mecanismo de poder capaz de regular e corrigir práticas que violam os direitos humanos.

No entanto, do ponto de vista de segmentos dos parlamentares brasileiros, em várias situações que se reportam à “orientação sexual” e “identidade de gênero”, a sexualidade é definida como um lugar em que mecanismos de controle social são mobilizados para a reprodução da heteronormatividade.

O que tem acontecido no Brasil, nas três últimas décadas, seja na esfera legislativa ou executiva, com relação aos direitos LGBT, espelha a imputação de uma conduta social com base no padrão heteronormativo. O entendimento que se expressa sobre a sexualidade humana, na visão dos parlamentares evangélicos, por exemplo, baseia-se no referido padrão.

É esse padrão heteronormativo que justifica em várias áreas da vida social a violação dos direitos humanos dos indivíduos LGBT, configurando um contexto em que, para dar conta de atender as demandas das minorias subjugadas, que o Estado deve intervir, por meio de construção de ações afirmativas e implementação de políticas públicas.

A ascensão de Lula à Presidência do Brasil significou a possibilidade de que uma visão mais aberta do que as verificadas em governos anteriores em relação à questão da diversidade sexual ganhasse espaço na esfera da política brasileira. Foi no bojo do espaço que as questões das mulheres, das relações interétnicas, das camadas mais pobres da sociedade e da população indígena ganharam nos mandatos do referido presidente que encontramos uma nova orientação em relação às reivindicações do movimento LGBT.

A iniciativa deste presidente quanto às demandas LGBT se materializou inicialmente na formulação das diretrizes do *Programa Brasil sem Homofobia*, destinado ao combate à violência e à discriminação e promoção de cidadania de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, configurando um espaço novo de possibilidades de implementação de políticas LGBT.

O novo cenário representado pela ascensão do PT ao poder no nível federal no país instituiu uma atenção especial a outros segmentos da população marcados, à semelhança dos indivíduos LGBT, por características estigmatizadas. É desse período a formulação e implementação de ações tais como o *Estatuto do Idoso*, em 2003; o *Decreto de Acessibilidade*, em 2004; as *Diretrizes Nacionais para a Educação das relações Étnico-raciais* e para o ensino de *História e cultura afro-brasileira e africana*, em 2004; através do Decreto de lei nº 5.626, a *Língua Brasileira de Sinais*, criada em 2005; o *Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos - PNEDH*, em 2006, e, ainda no mesmo ano, cria-se a *Lei Maria da Penha*. Assim, o poder executivo concedeu

o *status* de política pública à *Política de Direitos Humanos*, tendo em vista a ausência de uma legislação que assegure os direitos da diversidade LGBT.

Ainda em referência à intervenção do Executivo federal para garantia do acesso das populações estigmatizadas aos direitos constitucionais através de ações afirmativas institucionais, por meio das quais é dado reconhecimento aos novos direitos à diversidade. Dentre as medidas governamentais nessa área, destacamos a criação de programas de governo, como ações que asseguram o reconhecimento da diversidade como direito: o *Programa Nacional de Ações Afirmativas em 2002*; o Programa Brasil sem Homofobia em 2004; o Programa Brasil Quilombola também em 2004; o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres em 2005; campanhas pela diversidade sociocultural e o Plano de Desenvolvimento da Educação, em 2007.

Como desdobramento das ações de combate ao preconceito e à discriminação à orientação sexual e identidade de gênero, o governo Lula lançou edital, convocando a primeira Conferência Nacional LGBT. Assim, durante o primeiro semestre de 2008, organizaram-se, em todo território nacional, conferências, municipais e estaduais com essa temática.

3.2 Condições para a construção do papel do Presidente Lula no reconhecimento da cidadania LGBT no Brasil

O papel do exercício por Luiz Inácio Lula da Silva durante o período que vai de 2003 a 2010 foi possível devido basicamente a três fatores: o impacto da visibilidade mundial da população LGBT; ao debate político sobre a diversidade sexual LGBT no Brasil; e à percepção social da violação mundial dos direitos humanos das minorias.

Em termos de dinâmica social foi se constituindo como um desafio aos indivíduos LGBT em termos de violação de direitos humanos as taxas de violência, a discriminação, o preconceito e a intolerância homofóbica. Diante da carência de políticas públicas voltadas para atender demandas dessas

minorias, tornam-se necessárias sempre mais mobilização no sentido de produzir medidas afirmativas de combate ao desrespeito, à intolerância e à marginalização atribuída à orientação sexual e identidade de gênero das pessoas LGBT, muitas vezes vítimas da violência moral e física.

A ação governamental nessa área também deve ser entendida à luz das condições pelas quais os problemas e dificuldades cotidianas dos indivíduos LGBT ganham status de *problema social*, em relação ao qual os interesses do governo e da população constroem, na esfera política, um ambiente de pressão para posicionamentos e ações efetivas.

É claro que a conjuntura política em que um conjunto de princípios democráticos e éticos ganha espaço foi determinante para as ações observadas nos mandatos de Lula no sentido da construção da cidadania plena. Somente um governo democrático e de orientação progressista (com relação a questões consideradas polêmicas como é a da diversidade na área da sexualidade), capaz de adotar postulados em defesa dos direitos humanos e das populações marginalizadas, como foi o de Lula, é capaz de promover a igualdade de direitos entre os indivíduos e suas diferenças.

Historicamente, a noção de reconhecimento da cidadania LGBT surgiu no Brasil pela primeira vez no governo Lula, para fazer face aos perigos impostos pela homofobia à segurança de segmentos significativos da população. Esse reconhecimento somente foi possível graças ao *status* de problema social que a violência homofóbica alcançou e também à compreensão de que a sexualidade se manifesta em diferentes faixas etárias e modelos e que, portanto, ignorá-la, ocultá-la ou reprimi-la atinge o direito de cidadãos à felicidade e à autoexpressão.

Foi graças à ascensão ao poder de um grupo caracterizado pela abertura em relação à diferença e à diversidade que as políticas públicas destinadas a garantir os direitos dos cidadãos LGBT se constituiu, sendo criadas as condições necessárias para uma aliança entre o movimento LGBT e governo Lula.

Em um contexto em que se legitimam, no campo político, um conjunto de questões relativas à cidadania LGBT, desde aquelas ligadas à segurança pública até aquelas relativas à saúde – como no caso das campanhas de combate à AIDS – a diversidade sexual emerge como foco de disputa política. A partir de 2004 o posicionamento em relação a setores estigmatizados da população em geral e especificamente em relação ao segmento dos LGBT emerge na pauta de candidatos nas eleições em todos os níveis, e na esfera do poder Legislativo e do Judiciário. Nesse cenário, as atitudes estigmatizadoras passam a ser julgadas também em termos de dividendos eleitorais e como aspectos a serem levados em conta na avaliação dos governos em todos os níveis.

Em uma cultura marcada pela hegemonia do modelo heteronormativo, tanto a orientação sexual quanto a identidade de gênero tornam-se temas de debate político, o que corresponde à emergência da temática nos programas dos partidos⁷⁵, a qual se soma também à conjuntura internacionais, marcada pelas conquistas de reconhecimento de direitos à livre expressão da orientação sexual e da identidade de gênero. Estamos nos referindo à deliberação dos Princípios de Yogyakarta, que orientam Estados Nacionais quanto ao reconhecimento dos direitos humanos, da orientação sexual e identidade de gênero, também auxiliando a criação de legislações específicas nessa área.

Embora o governo Lula tenha estruturado mecanismos de combate à violação dos direitos humanos, o sistema de alianças, os arranjos políticos não foram suficientes para garantir, no poder legislativo, o reconhecimento proposto pelo governo de Lula. Na Câmara dos Deputados um grupo ainda majoritário impede a aprovação de projetos de leis em benefício da população LGBT. Em suma, a esfera executiva não conseguiu apoio do legislativo para aprovar leis favoráveis aos LGBT, nem tampouco rompeu com o processo disciplinador e regulador que depõe contra a demanda LGBT. Embora tenha criado possibilidades que legitimaram a participação das minorias LGBT na arena

⁷⁵ Ver, por exemplo, a Plataforma LGBT para as Eleições de 2012, do PT, no *site*: http://www.pt.org.br/arquivos/Plataforma_LGBT_para_as_Elei%C3%A7%C3%B5es_Municipais_de_2012.pdf

política, o governo Lula não conseguiu dissolver o monopólio de privilégios da linha heteronormativa.

A influência do governo Lula sobre o movimento LGBT é notável, a partir da troca de experiências no trato dos discursos das práticas sobre a diversidade sexual. Embora implicando na operacionalização de mecanismos de controle da população, tendo em vista o caráter normalizador da ação política, a relação com o governo Lula é interpretada pelo movimento LGBT como parceria política.

Com efeito, o governo Lula se compromete a promover equilíbrio com relação a igualdade de direitos, com base no princípio da participação política. Então, na medida em que a estrutura governamental se mostra eficiente em descentralizar e minimizar conflitos, o latente exercício da cidadania se manifesta. Correspondentemente, à medida que se constrói cidadania, o sistema democrático se mostra eficiente, em relação aos objetivos alcançados, estimulando e criando novos espaços de participação, como veremos a seguir.

3.3 Instalação de Conselhos Consultivos ⁷⁶ : por um Brasil sem discriminação

A relação entre o movimento LGBT e o governos se materializa mediante instalação desses conselhos, os quais foram de significativa relevância enquanto marco das medidas de ações afirmativas a serem implementadas pelo Estado.

Considerando que o caráter deliberativo do Estado permite a construção de parceria com a Sociedade Civil, portanto, no âmbito da gestão desses conselhos, visualizam-se planos por meio dos quais se inscrevem diretrizes

⁷⁶ A consciência pública se faz representar através da instalação desses Conselhos e do amplo consenso em torno das prioridades da agenda de governo. Exemplos de alguns conteúdos substantivos que pautam os Conselhos são: órgão público e estatal; participação popular através de representação institucional; representação da sociedade civil eleita; reconhecimento da multiplicidade dos sujeitos políticos por meio de paridade entre sociedade e Estado e etc.

pertinentes a elaboração, implementação e fiscalização das políticas públicas focalizadas na produção do reconhecimento dos direitos da população LGBT.

Historicamente, assegurar equilíbrio ao controle social significa estender a todos o direito à participação política. A criação dos conselhos assegura equilíbrio ao controle social, mediante o deslocamento das demandas sociais privadas para o espaço público. Isto por si só, funciona como a principal fonte de segurança dos indivíduos na medida em que se transformam em sujeitos políticos. Por outro lado, isto exige ampliação na agenda governamental.

A maneira de enfrentar a questão do reconhecimento dos direitos dos indivíduos LGBT passou pela instalação de conselhos políticos comprometidos com o reconhecimento de novas identidades de gênero, de novos sujeitos políticos. A realização de conferências nacionais, estaduais e municipais têm sido, desde então, frutos das deliberações desses conselhos.

Observando a gestão de Lula, sob esta perspectiva, percebe-se que foram instalados vários conselhos consultivos⁷⁷ em diversos setores do serviço público, nos quais se acolhe tanto a participação de representantes da sociedade civil como também a de gestores, representantes dos poderes públicos.

Neste modelo de gestão, o reconhecimento se manifesta através da participação dos sujeitos outrora invisibilizados. Por meio de conselhos consultivos, as pessoas, independentemente do grupo cultural a que pertençam, assumem a condição cidadã, com direitos e deveres.

No governo Lula acontece um processo de re-significação dos conselhos de políticas públicas. Como fruto da atividade e das deliberações do Conselho de Combate à Discriminação, ocorreram várias conferências específicas e, em respeito ao texto constitucional, esse governo promove, em 2003, a participação coletiva de diferentes grupos, para debater acerca do Plano Plurianual (PPA 2004-2007). A ocasião oportunizou a participação de

⁷⁷ Além de mediar situação de conflito, os conselhos têm funções: normativa, propositiva, de fiscalização e educativa.

representantes da sociedade civil organizada, para deliberar sobre políticas públicas em parceria com o governo.

Os esforços para a garantia da cidadania LGBT, sem dúvida, se manifestaram na criação do *Conselho Nacional de Combate a Discriminação e promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais – CNCD/LGBT*. Este Conselho, além de minimizar a invisibilidade política do movimento LGBT, possibilitou mudanças de paradigmas. Criado em 9 de dezembro de 2010, junto à Secretaria de Direitos Humanos, por meio do Decreto nº 7.388.

O referido conselho se responsabilizou pela formulação de diretrizes e para as ações afirmativas na área e pela proposição, junto ao governo federal, de mecanismos de combate à discriminação e que possibilitassem o reconhecimento pleno dos direitos humanos da população LGBT.

O Decreto nº 3.952, de 4 de outubro de 2001 dispõe da competência e composição do Conselho Nacional de Combate à Discriminação⁷⁸. Assim, foram assegurados trinta assentos representativos, divididos da seguinte forma: quinze representantes, gestores públicos, de diversos órgãos federais; e quinze representantes da sociedade civil LGBT, indicados por entidades.

Num esforço conjunto, todos os representantes do Conselho Nacional de Combate a Discriminação construíram o *Programa Brasil sem Homofobia*. O arrojado Programa de governo prometeu revolucionar a sociedade para o combate à discriminação e intolerância por orientação sexual e identidade de gênero.

A missão do Conselho Nacional de Combate à Discriminação de Lésbica, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais tomou um importante rumo no histórico dia 9 de dezembro de 2010, agregando novas competências, no sentido de potencializar políticas públicas para a população LGBT, conforme o Decreto nº 7.388. Esta decisão elenca princípios que asseguram direitos para a demanda do movimento LGBT.

⁷⁸ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3952.htm

Assim o Conselho Nacional de Combate a Discriminação da comunidade LGBT, ao assegurar o reconhecimento das identidades LGBT no âmbito do Direito, atribui responsabilidade aos gestores do governo. Este por sua vez, deverá assegurar o direito dos indivíduos à diversidade. É de responsabilidade deste conselho monitorar a implementação das políticas públicas para a população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

3.4 O reconhecimento como mecanismo de controle?

Esse foco de análise é uma peça fundamental para compreender desafios colocados tanto para o movimento LGBT, quanto para o governo Lula, no que concerne à intenção de transformar políticas de reconhecimento em políticas públicas. A questão se coloca da seguinte forma: o governo Lula usa o reconhecimento como mecanismo de controle? Como este controle é experimentado pelos indivíduos LGBT?

Em termos mais abstratos, podemos pensar que todo reconhecimento implica em regulamentação, sendo a instituição de classificações um mecanismo que os sistemas sociais utilizam para produzir previsibilidade e atingir os interesses de *equilíbrio* social. No caso do reconhecimento dos indivíduos LGBT, em certa medida, o que se conquista é o direito de repetir os padrões de normalidade usados anteriormente como parâmetros para a própria discriminação dos *diferentes*, dos não enquadrados.

Dessa forma, a conquista do reconhecimento do direito de casar-se como o fazem os indivíduos heterossexuais, por exemplo, implica na afirmação e reconhecimento de instituições sociais reguladoras como as religiosas, judiciais e em última instância, a do próprio casamento, com as consequências em termos de enquadramento sistêmico, vigilância e desejos de previsibilidade.

Revisitando desabafos de ativistas sobre os efeitos da institucionalização da luta pelo reconhecimento expressa no conjunto de iniciativas mencionadas acima enquanto políticas públicas, encontramos o

exemplo de Luiz Mott, que critica tanto as ações do governo Lula, como as dos ativistas que militam no movimento LGBT. Para ele, o movimento LGBT não somente foi regulado pelo governo Lula, como também comprometeu a sua própria história (MOTT, 2011).

Falando sobre o caso do movimento LGBT, como também sobre outras minorias tais como as dos negros e de índios, Mott (2011) aponta para o caráter mais midiático do que efetivo das ações afirmativas divulgadas pelo governo. Segundo ele, das 518 ações previstas no II Plano Nacional de Direitos Humanos, formulado pelo governo Lula, apenas 19 foram direcionadas aos segmentos LGBT⁷⁹. Mesmo com a implementação, em 2009, do III Plano Nacional de Direitos Humanos, das 521 ações programáticas, apenas 23 ações foram dirigidas ao público LGBT.

Ainda para Mott (2011) os efeitos do reconhecimento como divulgados seriam mais efetivos se o presidente Lula tivesse garantido provisão adequada de duas ações afirmativas programáticas no PNDH II:

*Nº 231. "Promover a coleta e a divulgação de informações estatísticas sobre a situação sociodemográfica dos LGBT, assim como pesquisas que tenham como objeto as situações de violência e discriminação praticadas em razão de orientação sexual." * Nº 232. "Implementar programas de prevenção e combate à violência contra os LGBT, incluindo campanhas de esclarecimento e divulgação de informações relativas à legislação que garantam seus direitos." (MOTT, 2011⁸⁰)

O autor ainda critica a euforia do Movimento LGBT com relação à aliança feita com o governo Lula, por considerar que isto comprometeu a luta coletiva em defesa dos direitos LGBT na medida em que os efeitos do que se divulgou como ações afirmativas governamentais seriam desmobilizadores. Para Mott (*idem*), nestas circunstâncias, o governo Lula se apresenta como protetor dos direitos LGBT, ao criar o *Programa Brasil sem Homofobia*, os conselhos LGBT, e as conferências, dentre outras ações, mas o movimento

⁷⁹ Ver relatório publicado no site <http://www.sertao.ufg.br>.

⁸⁰ Luiz Mott. Artigo publicado no site em 03 jan 2011. <http://180graus.com/politica/ativista-luiz-mott-avalia-governo-lula-sob-otica-dos-direitos-lgbt>. Acesso em: 20 mar 2013.

LGBT não tem sido capaz de avaliar de modo consequente o nível de efetividade das ações governamentais e seus efeitos sobre a mobilização a ser conquistada para fazer o reconhecimento reivindicado real.

A crítica do movimento LGBT, embora reflita negligências nas relações desiguais de poder, uma tendência comum aos partidos e as instituições, não se estendem ao governo Lula. Até o último instante da gestão de Lula, ativistas acreditavam que a reforma dos direitos humanos com a inclusão dos direitos sexuais LGBT influenciariam positivamente a formulação e implementação de políticas LGBT, inclusive as que viriam, no mandato de Dilma Rousseff (MELLO; AVELAR; MAROJA, 2012).

Não podemos esquecer que um mandato presidencial é a expressão de alianças e de jogos difusos de interesses e de poder. A própria formulação e implementação de políticas públicas implicam em fases, sequências e processos intrincados, muitas vezes difíceis de controlar inteiramente. As intenções e propostas de Lula e de sua equipe mais imediata, por mais comprometidas com o reconhecimento da diferença em todas as suas manifestações e especificamente em termos das referidas à sexualidade, foram objeto de ações e reações em todos os níveis hierárquicos dentro do próprio governo e em outros momentos, na própria sociedade englobante. As reações ao *kit anti-homofobia*⁸¹ é um exemplo de como a formulação de políticas nessa área são refratadas no encontro com os diversos setores da sociedade civil, e em alguns casos, completamente inviabilizadas.

Desde a década de oitenta do século passado o movimento homossexual primeiramente e posteriormente o movimento LGBT, mobilizou-se para se expressar e efetivar politicamente, com vistas a se tornar grupo de pressão e um efetivo participante dos conselhos deliberativos e das formulações de políticas referidas a suas reivindicações.

Porém, a espontaneidade de ativistas militantes e simpatizantes do Partido do Trabalhador-PT resultou no cruzamento do movimento LGBT, com o governo Lula, o qual se compromete em promover a transformação da sociedade brasileira sob a perspectiva da Justiça Social. Neste contexto,

⁸¹ Denominado pela imprensa e parlamentares de Kit Gay.

quando este governo volta-se para a problemática da sexualidade, criando mecanismo que possibilitassem o reconhecimento dos direitos dos indivíduos LGBT precisa negociar com diversos interesses, correspondentes aos vários setores que compõem a sociedade. De certo modo, termina por atuar em termos de regulamentação e normalização.

Esse processo é denominado por Foucault (1979) como destinado a produzir a governamentalidade, através do estabelecimento de mecanismos governamentais para, em última instância, *administrar* a conduta humana, de acordo com os interesses sistêmicos. Ele assim explica esse conceito:

Mas nunca a disciplina foi tão importante, tão valorizada quanto a partir do momento em que procurou gerir a população. E gerir a população significa geri-la em profundidade, minuciosamente, no detalhe. A ideia de um novo governo da população, torna-se ainda mais agudo o problema do fundamento da soberania e ainda mais agudo a necessidade de desenvolver a disciplina. Devemos compreender as coisas não em termos de substituição de uma sociedade de soberania para uma sociedade disciplinar e desta por uma sociedade de governo. Trata-se de um triângulo: soberania- disciplina- gestão governamental, que tem na população seu alvo principal e nos dispositivos de segurança seus mecanismos essenciais. (FOUCAULT, 1979. p.291)

O conceito de governamentalidade criado por Foucault atribui sentido ao governo da população e à técnica de intervenção. Assim, o autor apresenta três fundamentos pertinentes à compreensão do referido conceito:

- 1- o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança.
- 2- a tendência que em todo o Ocidente conduziu incessantemente, durante muito tempo, a preeminência deste tipo de poder, que se pode chamar de governo, sobre todos os outros – soberania, disciplina, etc. – e levou ao desenvolvimento de uma série de aparelhos específicos de governo e de um conjunto de saberes.

- 3- o resultado do processo através do qual o Estado de justiça da Idade Média, que se tornou nos séculos XV e XVI Estado administrativo, foi pouco a pouco governamentalizado. (FOUCAULT, 1979, p. 291 e 292)

Para assegurar o apoio da sociedade e governar em correspondência com os interesses da população brasileira, o governo Lula tenta conciliar soberania e disciplina ao implantar uma nova forma de governar com a participação da sociedade civil. Em seguida com base no dispositivo da disciplina esse governo se endereça ao segmento LGBT, embora também precise operar com os setores que expressam justamente o que impede o reconhecimento efetivo dos direitos do referido segmento populacional.

O referido governo trabalhou para atribuir reconhecimento político à população LGBT, até então pouco visível na esfera da política, provendo assistência política ao movimento que a expressava nos momentos que antecederam as realizações das primeiras conferências e criando condições institucionais para a construção do Plano Nacional da Cidadania dos Direitos Humanos de LGBT.

Entretanto, os esforços do governo Lula não foram efetivos com relação a assegurar tal reconhecimento na esfera legislativa, contribuindo, de modo não planejado, para a ativação da mobilização dos setores conservadores na sociedade englobante e em sua representação no parlamento, o que tem significado a reprovação no espaço da elaboração e aprovação de leis que tornariam efetivo o reconhecimento obtido na esfera do Executivo por parte do poder Legislativo.

Assim, se é verdade que a relação do movimento com o governo Lula possibilitou descongelar o inconsciente social para o universo das sexualidades alternativas ao modelo heteronormativo, também é verdade que a discussão pública das propostas com vistas à produção do reconhecimento dos direitos LGBT também é apropriada como instrumento do poder.

O governo Lula se constituiu como um aliado importante do movimento LGBT, anunciando ações com potenciais progressivos de combate à

Homofobia, conforme visto na relação de programas e políticas públicas formuladas nessa área.

O debate político da sexualidade foi colocado na ordem do dia por esse governo. O que observamos em termos da efetividade das políticas públicas mencionadas são os limites que a própria sociedade apresenta em termos da visão a respeito das demandas LGBT.

Este é um caso em que a inefetividade das ações afirmativas propostas em políticas públicas se explicaria na consideração dos ciclos posteriores ao da sua formulação, aqueles relacionados com a aceitação e comprometimento dos indivíduos que compõe a sociedade à qual novos procedimentos e modos de operar são propostos.

Não obstante o engajamento dos atores LGBT em prol de uma política de reconhecimento da diferença, e da ordem do executivo federal em acenar para a possibilidade de construção de políticas públicas LGBT, essa relação não isenta as ações afirmativas nelas propostas para a construção do reconhecimento dos direitos desse segmento da população da ação dos mecanismos mais gerais de controle social.

Sobre este ponto, Fraser (1999) alerta sobre desafios conceituais do entendimento das dificuldades para que o reconhecimento aconteça, apontando para a necessidade de considerar os eventuais díspares significados das políticas de reconhecimento e das políticas de redistribuição praticadas no nível do sistema social. Aludindo à questão da justiça social, esta autora questiona os mecanismos de regulação da ordem social, os quais colocam, muitas vezes, o reconhecimento em oposição à redistribuição:

O discurso da justiça social, antes centrado na distribuição (econômica), agora se divide crescentemente entre as demandas de redistribuição, de um lado, e as demandas por reconhecimento, de outro. Às vezes nos apresentam algo construído efetivamente como uma escolha excludente: redistribuição ou reconhecimento? Políticas de classe ou políticas de identidade? Democracia ou multiculturalismo? Essas são falsas antíteses, pois a justiça requer hoje tanto a

redistribuição como o reconhecimento, uma vez que nenhum deles é por si só suficiente. (FRAZER, 1999, p.1)

Em face da disseminação cultural do preconceito em relação à diversidade sexual LGBT, a luta por reconhecimento representa uma guerra em meio aos diferentes interesses que estão por trás dos arranjos institucionais presentes no processo democrático.

O dilema conceitual sobre o qual nos alerta Fraser, auxilia a compreensão do problema. Em face da ausência de um sistema político integrado ao reconhecimento dos direitos LGBT, o movimento homossexual, que desde sua origem refletiu a condição de invisibilidade dos sujeitos LGBT, organizou-se politicamente em defesa desse reconhecimento, pleiteando políticas públicas. Ao lado dessas demandas, no contexto contemporâneo de emergência de identidades, proliferam movimentos de mulheres, negros idosos, índios e outras minorias em prol da equidade de direitos.

Quando isso ocorre, a invisibilidade é posta em questionamento. Portanto, é para se defender dessa invisibilidade ou da sujeição sobre orientação sexual e identidade de gênero, que esse movimento não hesita em lutar por ações afirmativas que assegurem esse reconhecimento. Para isso, adota medidas para minimizar os efeitos dos mecanismos de dominação. Como exemplo disto, tem-se as políticas públicas na área de saúde, com relação a AIDS, nas quais os próprios atores LGBT exercem um papel fundamental.

Pensar, a partir de Foucault, que a relação do movimento LGBT e o governo Lula envolvem relações de dominação e poder significa compreender que, por trás dessa relação escondem-se múltiplas sujeições⁸², que operam intra e extra movimento. Refiro-me à sujeição interna, aquelas das vozes que destoam do coral orquestrado pelas lideranças LGBT; como também às sujeições externas, com relação à oposição das instituições sociais e políticas em relação ao movimento LGBT.

⁸² Ver a obra de Foucault, *Em defesa da Sociedade* (1999).

Refletir sobre o reconhecimento no âmbito das políticas públicas formuladas e, em certa medida, implementadas a partir das ações do governo Lula, implica em pensar em que medida foram eficazes e quais os fatores que explicam os aspectos nos quais não foram eficazes. É preciso reconhecer que na medida em que o movimento LGBT incorpora a afirmação da luta por reconhecimento, entra em um jogo político com regras anteriores à sua entrada. Isso significa também pensar no jogo simbólico em cujo âmbito se realizam a atribuição de identidades e suas classificações com intuitos disciplinarizadores.

Ressalte-se, mais uma vez, a importância de entender: para que as mudanças referidas para o reconhecimento dos direitos LGBT realmente se efetivem, há que se fazer mudanças na Constituição Brasileira de 1988⁸³, a qual, mesmo assegurando direitos às minorias aliadas do processo de participação cidadã e garantindo a equidade de gênero, não contém o termo orientação sexual⁸⁴.

O seu conteúdo relativo aos direitos das minorias, como afirma Carrara (2010), é o que tem sido utilizado em lutas políticas para a garantia de alguns direitos LGBT:

⁸³ O Brasil tem um histórico marcado por lutas sociais, por meio das quais se inicia o processo de redemocratização. A grande questão figura na escolha dos mecanismos a serem utilizados para viabilizar este processo. A democracia, refletida apenas com base nas decisões eleitorais, não surtiu efeito na solução das desigualdades. Foi necessário criar novos mecanismos capazes de inibir tais desigualdades. A nova Constituição Federal de 1988 supriu lacunas, ao assegurar garantias para efetivação dos direitos: civis, políticos, sociais, econômicos e culturais. A Carta Constitucional Brasileira de 1988 destaca, sob diferentes perspectivas, um conjunto de contribuições que desestruturam relações de dominação. Além disso, abre espaço para pensar a participação da diversidade. Tendo em vista a amplitude das ações previstas na nessa Constituição, movimentos sociais, a exemplo do movimento LGBT, tomam para si a responsabilidade de incorporar em sua luta social e política não só a reivindicação dos direitos civis. A luta incorpora, além da necessidade de formulação, deliberação e financiamento de políticas públicas, salvaguarda ao direito à vida, à dignidade humana e ao respeito. A própria Constituição de 1988 incorpora reivindicações dos movimentos sociais, a exemplo das diretrizes ampliadas das políticas sociais. Vejamos o que diz inciso II do artigo constitucional 204: *“participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação de políticas públicas e no controle das ações em todos os níveis”*. (Brasil, 1988, p.41) Isto foi decisivo para descentralizações das diferentes políticas públicas.

⁸⁴ A definição deste conceito está contida no texto que compõe os Princípios de Yogyakarta, os quais remetem à legislação internacional de direitos humanos ao que se refere à Orientação Sexual e Identidade de gênero.

Contudo, mesmo com eventuais “derrotas”, a estrutura geral da Constituição, explicitamente comprometida com respeito aos direitos humanos e a implementação de compromissos firmados nos tratados internacionais, tem permitido a Juízes e tribunais desdobrarem seus princípios fundamentais no sentido de garantir, de fato, certos direitos e contribuir para a criação de novas leis relativas às minorias sexuais. Atualmente, é em torno dela que, da perspectiva da sociedade civil, são organizadas as demandas por reconhecimento de direitos e, da perspectiva do Estado, são geradas políticas públicas, instrumentos legais e decisões judiciais para responder a tais demandas. (CARRARA, 2010, p.134)

O reconhecimento do direito à diferença no campo da sexualidade e gênero implica na mudança na lei brasileira em termos dos direitos LGBT, como também exige um repensar sobre as interpretações atribuídas pelo legislativo, no interior do estado democrático de direito, especificamente no caso do brasileiro.

Diante das dificuldades de negociação e de aprovação de leis relativas às demandas do movimento LGBT no legislativo federal, o então movimento LGBT se deparou com um contexto no qual o Executivo se posiciona de modo favorável às demandas do segmento, traduzindo essa posição em termos de políticas públicas, mas a luta pelo reconhecimento parece estancar na articulação dos interesses do segmento com os da sociedade englobante, representados no parlamento federal.

O diálogo entre movimento social e governo permitiu o acesso à participação LGBT na esfera da política. A relação entre ambos foi mediada por ativistas, representantes da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), e outros atores sociais e políticos, a exemplo de ONGs dedicadas ao trabalho com a população LGBT. Essa articulação envolve conflitos internos entre os segmentos que compõem o movimento, bem como entre lideranças e seus segmentos por eles representados.

Lula Ramires, ativista do Movimento LGBT, embora não tendo participado ativamente dessa mediação, emite o seu parecer, ao ser interrogado sobre o processo de mediação entre governo e sociedade civil:

Em primeiro lugar, no momento inicial desta construção eu não estava presente, quer dizer, minha ONG (o CORSA) ainda não estava filiada à ABGLT, o que só ocorreu nos últimos anos. Isso se deu porque, na sua primeira fase, a diretoria da entidade nacional apoiou pessoas/grupos que tinha dificuldade no diálogo com os demais. Então se vivia uma contradição porque a ABGLT era forte (tinha presença em praticamente todo o país) menos em São Paulo, que é o Estado mais populoso, que conta com um grande número de ativistas os quais, a partir de meados da década de 1990 deram início ao que se chamou de “visibilidade massiva” através das Paradas do Orgulho. Era uma contraposição a uma postura que valorizava apenas a interlocução de lideranças com autoridades do poder público e a presença na mídia. Quando a Parada de São Paulo começa a se tornar um evento de grande porte, a correlação de forças se altera.

Tanto quanto eu saiba, a ABGLT conquistou legitimidade, sobretudo por ser uma importante interlocutora do Programa Nacional de DST/Aids, sendo assim chamada para discutir as políticas públicas de assistência e de prevenção às pessoas infectadas pelo HIV, sendo que a maioria delas nos primeiros tempos da epidemia, constituía-se de homossexuais masculinos. Com o amadurecimento político, a ABGLT logrou entabular um diálogo também com outros ministérios. E em 2007, diversos ativistas com trânsito nacional demandam do Governo Lula que convoque uma conferência nacional para deliberar (poder público + representantes da sociedade civil) sobre políticas públicas para a população LGBT. Isso ocorre no final do ano, sendo a conferência convocada pelo Presidente Lula para junho de 2008. Dois nomes fundamentais nesta construção são Toni Reis e Julian Rodrigues (julianvic@gmail.com). (Lula Ramires, entrevista concedida em 05 de novembro de 2012)

Em seu relato, Lula Ramires reúne vários elementos que antecederam o processo de mediação entre o movimento LGBT e a esfera governamental. Ele evidencia o conflito interno entre os ativistas responsáveis pela organização das Paradas do Orgulho Gay em São Paulo e os representantes da ABGLT. Cada representação interpreta o produto de sua ação de forma valorativa com base no imaginário social.

Se os ativistas paulistas identificam as Paradas do Orgulho Gay como cenário onde se valoriza a visibilidade da população LGBT, os representantes da ABGLT se vangloriam em participar do debate público expressando de modo consequente os pontos de vista do movimento LGBT. Portanto, este, por

sua vez, não é imune a conflitos internos. Seria errôneo observar o ativismo LGBT sob a ótica da homogeneidade universal.

Os ativistas que representam a ABGLT, no entanto, agem como interlocutores entre sociedade civil e governo. Tal atitude denota o amadurecimento político, bem como capacidade de deliberar políticas LGBT junto ao executivo federal. Nessa linha de raciocínio, os ativistas que compõem o movimento LGBT, deixam de lado as divergências internas e se envolvem na luta coletiva.

Recentemente, por ocasião da entrevista com os ativistas LGBT, em resposta a questionamento sobre o estabelecimento dos arranjos políticos entre esse movimento social e o governo Lula, Julian Rodrigues, além de outros ativistas emitiram parecer sobre o significado desta experiência. Nas palavras deste entrevistado, o Partido dos Trabalhadores abriu as portas do governo Lula para o movimento LGBT.

O avanço só foi possível porque se tratava de um governo progressista, do governo LULA. E a maioria dos ativistas da ABGLT⁸⁵ que estavam [sic] à frente do processo era do PT⁸⁶. Assim como o espaço novo da SDH⁸⁷ permitiu que a demanda reprimida aparecesse. Antes, LGBT era assunto da saúde, do programa de AIDS⁸⁸, com exceção da pequena menção que existe no II PNDH⁸⁹, que foi um primeiro espaço para nossa pauta. Mas não havia uma incorporação da questão da homofobia em termos de políticas públicas de DH⁹⁰. Como não havia muita visibilidade para essa questão, pois a política de DH no governo FHC⁹¹ não tinha status de Ministério, apesar dos avanços que houve em alguns temas. (Julian Rodrigues, entrevista concedida, via email, em 11 de dezembro de 2012)

Ainda dentro desta perspectiva, Lula Ramires proporciona uma visão produzida a partir de sua vivência. Este ativista, embora não tenha participado da construção dessa aliança, esclarece algumas contradições presentes no

⁸⁵ Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

⁸⁶ Partido dos Trabalhadores.

⁸⁷ Secretaria de Direitos Humanos.

⁸⁸ Síndrome da Imunodeficiência Adquirida.

⁸⁹ Plano Nacional de Direitos Humanos.

⁹⁰ Direitos Humanos.

⁹¹ Fernando Henrique Cardoso.

universo complexo do ativismo LGBT ao se referir a relação entre governo e sociedade civil.

A meu ver, isso decorre de um processo lento, com idas e vindas, com avanços e recuos por parte do governo federal. Ressalto, porém a importância do apoio obtido junto a parlamentares que intermediaram essas negociações, o que culminou com a criação em 2004 do Programa Brasil Sem Homofobia. Tal programa lançou uma cartilha que trazia na verdade um conjunto de “boas intenções” relativas a ações que deveriam ser levadas a cabo nas diversas esferas de atuação governamental como saúde, educação, segurança pública, trabalho, cultura, etc. Desse primeiro empenho, se formaram grupos de trabalho (GTs) em alguns ministérios. Na saúde, isso ajudou a desenhar os princípios de uma “política de saúde integral da população LGBT”; no MEC⁹², levou o órgão a lançar dois editais de seleção de projetos destinados a combater a homofobia nas escolas, tendo como alvo principal a formação docente continuada. No MinC⁹³, também houve aporte de recursos para ações e eventos culturais que fossem realizados durante ou em preparação às Paradas. (Lula Ramires, entrevista concedida, via email, em 05 de novembro de 2012)

Julian Rodrigues desenha as primeiras ações do governo Lula que beneficiam as demandas LGBT como ações de Políticas Públicas. Ao passo que Lula Ramires interpreta-as como cartilha de *boas intenções*. Ambos concordam que as demandas de reconhecimento são transformadas em prioridade política na agenda social desse governo. Segundo estes ativistas, a causa LGBT entra nessa agenda, através da Secretaria de Direitos Humanos.

Nesta perspectiva classifica-se como ação afirmativa, a criação e implementação do Programa Brasil sem Homofobia, que representa, para um desses ativistas, o elo primordial das políticas públicas LGBT no Brasil.

Fernanda Benvenutty, outra ativista que interpreta o significado da articulação política com o governo Lula, afirma que houve uma abertura de espaço de diálogo, a qual proporcionou um mergulho na construção de políticas públicas LGBT.

⁹² Ministério da Educação e Cultura.

⁹³ Ministério da Cultura.

Não considero arranjos políticos e sim diálogos e conquistas políticas de espaços de construção da política LGBT no governo federal. Tudo isto se deu por conta de ter na presidência, um presidente sensível á causa LGBT e aos diversos movimentos sociais, dando esta abertura para construirmos políticas públicas para LGBT no Brasil. (Fernanda Benvenutty, entrevista concedida, via email, em 21 de dezembro de 2012)

As vozes dos entrevistados, certamente, se referem às ações do governo do PT, às contradições entre o que é proposto como política pública e o que se efetua. De modo que o PBSH suscita indagações dos ativistas LGBT. Em razão do que observam, concebem preocupações. A ausência de reconhecimento de direitos configura-se uma ameaça a essa população e acarreta prejuízos à sua cidadania.

3.5 Por um Brasil sem Homofobia: marco regulatório das políticas públicas LGBT?

No Brasil, o marco regulatório das políticas públicas direcionadas à diversidade sexual LGBT está vinculado à criação da Secretaria Especial dos Direitos Humanos⁹⁴, por meio da Lei nº 10.683 em 28 de maio de 2003.

O Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra indivíduos autodeclarados LGBT e de Promoção de Cidadania Homossexual, contribuiu de modo central para o reconhecimento das identidades LGBT no nível de governo, configurando-se como um marco das ações públicas de reconhecimento dos direitos desse segmento.

⁹⁴Antecede a isso, a criação da Secretaria Nacional de Direitos Humanos – SNDH, por meio do Decreto nº 2.193, de sete de abril de 1997. Esta secretaria era vinculada ao Ministério da Justiça e substituiu a Secretaria dos Direitos da Cidadania–SDC. Em janeiro de 1999 a Secretaria Nacional de Direitos Humanos assume outra nomenclatura como Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, com assentos e assegurados nas reuniões ministeriais.

No campo dos ativistas há divergência nas interpretações do Programa *Brasil Sem Homofobia*. Um grupo interpreta o referido Programa como o marco da aproximação entre o movimento LGBT e o governo Federal. Essa é a posição, por exemplo, de Julian Rodrigues.

O grande marco foi o Brasil Sem Homofobia, porque abriu os canais de participação e abriu as portas nos Ministérios. O problema é que o BSH não foi institucionalizado por meio de decreto, portaria, etc. Não constou no PPA, não estava explícito nas ações orçamentárias. Andou por boa vontade dos gestores e muita sintonia política com o movimento LGBT, sobretudo ABGLT. A I Conferência, no entanto teve OUTRO processo de construção. Entrou outro ator de peso no cenário – o setorial LGBT do PT. Em 2006, eu organizei a elaboração (como coordenador do setorial) do programa LGBT de Lula (construindo um Brasil sem Homofobia). (Julian Rodrigues, entrevista concedida, via email, em 11 de dezembro de 2012)

Já para Lula Ramires, o fato de não possuir *status* de lei, o BSH não pode ser visto como o marco regulatório das políticas públicas reivindicadas pelo movimento:

Na minha modestíssima opinião, não vejo marco regulatório no Brasil Sem Homofobia nem na 1ª Conferência (considerando que esta produziu dois anos mais tarde o Plano Nacional de Combate à Homofobia), pois constituem na verdade cartas de intenção e não possuem força legal que possa compelir o Executivo a agir solidamente naquela direção. Fica, portanto, a critério da “sensibilidade” do gestor de plantão dar seguimento às ações indicadas (ou “deliberadas”) ou não. Como você mesma diz, é um pacto ou uma aliança, se quiser, mas ainda muito frágil. A meu ver, isso tem relação direta com a enorme resistência que ainda nos deparamos no Legislativo, sobretudo nas bancadas conservadoras e religiosas (fundamentalistas) tanto católica quanto evangélica. (Lula Ramires, entrevista concedida em 05 de novembro de 2012)

Considerado ou não como marco regulatório, é importante deixar claro que o BSH resultou de uma articulação efetiva entre o governo e o movimento LGBT, a qual se desdobrou, inclusive, no compromisso eleitoral de Lula no sentido da realização de Conferências Nacionais sobre a temática das

identidades de gênero e sexualidades alternativas ao modelo heteronormativo. Neste contexto, o papel político do movimento LGBT foi fundamental na sensibilização do governo brasileiro para o reconhecimento da cidadania LGBT. Julian Rodrigues comenta esse processo:

Foi um compromisso público do candidato com algumas metas importantes, entre elas a realização da I conferência LGBT. Assim, a partir do segundo semestre de 2007, eu abri um diálogo enquanto setorial LGBT com o então Ministro Paulo Vannuchi. Diálogo de petistas, que discutiam como avançar na execução do programa acordado na campanha. Foi fundamental a atuação do Paulo, um aliado, um grande ministro, sensível e competente. Depois desse diálogo inicial com o setorial, chamamos a ABGLT, ANTRA e outras entidades para dialogar sobre a construção da Conferência. Ou seja, houve a MEDIAÇÃO DO PARTIDO antes do diálogo direto com o movimento social.

E tudo fluiu razoavelmente bem porque a maioria dos quadros dirigentes do movimento eram afiliados ou simpatizantes do Partido dos Trabalhadores (PT) e/ou partidos da base aliada. Assim, aos trancos e barrancos, gestamos a histórica I Conferência Nacional, em junho de 2008, com a presença de LULA. (Julian Rodrigues, entrevista concedida, via email em 11 de dezembro de 2012)

Representantes da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT); da Articulação Brasileira de Lésbicas (ABL); da Articulação Nacional de Travesti e Transexuais (ANTRA), além de outras entidades, afiliadas do Movimento LGBT se posicionaram de forma propositiva junto ao governo Lula. Diante da pressão feita por estes representantes e em função da ausência de leis que reconheçam os direitos da população com relação à Orientação Sexual e Identidade de gênero, esse governo cede. Assim, mediante a aliança do poder político estatal com a sociedade civil organizada, movimentos sociais e organizações não governamentais, deliberam políticas públicas, configurando assim a participação no processo de cidadania como um direito básico.

Conforme afirmou Julian Rodrigues, ao longo do processo de construção da cidadania LGBT, Ivair Augusto Alves dos Santos, um dos gestores públicos, desempenhou um importante papel, tendo atuado como assessor especial da Secretaria Especial de Direitos Humanos e como secretário-executivo do

Conselho Nacional de Combate à Discriminação. Sobre o processo que desencadeou a construção do Programa BSH, este gestor afirmou:

Comecei a conversar com cada Ministério e consegui o apoio de 14. Cada um colocou no papel o que podia e pretendia realizar e o Programa foi a soma das propostas de cada ministério. Algumas propostas estavam muito aquém daquilo que era necessário – mas isso não era importante no momento. Era importante estabelecer uma proposta política e governamental com relação ao tema, e que se ampliasse para além da saúde e dos direitos humanos, envolvendo as outras áreas. Esse trabalho conjunto provocou o primeiro documento do governo com relação a esse tema. (Ivair Augusto Alves dos Santos, entrevista cedida ao Grupo Dignidade. In: Uma história de Dignidade. Curitiba: Grupo Dignidade, 2008 p. 79)

Ainda segundo Ivair Santos, foi muito importante na construção do BSH e de seus desdobramentos a experiência do Grupo Dignidade. Vejamos como ele comenta o papel exercido por essa entidade:

O grupo Dignidade tem essa experiência. Outro ponto foi: o governo não conhece a temática LGBT. E nesse sentido o Dignidade foi fundamental: conciliou a competência na abordagem e no saber conversar com o governo de forma que pudesse realizar o que interessasse as duas partes, com tremenda objetividade. (Ivair Augusto Alves dos Santos, entrevista cedida ao Grupo Dignidade. In: Uma história de Dignidade. Curitiba: Grupo Dignidade, 2008 p. 79)

Admirado com a base sólida sobre a qual operaram os arranjos políticos que modelaram o PBSH por interesses estratégicos de diferentes forças políticas, Ivair Santos argumenta:

Eu não vi nenhum movimento com ação de advocacy⁹⁵ como eles fizeram desse movimento. Eles conseguiram recursos para um programa de governo. Essas emendas conseguiram

⁹⁵ ADVOCACY: “Argumentar em defesa de uma causa ou de alguém”. (The Advanced Learner’s Dictionary of Current English: London, Oxford University Press, 1970) In: Uma História de Dignidade. – Curitiba: Grupo Dignidade, 2008, p. 69.

implementar mudanças substanciais para a política acontecer. E o Dignidade esteve a frente. Eu fiquei surpreso, e com a rapidez. O que eles fizeram ninguém mais fez. Com a qualidade do que foi feita foi impressionante. (Ivair Augusto Alves dos Santos, entrevista cedida ao Grupo Dignidade. In: Uma história de Dignidade. Curitiba: Grupo Dignidade, 2008 p. 79)

Ivair Santos sugere que se reflita acerca do que ele chama de “furo” das políticas públicas, apontando para os ciclos posteriores ao da sua formulação e implementação, relativos aos processos de avaliação e correção (SOUZA, 2003b; OLIVEIRA, 2006):

Quando se começa a desenvolver uma política, começam a se descobrir os furos. É importante reduzir o problema junto à comunidade envolvida. Enquanto não atinge, você está patinando. Enquanto morrerem pessoas por ódio homofóbico, sua política está fracassando. Você precisa chegar próximo, dar resposta ao movimento. Enquanto o Brasil sem Homofobia não cumprir com seu objetivo – erradicação dos crimes homofóbicos – não será eficiente. Há dentro dessa linha de raciocínio, desafios mais complexos para o futuro. Foram quatro anos de implementação do programa. É necessário refazer, analisar o que deu certo ou não, a partir da percepção de que o programa atingiu uma parcela diminuta da população. E é necessária a intervenção em grande escala. (Ivair Augusto Alves dos Santos, entrevista cedida ao Grupo Dignidade. In: Uma história de Dignidade. Curitiba: Grupo Dignidade, 2008 p. 79)

Para Justo Favaretto⁹⁶, ativista do movimento LGBT, a união das lideranças LGBT com o governo Lula prejudicou e enfraqueceu as reivindicações da população LGBT. Embora considere legítima a aproximação do movimento com o governo, afirma que as propostas das políticas públicas LGBT, “na verdade ficaram no papel”, com o agravante de que é difundida a impressão de que muita coisa foi resolvida, o que teria influência sobre os níveis gerais de mobilização do movimento.

⁹⁶ “[...] sou primeiro secretário da Organização não Governamental Primavera de Sertãozinho (interior de SP), sou membro da comissão da diversidade sexual da OAB, subseção sertãozinho, mas meu maior trabalho é individual, independente, sou melhor assim” (Entrevista concedida em 30 de dezembro de 2012, via Facebook).

Em sua análise dos resultados dessa aproximação ele faz a seguinte avaliação:

O Projeto de Lei 122 nestes oito anos de governo Lula, “patinando”, e ele não disse uma só palavra em prol. Mas, ele era mais simpático a causa, esteve na primeira Conferência LGBT, levantou a nossa bandeira, o que é emblemático positivamente, assim como os feitos da Dilma o são negativamente. (Justo Favaretto, entrevista concedida em 30 de dezembro de 2012, via Facebook)

Quando questionado sobre os resultados gerados pelo PBSH, o ativista se mostrou pessimista:

Quais os resultados? Os assassinatos homofóbicos aumentam em escala geométrica, somos campeões mundiais neste quesito! Não há resultado prático, somos expulsos da escola pelo bullying homofóbico. As travestis são jogadas na marginalidade devido a isso também. Muitos jovens são expulsos de casa! E tudo para nos manter calados com uma maquiagem sem efeito prático. (Justo Favaretto, entrevista concedida em 30 de dezembro de 2012, via Facebook)

“Maquiagem sem efeito prático” é o resumo da percepção deste ativista da relação entre o movimento LGBT e o governo Lula, mas, sobretudo, do Programa de Governo o qual propunha combater a violência e a discriminação contra a referida população.

A fala deste entrevistado imprime uma visão negativa das políticas públicas LGBT implementadas pelo governo Lula. Também sugere o risco do colapso destas políticas, em razão da falta de ajuste para equalizar a relação do movimento com o governo Dilma.

Ao nosso ver não podemos negar que o programa de governo em análise gerou uma política afirmativa, aqui identificada com política pública de reconhecimento. Ao longo da segunda gestão do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi notória a participação de entidades que compõem o movimento LGBT, em várias disputas de espaços de poder. Na dinâmica da

construção de alianças entre esse movimento social e o governo, Lula foi pioneiro no que se refere à participação dessa população como prioridade, na agenda governamental.

Vejamos a seguir os detalhes deste que significou o marco das políticas públicas destinadas à população LGBT no Brasil.

3.5.1 Ações propostas no Programa Brasil sem Homofobia

O governo Lula criou o Conselho Nacional de Combate a Discriminação, nele reunindo representantes da comunidade LBGT e representantes da gestão pública, com o propósito de construir o *Programa Brasil sem Homofobia*. Este programa de governo objetivou agir em diferentes frentes, com relação ao combate à violência e promoção de direitos humanos em diversas áreas como: saúde, educação, trabalho, cultura, juventude e mulheres⁹⁷.

A prioridade do PBSH é combater a homofobia em todo território nacional e se compromete com o estímulo ao respeito à alteridade e à diversidade cultural. Esse programa proporcionou a visualização de horizontes institucionais, valores culturais, novas definição de direitos e de identidades LGBT, como também atua no sentido de legitimar o reconhecimento do direito às diferenças.

Ora, diante dos recentes processos de participação da cidadania na gestão em questão, novas formas de representação social se colocam para

⁹⁷ Através da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, o referido programa foi lançado em 2004. Neste mesmo ano, o Ministério da Saúde publicou uma portaria, convocando comitês técnicos para debater questões relacionadas às necessidades dos grupos minoritários, excluídos das políticas públicas de saúde, a exemplo da população LGBT. Assim, em agosto de 2004 institucionaliza-se o Comitê Técnico de Saúde LGBT, através da Portaria 2.227, que estabelecia o compromisso de: 1^o) sistematizar propostas com vistas à política pública de saúde LGBT; 2^o) promover políticas públicas de saúde para essa população; 3^o) incorporar subsídios dos movimentos sociais e das pesquisas na elaboração dessas políticas; 4^o) participar de ações com vista à saúde LGBT.

repensar o poder político e a ação das comunidades excluídas. A entrada dos sujeitos LGBT nos privilegiados espaços de disputas políticas tem algo a ver com o aparecimento inédito de direitos direcionados às minorias e as remanescentes alternativas de jurisdição como fonte interpretativa da diversidade plural.

Certamente que a constituição de um novo modelo de sociedade, fundado no valor do poder das minorias, vinculado a uma nova legislação social, pautada no reconhecimento das múltiplas identidades dos novos sujeitos políticos, com suas diferenças e necessidades específicas, tem encontrado estratégias de resistência de grupos que não admitem a abertura de espaços mais plurais.

Essas estratégias para neutralizar a abertura de espaços permitem o controle das ações sociais no sentido de proteger a heteronormatividade. Mesmo assim, os espaços de participação política são abertos na gestão do governo Lula, o que possibilitou a interlocução deste com o movimento LGBT, ao longo do processo de construção do então Programa Brasil sem Homofobia. É importante destacar a eficácia do programa na área da saúde, ao beneficiar o processo de transexualização frente à efetivação da Política Integral de Saúde LGBT.

Mesmo enfrentando resistências do Legislativo em aprovar leis anti-homofóbicas, o governo Lula consegue avançar nas políticas de saúde LGBT, de modo que, em 2007, lança o Plano Integrado de Enfrentamento da Feminização da Epidemia de AIDS e das DST, com o objetivo de atender o contingente lésbico e bissexual. Neste mesmo ano, com a realização do Seminário Nacional de saúde da População LGBT, foi debatida a necessidade de criação de Políticas de Saúde para abranger o público LGBT, já que o Plano de Ação criado em 2004-2007, não beneficiava esta população.

Apesar de fazer parte da proposta do governo Lula a construção de Política Integral para a População LGBT, somente em outubro de 2009 recebeu aprovação do Conselho Nacional de Saúde.

A legitimidade do movimento passa pelo reconhecimento institucional. Em certo sentido, este movimento, para se instituir como espaço de decisões democráticas, torna-se expressão do direito a diferença, da identidade coletiva e a igualdade do acesso aos direitos, valendo-se do princípio de legitimidade política, cultural e jurídica. Procura orientar-se pelo reconhecimento dos direitos universais.

Há, portanto, que considerar que o Programa Brasil sem Homofobia condensou a materialização das reivindicações da população LGBT, na medida em que deu visibilidade política e social ao movimento LGBT, colocando-o diante da sociedade civil. Tal programa, que se estruturou com base na historicidade dos sujeitos LGBT, nas múltiplas identidades e no reconhecimento das diferenças sexuais, assinalou a equiparação dos direitos homossexuais e o combate a toda forma de violência homofóbica.

A erradicação da homofobia é um dos principais objetivos desse programa; além disso, também contribui para o combate da AIDS, uma doença que atinge a população em geral. Seu propósito vai além de querer combater a violência homofóbica instalada, principalmente, nos grandes centros urbanos. Sobretudo, propõe o reconhecimento dos direitos civis, sociais e políticos, auxiliando também a mobilização da luta contra HIV/AIDS. Neste contexto, importa sublinhar as parcerias estabelecidas com vários segmentos LGBT, aliando-se a órgãos de saúde, tanto em nível federal, estadual e municipal.

Tendo em conta seu impacto no âmbito da vida social, o Programa Brasil sem Homofobia intensifica as relações sociais com base no princípio da tolerância diante da diversidade. Conforme vimos acima, este programa inspirou a criação da Política Nacional de Saúde Integral da população LGBT. Além do mais, fortaleceu a participação dos grupos em torno do tema da saúde LGBT.

Parece claro que o programa em questão, introduzido pela Secretaria de Direitos Humanos, ligada diretamente à Presidência da República acaba sendo adotado e difundido com um resultado da I Conferência Nacional LGBT, relacionada às diretrizes criadas para a construção de políticas públicas

comprometidas com a construção da cidadania LGBT, e efetivação dos direitos humanos.

A legitimidade do Programa Brasil sem Homofobia se sustenta na legitimidade do combate à violência e discriminação contra LGBT e na produção de cidadania. Por sua vez, esta legitimidade está fundamentada no reconhecimento da população LGBT, no que se refere à construção de espaços públicos para conciliar conflitos e negociar cidadania.

Tratando de uma análise desse programa de governo, este tópico se destina a refletir sobre o programa de forma mais ampla, trazendo, para o movimento LGBT, algumas questões que interferem na construção e deliberação de políticas públicas. Procura, também, refletir sobre os fatores associados aos efeitos do reconhecimento político do então movimento.

Um dos fatores que possibilitaram a formulação de novas estratégias para efetivação do reconhecimento político consiste no sucesso da articulação entre Governo Federal e Movimento LGBT. Podemos afirmar que essa parceria entre Estado e sociedade civil organizada é uma das possibilidades criadas para combater a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero. Isto permite um avanço na trajetória de construção e implementação de políticas públicas. Cria-se por parte do movimento LGBT, uma grande expectativa de participação política na esfera do poder executivo. No entanto, as propostas de políticas públicas traduzidas no Programa Brasil sem Homofobia eximem o Estado brasileiro de grande parcela de responsabilidade, tanto que se limita a garantir o mínimo de direitos para estes novos sujeitos políticos, diante da necessidade de promoção da cidadania para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.

É fato que a Constituição Federal de 1988 não contempla a orientação sexual entre as formas de discriminação das diferenças. Esta questão só adquire novos significados quando expressa no Programa Brasil sem Homofobia, que proíbe a discriminação por orientação sexual. Além do Distrito Federal, alguns municípios brasileiros criaram leis, protegendo os direitos da população homossexual. Atualmente, alguns estados como Mato Grosso, Sergipe e Pará contemplam na Constituição Estadual, tal proibição à

discriminação com base na orientação sexual. Somam-se a estes estados, o Rio de Janeiro, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e São Paulo, que também criaram legislações específicas.

O poder judiciário se juntou a essa luta, definindo o reconhecimento do direito à diferença, na medida em que sai em defesa dos direitos civis e sociais das pessoas homossexuais. A influência do Judiciário, importante para abrir caminho na legislação, pode ser exemplificada através da ação movida por grupos de ativistas que reivindicaram ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a extensão dos benefícios de pensão e auxílio-reclusão de casais homossexuais.

Mediante a isso, o Judiciário devolveu aos diferentes, o direito de construir uma vida em comum, além de benefícios de vários tipos. Foram também abertas várias jurisprudências voltadas ao reconhecimento do direito de guarda dos filhos por casais homossexuais. A recente conquista destes direitos representa um grande avanço numa cultura altamente excludente e preconceituosa como a brasileira.

A construção do Programa Brasil sem Homofobia, certamente representa uma conquista do movimento LGBT, pois tornou visível, em contexto nacional, a extensão da violação dos direitos fundamentais de uma parcela da sociedade. As ações do programa devolveram a uma população o sentido democrático, ao representar as distinções de valores da diversidade e viabilizar formas possíveis de reconhecimento e articulação da diferença.

Quando se decidiu criar esse programa junto à Secretaria de Direitos Humanos, o elemento dinâmico era constituído pelas propostas de ações organizadas em torno das reivindicações do movimento LGBT, o qual, desde a década de 1980, havia dado passos decisivos para a construção da cidadania LGBT, rompendo com a lei do silêncio imposta por um modelo de repressão heterossexista. Passados quase trinta anos, os militantes LGBT, atores dessa história, puderam, finalmente, ocupar um espaço na agenda política do governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva, ainda que numa dimensão distante das expectativas criadas pelo movimento.

É claro que o papel fundamental do referido programa consistia na pretensão de minimizar as tensões e contradições entre Estado e sociedade civil organizada, uma vez que se tornou cada vez mais difícil conter um movimento revolucionário que tem como diretriz máxima a reivindicação de direitos civis, sociais e políticos. As orientações que nortearam o programa deram suporte ao poder LGBT, como se as condições mínimas para a construção da tão sonhada cidadania LGBT fossem suficientes para acabar com a homofobia.

Sob o viés da articulação política entre o governo Lula e o movimento LGBT, se redefine, como *locus* privilegiado, a política de promoção dos direitos dos homossexuais. Estes, no entanto, se contrapõem às ingerências sem limite do poder político tradicional, marcado pelo machismo e pelo patriarcalismo. Como expressão das reivindicações do movimento em questão, o programa representa um embate articulado contra a discriminação e a violência homofóbica, pautado pela ideia de tolerância à diferença.

Assim, o Programa Brasil sem Homofobia conduz, necessariamente, à discussão das possibilidades de uma nova cultura homossexual, com legitimação da participação LGBT, assentada pelo mecanismo de controle social proposto pelo governo Lula.

Durante a campanha presidencial, Dilma prometeu dar continuidade às ações de combate a homofobia. Em seu governo, as principais medidas de aproximação dessa temática, foram a criação do Conselho Nacional LGBT e da Coordenadoria Nacional de direitos LGBT e a realização da II Conferência. O fortalecimento desse Conselho expressa a mobilização social que define a relação entre as diferenças, levando em consideração a orientação sexual.

O programa em análise tem como um de seus intentos apoiar a participação da sociedade civil organizada, geradas por manifestações plurais LGBT, incorporando novos atores sociais na construção de projetos pioneiros de promoção a cidadania LGBT. Nesta direção, certamente que o referido programa, tem o mérito de dar visibilidade às lutas sociais frente às contradições heteronormativas. Isto explica a proposta de criação e manutenção de Centros de Referências em Direitos Humanos de combate à

homofobia, em todo o território nacional, através do esforço desafiador, de sensibilizar e mobilizar organizações governamentais e não governamentais na produção de conhecimento e elaboração de propostas para criação de políticas públicas LGBT.

O reconhecimento de uma cultura homossexual, marcada pela articulação e parcerias entre Estado e sociedade civil organizada e pela legitimidade construída através das ações do PBSH, permitiu avançar na definição e afirmação de direitos humanos LGBT, numa perspectiva da homocultura, tendo a promoção da cidadania LGBT, como horizonte de diálogo possível e como espaço de negociação de uma cultura de paz e de violência contra a comunidade homossexual.

O PBSH aludiu a um tipo de sociedade em que as comunidades, os grupos sociais se reconhecem em suas diferenças, e buscam através da tolerância, compreendê-las e valorizá-las, o que se efetiva com a não discriminação contra a diversidade cultural. Já na perspectiva da diversidade, o elemento central é afirmação da identidade, um modo de ser e de pensar o mundo humano. Para todos, trata-se de refletir sobre a diversidade cultural como realidade assimilada pelo processo histórico.

Assim, cumpre considerar que o processo de articulação política descrito no PBSH adotou estratégias de ações vinculadas à participação consciente, tanto por parte do Estado como também da sociedade civil organizada, no combate à discriminação por orientação sexual. É desse modo que a legislação e a justiça também foram associadas ao PBSH para assessorar as lutas e resistências, frente a um cenário de exclusão, no que concerne à construção de práticas emancipatórias das novas identidades sexuais.

Diante dos favorecimentos das práticas heteronormativas pelas instâncias do Legislativo, surge a necessidade de pressionar o Parlamento Brasileiro para definir formas plurais de legitimação dos direitos dos homossexuais. Foi pensando nisto que os articuladores do PBSH recorreram aos relatórios preparados para subsidiar a III Conferência Mundial das Nações Unidas contra o Racismo e a Intolerância, tendo por base as resoluções do Conselho Nacional de Combate à Discriminação, para reduzir o poder do

Legislativo de desfavorecer arbitrariamente o reconhecimento da orientação sexual.

3.6 I Conferência Nacional LGBT: marco regulatório da relação

“Quando se trata de preconceitos, eu os conheço nas minhas entranhas”. Foi com esta frase que o Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva saudou os presentes, na abertura da I Conferência Nacional LGBT. E ele continuou:

Ninguém pergunta a orientação sexual de vocês quando vão pagar Imposto de Renda, ninguém pergunta quando vai pagar qualquer tributo neste País. Por que discriminar na hora em que vocês, livremente, escolhem o que querem fazer com o seu corpo? (Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da I Conferência LGBT)

Através do discurso do respeito à diversidade sexual e à identidade de gênero, conforme já enunciado ao longo do texto, o representante do Executivo Federal expressou o desejo de contemplar todos os segmentos sociais, sobretudo, com as minorias mais vulneráveis.

A experiência da primeira conferência LGBT, embora tenha representado ganhos em direção à institucionalização da representação LGBT, a iniciativa e o apoio obtido pelo movimento LGBT na gestão de Lula não assegurou garantias de direito a essa população. Muito do que foi debatido durante a referida conferência ficou restrito ao discursos.

A convocação da I Conferência sinalizou a intenção de instituição de marcos regulatórios pelo governo para a contemplação das demandas destas populações.

Pela primeira vez acontece no Brasil um debate nacional sobre políticas públicas para a população LGBT. A I Conferência Nacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais reuniu em Brasília mais de 1000 pessoas, com 600 delegados eleitos em etapas estaduais, num processo de mobilização, discussão e avaliação das iniciativas que já estão em andamento. (Grupo Dignidade, 2008, p.92)

Mediante a nova articulação com a esfera política federal, representantes do movimento LGBT nacional conversaram com os representantes da gestão governamental sobre o que é dever do Estado e da sociedade. A missão do movimento LGBT tomou um importante fôlego em junho de 2008, quando o então presidente se comprometeu a lutar para erradicar o preconceito contra a população LGBT e reconhecer os direitos.

Os esforços do coletivo ali reunido foram impulsionados para a confecção de um documento oficial, através do qual, foi selado um pacto entre governo e sociedade civil. Esta primeira conferência nacional LGBT aprovou 559 propostas, as quais resultaram no desenho do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT. Através da nova articulação política com os representantes da esfera executiva federal, dá-se a legitimação do reconhecimento governamental.

Essa primeira conferência nacional criada como estratégia de participação política, foi uma forma pensada pelo governo Lula para tentar romper com os padrões de desigualdades fundadas na orientação sexual e na identidade de gênero.

Em sua última gestão, Lula expandiu a participação do segmento LGBT, diminuindo o sistema de segregação identitárias, tornando visível a representatividade da população LGBT ainda mais intensa que nas gestões anteriores. De 2004 a 2007, esse governo adotou medidas de ações afirmativas, aplicadas na forma de construções de centros de referência anti-homofobia em todo território nacional.

As iniciativas das ações políticas do governo Lula oportunizaram a participação dos novos sujeitos políticos, propiciando a formulação e implementação de políticas públicas beneficiaram alguns setores da sociedade

brasileira que tinham seus direitos humanos subtraídos. Várias vozes se juntam para negociar políticas públicas de ações afirmativas, inclusive em um cenário em que disputar com a priorização das questões macroeconômicas que compõem a agenda desenvolvimentista do Brasil.

Outra importante iniciativa desse governo foi promover a participação da sociedade civil organizada no debate sobre as estratégias de construção do Plano Plurianual 2004-2007. Esta iniciativa do governo Lula, possibilitou a participação do movimento LGBT, o qual articulou debates através de rede social, com vistas à construção da pauta de reivindicações. Isto foi importante no processo de construção das diretrizes do novo modelo de desenvolvimento social, cultural e político.

Havia nessa iniciativa do governo Lula uma promessa de possibilidade de controlar a aplicação orçamentária dos recursos públicos, sendo prevista, inclusive a participação cidadã no monitoramento e revisão do PPA. No entanto, dos acordos firmados junto a Secretaria de Direitos Humanos durante o processo de realização da I Conferência Nacional LGBT, até o momento a maioria não foi cumprida.

Houve falta de continuidade no processo de participação política do referido movimento. Após muitas idas e vindas do movimento ao longo desse período, o governo Dilma chamou através da II Conferência LGBT, as entidades ligadas a esses segmentos da sociedade civil para discutir as promessas não cumpridas da primeira conferência nacional. Assim, o movimento LGBT segue pressionando o governo por implementação de políticas públicas, como forma de combater a violência simbólica que se impõe sobre o movimento, gerando impactos negativos.

Uma questão que se coloca ao movimento LGBT é se as incertezas quanto à implementação das políticas definidas na I Conferência e nos programas criados no governo Lula para combater a homofobia e promover o reconhecimento dos direitos à diversidade sexual e de gênero desqualificam a participação exercitada pelo movimento. Se os programas criados no governo Lula tivessem se constituído enquanto políticas de estado e não como políticas

de governo, os avanços construídos não dependeriam do interesse do gestor vigente.

O fato de o governo Lula promover a participação política dos sujeitos LGBT não assegurou benefícios permanentes à cidadania LGBT. O otimismo criado em torno daquele governo inibiu o movimento para questionar as promessas não cumpridas; uma vez obtendo a atenção governamental em prol do reconhecimento político, sentiram-se beneficiados pelo mesmo e, em certa medida, impedindo-lhes de fazer-lhe a crítica.

Ora, as propostas e benefícios no sentido de atender à demanda LGBT, as promessas de garantias de direitos relacionados a minorias e a produção alternativa de jurisdição permitiram repensar politicamente o poder de ação desse segmento social, que considera o ex-Presidente Lula uma figura simbólica da nova visibilidade política da comunidade LGBT⁹⁸.

3.6.1 Breve histórico das conferências

As conferências foram significativas pela mobilização social que promoveram e, ainda, pelo que representam em termos de estabelecimento de canais institucionalizados de comunicação entre o movimento e o Estado, conferindo-lhes legitimidade. Acima de tudo, seu mérito está em assegurar a participação dos movimentos sociais na construção de diretrizes das políticas públicas. Por seu intermédio, governo e sociedade civil organizada aliam interesses. As conferências têm suas condições de existência associadas ao Estado. Mais que uma concepção de conferência, predomina um elenco de pontos focais que representam e deliberam políticas públicas de forma transparente, resultante da participação democrática.

O papel das conferências nacionais consiste, precisamente, na divulgação e esclarecimento acerca do modelo de descentralização da participação, proposto pela Constituição de 1988, na forma de espaços para a

⁹⁸ Ressalta-se que, até o ano de 2008, o governo Lula estimulou a participação política de novos segmentos sociais, através da criação de 19 conselhos nacionais e 51 conferências nacionais. Esta forma de participação funcionou como modelo de ordenamento social.

construção de prioridades sociais na medida em que reforçam as negociações entre Estado e sociedade, intensificando, com isso, um processo comum de politização. Essa transformação da democracia participativa transporta uma mudança no critério definidor de participação política.

Vale ressaltar que as conferências nacionais, embora sejam deliberadas pelos conselhos e, na ausência destes, pelos governos, têm referências nas conferências municipais e estaduais. Sua realização se dá nas três esferas do governo.

3.6.2 Relatos dos processos de preparação e realização da I Conferência Nacional

Em 2007, a Presidência da República, por meio do decreto de 28 de novembro, convocou a I Conferência Nacional LGBT. Esta realização ampliou o espaço de discussão das políticas públicas direcionada à população LGBT. Por meio de diálogos com os gestores responsáveis pelo desenvolvimento de ações voltadas ao segmento em análise, a I Conferência Nacional LGBT, conforme disposto no regimento interno, priorizou o fortalecimento da participação política dos atores LGBT.

O regimento desta I Conferência foi constituído de 33 artigos distribuídos em 10 capítulos, os quais dispõem de metodologia com relação à formação e organização, além dos eixos de discussão. A comissão organizadora, composta por representantes do segmento LGBT e representantes do poder público, também auxiliada pela militância LGBT nacional, construiu o documento que subsidiou o Texto-Base (BRASIL, 2008).

Neste texto foram destacadas, no cenário internacional, as legislações criadas para proteger os direitos do público LGBT, como também foi traçado um perfil dos avanços das políticas públicas. Foi justamente este documento que orientou os grupos de trabalhos nas conferências municipais e estaduais. Com base em 10 eixos temáticos, o documento prevê as estratégias de ação, conforme o diagnóstico apresentado em cada um dos eixos temáticos. Na

mesma linha, o Texto-Base lança temas transversais como os da *infância* e os da *juventude*, *pessoa idosa* e da *pessoa com deficiência*.

Além do que foi apresentado acima, o relatório final da I Conferência Nacional aponta que foram analisadas 510 propostas, as quais se originaram das conferências municipais, estaduais e do Distrito Federal.

O processo de preparação desta primeira conferência, até sua realização, contou com a coordenação da Subsecretaria de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos – SPSDDH, da Secretaria Especial de Direitos Humanos, em parceria com os seguintes ministérios: Saúde; Previdência Social; Ministério de Estado Chefe da Secretaria Geral. Além da Secretaria Especial de Igualdade Racial; da Secretaria Especial de Políticas; e do Movimento LGBT.

A I Conferência Nacional LGBT desponta como uma forma emergente de organização política do movimento homossexual brasileiro e também traz a presença do Estado, além de inicialmente (e mais tarde) a presença da sociedade. Funciona como espaço de expressão da participação da população LGBT, que tenta colocar em prática mecanismos de proteção dos direitos sexuais, resguardando-os das negligências cotidianas. Durante décadas, o movimento LGBT tem sido dominado pelo debate normativo que regula a conduta dos indivíduos no meio social. Através da análise desta conferência, podemos perceber que o dispositivo da participação política é um dos mecanismos utilizados tanto pelo movimento em questão, quanto pelo governo Lula, para efetuar o reconhecimento dos direitos dessa população.

Certamente, através da participação, essa população se sente ativa para tomar decisões que afetam suas próprias condições de vida. No entanto, pôr em prática o reconhecimento desses direitos tem sido um desafio para o movimento que tenta, a todo custo, ser regulado por um padrão normativo. De um modo geral, fazer parte do social significa ser governado, principalmente, com relação às condutas individuais. A grande questão é que o comportamento da população homossexual é definido em relação ao padrão de norma vigente, o qual desconhece como direito as orientações sexuais que lhes escapam. Enfim, como conciliar interesses tão divergentes, como aceitar ser governado

por normas que se recusam a reconhecer os direitos sexuais como direitos humanos? Como fazer para sensibilizar os gestores do governo sobre esta questão? Todos estes problemas, com intensidade e multiplicidade de interesses divergentes, se situam no texto base da I Conferência Nacional LGBT, no qual são refletidas medidas de superação. Começa a instaurar princípios e diretrizes diversos, que se relacionam com o combate à desigualdade LGBT, inclusão social e construção de políticas públicas. Assim, o movimento, em parceria com o poder executivo, decide como quer ser governado e até que ponto isto acontece.

A impressão do movimento é que as regras para a construção de políticas públicas são estabelecidas nessa parceria, de modo simétrico, quando pode considerar também a possibilidade de que a participação proposta consista em decidir sobre questões, em certa medida, *prontas* e já definidas pelo governo. Assim, o direito a participação consiste em aprovar ou rejeitar tais propostas, ou melhor, em definir como querem ser governados e por quem serão governados.

Alheio a estas questões, o movimento LGBT parece desconhecer o que está por trás dos interesses do governo. Como se estes interesses estivessem totalmente integrados aos interesses do movimento. É importante lembrar que o texto-base que dá suporte à Conferência foi imediatamente reverenciado pelo movimento LGBT, após lido, apresentado, comentado e alterado pelos participantes. Pela nossa vivência com ativistas do movimento no período e posteriormente à realização da I Conferência, esse evento teve o efeito de dificultar toda a dúvida com relação aos interesses do governo envolvidos na relação entre o movimento e as instâncias governamentais. O que se deu no contexto preciso da conferência, quando se colocaram as propostas de como e em que condições se pode construir a cidadania LGBT, foi a atribuição de um valor inestimável ao papel do governo, legitimando, assim, a melhor forma de ser governado.

Podemos pensar a Conferência como espaço criado para atuação do protagonista LGBT, tendo em vista as condições propostas para a construção de identidades individuais e coletivas. A realização da referida conferência

assegurou um espaço de participação política a essa população, mas isso não foi suficiente para assegurar e proteger a livre orientação sexual, embora tenha promovido visibilidade a outras formas de prazer, de laços familiares, de coexistência de amores, como um esforço em balançar as bases dos segredos sobre o sexo.

Do momento da preparação até a sua realização, esta conferência priorizou o debate sobre políticas de caráter intersetorial e transversal, visando a implementação de um conjunto de políticas para perpassar as diversas áreas: saúde, educação, justiça e segurança, cultura, trabalho e emprego, previdência social, turismo, cidades, comunicação, esporte, igualdade racial e mulheres. Estas medidas políticas foram pensadas para as esferas municipais, estaduais e federais, objetivando uma ampla visão nas perspectivas local e nacional. Esta conferência teve como pressuposto a participação de delegados LGBT, sendo o único espaço de deliberação política de amplitude nacional. O encontro teve uma crescente participação dos municípios brasileiros ao longo do ano de 2008 e se caracterizou pelo caráter deliberativo.

Durante sua realização, foram discutidos temas relacionados à definição das diretrizes nacionais de atendimento ao direito sexual e o fortalecimento da articulação entre Estado e sociedade civil organizada. Também foi abordado o estabelecimento de uma pauta nacional de prioridade e aprovação do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT.

Os temas abordados foram avaliados pelos delegados, tendo como parâmetro a construção da cidadania LGBT. O evento perpassou as temática de avaliação, implantação e implementação de políticas públicas relativas à população LGBT. Nesse encontro, houve uma reflexão sobre a homofobia no Brasil, com o olhar para a violência contra a população homossexual brasileira, a fim de apontar caminhos e definir proposições para reverter o quadro de violência homofóbica, contribuindo para melhorar as condições de vida dessa população. Desse modo, a conferência trouxe à tona a necessidade de uma construção pacífica entre Estado e sociedade.

Esta conferência possibilitou a participação política da população LGBT na efetivação de um plano de construção de sua cidadania. As expressões da

participação democrática pressupõem a modalidade participativa, característica do governo Luis Inácio Lula da Silva. A Conferência LGBT de 2008 inovou ao estimular e garantir os direitos sexuais como direitos humanos. Os participantes dessa conferência foram distribuídos da seguinte forma: delegados com direito a voz e voto; convidados com direito a voz; observadores que acompanharam o andamento do processo, sem direito a voz e voto.

Em junho de 2008, como desdobramento da história do movimento LGBT, ocorreu, finalmente, em Brasília, a I Conferência Nacional LGBT. Tal conferência foi realizada em um clima de intensa discussão e o resultado final culminou com a construção do Plano Nacional da Cidadania e Direitos Humanos LGBT. Através dessa conferência, ficou registrado na história do movimento o poder de deliberar políticas públicas, que fez conceber um plano para transformar a sociedade através da distribuição igualitária de poder.

Resultou, também, uma ação conjunta de uma política deliberada, principalmente, em decorrência do estímulo do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva e da participação ativa do Secretário Especial dos Direitos Humanos, Paulo de Tarso Vannucchi; o Ministro da Saúde, José Gomes Temporão; o Ministro da Previdência Social, Carlos Eduardo Gaba; o Ministro do Estado Chefe da Secretaria Geral, Luiz Dulci; o Ministro da Secretaria Especial da Igualdade Racial, Eloy Ferreira de Araújo; a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Nilcéia Freire; José Antônio Dias Toffoli, advogado Geral da União; a presidente da Frente Parlamentar da Cidadania LGBT, a deputada Cida Diogo; Toni Reis, presidente da Associação Brasileira de Lésbica, Gays, Travestis e Transexuais; a representante do Movimento LGBT, Fernanda Bevenuti; representante da rede Afro LGBT, Negra Cris.

Esta conferência atribuiu sentido à proposta do Governo Lula, no que se refere a criar, no Brasil, uma cultura política participativa como modo de consolidar o projeto para uma sociedade democrática. A referida conferência acenou para a necessidade de construção de políticas públicas para a demanda LGBT. Neste contexto, pensar a participação significa pensar a possibilidade de atuação política dos sujeitos LGBT. As expressões desses

sujeitos, outrora invisibilizados, adentram uma modalidade representativa que acaba por ocupar espaços no poder público, na medida em que assumem a tarefa de construir uma base política, fortalecendo o movimento.

A I Conferência Nacional LGBT inovou ao estimular e garantir o direito de participação política do movimento LGBT. A partir dos anais e relatórios desta conferência, é perceptível o esforço de estimular e criar estratégias para a participação LGBT. Para assegurar um satisfatório andamento da Conferência, participaram 556 delegados eleitos nas Conferências Estaduais, de modo que 60% representavam a sociedade civil organizada, o que formou um total de 357 delegados e 33% representantes do poder público de todas as esferas, totalizando 171. Os 7% restante foram ocupados por representante do poder público federal, totalizando 44 participantes.

Pela primeira vez, a população LGBT tornava-se protagonista perante o Estado e a sociedade. Com base nas regras de composição da Conferência, registrou-se que os Estados com população superior a 20 milhões de habitantes elegeram 42 delegados; assim os Estados com população entre 10 20 milhões elegeram 32 delegados; nesse sentido e de acordo com o número populacional tipo de 5 a 10 milhões, 23 delegados; de 1 a 5 milhões 16; e por fim os Estados com menos de 1 milhão teve o direito a eleger 11 delegados. De modo que São Paulo elegeu a maior delegação, 42 delegados; em seguida os Estados da Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul elegeram cada um 32 delegados; os estados como Ceará, Goiás, Maranhão, Pará, Paraná Pernambuco e Santa Catarina elegeram 23 delegados cada; assim os estados do Amazonas, Alagoas, Distrito Federal Espírito Santo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia, Sergipe e Tocantins elegeram 16 delegados por Estado; os Estados com menor população a exemplo de Amapá, Acre e Roraima elegeram 11 delegados cada.

Quadro 3 – Delegações participantes da I Conferência Nacional LGBT

Unidade da Federação	Total de Delegados	Sociedade Civil (60%)	Poder Público – Governos municipais e estaduais	Poder Público – Governo Federal
Acre	11	7	4	44
Alagoas	16	10	6	
Amazonas	16	10	6	
Amapá	11	7	4	
Bahia	32	21	11	
Ceará	23	15	8	
Distrito Federal	16	10	6	
Espírito Santo	16	10	6	
Goiás	23	15	8	
Maranhão	23	15	8	
Minas Gerais (continuação)	32	21	11	
Mato Grosso do Sul	16	10	6	
Mato Grosso	16	10	6	
Pará	23	15	8	
Paraíba	16	10	6	
Pernambuco	23	15	8	
Piauí	16	10	6	
Paraná	23	15	8	
Rio de Janeiro	32	21	11	
Rio G. do Norte	16	10	6	
Rondônia	16	10	6	

(continua)

Roraima	11	7	4	
Rio Grande do Sul	32	21	11	
S. Catarina	23	15	8	
Sergipe	16	10	6	
São Paulo	42	27	15	
Tocantins	16	10	6	
TOTAL	556	357	171	44

Fonte: Regimento interno da 1ª Conferência Nacional LGBT (2008), p.12.

A partir desse quadro, o movimento LGBT consegue mobilizar a militância e dar início a uma proposta de democracia da sexualidade, a partir da luta pelo fim da discriminação sexual. Há que se ponderar, neste caso, até que ponto o movimento consegue obter, através da reflexão sobre a sexualidade, uma fundamentação racional para a proposição de políticas públicas.

De um modo geral, a conferência inaugurou o espaço para uma efetiva participação política da sociedade civil organizada, ao representar os interesses dos setores sociais que aglutinam a população LGBT. Por outro lado, abre espaços para a construção de canais participatórios. Nesses espaços são atribuídos vários significados aos papéis desempenhados pela população LGBT.

Tal modificação é o que atrai as lideranças da sociedade civil organizada para participar dos conselhos, conferências e fóruns de decisões políticas. Há uma tentativa de redesenhar as estratégias para impulsionar as políticas para atribuir sentido ao processo de reformulação da participação, uma das proposições do governo Luiz Inácio Lula da Silva.

Assim, a conferência é um meio através da qual o governo promove a abertura de mecanismo de participação e representação dos interesses

coletivos da população LGBT, tendo como pressuposto a organização da sociedade civil frente ao processo de participação política. O Plano Nacional de promoção da cidadania e direitos humanos de lésbicas, gays, bissexuais travestis e transexuais, construído durante a realização da Conferência, vai ao encontro dos objetivos das campanhas LGBT.

Como mecanismo de defesa dos direitos humanos, a sociedade civil organizada, alia-se ao poder executivo quando este propõe o Plano de Construção da Cidadania LGBT, desvendando os centros de repressão sexual. Este plano amplia o horizonte do movimento LGBT, na medida em que indica um futuro mediado pelo poder da identidade.

A proposta do plano está interligada à necessidade de sensibilizar as instituições sociais e políticas em solidariedade às mazelas cotidianas da população LGBT. Mas para responder às necessidades dessa população, a parceria do poder executivo não é suficiente; é importante estabelecer uma relação com os outros poderes.

O Plano de Promoção da Cidadania LGBT trata do projeto de amadurecimento da democracia representativa no Brasil, com relação à promoção dos direitos sexuais tratados como direitos humanos. Trata, de forma minuciosa, sobre como construir um ambiente favorável ao desenvolvimento da população LGBT. Revela-se um documento de ajustamento cultural, ligado à defesa dos direitos humanos LGBT, vagamente percebidos pela sociedade.

Olhando o Programa Brasil sem Homofobia, percebe-se que o Plano de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT, foi estruturado e pautado fortemente nos objetivos desse programa, de modo que o diálogo do movimento com o poder público em torno da proteção dos direitos humanos LGBT e os objetivos das políticas se repetem, conforme consta nas diretrizes esboçadas no Plano. Focado em 51 diretrizes que funcionam como mecanismo de controle da homofobia e na gestão governamental, o plano acena para a defesa das diferenças e do desenvolvimento dos direitos humanos.

compromisso do Governo Federal com a implementação de políticas públicas que contemplem ações de combate a homofobia e a promoção da cidadania e dos direitos humanos. Incorporam os resultados da Conferência Nacional LGBT e estabelece as diretrizes e medidas necessárias a transformação do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT, em plano de ação da Gestão Pública. (PNPCDH, Texto-Base, 2009. p. 14)

O referido Plano foi elaborado pela comissão de delegados do movimento e gestores do executivo federal, pontuando eixos estratégicos que enfatizam a centralidade do desenvolvimento de ações, como, por exemplo:

Promoção e socialização do conhecimento; formação de atores; defesa e proteção dos direitos; sensibilização e mobilização. Formulação e promoção da cooperação federativa; articulação e reconhecimento de redes sociais; articulação com outros poderes; cooperação internacional; gestão da implantação sistemática da política para LGBT. (PNPCDH, texto-base, 2009, p. 20)

Mediante as finalidades do Plano identificado por PNCDH, os objetivos visados priorizam o desenvolvimento, pelos atores LGBT, de ações para socialização do conhecimento e ampliação da capacidade de mobilização. Isso permite compreender uma reconfiguração na constituição do sujeito LGBT, por meio de estratégias disciplinares. Através do processo de formação de atores, o referido sujeito é submetido a pressões disciplinadoras, visando sua transformação em objeto dócil e útil, para fazer parte do cálculo das políticas públicas.

Refletindo a partir deste aspecto, percebemos que os governos normalizam as condutas dos sujeitos na medida em que se compromete a intervir para assegurar segurança da população. Portanto, na relação do governo com a sociedade civil organizada é construído um conjunto de ações, viáveis ou não, em face da resistência aos métodos utilizados como estratégias políticas para disciplinar certas condutas.

Conforme argumenta Foucault (1995, p. 247) qualquer sociedade carrega em seu interior, as “formas e os lugares de governo dos homens uns

pelos outros”. Neste sentido, o *governo da população* abre um campo de possibilidades, enquadrando os comportamentos dos atores sociais. Também instiga, ilude e desvia formando redes de poderes que ora facilitam e ora dificultam, ampliam ou diminuem, obrigam ou limitam a transformação do sujeito.

3.6.3 II Conferência Nacional LGBT, um balanço comparativo das dinâmicas

Convocada por meio de decreto de 18 de maio de 2011, a II Conferência nacional LGBT foi realizada em Brasília, no período de 15 a 18 de dezembro, com o tema “Por um Brasil livre da pobreza e da discriminação: promovendo a cidadania LGBT”. De caráter deliberativo, conforme exposto no regimento interno, esta segunda conferência propôs, como primordiais, os seguintes objetivos:

I - avaliar e propor as diretrizes para a implementação de políticas públicas voltadas ao combate à discriminação e promoção dos direitos humanos e cidadania de LGBT no Brasil;

II - avaliar a implementação e execução do Plano Nacional de Promoção da e Transexuais – LGBT e propor estratégias para seu fortalecimento e

III - propor diretrizes para a implementação de políticas públicas de combate à pobreza e à discriminação da população LGBT. (Texto do Regimento disponível no site <http://www.abglt.org.br/docs/REGIMENTO.pdf>)

A plenária aprovou, no primeiro dia de encontro, o Regimento Interno da referida conferência. Semelhantemente ao ocorrido no processo organizacional da primeira conferência nacional, antecederam a segunda conferência as etapas municipais e estaduais. Sua organização esteve sobre a responsabilidade da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Porém, as etapas estaduais foram obrigatórias para escolha dos

delegados para a etapa nacional. Para as fases municipais e estaduais, a comissão organizadora foi composta pela paridade entre representantes do poder público e representantes do segmento LGBT.

Esta segunda conferência, além de avaliar os poucos resultados da I Conferência LGBT, reforçou a necessidade de construção de políticas públicas de combate à homofobia, lesbofobia e transfobia social e institucional. Considerando que não foi discutido o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT nas três esferas governamentais, delegados e delegadas destacaram a necessidade de concretização desse debate.

Durante as discussões das propostas na II Conferência Nacional LGBT, militantes defenderam a laicidade do Estado, o respeito à diversidade religiosa, a necessidade de enfrentamento do preconceito e discriminação de qualquer natureza, a importância do financiamento, planejamento, monitoramento e avaliação de programas e projetos. Destacaram também a necessidade de um Pacto Federativo com relação à elaboração e implementação de políticas públicas envolvendo municípios e estados brasileiros.

Durante a realização desta segunda conferência, delegados e delegadas atualizaram o PNPCDH, após uma análise. Nesta análise, destacaram como resultado positivo o acolhimento de denúncias, de todo território nacional, de violação de direitos humanos dessa população, através da criação do Disque 100. Através desse mecanismo de denúncia, foi elaborado pela secretaria de direitos humanos um mapeamento da homofobia no país.

A segunda conferência avaliou como avanços das políticas públicas LGBT: a) a criação da Coordenação Geral de Promoção de LGBT em 2009; b) o CNCD/LGBT em 2010; c) o PNPCDH; d) o fortalecimento da incorporação das demandas LGBT no PNDH3; e) a realização da II Conferência Nacional LGBT.

Participaram desta segunda conferência 800 pessoas, divididas da seguinte forma: 609 delegados(as) representantes das 27 unidades da federação; os demais presentes foram compostos por convidados(as) e

observadores. A Comissão Organizadora Nacional foi composta por representantes da sociedade civil e dos ministérios que compõem o CNCD/LGBT. Foi coordenada pela Secretaria Executiva do referido conselho, além da mesa diretora do conselho. As conferências municipais ocorreram até 18 de setembro de 2011; as estaduais e a distrital, até 15 de novembro deste mesmo ano.

Ainda sob a coordenação da Comissão Organizadora, foram constituídas três subcomissões: de conteúdo e relatoria; de comunicação; e de mobilização. Vale ressaltar que esta conferência propôs, para discussão, temas divididos em eixos temáticos, envolvendo as demandas reivindicadas pela população em análise.

Conforme avaliação da Plenária a qual se baseou nas informações dos representantes ministeriais, de 2009 a 2011 várias ações foram desenvolvidas em benefício da população LGBT: Defesa 2; Turismo 2; Cultura 8; Justiça 23; Meio Ambiente 4; Previdência Social 3; Saúde 42; Desenvolvimento Social e combate a fome 14; Trabalho e emprego 9; Planejamento, Orçamento e Gestão 1; Relações Exteriores 3; Igualdade Racial 2; Políticas de Promoção das Mulheres 8; Secretaria Geral 1; Direitos Humanos 33; Educação 18. Formado um total de 173 ações desenvolvidas pelos referidos ministérios. Do total das 166 ações previstas no Plano, sete impactaram mais de um ministério⁹⁹.

Os procedimentos que instituem as políticas LGBT, quando se exercem, conduzem o movimento em um padrão de formação fixado ao modelo de governamentalidade. Assim, o governo do PT estabelece os limites do que poder ser aceitável na conduta LGBT, por meio de dispositivos específicos que atuam sobre o movimento e orientam as condutas dos ativistas. Vê-se um dispositivo-mestre em ação: na medida em que visa atender às diferentes demandas das minorias, elege como discurso de verdade atender às minorias em sua totalidade. Deste modo, dilui a população “desviante” no universo das minorias, determinando o tratamento da questão e disciplinando o ativismo.

⁹⁹ Conforme dados disponíveis no endereço http://www.abglt.org.br/docs/guia_orientador_2_CNLGbt.pdf

CAPÍTULO IV

4 AS PERCEPÇÕES DOS ATIVISTAS DO MOVIMENTO LGBT EM RELAÇÃO AOS EFEITOS DO RECONHECIMENTO

Como a construção gradual da visibilidade LGBT, sob a forma de movimento social, tem a ver com reconhecimento governamental obtido? Os capítulos anteriores apresentam análises que abarcam a sociogênese da questão dos direitos da diversidade sexual, com olhar nas teorias que deram suporte a construção do objeto de pesquisa; uma apresentação da perspectiva teórica do reconhecimento; e um balanço das experiências políticas de reconhecimento, observando o processo de articulação/desarticulação entre o que o governo oferece e o que o movimento reivindica em termos de reconhecimento. Neste quarto capítulo, analisaremos os efeitos planejados e não planejados do reconhecimento obtido, considerando a percepção dos ativistas LGBT.

Entender os efeitos desse reconhecimento requer observar: o controle que o governo exerce sobre as minorias sexuais e de identidade de gênero, organizadas em forma de movimento social, em termos de governamentalidade (FOUCAULT, 1979); a disseminação dos vocábulos e sintaxes geradas por especialistas do governo; o fenômeno da exacerbação da violência contra a população em tela; os processos antidiscriminação de LGBT; o atendimento desigual das reivindicações dos setores incluídos no movimento LGBT; os novos direitos dos LGBT e a tendência à replicação do padrão hegemônico heteronormativo (casamento, adoção).

O reconhecimento assume relevância em uma conjuntura de importantes transformações das identidades LGBT, embora seja apontado por muitos, sobretudo por aqueles que concebem a relação com o governo como estratégia de adestramento dos corpos, como algo desnecessário. As mudanças sociais constituídas com base nas transformações sociais que vão produzindo uma crescente visibilidade das identidades LGBT criaram um espaço favorável para a emergência do direito à diversidade no âmbito da

sexualidade como um problema social, em relação ao qual as principais instituições sociais são, então, chamadas a se posicionar, sendo objeto, inclusive, da reivindicação e posterior formulação de políticas públicas. Isso significa que diante das dificuldades de aprovar leis para assegurar os direitos da população LGBT, políticas públicas são necessárias à orientação e definição de medidas para inserção social dessas minorias excluídas.

Nesse processo, observam-se duas dinâmicas interligadas, mas específicas: aquela da esfera do Estado e a da sociedade civil. Na esfera do Estado moderno se configuram as estratégias de governamentalidade (FOUCAULT, 1979), delineando-se ações para produzir a gestão da população, na medida em que se normatizam os prazeres e usos do corpo. Na sociedade civil organizada, os atores atuam de forma a fazer ouvidas suas demandas e para minimizar os efeitos não desejados dessa regulação e normatização. A atuação do movimento LGBT, ao longo do processo de reconhecimento, consistiu na formulação e proposição das diretrizes das políticas de afirmação desejadas, expressa na reivindicação de planos, programas e projetos, sendo das instâncias governamentais (no caso, do governo Lula) as decisões a respeito de como atender as demandas deste segmento social.

O fato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ser sempre simpático às reivindicações do movimento LGBT, teve efeitos diversos, alguns desejados e outros indesejados. Conforme reagem alguns ativistas, como o representante do *Grupo Gay da Bahia*:

Lastimavelmente, Lula deixou de cumprir sua obrigação constitucional, pois, apesar de muita bravata, realizando uma conferência nacional, instituindo o Programa Brasil sem Homofobia, criando no último mês de governo o Conselho Nacional LGBT, como acertadamente declarou a senadora Marta Suplicy, "a situação piorou para os homossexuais no Brasil. Os crimes aumentaram e nenhuma lei foi aprovada no Congresso. Os países vizinhos avançaram mais. Apesar da festa, temos um cenário cada vez mais difícil!" Faltou vontade política de Lula para enfrentar a homofobia institucional.

Cristina Kirchner foi muito mais ousada. (LUIZ MOTT, apud PAIXÃO, 2011)¹⁰⁰

Mesmo considerando a possibilidade de estarem, a senadora e o ativista, enganados quanto ao aumento do número de crimes homofóbicos, que pode, eventualmente, ser um efeito na verdade das campanhas de denúncias como também do aperfeiçoamento dos instrumentos de registro das ocorrências, o que se depreende da fala acima é que a instabilidade na ação governamental, no âmbito federal, voltada ao combate à discriminação LGBT que permeou o governo Lula, demonstrou o quanto o movimento tornou-se também vulnerável às pressões políticas que se deram na coalizão dos blocos conservadores atuando nos três poderes, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Representantes do ativismo LGBT transformaram-se em correias de transmissão das orientações do Executivo federal, porque, sendo responsáveis pela construção da relação política, depositaram nessa relação muito da estratégia de atuação política, condensando suas reivindicações nas frestas das margens reguladas pelo governo, através das chamadas *políticas transversais*.

A partir das iniciativas do governo Lula na área da promoção da cidadania LGBT, foram criadas muitas expectativas tanto no que se refere à criação e institucionalização de políticas públicas concebidas como capazes de produzir a mudança social, quanto em termos da produção de um cenário em que no Legislativo fossem aprovadas leis que garantissem o acesso igualitário aos direitos constitucionais dos segmentos considerados alternativos em termos de orientação sexual.

Nossa interpretação do processo de reconhecimento envolve, portanto dois elementos centrais: o primeiro, a ideia de que o governo Lula estava à frente da sociedade civil, se considerada em sua conformação geral,

¹⁰⁰ PAIXÃO, Allisson. Ativista Luiz Mott avalia governo Lula sob ótica dos direitos LGBT. Seção Política. Disponível em: <http://180graus.com/politica/ativista-luiz-mott-avalia-governo-lula-sob-otica-dos-direitos-lgbt-390721.html>. Publicado em 03 de janeiro de 2011. Acesso em: 03 mar 2013.

expressando em seus programas de governo e políticas públicas delineadas para a questão LGBT um conjunto de posições cujo processo de legitimação social ainda está em curso; o segundo, a ideia de que o movimento LGBT embarcou na conquista de espaços institucionais durante o governo mencionado, o que pode ter produzido *desmobilização* e descentramento, na medida em que a inclusão da elite do movimento nas redes de construção e produção das ações governamentais, a transformou em *correias de transmissão* da visão e do léxico governamental para lidar com as questões relativas ao movimento.

Como consequências do primeiro elemento, temos, por um lado, as reações de recrudescimento do preconceito, observando-se, por exemplo, a emergência de um debate novo sobre a questão LGBT marcado simultaneamente pela colocação de temas e pontos no sentido da construção da cidadania dos *diferentes*, em termos da orientação sexual, mas também por uma forte e muitas vezes violenta mobilização de setores conservadores – a exemplo dos religiosos – na defesa de bandeiras que resgatam inclusive as associações da homossexualidade com doença, aberração.

Esse *despertar* da posição conservadora expressa por diversos setores da sociedade deve ser compreendido como um resultado não planejado do processo de reconhecimento aqui focalizado, na medida em que aqueles são mobilizados em termos da necessidade de se posicionarem na medida em que os problemas anteriormente apenas significativos em termos das experiências e dramas individuais emergem enquanto *problemas sociais*, o que foi possível graças, também, ao reconhecimento governamental proporcionado pelo governo Lula.

Outro dado que fortalece o primeiro elemento da nossa interpretação do fenômeno aqui estudado é o que foi observado em termos das dinâmicas do parlamento. Os deputados federais, expressando setores significativos da população, têm impedido sistematicamente a aprovação de projetos de leis que se aprovados confeririam efetividade à cidadania LGBT. É emblemático o fracasso do governo Lula no que se refere a esse ponto, o que pode apontar para os riscos eleitorais que uma atuação mais firme do então Presidente em

sua relação com o legislativo implicaria, o que denota um possível desligamento entre a posição de Lula e de parte de sua equipe em relação ao que se observa em termos da sociedade civil, considerada aqui em termos gerais.

Em nome da inclusão social LGBT e da necessidade de fazer avançar a luta contra as ameaças da homofobia, o movimento se submeteu à regulação do governo, como forma de se tornar reconhecido e estável na arena política. O percurso histórico da mobilização homossexual, até o que se convencionou chamar de movimento LGBT, não aconteceu como um processo intencionalmente planejado, tendo em vista, inclusive, o aparecimento de novas identidades sexuais. A própria dinâmica do movimento refletiu, em si, a dinâmica das relações de gênero e sexualidade da sociedade ocidental. Dentro deste contexto, problematizando o processo de reconhecimento com base nos planos e ações impulsionados à formulação e implementação de políticas de reconhecimento, na edificação dos pilares da cidadania e direitos humanos LGBT, as dinâmicas se entrelaçam, ora seguindo uma ordem harmônica, ora de forma desarmônica.

Historicamente, as lutas da população LGBT foram construídas tendo por base os aparatos regulatórios da sexualidade (FOUCAULT, 1998) e as violações dos direitos humanos dos indivíduos que apresentavam práticas destoantes do padrão heteronormativo decorrentes daqueles, as quais correspondiam à institucionalização cultural da homofobia.

É para reduzir os efeitos decorrentes do arraigamento sociocultural da homofobia que se vêem como necessárias medidas e ações de políticas públicas protetoras, além de programas e projetos alinhados às propostas debatidas e aprovadas pelos ativistas LGBT.

A realização da I Conferência Nacional LGBT, em 2008, representou um marco na relação entre sociedade civil e governo, o que foi visto pelo movimento como o coroamento pacífico de uma luta, a qual, na verdade, tem sido concebida em termos de tensões, se consideradas as três esferas de poder Estatal, como também em termos de hegemonia no âmbito da sociedade englobante.

Em termos do Legislativo, percebe-se um cenário marcado pela hegemonia de valores conservadores no que se refere à área da sexualidade. Uma das lideranças políticas no Legislativo, do Partido Social Cristão, publicou na internet discursos que expressam hostilidade ao ativismo LGBT. Trazemos abaixo um exemplo das marcas homofóbicas no texto publicado pelo deputado federal Marco Feliciano¹⁰¹:

Nas paradas do orgulho gay, eles zombam do cristianismo a céu aberto, vestindo-se como freiras e padres, e destilam seu ódio sob os simpatizantes colocando-os contra qualquer um que pense contrário a eles. Hoje, a mídia os apadrinha. Até mesmo a mídia interna da Câmara dos Deputados dá aos militantes GLBTT muito mais exposição do que a qualquer outro parlamentar. A mídia progressista, em nome de “um futuro com liberdade plena” protegem estes militantes, que se vestem como uma MINORIA e por isso precisam ser protegidos pelo sistema, e denuncio aqui, NÃO SÃO MINORIA. Do ponto de vista da política, minoria são grupos desprivilegiados, por não conseguirem estudos e empregos. Os gays não se encaixam nesse perfil, pois são estudados e tem ótimos empregos. Mas se escondem sob esta mentira e vão conquistando seu espaço aos gritos, à força, ameaçando, humilhando e destruindo a imagem de quem se meter em seu caminho. Podem me chamar de maluco, ou dizerem que estou viajando, mas temo que chegará um dia, num futuro breve, que os que hoje podem fazer algo e não fazem, se arrependerão, ao verem militantes gays pegarem em armas, ou conquistarem todos os projetos que hoje tramitam na Câmara dos Deputados. (Maiúsculas do autor).

Para políticos como este, o ativismo LGBT nada mais é do que uma força negativa que comete delitos, difamação e incita à violência contra religiosos cristãos. Depoimentos e posições como estas somente são possíveis em um contexto sociocultural mais geral marcado por valores homofóbicos, os quais estão na raiz da violação dos direitos LGBT em vários setores da vida social, inclusive na esfera política, na medida em que o poder Legislativo se recusa a aprovar projetos de leis que beneficiem a demanda de acesso aos direitos constitucionais feitas por essa população.

¹⁰¹ FELICIANO, Marco. **Ativismo gay só serve para promover violência**. Acorda Brasil! Publicada em 04 de out 2012. Disponível em: <http://www.marcofeliciano.com.br/blog/index.php/ativismo-gay-so-serve-para-promover-violencia-acorda-brasil/>. Acesso em: 09 de maio de 2013.

Dias (2011) comenta os efeitos da atual estrutura do poder Legislativo:

Forças conservadoras tomaram conta do Congresso Nacional. Lideram bancadas fundamentalistas de natureza religiosa, cada vez mais numerosas. As igrejas evangélicas se juntam com católicos e outros conservadores de *plantão*. Assim, não há a mínima chance de assegurar aos homossexuais o direito de serem respeitados. (DIAS, 2011, 163)

Mais uma vez chamamos a atenção para a necessidade de considerar a esfera do Legislativo como um reflexo da sociedade civil, o que colocaria a necessidade de analisar a atuação dos parlamentares classificados enquanto conservadores em conexão com o imaginário hegemônico relativo às questões LGBT em termos da cultura e sociedade englobante.

Embora o tema venha sendo debatido na esfera federal, o Legislativo, sob a hegemonia de bancadas conservadoras, além de ignorar aspectos políticos e os referidos direitos, expressa a hegemonia de ideologias fundamentalistas. Sob este aspecto, o conflito entre o movimento e as casas legislativas, em algumas situações, converte-se em discursos e práticas que expressam o ódio (GLUCKSMANN, 2007).

O modelo de discurso parlamentar do qual citamos um exemplo acima é sustentado por deputados da bancada evangélica. Na Câmara dos Deputados é notória a reprodução dessa ideologia. Ali, quase sempre, é mantida, latente, a homofobia, que inibe o reconhecimento dos direitos da população LGBT. Manifestam-se também situações de maior radicalização envolvendo ativistas, nos quais os conflitos com os representantes de grupos religiosos, não têm apenas caráter político, mas apresentam trocas de ofensas, reproduzindo a violência a qual se propõem a combater. A imagem abaixo é ilustrativa:



Fonte: Disponibilizada na rede social Facebook por Robson Silva em 28 de novembro de 2012.

(<http://www.facebook.com/photo.php?fbid=3997562144137&set=a.1874060617926.2091928.1433496222&type=1&theater>)

Iniciativas de combate à homofobia têm sido observadas em vários países. No caso brasileiro, os debates têm se organizado em torno da discussão sobre direitos humanos, o respeito à alteridade e de modo lateral – devido justamente aos contornos fundamentais da argumentação contrária às reivindicações de reconhecimento político-jurídico dos direitos reivindicados pelos segmentos LGBT, de caráter religioso – sobre o caráter laico do Estado. Para entender, portanto, as lutas do movimento homossexual brasileiro bem como as reações que suas reivindicações provocam. Vale à pena pensar sobre os sentidos atribuídos às lutas políticas da população LGBT no contexto social contemporâneo.

4.1 Paradigmas das identidades LGBT

As identidades LGBT foram constituídas a partir da violência simbólica representada pela heteronormatividade (BOURDIEU, 2007). Na medida em que foi visibilizada, cada uma das identidades que compõem os segmentos aqui focalizados recebeu o carimbo do estigma, da discriminação e da exclusão ao longo da história (FOUCAULT, 1988).

Demarcadas por multiplicidades de expressões estigmatizantes, as identidades LGBT foram excluídas do palco social. A condição de exclusão dessas identidades se tornou visível a partir do momento em que as expressões sexuais e as questões de gênero passam a ser interesse de estudos e de pesquisas sociais. Enquanto os estudos feministas problematizaram questões relativas ao gênero, os estudos gays e lésbicos analisaram questões referentes a essas identidades, sob a ótica dos direitos sexuais.

A própria crise no modelo de explicação da organização social baseado no patriarcalismo oferece elementos para a insurgência dos novos movimentos sociais e novas relações de poder se instalam. Neste sentido, o movimento feminista, que tanto influenciou o movimento homossexual, explode na década de 1960. Na trilha dos movimentos de liberação sexual, os atores que deles participam revivem situações de opressão e imprimem significados conscientes ou inconscientes, interferindo nos processos sociais e nas maneiras das sociedades e culturas lidarem com diferentes, em termos de orientação sexual.

A visibilidade alcançada pelas identidades gays foram também atrativos para o mercado, que percebe no segmento LGBT necessidades particulares a serem exploradas e/ou supridas (CASTELLS, 1999). As transformações do capitalismo envolveram o novo nicho de mercado, denominado de “Pink Money”, programado para atrair o consumo do público gay. No entanto, o determinismo econômico não foi suficiente para assegurar direitos sexuais à população LGBT, visto que o acesso à justiça, também foi regulado pelos próprios mecanismos econômicos.

Assim, a visibilização do movimento homossexual foi consequência de transformações sociais, culturais e econômicas. Castells (1999) mostra o questionamento das identidades emergentes à heteronormatividade, nos seguintes termos:

O impacto dos movimentos gays, e do feminismo em particular, nas relações entre sexos deu impulso a uma poderosa onda de choque: o questionamento da heterossexualidade como norma.

Para as lésbicas, separar-se dos homens, origem de sua opressão, foi a consequência lógica, se não inevitável, de sua visão da dominação masculina como motivo pelo qual as mulheres se encontravam em situação tão precária. Para os gays, o questionamento da família tradicional e as relações conflitantes entre homens e mulheres proporcionaram uma abertura para explorar novas formas de relacionamentos pessoais, novas formas de famílias. Para todos, a liberação sexual, sem limite institucionais, tornou-se a nova fronteira da auto-expressão. (CASTELLS, 1999, p. 172)

No Brasil, o movimento homossexual ganha maior visibilidade na década de 1980, colocando em discussão as “identidades sexuais marginais”. Os entraves que o movimento LGBT enfrenta na arena política estão relacionados a fatores intrínsecos, relacionados à multiplicidade de identidades reunidas (LGBT) no movimento, as quais buscam se legitimar; e extrínsecos, relacionados à resistência da sociedade com relação à democratização dos direitos a todos os indivíduos, de modo que a orientação sexual não seja empecilho ao acesso à vida e tratamento dignos.

Pensando nos aspectos internos ao segmento dos LGBT, é possível pensar a discriminação de classe e mesmo de identidade e de gênero entre os setores que o compõem, ou seja, sujeitos LGBT, estigmatizados pela corrente heteronormativa, experimentam muitas vezes a discriminação de outros indivíduos que compõem os segmentos dos *diferentes* no que concerne à orientação sexual.

Neste e em outros pontos, a situação da população LGBT assemelha-se à realidade de outras minorias excluídas em nossa sociedade. A luta dos segmentos LGBT se direciona, sobretudo contra a negação de direitos aos quais indivíduos heterossexuais têm acesso garantido, bem como ao direito geral a ter respeitada sua diferença em relação à heteronormatividade, constituindo-se sua especificidade o combate ao preconceito específico associado à sexualidade, a homofobia.

Ainda sobre os conflitos internos e externos ao movimento LGBT, a perspectiva teórica *queer* discute como os estigmas atribuídos aos homossexuais adquirem força política, na medida em que insultos como

“bicha”, “veado”, “sapatão”, “traveco” são transformados em categorias políticas que contrariam a norma (MISKOLCI, 2009).

A teoria *queer* propõe a desconstrução das estruturas biologizantes e o questionamento das normas que regulam corpos, relações, identidades e comportamentos relativos ao gênero e à sexualidade, opondo-se à concepção linear de categorias tais como as de *prática sexual*, *orientação de desejo*, *sexo* e *identidade de gênero* (BUTLER, 1999). Essa perspectiva destaca as descontinuidades das identidades, definindo-as como múltiplas e processuais, relacionadas à variação e à abertura em termos de possibilidades. As configurações das identidades assumem, em si, tanto elementos oriundos da sexualidade, orientação sexual e gênero, como elementos que se relacionam a raças, classes, etnias, nacionalidades e outras características dos indivíduos.

O principal impacto desta teoria para os movimentos sociais e, em particular para o movimento LGBT, consiste em seu modo de designar as identidades como construções instáveis e transitórias. Isto, de certo modo, dificulta as ações dos movimentos sociais que, para reivindicar políticas públicas, precisam definir as identidades que representam. Para alguns intérpretes da teoria *queer*, a exemplo de Miskolci (2009) e Gamson (2006) tal noção de identidade reforça a fragmentação das identidades.

A teoria *Queer* pauta-se na compreensão dos processos de assujeitamento das identidades minoritárias. Esta teoria critica pressupostos heterossexistas presentes na Teoria Social, com relação às pesquisas sociais sobre as minorias interpretadas na perspectiva compulsória da heterossexualidade. Segundo Miskolci (2009), os teóricos *queer* foram influenciados por Michel Foucault e Jacques Derrida. Referindo-se a influência foucaultiana, Miskolci argumenta:

Ao expor e analisar a invenção do homossexual, ele mostrou que identidades sociais são efeitos da forma como o conhecimento é organizado e que a produção social de identidades é “naturalizada” nos saberes dominantes. A sexualidade tornou-se objeto de sexólogos, psiquiatras, psicanalistas, educadores, de forma a ser descrita e, ao mesmo tempo, regulada, saneada, normalizada por meio da

delimitação de suas formas em aceitáveis e perversas. Daí a importância daquelas invenções do século XIX, a homossexualidade e o sujeito homossexual, para os processos sociais de regulação e normalização. (MISKOLCI, 2009, p.4)

Se, na crítica *queer*, definir as identidades significa confirmar, negativamente, os insultos baseados na heteronormatividade, por outro lado, torna-se mais interessante para o movimento, em seu diálogo com os poderes públicos, assumir responsabilidade reguladora sobre as identidades de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Tal regulação objetiva dar subsídio à elaboração de políticas públicas, municiando as instâncias de planejamento com dados para a implementação dos direitos sexuais dessa população. Neste sentido, mapear a(s) identidade(s) do movimento e enquadrá-la(s) torna-se vital para atingir as finalidades propostas, visto que as regulamentações devem ter alvos visíveis e bem delineados para fazer valer os direitos almejados, ainda que à custa de enquadramentos nem sempre espontâneos. Não obstante, consideramos que tanto os pressupostos da teoria *queer* quanto as estratégias da mobilização para legitimar direitos dessa minoria, aproximam-se pela marca que o preconceito imprime. Ambos são demarcados por preconceito, discriminação e estigmatização.

Outro indicador de conflito interno no movimento consiste na assimetria em termos da representatividade das identidades que compõem a sigla. Refiro-me à ausência da representação física dos bissexuais nos espaços de decisões políticas. Este fato configura-se um indicador de desconfiança das outras identidades representadas pelo movimento para com os/as bissexuais, os/as quais se constituiriam uma *ameaça* na medida em que representariam aqueles/aquelas que são *diferentes*, mas são também *iguais*.

É certo que enquanto sigla, esta identidade é representada, mas, na prática política do movimento LGBT não tem voz e nem vez. Predomina um silenciamento dos/das bissexuais na arena política interna e externa ao movimento. Desse modo, na nossa interpretação, as estruturas de dominação contra as quais lutam o movimento foram, paradoxalmente, reforçadas no interior do movimento, através de mecanismos de desconfiança e de hierarquização entre os pares.

Com certa frequência, associa-se a bissexualidade a uma dupla condição de estigma, na medida em que a identidade bissexual é recolocada, por pressão dos outros *diferentes* na invisibilidade do gueto. Neste sentido, o então movimento age como se estivesse regulando, consciente ou inconsciente, a conduta dos/das bissexuais, produzindo, assim, um estranhamento da diferença dentro do próprio movimento.

Como já dissemos acima, em suas teias de relações internas, o movimento LGBT reproduz em certa medida as estruturas de dominação contra as quais lutam externamente.

O movimento LGBT, ainda sob efeito do patriarcalismo, embora tenha tentado se afastar de tal conceito, reproduz em seu interior, a distinção entre o feminino e o masculino, nas relações entre gays e lésbicas. É claro que este movimento também celebra a diversidade sexual. No entanto, determinadas práticas, negativadas por tal movimento, são reproduzidas em seu interior. Refiro-me às relações de dominação e resistência entre gays e lésbicas.

A participação de lésbicas na I Conferência Nacional LGBT, deu visibilidade aos mecanismos da opressão patriarcal, também considerados como presentes nas relações entre gays e lésbicas. Com base no questionamento do privilegiamento da categoria dos homens homossexuais na própria sigla do movimento, após uma acalorada discussão, em que as lésbicas, travestis e transexuais, reclamaram da opressão patriarcal histórica, o movimento deixa de ter como sigla as letras na ordem GLBT e passa a ser o movimento LGBT.

Portanto, embora paradigmas teóricos tenham impulsionado as mudanças nas formas de organizações sociais, práticas tradicionais de dominação foram também incorporadas a essas mudanças. Cabe ao movimento LGBT, identificar, dentre essas práticas, aquelas que reforçam a fragmentação, do já fragmentado grupo.

Além da exposição da estrutura de dominação que se manifestam internamente, o movimento LGBT foi constantemente exposto à dominação

externa, na arena política. Embora consiga conciliar esforços com vistas a unificar a força política, o movimento continua cercado por estigmas.

A violência contra indivíduos dos segmentos LGBT, aquela de fundo homofóbico é explicada por diversos fatores. Borrillo (2010) mostra como a homofobia se manifestou através da história, sob diferentes formas de intolerância, nos diversos campos, científicos, jurídico, institucional e cultural. Na contemporaneidade, tentativas baseadas em várias estratégias estão sendo formuladas e postas em prática para minorar os efeitos nefastos da homofobia, variando no tempo e no espaço as medidas destinadas a produzir o reconhecimento desses segmentos.

O conceito de homofobia foi amplamente legitimado para explicar a violência que assola a população LGBT. Não obstante, observa-se uma variação do conceito para expressar intolerância contra a identidade lésbica, caracterizando o preconceito como lesbofobia. Para expressar o preconceito contra travestis e transexuais, emerge o termo transfobia. Estes vocábulos caracterizam, respectivamente, a intolerância às identidades lésbicas, travestis e transexuais. Embora sejam legitimados pelo movimento LGBT, são alvos de críticas de ativistas e pesquisadores, a exemplo de Luiz Mott (2011). Segundo ele, a variação nos vocábulos usados para caracterizar a intolerância homossexual deixa à mostra a fragmentação nas relações internas ao movimento. Pautado nessa compreensão, percebe que a falta de univocidade vocabular enfraquece o movimento LGBT.

Quando se fala de coerência vocabular, geralmente a referência é centrada no reconhecimento masculino, seguindo uma escala de reconhecimento da mulher. Nas curvas dessas escalas, escondem-se estereótipos associados à raça, etnia, condição social, nacionalidade orientação sexual e identidade de gênero.

Quando o movimento LGBT reproduz tais referências, corre o risco de cair nas ciladas da diferença (PIERUCCI, 1999), na medida em que elas inviabilizam e excluem outras expressões que destoem da heteronormativa, negando as identidades que representa. A polêmica interna demonstra que o

movimento está atento às determinações linguísticas das normas de gênero e sexo.

Na medida em que o movimento LGBT, para se legitimar, reproduz, em certa medida, a estrutura social legitimada, corre o risco de reproduzir também a binariedade em que se baseia a heteronormatividade, ao recorrer a determinações epistemológicas universalizantes. O assunto é particularmente relevante, visto que o movimento LGBT se fragiliza, na medida em que se produz entre seus integrantes pontos de divergência e não de concordância, ao adotar as determinações que justificam a regulação dos corpos, a exemplo de expressões que diferenciam o gênero.

Em regra geral, as tentativas de definição biológica da sexualidade tomam por base os órgãos sexuais, as diferenças entre a genitália masculina e a feminina. Nesta perspectiva, a definição do ser homem é determinada pela genitália externa, o pênis, do mesmo modo, o ser mulher, é determinado pela vagina. Com base nesta definição impõem-se padrões, valores. Por este meio, legitima-se uma falsa visão de realidade que se impõe no mundo social, que abstrai os aspectos psíquicos e influenciam a construção de julgamentos pejorativos das diferentes orientações sexuais (BENTO, 2008).

Uma perspectiva diferente é apresentada, por exemplo, a partir da contribuição de Butler (2003), que alerta para o que ela classifica como a inteligibilidade dos gêneros:

Gêneros inteligíveis são aqueles que em certo sentido, instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo, os espectros de descontinuidades e incoerências, eles próprios só concebíveis em relação a norma existentes de continuidade e coerência, são constantemente proibidos e produzidos pelas próprias leis que buscam estabelecer linhas causais ou expressivas de ligação entre o sexo biológico, o gênero culturalmente constituído e a expressão ou efeito de ambos na manifestação do desejo por meio da prática sexual. (BUTLER, 2003, p 38)

Refletindo a ordem heteronormativa, baseada na lógica binária o movimento adota um dispositivo discursivo que coloca a identidade bissexual

na berlinda, demarcando-se as margens para posicionamento desta identidade em termos da pressão para o sujeito bissexual externalizar seus desejos dentro de margens que distinguem entre o ser e estar homossexual ou heterossexual.

Para Heilborn (1996), a diferenciação entre *ser* e *estar* homossexual se ancora em dispositivos institucionais do movimento LGBT, relacionados ao desejo de prover um caráter normativo aos sujeitos *diferentes* em termos de orientação sexual. Pensando a afirmação homossexual como principal fator que orientou a organização do respectivo movimento, essa autora explica em que consiste essa diferenciação:

Este quadro tem suscitado uma viva discussão por parte dos atores engajados com o movimento de afirmação homossexual. A afirmativa de que a declaração explícita da orientação homoerótica não é considerada necessária, e, sobretudo, é entendida como limitadora das potencialidades dos indivíduos, desperta suspeitas com frequência atribuídas ao medo do estigma, à covardia diante das convenções sociais, a uma estratégia calculista de anonimato, ou ainda à falta de solidariedade para com os seus “iguais”. Em contrapartida, o discurso (...) organiza-se em torno da afirmação de que o sexo do parceiro não é relevante para o entendimento da relação, que a escolha sexual do presente (ou passado) não significa se reconhecer como essencialmente homossexual. (HEILBORN, 1996, p. 141-142)

Esta autora (1996) traça um cenário que discute a condição homossexual com base em elementos usados para definir identidade de grupo. Além disso, demonstra como o movimento LGBT reproduz a noção de *politicamente correto* na adoção de palavras de ordem estabelecidas e legitimadas institucionalmente como meios para expressar e definir a identidade do grupo.

Assim como no espaço da heteronormatividade, os sujeitos LGBT, os ativistas do movimento são frequentemente expostos ao *engessamento* e à produção homonormativa das identidades *diferentes* no que concerne à sexualidade. Sobre este ponto Luiz Mott publicou, numa rede social, argumentos que questionam a *produção* midiática da identidade homossexual,

por meio de uma crítica à imagem de um beijo público entre duas figuras notáveis no campo artístico brasileiro:

PRÁ QUE ISSO? o gay idoso Ney Matogrosso e a lésbica Martinália dando beijo na boca? pra dizerem que são bissexuais, mudernus, que não aceitam rótulos? Ambos assumidamente homoeróticos, o que pretendem transmitir com essa foto arremedando uma relação heteroerótica? Ou seriam duas lésbicas se beijando? Ou dois gays? SE for apenas para "epater le bourgeois" (escandalizar), ok, mas preferia ver uma foto antiga do Ney beijando na boca Cazuzza, ou Martinália dando pinta com uma de suas amantes. Já sei que alguns dirão que não querem rótulos, que sou gayzista, ou o oscambau. Argumentem com mais inteligência! (MOTT, abril de 2013, via Facebook)

A reação do ativista Luiz Mott traz à luz a emergência da *polícia das identidades* LGBT, refletida na argumentação de que a atitude dos personagens da imagem do beijo mencionada está fora da ordem da inteligibilidade homonormativa. Nesta perspectiva, percebe-se que a bissexualidade é chamada a se identificar dentro das margens que circunscrevem as identidades lésbicas ou *gays*. O que se contesta é o direito à diferença dentro do espaço dos *diferentes*, como se alguém ser bissexual infligisse a *normalidade* das identidades de gays e de lésbicas.

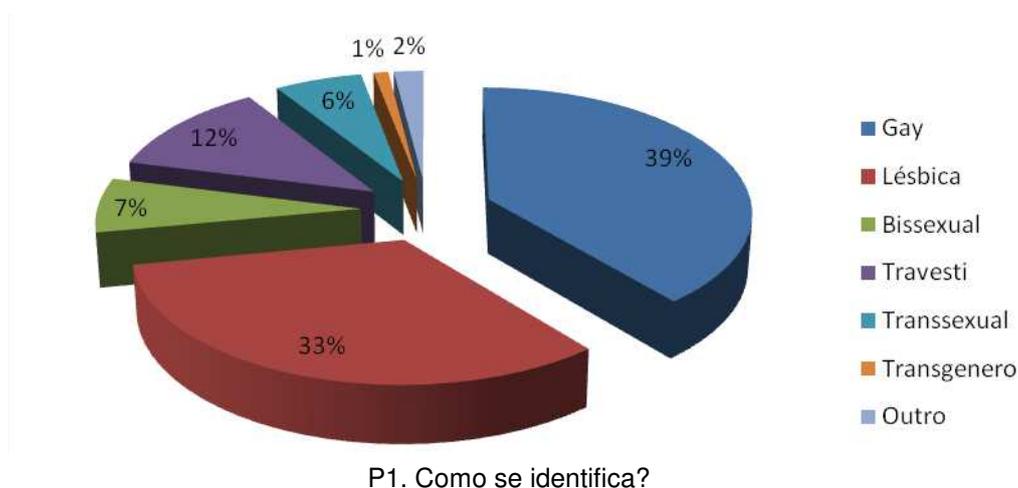
É nesse cenário de paradoxos identitários, de fragmentação interna e de assimetrias entre as identidades sexuais e de gênero *diferentes* que somos chamados a entender as representações – aqui entendidas como relatos a respeito do que tem acontecido (BECKER, 2009) – do que denominamos aqui de processo de reconhecimento político do movimento LGBT, constituído no âmbito do governo do Presidente Lula, no período já mencionado, trazendo dados referentes aos modos pelos quais os sujeitos que participam do referido movimento atribuem sentido às ações de reconhecimento implementadas pelas instâncias governamentais.

4.2 Interpretando os sentidos das ações atribuídos pelos atores LGBT

Temos aqui como objetivo apresentar os resultados obtidos a partir da pesquisa empírica realizada através da aplicação de formulários a uma amostra casual de ativistas LGBT que participaram da II Conferência Nacional LGBT, ocorrida em dezembro de 2011, em Brasília. A seleção de sujeitos foi feita com base na proximidade e acessibilidade dos participantes da referida conferência. Nestes termos, estamos conscientes dos limites desse tipo de amostragem em relação à possibilidade de generalização das conclusões aqui apresentadas. Nossa intenção é mais fornecer dados que funcionem como indicativos das posições diversas encontradas no campo dos ativistas LGBT, os quais possam inspirar novos questionamentos e outras pesquisas de aprofundamento, do que produzir conclusões referidas ao universo aqui focalizado.

Para analisar as percepções dos efeitos do reconhecimento em curso, da relação do movimento LGBT com o governo Lula, partimos do questionamento referidos a alguns indicadores relacionados às ações de reconhecimento formuladas e implementadas pelas instâncias governamentais, com enfoque nos entraves que dificultaram tal reconhecimento. Assim, analisamos os seguintes elementos: o significado da I Conferência Nacional LGBT; a noção de reconhecimento e as políticas públicas.

A interlocução do movimento LGBT com o governo exige dos militantes a identificação da orientação sexual e identidade de gênero como medida de construção de reconhecimento. Tal identificação se expressa no gráfico abaixo, referido ao conjunto dos indivíduos que responderam às questões do nosso formulário.

Gráfico 13 - Identificação LGBT no universo pesquisado

Fonte: Elaborado pela autora.

A identificação sexual é um dado significativo para perceber a diversidade sexual em função da autoidentificação dos atores homossexuais. Na amostra dos sujeitos LGBT participantes da II Conferência, o público gay equivale a 39% dos entrevistados; o público autodeclarado *feminino* é de caráter multidentitário, visto que abarca as identidades das lésbicas, travestis e transexuais femininos. Os bissexuais representam 7% da nossa amostra.

Ao descrever os entraves do reconhecimento dos direitos da população LGBT, os ativistas fizeram referência à admissão de posturas fundamentalistas vindas dos gestores de políticas públicas. No geral, a identificação dos sujeitos não tem somente um resultado positivo, na medida em que as pessoas de identidades LGBT continuam sendo censuradas, controladas e negadas como possuidoras de direitos.

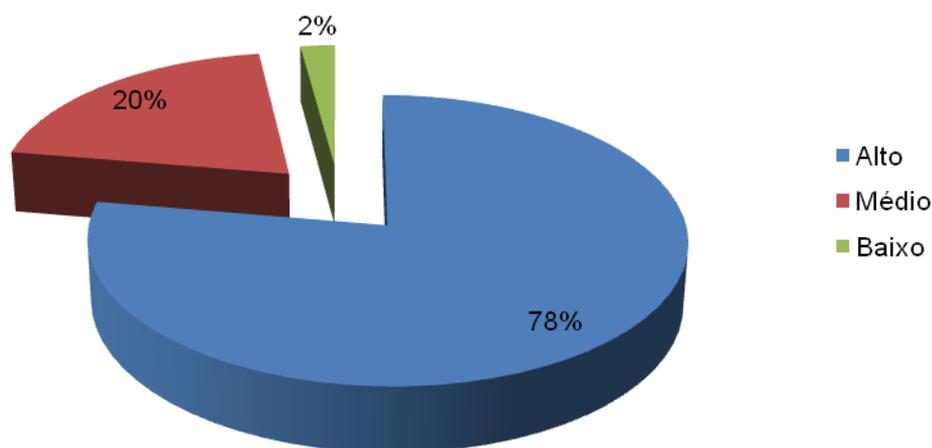
4.3 Grau de envolvimento dos ativistas nas ações do movimento LGBT

A descrição do envolvimento dos ativistas nas atividades empreendidas pelo movimento é refletida nos dados do gráfico 14. Este gráfico demonstra o comprometimento de pessoas com identidade de gênero feminina e masculina,

representante da sociedade civil, além de delegados/das representantes do poder público.

Cruzando as categorias do gráfico 13 com o gráfico abaixo, com relação ao grau de comprometimento do envolvimento dos ativistas com a luta do movimento, dos 78% que afirmaram ter um alto envolvimento, 8,0% são gays; 7,6% são lésbicas; 5,8% são bissexuais; 6,6% são travestis e 5,0% são transexuais. Do total de 20% que classificaram tal envolvimento como médio, 1,8% são gays; 2,1% são lésbicas; 4,2% são bissexuais; 4,4% são travestis; 5,0%, transexuais. Dos 2% que afirmaram ser baixo seu envolvimento, 0, 2% são gays; 0,3%, lésbicas.

Gráfico 14 – Grau de comprometimento com o movimento LGBT



P2. Como você classifica seu envolvimento na militância LGBT?

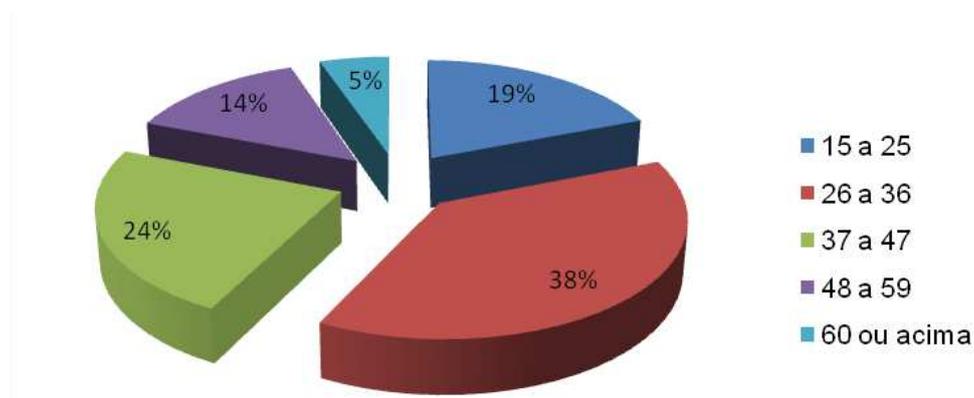
Fonte: Elaborado pela autora.

Com relação ao grau de envolvimento dos ativistas no movimento social, (Gráfico 14) 78% dos ativistas que responderam estar plenamente sintonizados com o movimento, afirmaram que participam de 100% das ações implementadas por este. Os que classificaram como médio o envolvimento, embora sintonizado com o movimento, dedicam-se à militância no tempo livre. Os que responderam como baixo envolvimento se disseram simpatizantes da questão LGBT.

4.4 Perfil dos ativistas LGBT por faixa etária

A maturidade dos ativistas entrevistados aparece na estatística que registra 38% na faixa dos 37 a 47 anos, seguido daqueles que compõe a faixa etária de 26 e 36 anos. Entretanto, o número de jovens que militam equivale quase à soma dos ativistas declarados em meio idade, mais os idosos. Rosa (1983) discute acerca das tarefas evolutivas da idade adulta.

Gráfico 15 – Faixa etária



P3. Faixa etária das ativistas.

Fonte: Elaborado pela autora.

Cruzando as categorias descritas no gráfico 13 com a faixa etária, gráfico 15, no total dos 19%, 25% são gays; 6% são lésbicas; 71% bissexuais; 16% travestis. Dos 38% desta faixa etária, 41% gays; 30% lésbicas; 52% travestis e 17% transexual. Do total de 24% que responderam estar nessa faixa etária, 20% gays; 30% lésbicas; 16% travestis 66% transexuais, os que classificaram como outros 5,0%. Dos 14% dessa faixa etária, 10% gays; 21% lésbicas; 29% bissexuais; 16% travestis; 17% transexuais, 5,0 % outros. Os restantes 5% da referido gráfico acima, 4% são gays; 13% lésbicas.

Uma das preocupações do movimento LGBT consiste também no envelhecimento dessa população, visto que ser idoso, na sociedade ocidental, é um desafio, frente a padrões culturais que enaltecem corpos esbeltos, esculpidos em academias. O envelhecimento expõe a debilidade dos corpos que destoam desse padrão. No Brasil, a representação do envelhecimento fisiológico do corpo é reforçada por estigmas que vulgarizam a pessoa idosa.

Com relação aos idosos LGBT, estes também são duplamente alvos de estigmas¹⁰².

Os discursos que institucionalizam preconceitos atingem a vulnerabilidade das minorias. O deslocamento da faixa etária da população que produz a pessoa idosa no campo das diferenças, também define a condição de existência dos idosos LGBT. O idoso homossexual que compõe uma minoria marginalizada é duplamente marginalizado, visto que integra, simultaneamente, duas minorias: homossexuais e idosos, ambos marcados pelo preconceito.

4.4.1 Perfil dos ativistas com base no grau de escolaridade

Um indicador importante que define o perfil do ativista LGBT é o nível de instrução (Gráfico 16). Da totalidade dos entrevistados, 26% têm nível *superior*, havendo uma concentração de 30% com escolaridade média. Na nossa amostra encontramos 17% dos entrevistados cursando o ensino superior e, 21% com apenas apenas escolaridade incompleta do ensino fundamental.

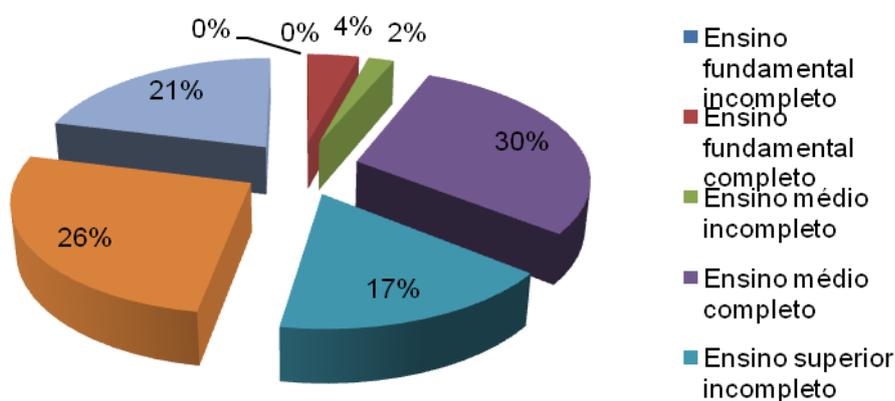
Em termos gerais, observou-se a convergência entre escolaridade - média e superior - e disponibilidade de tempo dedicado à militância. Tanto a escolaridade como disponibilidade de tempo influenciaram o processo de mobilização e organização ações LGBT. Entretanto há uma demanda carente de capacitação no interior do movimento LGBT. Os próprios ativistas justificam tal carência destacando a escassez de incentivo dos gestores das políticas públicas com relação à educação centrada na diversidade sexual e gênero.

Cruzando as categorias descritas no Gráfico 13 (identidade) com o Gráfico 16 (grau de escolaridade), do total de 4% que responderam ter completado o ensino fundamental, 5% são gays; 8%, travestis; 17%, transexuais. Do total de 2% que afirmaram ter o ensino médio incompleto, 3% são lésbicas; 8%, travestis. Dos 30% que afirmaram ter concluído o ensino médio, 15% são gays; 25%, lésbicas; 80%, bissexuais; 68%, travestis; 66%,

¹⁰² Ver, sobre questões ligadas ao envelhecimento gay, por exemplo, os trabalhos de Gusmão (2011), Alves, 2010.

transexuais; 50%, outros. Dos 17% que informaram ter cursado o ensino superior incompleto, 23% são gays; 15%, lésbicas; 10% são bissexuais; 16%, travestis; 17%, transexuais. Do total de 26% que responderam ter concluído o ensino superior, 37% são gays; 28%, lésbicas; 10%, bissexuais; e 50% os que se identificaram com outros.

Gráfico 16 – Grau de escolaridade



P4. Qual o grau de escolaridade dos ativistas LGBT?

Fonte: Elaborado pela autora.

A descrição da representação desses ativistas, conforme organograma exposto no final do primeiro capítulo, que enfoca a disposição diretoria executiva da ABGLT, sugere a convivência entre uma representação nacional e a regional. Entretanto, o modelo de gestão da ABGLT, embora adote métodos especializados na gestão do reconhecimento LGBT, reproduzem métodos tradicionais de gestão pautados numa hierarquia. O referido organograma apresenta a disposição hierarquizada de lideranças nos espaços de atuação. Compete a essa representação, recrutar, selecionar, capacitar ativistas militantes nas diversas regiões brasileira. Normalmente, as áreas carentes de capacitação são identificadas pela representação regional, que se compromete a reproduzir as competências da representação nacional.

O grau de escolaridade chama a atenção para os dados do Gráfico 16, que mostram a escolaridade dos interlocutores chamados para discutir políticas públicas de seu interesse. Foram identificados muitos casos de baixa

escolaridade. Mesmo não exigindo como critério a escolaridade, ativistas revelaram preferências de serem representados por lideranças com trânsito livre, na arena política representativa. Alguns declararam acreditam que o amadurecimento político supera a escolaridade.

O carisma é uma das características que aparece como exigência do perfil das lideranças, apontado em quase todos depoimentos. O movimento nasce personalizado no modelo de liderança carismática, para qual o desafio proposto consiste em capacitar politicamente as massas representadas.

Atualmente, a despolitização do movimento LGBT é apontado por ativistas, a exemplo de Lula Ramires, como um dos entraves ao reconhecimento dos direitos LGBT:

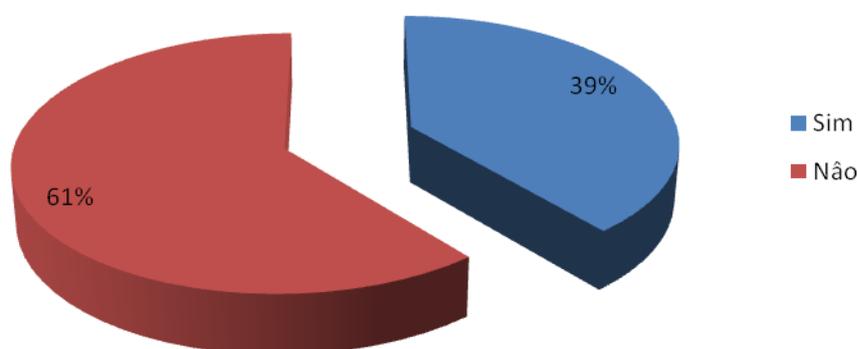
O movimento LGBT de modo geral é bastante despolitizado. Por ocasião da suspensão do material didático do projeto Escola Sem Homofobia, houve uma grande gritaria de protesto, mas isso ocorreu em torno de muito desconhecimento a respeito do que se tratava realmente. O número de ativistas e ONGs comprometidas com as questões de discriminação homofóbica nos sistemas de ensino é pífio. Ou seja, ninguém nunca se preocupou de fato com esta dura realidade cotidiana, por exemplo, o bullying que ocorre cotidianamente nas escolas. (Lula Ramires, entrevista 05/11/12)

O despreparo em termos de conhecimento das dinâmicas da esfera política brasileira no contingente LGBT dificulta a disputa pela priorização das demandas das minorias. O movimento frequentemente é cooptado pelos especialistas do governo, como no caso do *kit antihomofobia*, preparado pelas instâncias governamentais e por especialistas que assessoraram a preparação do material, sendo e quase sem a participação da AGLBT.

4.5 Participação no pacto democrático: sociedade civil e governo

O Gráfico 17 demonstra um aumento significativo da taxa estimada de renovação das delegações LGBT na II Conferência Nacional de 2011. A descrição dos participantes desta conferência faz-se necessária, visto que foi durante sua realização que se deu a coleta de dados desta pesquisa empírica. Entre os participantes, predominaram três categorias, com as seguintes competências: delegados/das, com direito a voz e voto; convidados/das, com direito só a voz; observadores/as, sem direito a voz e voto.

Gráfico 17 – Participação na I Conferência Nacional LGBT



P5. Você participou da I Conferência Nacional LGBT?

Fonte: Elaborado pela autora.

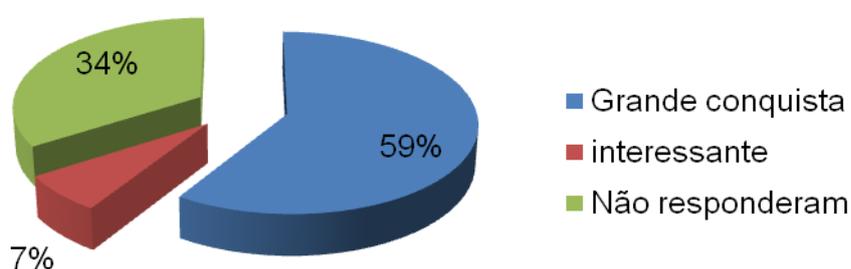
Vale ressaltar que participei das duas Conferências Nacionais LGBT. Na primeira, figurei como delegada, representante do poder público; e na segunda, como convidada, por me apresentar a Igo Martine¹⁰³, como pesquisadora da temática LGBT. Nesse caso, como precisava coletar dados, agi como observadora. Dos 61% que representaram delegações da sociedade civil, 60% foi composto por lésbicas, travestis e transexuais; nos 40% restante, se agruparam gays, bissexuais e transexuais. Registrando um universo de 565 delegados/das, aplicamos 100 formulários.

¹⁰³ Coordenador-Geral do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promotor dos Direitos Humanos de LGBT, em 2011.

4.6 Representação acerca da I Conferência, por ativistas LGBT

Avaliando as expectativas dos ativistas com relação à realização da I Conferência Nacional LGBT, ocorrida em 2008, a pesquisa constata o entusiasmo dessa população em função das expectativas criadas em torno da resposta do governo federal, no que tange às propostas de políticas públicas.

Gráfico 18 – Atribuição de sentidos à I Conferência Nacional LGBT



P5.1 O que ela representou pra você?

Fonte: Elaborado pela autora.

Em resposta a esta pergunta, 59% interpretou a conferência como uma grande conquista do movimento. Dentre estes ativistas, 35,6% composto pelo público gay; 17,8% composto por lésbicas; 8,9% o público das travestis; 4,4% composto por bissexuais; 4,4% transexuais; 4,4% o público que se identificou como outro; 2,2% composto pelo público transgênero.

Na concepção dos ativistas que responderam considerarem uma grande conquista, a importância da I Conferência Nacional LGBT consistiu no fato desta haver selado um pacto democrático entre o poder público e sociedade civil. Foi muito elogiado o fato de que a esfera executiva federal, por iniciativa do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mobilizou gestores dos ministérios e secretarias em torno do tema LGBT. Além disso, chamou-se também a atenção para o papel desempenhado por experiências de mobilizações de ativistas, as quais se tornaram referências no processo de reconhecimento da diversidade e da cidadania LGBT pelo então governo. As citações que se seguem são ilustrativas:

“a conferência representa um marco em minha vida, um fortalecimento na luta por direitos individuais e coletivos” (Gay);

“representa um avanço com a abertura do governo Lula ao movimento LGBT, além de outras conquistas” (Gay);

“avanço na construção de políticas públicas para a população LGBT” (Lésbica);

“representa um início de levantamento de propostas fundamentais de acesso a todos os setores sociais” (Lésbica);

“tudo de novo, um amadurecimento político” (Travesti);

“avanço, uma abertura dos novos constituintes da vanguarda da história, para que os que virão depois tenham um mundo melhor” (outro¹⁰⁴)

Esta última resposta traduz as expectativas dos LGBT, com relação à história dos direitos humanos e às condições de luta do movimento em prol da criação dos direitos LGBT. A vanguarda em destaque refere-se, à presença do ativista homossexual João Mascarenhas, importante no cenário político da década de oitenta, como também os participantes da primeira conferência.

A breve participação do ativista Mascaranha impactou a trajetória do movimento LGBT, como uma importante voz que possibilitou a discussão acerca da inclusão das demandas LGBT na Constituição Federal de 1988. Embora tais demandas não tenham tido sucesso, o conteúdo substantivo dessa participação gerou frutos: ampliação de debates envolvendo temas relativos à da diversidade, reconhecimento dos direitos LGBT, cidadania.

Dos 7% que consideraram interessante, 4,4% se apresentaram como travestis e 2,2% contabilizaram as resposta como lésbicas. Dos 35% que se recusaram responder a questão, dos quais 13,3%, lésbicas; 6,7% são gays; 6,7% são travestis; 2,2%, bissexuais; e 2,2%, transexuais. Estes dados podem ser interpretados como expressando o descontentamento dos ativistas com

¹⁰⁴ A nomenclatura “outros” foi formulada no momento de aplicação do questionário, a pedido de entrevistados que não se identificaram com nenhum dos termos contidos na sigla “LGBT”.

relação aos resultados da I Conferência, quando avaliados em relação às expectativas geradas a partir dela.

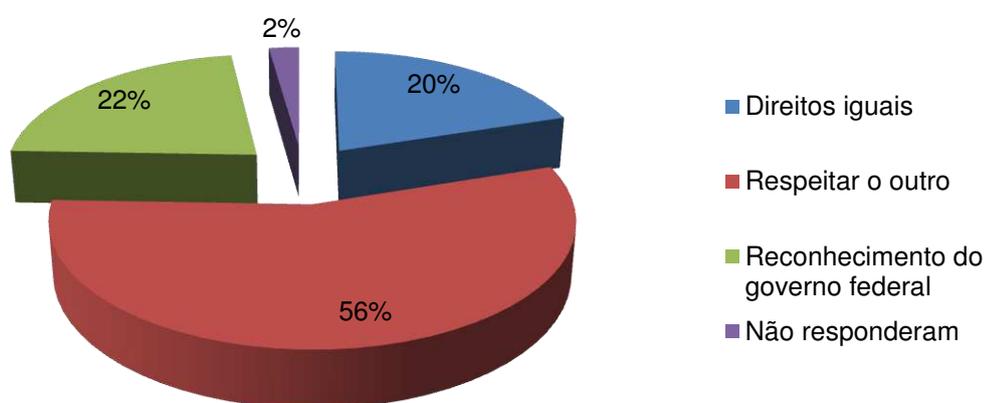
Vale ressaltar que um dos objetivos da segunda conferência foi avaliar os resultados da primeira. Muitos ativistas demonstraram descontentamentos. Uma das ativistas bissexual expressou a seguinte indignação, referindo-se a tal conferência: “isso é uma palhaçada, porque já foram construídas as propostas de políticas públicas. O que faltou mesmo foi elas saírem do papel”. Essa fala significa que diante da dificuldade de implementação de políticas públicas que contemplassem razoavelmente as demandas dessa população, as avaliações negativas por parte dos participantes da segunda conferência, na qualidade de ativistas avaliadores dos resultados da conferência anterior, expressam seu desencantamento e ao mesmo tempo a necessidade de, no ciclo das políticas públicas – (1) demandas sociais; (2) reconhecimento governamental das demandas sociais; (3) formulação de políticas públicas para atender as demandas sociais reconhecidas; (4) implementação das políticas públicas formuladas para atender as demandas sociais reconhecidas; (5) avaliação do processo de implementação das políticas públicas formuladas para atender as demandas sociais reconhecidas; (6) reformulação com base na avaliação; e (7) nova implementação – serem levadas em consideração para a redefinição das políticas públicas e sua futura implementação.

Segundo os ativistas entrevistados, o reconhecimento político do movimento LGBT, não foi convertido em reconhecimento de direitos LGBT. A viabilidade das políticas públicas para atender as demandas desses segmentos depende, sobretudo, do suporte das instâncias governamentais para a criação e funcionamento efetivo de conselhos; de orçamento específico e de suporte jurídico. O que se observou foi a ampliação do espaço público do movimento LGBT para debater a formulação dessas políticas, mas ao mesmo tempo os entraves significativos encontrados na esfera do Poder Legislativo, o que limitou consideravelmente o campo de possibilidades do sucesso das ações afirmativas adotadas na esfera do Executivo.

4.7 Os sentidos do reconhecimento

O Gráfico 19 contempla as impressões de ativistas consultados acerca do reconhecimento. Houve uma tendência forte de afirmar a correspondência entre reconhecimento, respeito e igualdade de direitos.

Gráfico 19 – Indicadores de reconhecimento



P6. O que você entende por reconhecimento?

Fonte: Elaborado pela autora.

A predominância da categoria *respeitar o outro* pode ser interpretada como a manifestação do anseio dos indivíduos pelo respeito a suas orientações sexuais e as suas identidades de gênero, o que pode ser entendido em um contexto de estigmatização e discriminação enfrentado pelos indivíduos LGBT em seus cotidianos, o que se reflete na esfera judicial pelo acesso diferenciado a alguns direitos destes em relação ao sujeitos heterossexuais. Se isso é verdadeiro *para fora* dentro do movimento também se reivindica o fim da assimetria entre identidades, o que se manifesta em possibilidades diferenciadas e hierarquizadas de participação. A dominação de uma ou mais identidades sobre outras, age silenciosamente no interior do movimento, assim como a dominação da heterossexualidade determina oportunidades e acessos diferentes aos direitos humanos. O que os ativistas

indicam aqui é a efetividade do princípio básico do reconhecimento, proposto por Fraser (2001), a “*paridade de participação*”.

Como discutimos no Capítulo II, observamos o caráter muitas vezes paradoxal da justiça social defendida e praticada em várias sociedades, na medida em que consiste frequentemente em dissociar o reconhecimento da redistribuição. Nas falas dos/das entrevistados/das observamos a ênfase no reconhecimento enquanto a conquista de respeito e da igualdade no acesso aos direitos, o que parece remeter para as frentes em que o reconhecimento deve ser trabalhado – no nível da re-educação da sociedade em termos da adoção de valores tais como o respeito à diferença, a não associação da homoafetividade com *doença* ou *aberração*, como é o caso do PBSH, que investe na disseminação de mensagens, esclarecimentos com o objetivo de transformar as maneiras de representar as opções sexuais e de gênero distoantes dos padrões historicamente hegemônicos –; e no nível do Legislativo, em que se decidem a formulação de leis que garantam o acesso igualitário aos direitos constitucionais.

Na análise da composição interna dos respondentes de cada categoria, não observamos nenhuma tendência diferencial significativa. Dos 56% que entendem reconhecimento com respeito ao outro, 15,6% são lésbicas; 15,6%, gays; 8,9%, travestis; 4,4%, bissexuais; seguem a mesma porcentagem @s transexuais e os que se denominaram outros; 2,2%, trãnsgenero. Dos 22% que declaram entender o reconhecimento em nível de governo, como reflexo das políticas públicas, 11,1% são lésbicas; 6,7%, os gays seguidos pelas travestis; 2,2%, transexuais. Assim, 20% entende o reconhecimento como igualdade de direitos. Dentre estes, 17,8% gays; 6,7%, lésbicas; e 4,4%, travestis. Não quiseram responder, apenas 2,2% dos gays.

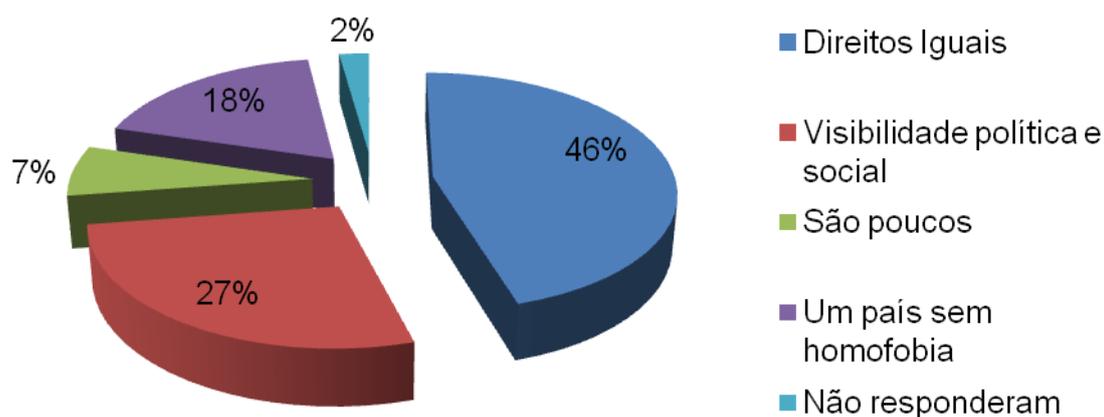
Em algumas situações, no Brasil, em que a população LGBT assegurou alguns de seus direitos, foi mediante processos judiciais. A intervenção da esfera judiciária¹⁰⁵, que julgou tais processos, contribuiu, portanto, com a constituição de jurisprudências, através das quais os direitos violados foram assegurados a essa população. O Judiciário, dissociado do Legislativo Federal,

¹⁰⁵ Ver Legislação e Jurisprudência LGBTTT, atualizado em 2006, (KOTLINSKI, 2007).

polarizou a questão dos direitos LGBT. Ao interpretar a Constituição vigente, por exemplo, atribuiu aos homossexuais os mesmos direitos dados aos heterossexuais, ao reconhecer a união homoafetiva¹⁰⁶, como união estável, legitimando o casamento entre pessoas do mesmo sexo biológico, conforme descrito anteriormente.

4.7.1 Reconhecimento político: indicadores de benefícios

Gráfico 20 - Benefícios do reconhecimento político



P6.1 Quais os benefícios do reconhecimento político?

Fonte: Elaborado pela autora.

Os indicadores das representações dos/das ativistas entrevistados/das a respeito dos benefícios do reconhecimento ancoram-se no tripé: direitos humanos, visibilidade política e social, diminuição da homofobia nas relações sociais. As respostas a esta questão indicam a predominância de uma avaliação positiva dos resultados do processo de reconhecimento obtido pelos segmentos LGBT durante o governo Lula. Apenas 7% dos respondentes declararam ser *poucos* os benefícios obtidos. Mesmo em um contexto em que se reconhece que muito das ações propostas em programas como o PBSH, do que foi acertado na I Conferência Nacional LGBT não foi alcançado, as

¹⁰⁶ www.direitohomoafetivo.com.br

frequências das categorias indicadas no gráfico 20 apontam para uma tendência à positividade das representações dos entrevistados em relação ao que tem sido conquistado.

A categoria *visibilidade política e social*, às vezes pouco valorizada como efeito do reconhecimento, aparece como uma tendência significativa da avaliação das conquistas do reconhecimento político, o que pode ser entendido quando se pensa a história dos espaços de sociabilidade desses segmentos no Brasil. Green (2000) relata experiências de silenciamento e invisibilização social de gays e lésbicas no Rio de Janeiro, mesmo durante o século XX. A comparação entre a atual conjuntura e o que acontecia em períodos anteriores pode dar a medida da importância da visibilidade pública conquistada pelos indivíduos LGBT em nosso país.

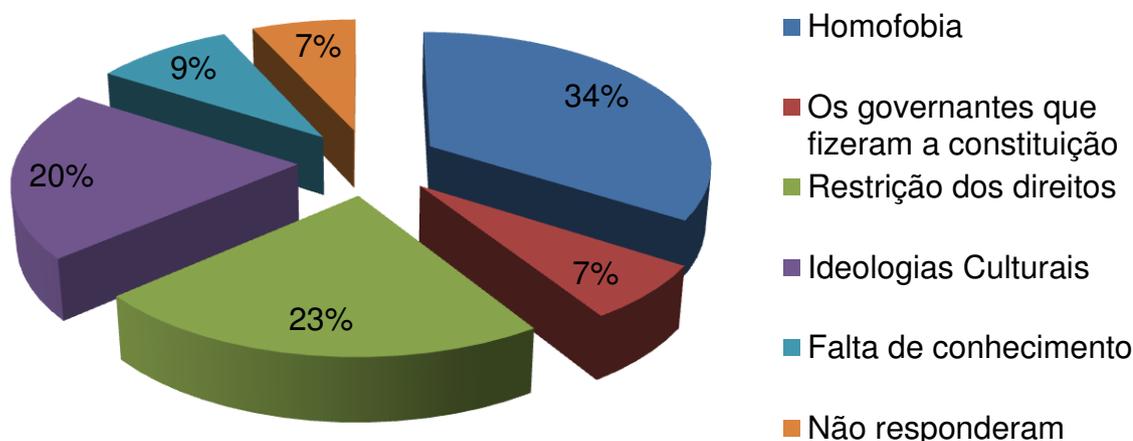
Com base na pesquisa deste autor, percebe-se que, se por um lado a invisibilidade produzida pela estruturação da sociabilidade homoafetiva em termos de guetos proporcionou uma certa proteção para os segmentos LGBT, por outro lado reforçava seu isolamento e sua invisibilidade social e política (GREEN, 2000).

Com as transformações socioculturais e a emergência das *paradas gays* e a criação dos espaços institucionais para a formulação de políticas públicas destinadas a produzir o respeito à *diferença* e a igualdade de acesso a direitos constitucionais dos indivíduos heterossexuais e homossexuais, a população LGBT ganha visibilidade e fica eventualmente menos protegida, o que pode explicar as recentes estatísticas de assassinatos de indivíduos assim classificados no Brasil. Conforme observamos, as condições para a construção da cidadania LGBT aparecem nas respostas dos/das entrevistados/das quanto aos benefícios do reconhecimento político obtido, associando-se cidadania LGBT à conquista de igualdade de direitos.

4.7.2 Fatores que dificultam o reconhecimento LGBT

O Gráfico 21, apresentado abaixo, destacam-se as representações dos/das entrevistados/das acerca dos obstáculos ao reconhecimento enfrentados pela população LGBT:

Gráfico 21 - Entraves do reconhecimento



P6.2 Quais os entraves desse reconhecimento?

Fonte: Elaborado pela autora.

A categoria mais citada como o que os/as ativistas entrevistados/as consideram como obstáculo ao reconhecimento (34%) foi a *homofobia* – a qual poderia, ao nosso ver, ser associada a outra de frequência significativa, a de *ideologias culturais* –, o que indica, na nossa interpretação, uma conexão forte com as ações e programas formuladas pelo Governo Lula para responder às reivindicações dos segmentos LGBT, todos relacionados com o trabalho no campo das ideias e valores, destinados à produção do que foi construído pelos especialistas convocados (sociólogos, psicólogos, antropólogos) como estratégias de *esclarecimento* da população sobre as questões envolvidas nas orientações sexuais e de gênero *diferentes*, alternativas ao padrão heteronormativo e binário.

Outro ponto que pode estar subjacente a essas respostas mais significativas em termos de frequência é a concepção do peso obstaculizador da visão religiosa das alternativas de gênero e de opção sexual diferentes do padrão heteronormativo e binário – que pode tanto ser associada à falta de conhecimento (aqui definido em termos de ciência) quanto a *ideologias culturais*.

Dos 34% que apontaram a homofobia como entrave ao reconhecimento dessa população, 17,8% são gays; 11,1%, lésbicas; 2,2%, bissexuais; seguindo-se a mesma porcentagem de resposta de travestis. A restrição de direitos é apontada por 23% como impedimento ao reconhecimento; deste percentual, 8,9% lésbicas; 6,7% travestis; 4,4% gays; 2,2%, outros. Dos 20% que identificaram como impedimento do reconhecimento a imposição de ideologias culturais, 11,1% são gays; 8,9% são lésbicas; 4,4% são travestis, seguindo a mesma porcentagem declarada por transexuais; 2,2% são bissexuais; 2,2% são transgêneros; 4,4%, outros. Com relação aos 9% que entendem como entrave a falta de conhecimento, 2,2% são gays; 2,2, lésbicas. Dos 7% que delegaram responsabilidade aos parlamentares, 6,7% são gays; 4,4% são travestis. Dos 7% que não quiseram responder, 2,2% são lésbicas; 2,2% são bissexuais; 2,2% travestis; e 2,2% transexuais.

Resumindo, a percepção das condições de opressão é expressa assim por um ativista entrevistado: “A falta de respeito, o egoísmo causado pela supressão de direitos, a intolerância dos segmentos religiosos conservadores” (lésbica).

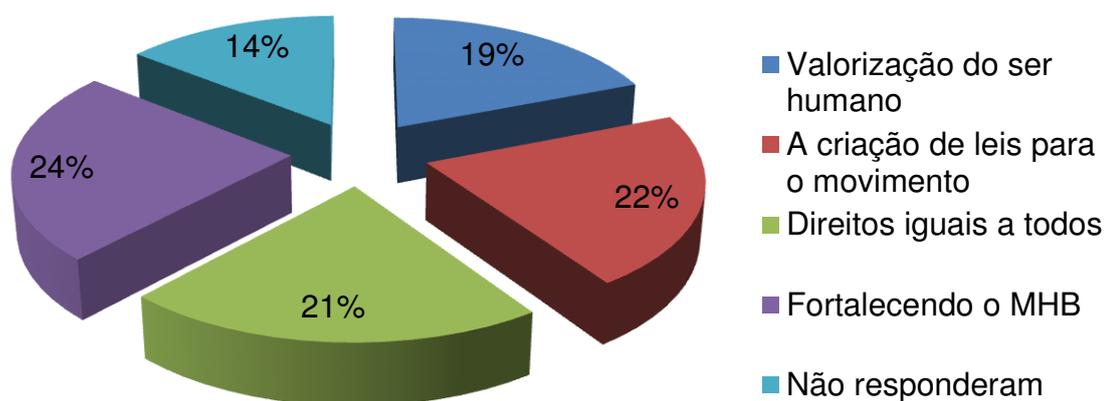
Reunido os indicadores que impedem ou dificultam o reconhecimento LGBT, os dados acima contrastam com as reivindicações do movimento LGBT. Nessa medida, considera-se que esses entraves são antíteses do reconhecimento LGBT.

Conforme a pesquisa empírica aponta, predomina, no contexto contemporâneo, um repertório de ideias, valores e princípios. Tal repertório disfarça o preconceito, a discriminação e a intolerância, fazendo-se representar nas relações sociais por meio de práticas e discursos. Na realidade cotidiana, a

população LGBT se vê à merce das reviravoltas do preconceito e da discriminação.

4.7.3 Efeitos do reconhecimento sobre o movimento LGBT

Gráfico 22 – Interação do reconhecimento com o movimento LGBT



P6.3 Em sua opinião, o que se constitui como reconhecimento e como isso interage com o movimento LGBT?

Fonte: Elaborado pela autora.

A categoria mais forte nas falas dos/das entrevistados/das sobre suas visões dos efeitos do reconhecimento sobre o movimento foi a que indica a avaliação de seu fortalecimento. É como se, mesmo pensando nos problemas relativos à implementação das políticas públicas referidas às demandas LGBT, o próprio reconhecimento produzido no âmbito governamental – a institucionalização de canais de comunicação, de negociação, de discussão – fossem, por si só fontes de legitimação para fora e para dentro do movimento.

Uma outra categorias expressiva foi as referentes às conquistas do movimento na esfera judicial – (21% responderam *direitos iguais* e 22% a *criação de leis para o movimento*), pela criação de jurisprudências e leis específicas referidas aos indivíduos LGBT, a exemplo dos direitos à união estável como interpretado pelo Judiciário.

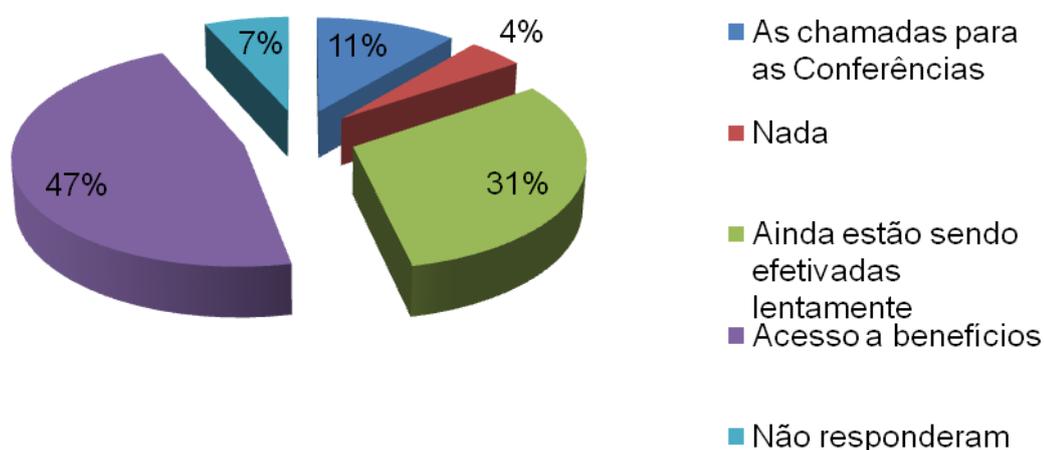
Os 19% que responderam *a valorização do ser humano*, podem estar refletindo aos efeitos nos seus cotidianos, nos quais passa a ser possível criminalizar ações de discriminação e de violência baseadas na homofobia, o que pode ser considerado um ganho inestimável para indivíduos anteriormente solitários no enfrentamento da zombaria e da agressividade produzidas pela heteronormatividade em que vivemos.

Do total de 24% que conectaram o fortalecimento LGBT ao reconhecimento, 4,4% são travestis; 2,2%, transexuais, seguindo a mesma porcentagem, os gays e as lésbicas. Dos 22% que destacaram a criação de leis, 13,3% são gays; 2,2%, lésbicas; 2,2% outros. Dos 21% que conectaram a igualdade de direito ao reconhecimento, 17,8% são lésbicas; 8,9% são gays e 6,7% são travestis. Dos 19% que abordaram a valorização humana, 13, 3% são gays; 6,7% são lésbicas e 4,4%, travestis. Dos 14% que se recusaram a responder, 6,7% são bissexuais; 4,4%, gays, seguindo a mesma porcentagem as lésbicas, travestis e transexuais; 2,2%, os transgêneros, seguidos de outros.

4.8 O que foi conquistado em termos de reconhecimento na gestão de Lula

No Gráfico 23, abaixo apresentado, apresentamos as tendências em termos da avaliação dos/das ativistas LGBT entrevistados/das em relação às propostas de reconhecimento que foram efetivadas na gestão Lula.

Gráfico 23 - Propostas de reconhecimento efetivadas na gestão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva



P6.5 Referente às propostas de reconhecimento, o que foi efetivado no governo do Presidente Lula?

Fonte: Elaborado pela autora.

Como é possível observar, a categoria mais expressiva nas respostas à pergunta indicada se refere aos benefícios, entendidos como aqueles decorrentes da decisão do Judiciário com relação à união estável homoafetiva: adoção de crianças, aposentadoria, ou seja a isonomia dos direitos que beneficiavam apenas a união heterossexual, com base no conceito jurídico de união estável e benefícios previdenciários. Também foi destacada a “Lei Maria da Penha”, criada em 2006 pelo poder legislativo brasileiro, para proteger as mulheres vítimas de violência doméstica, inclusive as lésbicas.

Outro benefício citado foi a instituição, em 2008, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), do processo transexualizador, como uma das metas a ser implantado em todo território nacional, em termos do atendimento a sujeitos desejosos de mudar de sexo.

Mais um benefício citado foi o reconhecimento do direito à mudança do nome social garantido aos travestis e transexuais¹⁰⁷, nível federal e em alguns estados da Federação, a saber: Pará, Piauí, São Paulo, Pernambuco e Rio de Janeiro.

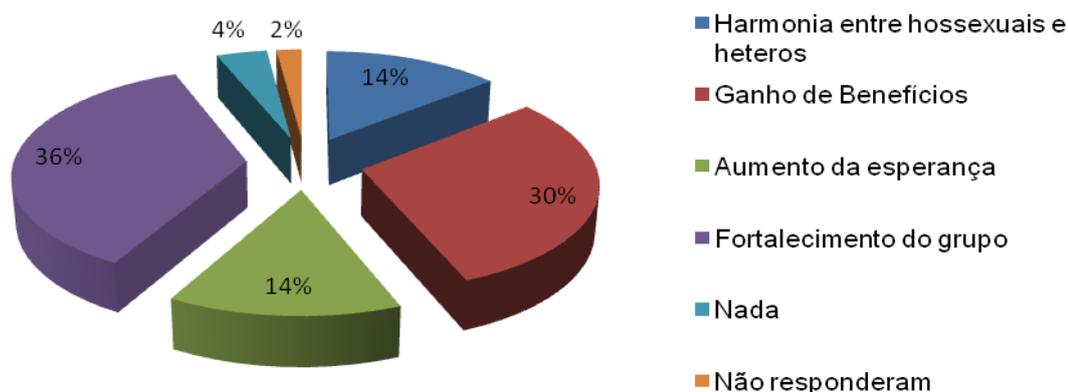
Ainda em relação ao gráfico acima, cabe destacar a segunda categoria mais forte na fala dos/das entrevistados/das sobre essa questão, a referente à lentidão com que as propostas formuladas no âmbito dos mandatos presidenciais de Lula vêm se efetivando (31%). Essa resposta pode indicar que o movimento LGBT tem uma certa clareza ao caminho a ser percorrido em termos de lutas para a conquista do reconhecimento desejado pelos segmentos LGBT, eventualmente indicando a necessidade do investimento na mobilização e da politização.

A frequência pequena relativa à categoria *as chamadas para as Conferências* pode ser interpretada com o baixo reconhecimento da efetividade dessa instância, na medida em que muito do que foi produzido como resultado desses eventos é visto como tendo *ficado apenas no papel*.

¹⁰⁷ [Portaria MPOG No. 233/2010](#); [Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde / Portaria GM 1820/2009](#); [Ação Direta de Inconstitucionalidade \(ADI\) 4275 - Nome Social de Transexuais](#); [Mensagem do Presidente Lula e Parecer AGU - ADI 4275](#); [MEC/SECAD Parecer nº 141/2009](#);

4.8.1 Efeitos pós-reconhecimento político

Gráfico 24 – Avaliação do movimento após o reconhecimento político



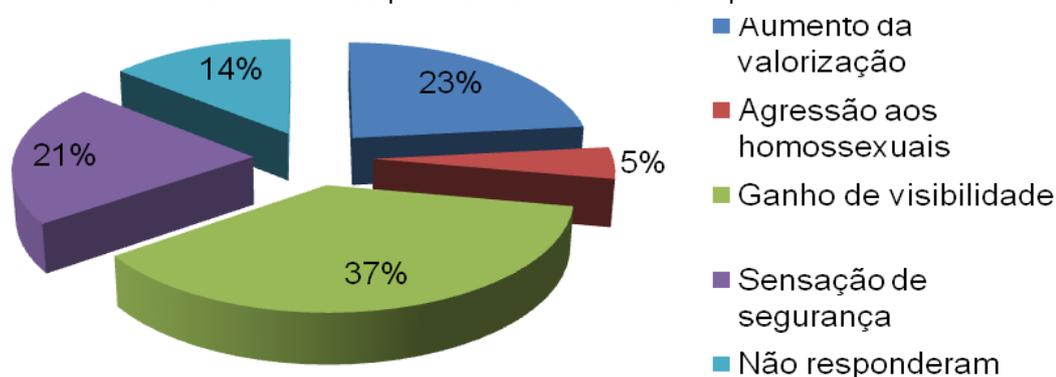
P6.6 Destaque o que mudou no movimento LGBT depois do reconhecimento político?

Fonte: Elaborado pela autora.

Considerando a efetivação do reconhecimento político e seus efeitos sobre o movimento, cabe aqui destacar que um percentual significativo considera que este sai fortalecido, o que pode ser ligado à outra categoria cuja frequência foi mais expressiva, que cita mais uma vez o ganho de benefícios, como já destacado acima. Podemos pensar que a avaliação positiva dos ganhos se relaciona com a percepção do fortalecimento do movimento LGBT. O percentual dos que descreveram os efeitos do reconhecimento como relacionados com o aumento da esperança podem também indicar um sentimento propício à mobilização para as lutas pelos direitos desses segmentos que ainda faltam conquistar.

4.8.2 Consequências do reconhecimento político

Gráfico 25 – Consequências do reconhecimento político



P6.7 Cite as consequências desse reconhecimento para o Movimento LGBT.

Fonte: Elaborado pela autora.

As entrevistas com ativistas do movimento LGBT participantes da II Conferência Nacional indicam que eles atribuem à participação democrática do movimento um papel de destaque na conquista do reconhecimento político, sendo observada uma tendência a diferenciar de modo positivo a gestão de Lula em relação às anteriores.

Como observamos no Gráfico acima, a visibilidade é apontada por 37% como um importante efeito do reconhecimento. Isso pode ser entendido em um contexto de sociogênese das identidades alternativas de gênero bem como das orientações sexuais *diferentes* do padrão heteronormativo enquanto um *problema social*, o que se traduz na intensificação da evocação pública do que passa a ser considerado uma questão de gestão da população.

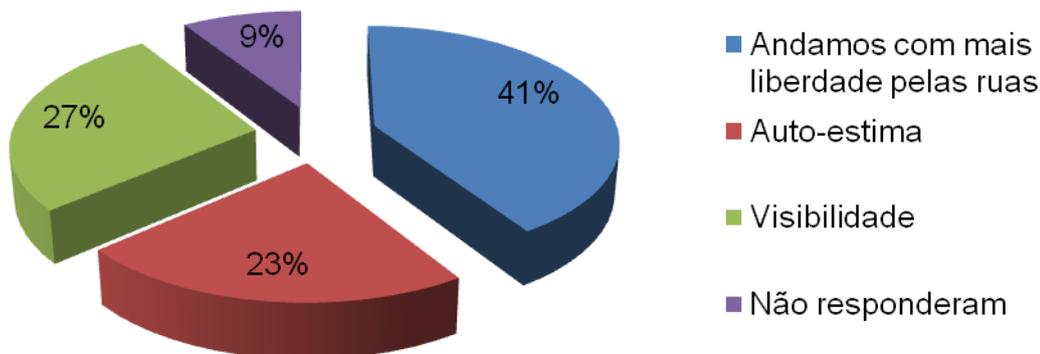
Em relação a esta questão temos a enunciação discursiva do paradoxo da visibilidade, que indica por um lado o *aumento da sensação de segurança*, e, por outro, a preocupação com as estatísticas das agressões motivadas por homofobia.

Em geral, essas respostas não foram isoladas do histórico das manifestações LGBT. A percepção de valorização do movimento tem a ver com a mudança de estratégia dos ativistas, no sentido de se articular com a esfera executiva federal, em vista da dificuldade de articulação política com o poder Legislativo.

Durante a gestão do presidente Lula, o movimento em estudo centrou no executivo federal as reivindicações por reconhecimento. Na árdua tarefa decorrente do processo de construção de sua cidadania, a aliança com o governo federal foi um marco significativo neste processo. No ideário de ativistas entrevistados, participar do processo democrático, através do movimento LGBT, não somente deu visibilidade às identidades, como também produziu uma forte pressão para a definição de políticas públicas LGBT.

4.9 Outros indicadores da percepção dos efeitos do reconhecimento

Gráficos 26 – Grau de satisfação/insatisfação com o reconhecimento



P6.8 O que mudou na vida das pessoas LGBT com o reconhecimento?

Fonte: Elaborado pela autora.

As respostas relativas aos efeitos do reconhecimento na esfera do cotidiano dos indivíduos LGBT, observamos uma confluência nas três categorias mais expressivas nas respostas dos/das ativistas entrevistados/das, a saber: a *maior liberdade de andar nas ruas* (41%); a *visibilidade* (27%) e o *aumento da auto-estima* (23%).

A colocação do tema das identidades sexuais e de gênero alternativas ao padrão heteronormativo na agenda do Governo Lula produziu um efeito de reconhecimento que se reflete, assim, nas experiências cotidianas dos indivíduos LGBT, de modo a produzir um sentimento da *diferença* por eles experimentadosm agora de modo menos depreciativo, sendo o mesmo relatado como *orgulho*.

A visibilidade social das identidades LGBT despertou a atenção do Estado, durante a gestão de Lula e conseqüentemente atraiu a atenção de setores conservadores que continuam fazendo oposição à liberdade e ao acesso igualitário aos direitos constitucionais reivindicado pela população LGBT. Nesse cenário, o sujeito LGBT, que durante décadas foi constituído nas sombras, no silêncio e na repressão, apóia-se em mecanismos participativos para reverter a desqualificação que o subordinou durante séculos, o que tem

efeitos em termos da sensação de bem estar pessoal e do coletivo dos iguais na *diferença*.

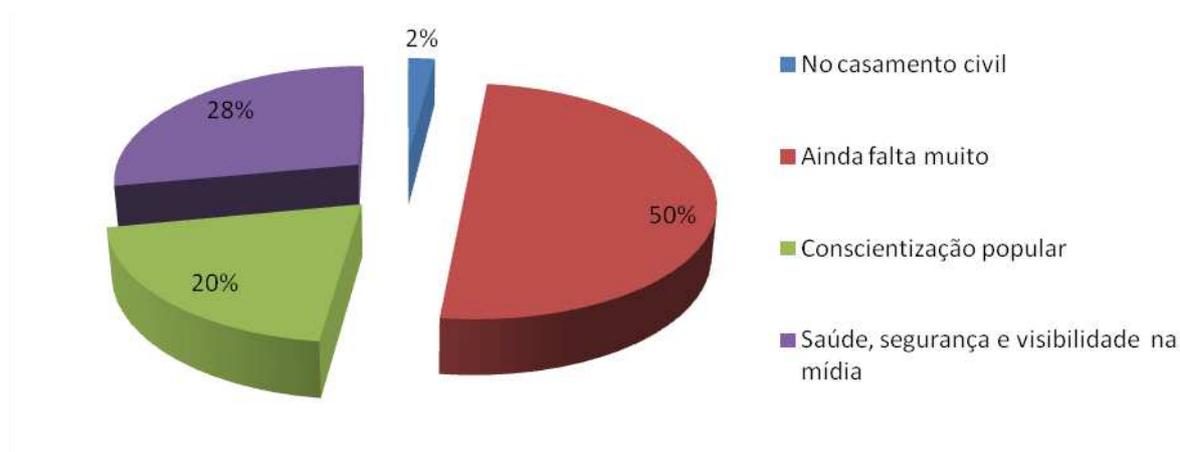
4.9.1 A percepção das Políticas Públicas para os segmentos LGBT

Para combater a violência e a discriminação baseada na homofobia, o movimento LGBT recorre à intervenção do Estado, que é instado a formular e implementar políticas públicas que atendam as demandas específicas desses segmentos.

Problematizando a questão das políticas públicas LGBT, Mello *et alri* (2010), argumentam o seguinte:

Num momento em que ainda existem fortes resistências ao reconhecimento da legitimidade da garantia de direitos civis para pessoas LGBT, esta parece ser uma questão central. Organizar eventos que promovam a visibilidade pela luta da cidadania LGBT necessariamente é uma política pública? Aprovar leis municipais e estaduais que instituem dia do orgulho gay, lésbico, travestis, transexual ou LGBT é uma iniciativa que se materializa em política pública? A criação de “cursos de capacitação” sobre direitos sexuais e combate à homofobia, voltados para segmentos profissionais e sociais diversos, constitui sempre uma política pública? A resposta a essas questões, que se reporta a um número significativo de ações hoje promovidas pelos governos federal, estaduais e municipais para a população LGBT, será quase sempre negativa. (MELLO; MAROJA; BRITO, 2010, p. 2 e 3)

Se para a população em geral há controvérsias a respeito da propriedade das ações, programas e políticas públicas para o público LGBT, para os sujeitos assim auto-declarados a questão agora é avaliar em que medida as políticas públicas a eles direcionadas são satisfatórias, para permitir eventuais correções nos processos de sua formulação e implementação. Vejamos como nossa amostra reagiu à questão sobre sua avaliação da implementação daquelas.

Gráfico 27 – Indicadores referentes à implementação de políticas públicas LGBT

P8.1 Em que medida você considera que as políticas públicas direcionadas ao público LGBT se efetivaram?

Fonte: Elaborado pela autora.

Nas respostas dos/das ativistas acerca da efetivação de políticas públicas para os segmentos LGBT, durante a gestão do Presidente Lula, 50% declararam estar insatisfeitos com a abrangência e efetividade da implementação delas. Na percepção dos/das entrevistados/das, há *muito a ser feito*. Com relação à implementação dessas políticas, 28% acreditam que tal efetivação se deu nas áreas de saúde e segurança. Além disso, apontam a visibilidade LGBT na mídia como sendo efeito da política pública LGBT. Do universo pesquisado, 20% alegam, como efetivação dessa política, a conscientização social. Alguns 2% dos ativistas, defendem a ideia de que o casamento civil é resultado de políticas públicas.

Como já afirmado anteriormente, o presidente e suas equipes ligadas às questões da diversidade sexual enfrentaram resistências no Poder Legislativo, as quais tentaram anular, por meio burocrático, o reconhecimento dos direitos sexuais LGBT promovido na esfera do Executivo. Este foi um dos fatores que dificultaram a implementação de políticas públicas para esses segmentos da população.

Compreendemos que as aspirações por reconhecimento dos direitos LGBT são transformadas em alvo e instrumento de governo durante a gestão do governo do PT. A euforia dos ativistas durante a I Conferência Nacional é transformada em práticas que, ao longo de quatro anos (2008 a 2012), foram

submetidas à vigilância da esfera Legislativa Federal e do Executivo Federal, em se tratando do governo da Presidente Dilma.

Observamos a revolta do ativismo contra os mecanismos institucionais de controle das condutas LGBT, que induzem interesses institucionais, convergindo-os em interesses dessa minoria. Diante disso, reação de desagrado contra os dispositivos de controle invadem o movimento, de modo que muitos ativistas passaram a questionar o modelo de família cristã, o fundamentalismo institucional e a laicidade do Estado brasileiro. Enfim, torna-se passível de questionamento tudo o que compromete o reconhecimento dos direitos humanos dessa população. Ao mesmo tempo, como efeito imprevisto do reconhecimento, o movimento é submerso nas práticas de convencimento do *governo da população* ao ser transformado, através de dispositivos disciplinadores, em objeto dócil.

Ao instituir espaços de participação política, o governo do PT organiza o vazio causado pela ausência de direitos LGBT regulando estrategicamente e pré-estabelecendo a relação com esta minoria, na medida em que demarca formas de ser LGBT. Através de manobras políticas, divide o referido sujeito em louco/são, sadio/doente. Assim, submete as identidades divergentes a um comportamento moral, por meio de modos de sujeição.

Em redutos de resistência, muitos destes abrigados em meios acadêmicos, a consciência da ação dos dispositivos instiga o sujeito LGBT a se transformar em sujeito político, capaz de se reconhecer como responsável por sua própria homossexualidade. Leal às suas convicções, guarda o que aprendeu com as próprias experiências, resistindo aos que tentam operar transformação no modo como se sentem LGBT.

Do esforço do movimento para caminhar sem a ajuda do governo, resulta pequenos grupos que tentam administrar suas condutas sem interferências ou fronteiras impostas. A sociogênese que demarcou diferentes formas de constituição do sujeito homossexual incide sobre a nova constituição desse sujeito político.

Diante da dificuldade em desconstruir a noção de “desviado”, surge a contribuição da teoria queer. Diante desta, os referidos sujeitos compreendem-se como menos determinados e menos fixados à identidade heterossexual. Ao mesmo tempo, no entanto, os ativistas negam a condição de desvio como elemento organizador da homossexualidade. Assim, as noções de diferença e diversidade formam os alicerces para a transformação de sujeitos LGBT em sujeitos políticos que lutam, ainda, pelo devido reconhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O último quartel do século passado e os primeiros anos do século XXI têm sido marcados pela emergência da discussão internacional sobre o multiculturalismo, a diversidade e o respeito à alteridade. As ciências sociais e a filosofia política colocaram na sua pauta de preocupações as políticas de reconhecimento dos direitos das minorias, fazendo brotar em todo o mundo estratégias ora definidas como ações afirmativas, ora chamadas de ações compensatórias ou ainda simplesmente como políticas de identidade.

É nesse âmbito que o movimento LGBT, junto com os segmentos de negros, índios, mulheres, ciganos em outras sociedades e também no Brasil têm construído um conjunto de estratégias para ganhar visibilidade e transformar seus problemas cotidianos em *problemas sociais*, em relação aos quais as instituições sociais são chamadas a se posicionar, inclusive o Estado em todas as suas esferas constitutivas.

As lutas pelo reconhecimento das demandas LGBT, pela respeitabilidade e pela asseguarção do acesso aos direitos constitucionais e à não discriminação têm se organizado em torno de bandeiras que se referem desde à cessação da classificação das orientações sexuais alternativas ao modelo heteronormativo e das identidades de gênero que não se adequam ao modelo binário *homem-mulher* como *doenças* ou *aberrações*, passando pelos direitos previdenciários e também aos relativos ao casamento e à adoção, mas também centrados na criminalização dos comportamento discriminatórios homofóbicos em geral.

No Brasil, as lutas pelo reconhecimento dos direitos dos segmentos LGBT ganham uma visibilidade especial no âmbito dos mandatos presidenciais de Lula, período em que várias ações governamentais são realizadas, com o objetivo de responder às demandas daqueles segmentos. Destacando a convocação da I Conferência Nacional LGBT, bem como o Programa *Brasil Sem Homofobia*, momentos em que a esfera do Poder Executivo criou meios institucionalizados de escuta e diálogo com os segmentos mencionados, nosso

esforço nesta tese foi o de apresentar um painel o mais amplo possível de como se deu o processo de aproximação do movimento LGBT e do Governo Lula, o qual tem resultado na redefinição da pauta pública relativa a esses segmentos, bem como apresentar algumas interpretações desse fenômeno. Sabendo que nossas análises são marcadas pela provisoriedade e precariedade, dado que o contexto em as ações aqui focalizadas ainda estão acontecendo, os atores envolvidos estão inseridos em panoramas cujos contornos ainda estão por serem melhor definidos. De qualquer modo, destacamos de modo sintético alguns pontos de nosso esforço elucidativo do atual processo de conquista de reconhecimento dos direitos dos segmentos LGBT em nosso país, nos seguintes termos:

- a) O movimento apresenta hierarquizações internas que se expressam nas lutas em que as demandas de seus diversos setores aparecem de modo assimétrico;
- b) As conquistas de reconhecimento LGBT obtidas durante os mandatos presidenciais de Lula representam avanços na direção do acesso igualitário aos direitos constitucionais e ao mesmo tempo acontecimentos da gestão da população, como discutido por Foucault. Nessa direção, a inclusão de líderes do movimento nas instâncias governamentais pode ser associada à *adoção, pelo movimento*, do léxico formulado pelo governo para lidar com as questões referentes aos segmentos LGBT.
- c) O espaço conquistado junto à esfera do Executivo e do Judiciário é maior quando comparado ao conquistado no âmbito do Legislativo, devido ao caráter de vanguarda do Governo Lula, se comparado à expressão das visões e concepções da sociedade em geral, através dos deputados, a respeito das questões LGBT.
- d) O que tem sido proposto pelas instâncias governamentais esbarra nos traços religiosos da cultura e sociedade brasileiras, o que se relaciona com a realização apenas parcial das propostas acertadas no âmbito das Conferências Nacionais LGBT, bem como também em programas governamentais a exemplo do *Brasil Sem Homofobia*.

- e) Um dos efeitos não planejados do reconhecimento político alcançado durante os governos de Lula foi a mobilização reativa de setores conservadores da sociedade, o que pode ser associado com eventos de violência e de ações discriminatórias aos indivíduos LGBT que vêm sendo registrados em nível nacional.

No que se refere às concepções que ativistas do movimento LGBT têm construído em relação ao processo de reconhecimento político conquistado durante os mandatos presidenciais de Lula, destacamos a predominância de uma visão positiva presente no grupo de entrevistados em nosso levantamento de dados, embora seja apontado o quanto ainda não foi implementado do que foi decidido na I Conferência Nacional e no programa de governo *Brasil sem Homofobia*.

No enfrentamento político, o movimento LGBT se deparou com a cultura conservadora. Influenciados pelo ideário de democracia participativa, emergente nas primeiras experiências dos novos movimentos sociais, essa militância transpassou o limite da invisibilidade. Pela primeira vez, no Brasil, representantes do movimento homossexual tiveram oportunidade de serem ouvidos no Congresso Nacional.

O poder Legislativo demarcou, historicamente, fronteiras das diferenças entre heterossexuais e homossexuais, uns tratados como dentro das margens da norma; outros, tratados como externos a essas margens ou transgressores das mesmas.

Por trinta anos, os escassos reconhecimentos dos direitos dessa minoria foram conquistados inicialmente, através de jurisprudências. A ausência de leis que assegurem esses direitos fez com que o poder Judiciário se tornasse o fiel da balança para assegurar o tratamento equitativo às minorias. Posturas convencionais e conservadoras dificultam o reconhecimento dos direitos da população LGBT, cabendo, porém, à Justiça a missão de preencher as lacunas deixadas pela ausência de marcos regulatórios, devida à dinâmica de relações de forças no poder legislativo.

Durante a década de 1990, até a virada do século, a sexualidade ganha relevância no campo acadêmico, em vista da visibilidade das identidades sexuais. A visibilidade das identidades LGBT desencadeou, também, a violência em razão da orientação sexual e identidade de gênero. Mais uma vez, o sujeito político LGBT bate às portas do Estado e encontra no poder Executivo possibilidade de reconhecimento governamental.

No jogo democrático, em que se estabelecem limites entre a participação e a representação, a linguagem política estabeleceu os critérios segundo os quais os sujeitos deviam agir. O primeiro critério consiste em identificar os sujeitos representados como forma de situar as demandas sociais; o segundo critério consiste em apresentar as regras do jogo político, que arbitra que é se dobrando à vontade dos governantes que se receberá, como dádiva, o reconhecimento reivindicado.

A despeito de todas as dificuldades enfrentadas, muitos ativistas viram com bastante otimismo o pacto selado com o poder Executivo federal. Acreditaram que seria possível resgatar os direitos violados por meio de canais de participação dos segmentos LGBT. Assim, deram encaminhamento para efetuação de políticas LGBT. A primeira conferência nacional funcionou com espaço de institucionalização que favoreceu o reconhecimento político em nível de governo. Durante a realização desta conferência, as demandas LGBT foram acolhidas pelos gestores do poder público.

Observamos também que a ausência do poder legislativo no reconhecimento dos direitos LGBT evidenciou o apego de vários parlamentares conservadores pela moral privada do universo familiar. Não há dúvida que isso alargou os limites do conflito e tensões em função da orientação sexual e identidade de gênero. Porém, isso também se configura uma lição democrática. Na arena política, durante a gestão de Lula e início do governo de Dilma, a convivência com a diversidade sexual, embora tenha gerado conflito, põe em questão os mecanismos legais de deliberação democrática.

Nesta perspectiva, o movimento LGBT chama a atenção do poder Judiciário, o qual toma para si a responsabilidade de interpretar a Constituição brasileira, baseando-se na condição cidadã dessa população.

O processo de reconhecimento do movimento LGBT, embora tenha sido positivo, ainda deixa a desejar, em termos de reconhecimento, por parte das demais instituições sociais, como a família, a escola e a igreja. Porém, o fato de visibilizar as multiplicidades das identidades sexuais, representa um diferencial significativo no processo de reconhecimento de direitos.

REFERÊNCIAS

ALAMBERT, Zuleika. **A mulher na história**. A História da Mulher. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira/FAP; Abaré: 2004.

ARRETCHE, Marta. **Dossiê agenda de pesquisas em políticas públicas**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 18, nº 51, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as conseqüências humanas**. Tradução Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH Scott. **Modernidade reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1997.

BECKER, Howard Saul. **Outsiders: estudos da sociologia do desvio**. Tradução, Maria Luiza X. de Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008,

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

_____. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BERGER, Peter e LUCKMAN, Thomas. **A construção social da realidade**. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

BERNARDI, IARA. **Projeto de Lei 122/2006**. Disponível em <http://legis.senado.gov.br/mate/servlet/PDFMateServlet?s=http://www.senado.gov.br/atividade/materia/MateFO.xml&o=ASC&o2=A&m=79604>. Acesso em: 11 set. 2011.

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BORILLO, Daniel. **Homofobia**. Barcelona: Bellaterra, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **Meditações Pascalianas**. Tradução Sérgio Miceli. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. cap. IV. O conhecimento pelo corpo. p. 157-198.

_____. Sobre o poder simbólico. In: **O Poder simbólico**. Rio de Janeiro: Vozes, 1993.

_____. **A Dominação Masculina**. Tradução Maria Helena Kuhner. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. Ministério da Saúde. **Brasil Sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e a Discriminação contra GLBT e Promoção da Cidadania Homossexual**. Elaboração/organização e revisão de textos: Cláudio Nascimento Silva e Ivair Augusto Alves dos Santos. Comissão Provisória de Trabalho do Conselho Nacional de Combate à Discriminação da Secretaria Especial de Direitos Humanos. Brasília, 2004.

_____. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Texto-Base da Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília, 2008.

_____. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Regimento da Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais. In: BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Texto-Base da Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília, 2008. P. 59-68.

_____. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. **Direitos Humanos e Políticas Públicas: o caminho para garantir a cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Texto-Base da Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais. 2008.

_____. **Plano Nacional de Promoção da cidadania e Direitos Humanos LGBT**. Brasília, 2009.

_____. **Programa Nacional de Direitos Humanos III**. Brasília, 2010.

_____. **Relatório sobre violência homofóbica no Brasil: o ano de 2011**. Brasília, 2012. Disponível em: http://www.abglt.org.br/docs/Relatorio-LGBT_SDH. Acesso em 30 maio 2013.

BUTLER, Judith. Sujeitos do sexo/gênero/desejo. In _____. **Problemas do gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei nº 1151**. De autoria da deputada federal Marta Suplicy, 1995. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=32823>. Acesso em: 10 set. 2011.

CARRARA, Sergio et all. **Homossexualidade, violência e justiça: a violência letal contra homossexuais no município do Rio de Janeiro**. Relatório de Pesquisa. IMS/UERJ, 2001.

CASTELL, Manuel. **O Poder da Identidade**. Trad. de Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999. Vol. II

CASTRO SANTOS, Maria Helena de; RUA, Maria das Graças; MACHADO, Érica M. (1994). Governabilidade e os Poderes Constituídos: Uma Agenda Preliminar. **Revista do Serviço Público**, ano 45, vol. 118, nº 1, janeiro/dezembro.

CERQUEIRA, Marcelo e MOTT, Luiz. Interfaces da Violência: AIDS e homofobia. In CÂMARA, Cristina; CARNEIRO, Claudia Maria de Paula (Orgs.). **O outro como semelhante: direitos humanos e Aids**. Brasília: MS, Secretaria de Políticas de Saúde, CNDST/AIDS, 2002.

CHATIER, Roger. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica (nota crítica). IN: **Cadernos Pagu** - fazendo história das mulheres. (4). Campinas: Núcleo de Estudo de Gênero/ UNICAMP, 1995, p.40-42.

CITELI, Maria Teresa. **A pesquisa sobre sexualidade e direitos sexuais no Brasil (1990-2002): revisão crítica**. Rio de Janeiro, CEPESC, 2005.

CONGRESSO da ABGLT. **Resoluções do I Congresso da ABGLT: avanços e perspectivas**. Curitiba: 2006.

COSTA, Jurandir F. **Ordem Médica e Norma familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

COSTA, Ronaldo Pamplona da. **Os 11 sexos: as múltiplas faces da sexualidade humana**. São Paulo: Gente, 1994.

Constitutional Protection for sexual orientation since 2005. Labour code of 1992.

COSTA, A. A. **Gênero, poder e empoderamento das mulheres**. Núcleo de Estudo Interdisciplinar sobre a Mulher. NEIM/UFBA, 2000

COUTO, E.S. **Transexualidade: o corpo em mutação**. Salvador: Grupo Gay da Bahia: 1999.

CUCHE, Denys. **A Noção de Cultura nas Ciências Sociais**. Bauru: EDUSC, 1999.

DECLARAÇÃO DE PEQUIM. IV Conferência Mundial sobre as Mulheres. 1995. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/doc/pequim95.htm>. Acesso em: 10 set. de 2011.

DEL PRIORI, Mary. (Org.) **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2000.

DEL PRIORE, Mary. **Histórias Íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil**. São Paulo: Planeta, 2011.

- DIAS, Maria Berenice. Legislação brasileira e homofobia. In VENTURE, Gustavo; BOKANY, Vilma (Orgs.). **Diversidade sexual e homofobia no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.
- DI GIOVANNI, G. Sistemas de proteção social; uma introdução conceitual. In: OLIVEIRA, M. A. (Org.). **Reforma do Estado & Políticas de Emprego no Brasil**. Campinas: Instituto de Economia, UNICAMP, 1998.
- DINIZ, Eli. (1995). Governabilidade, Democracia e Reforma do Estado: Os Desafios da Construção de uma Nova Ordem no Brasil nos Anos 90. **Dados**, vol. 38, nº 3.
- DOVER, Kenneth James. **A homossexualidade na Grécia antiga**. Tradução de Luís Sérgio Krausz. São Paulo: Nova Alexandria, 2007.
- DUARTE, Constância Lima. **Nísia Floresta: Vida e obra**. Natal: EDUFRN, 2008.
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. Volume um.
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: formação do Estado e Civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. Volume dois
- FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas?**: movimento homossexual e produção de identidade coletiva nos anos 90. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- FELICIANO, Marco. **Ativismo gay só serve para promover violência**. Acorda Brasil! Publicado em 04 out 2012. Disponível em: <http://www.marcofeliciano.com.br/blog/index.php/ativismo-gay-so-serve-para-promover-violencia-acorda-brasil/>. Acesso em: 09 mai 2013
- FIGARI, Carlos. **@s “@outros” cariocas**: interpelações, experiências e identidades homoeróticas no Rio de Janeiro: séculos XVII ao XX. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.
- FRASER, Nancy. Da Redistribuição ao Reconhecimento? Dilemas da Justiça na era pós-socialista. In Souza, Jessé. (org.) **Democracia Hoje**: novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília: UnB, 2001.
- FRANCO, Vera Lúcia. **Homossexualidade**: além das teias do preconceito. Planeta na web. Disponível em: <http://istoe.terra.com.br/planetadinamica/site/reportagem.asp?id=146>. Acesso em: 10 set. 2011.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREURY, Sônia. **O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Governo Lula**. Disponível em: <http://app.ebape.fgv.br/comum/arq/ACFBA0.pdf> - acesso em: 23. 02. 2012.

FREY, Klaus. **Políticas públicas**: um debate conceitual e reflexões à prática da análise de políticas públicas no Brasil. Planejamento e políticas públicas, nº 21, Brasília, IPEA, 2000, pp.211-259.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. 16. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, (1973).

FRIEDMANN, J. **Empowerment**: uma política de desenvolvimento alternativo. Celta: Oeiras, 1996.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A vontade de saber**. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 1977.

_____. **Em defesa da sociedade**. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **Microfísica do Poder**. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **Estratégia, Poder-Saber**. Trad. Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 2012. (Ditos e escrito IV)

_____. **Ética, sexualidade, política**. Organização e seleção de textos: Manoel Barros de Motta. Trad. Elisa Monteiro, Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. (Ditos e escrito; V)

_____. **Repensar a política**. Trad. Ana Lúcia Paranhos Pessoa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. (Ditos e escrito; VI)

_____. **O nascimento da clínica**. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. **Nascimento da Biopolítica**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes 2008.

GAMMSON, Joshua. Deben autodestruirse los movimientos identitarios? Um extraño dilema. In: JIMÉNEZ, Rafael M. Mérida. **Sexualidades Transgressoras**. Uma antologia de estudos queer. Barcelona: Icaria editorial, 2002.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade**: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: USP, 1993.

_____. **Modernidade e identidade.** Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GLUCKSMANN, André. **O discurso do ódio.** Trad. Edgard de Assis Carvalho, Mariza Perassi Bosco. Rio de Janeiro: DIFEL. 2007.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana.** Trad. Maria Célia Santos Raposo. Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. **Estigma:** notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GOHN, Maria da Glória. **História dos movimentos e lutas sociais:** a construção da cidadania dos brasileiros. São Paulo: Loyola, 2011.

GREEN, N. James. **Além do Carnaval:** a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. Trad. Cristina Fino e Cássio Arantes Leite. São Paulo: UNESP, 2000.

GROSSI, Miriam Pillar; UZIEL, Anna Paula; MELLO, Luiz. **Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis.** Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

GUIMARÃES, A.S. A Desigualdade que anula a desigualdade: notas sobre ações afirmativas no Brasil. In: SOUZA, Jessé. (org.) **Multiculturalismo e racismo:** uma comparação Brasil-Estados Unidos. Brasília: Paralelo 15, 1997.

GUIMARÃES, Carmen Dora. **O homossexual visto por entendidos.** Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Tradução Tomás Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 8 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

_____. **Da diáspora:** Identidade e mediações culturais. Trad. Adelaide La Guardia Resende. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

HEGEL. **Princípios filosóficos do direito.** Paris: PUF, 1998.

HEIBORN, Maria Luiza. **Dois é par:** gênero e identidade sexual em contexto igualitário. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

_____. Ser ou estar homossexual: dilemas de construção de identidade social. In PARKER, Richard; BARBOSA, Regina (Orgs). **Sexualidades Brasileiras.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996.

_____. (Org.). **Família e sensualidade.** Rio de Janeiro: FGV, 2004.

HOBBSAWM, Eric. Os anos dourados; Revolução social. In _____. **Era dos extremos:** o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 18. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, (1984).

HONNETH, Axel. **Luta por Reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: 2003.

IANNI, Octávio. **A era do globalismo**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007 (Cap. I: globalização e diversidade).

ILGA. **Relatório 2008**: Homofobia patrocinada pelo Estado. Disponível em: <http://ilga.org/ilga/pt/article/1165>. Acesso em 30 maio 2013.

KANT, Immanuel. **Crítica da razão prática**. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 2001.

KULICK, Don. **Travestis**: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil. Tradução, Cesar Gordon. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

LACLAU, ERNESTO; MOUFFE, Chantal. **Hegemony and socialist strategy**: towards a radical democratic politics. London: Verso, 1985.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo**: corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LOYOLA, Maria Andréa (org.). **A sexualidade das ciências humanas**. Rio de Janeiro: UERJ, 1998.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria Queer: uma política pós-identitária para a educação. **Revistas Estudos Feministas**. v. 9, n.2 Florianópolis: IFCH, 2001.

MACRAE, Edward. Os responsáveis militantes e as bichas. In: COLLING, Leandro (Org.). **Stonewall40+o que no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2011. (Coleção CULT; nº 9)

MALLOY, James. Política Econômica e o Problema da Governabilidade nos Andes Centrais. In SOLA, L. (Org.). **Estado, Mercado e Democracia**: Política e Economia Comparada. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

MARCUSE, Herbert. **Eros e civilização**: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, (1967).

MEAD, Margaret. **Sexo e Temperamento**. Trad. de Rosa Krausz. São Paulo: Perspectiva, 2009.

MELLO, Luiz; BRITO, Walderes; MAJORA, Daniela. Políticas Públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades. **Cadernos Pagu** [online]. 2012, n.39, pp. 403-429.

_____. **Novas famílias**: conjugalidade homossexual no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro; Garamond, 2005.

MELO, Marcus André B. C. de. Ingovernabilidade: Desagregando o Argumento, In VALLADARES, L. (org.). **Governabilidade e Pobreza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

_____. (1997), O Jogo das Regras: A Política da Reforma Constitucional, 1993-1996. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, ano 12, nº 35.

MIRANDA, Nilmário. **Por que Direitos Humanos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

MERLLIÉ, Dominique; PINTO, Louis; CHAMPAGNE, Patrick; LENOIR, Remi. **Iniciação à prática sociológica**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

MISKOLCI, Richard. A teoria queer e a sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Revista Sociologias**. nº 21, jan/jun. Porto Alegre: 2009. Disponível <http://www.scielo.br/pdf/soc/n21/08.pdf>.

_____. Não Somos, queremos – reflexões queer sobre a política sexual brasileira contemporânea. In: COLLING, Leandro (Org). **Stonewall40+o que no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2011. (Coleção CULT; nº 9)

MORA, José Ferrater. **Dicionário de Filosofia**. Tradução Roberto Leal Ferreira e Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

MOTT, Luiz. **Etno-História da Homossexualidade na América Latina**. 1994. Disponível em: http://www.ufpel.edu.br/ich/ndh/downloads/Luiz_Mott_Volume_04.pdf. Acesso em: 10 set. de 2011.

NERY JUNIOR, Nelson. **Princípios do processo civil na Constituição Federal**, 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

O DIA. Evangélicos marcam ato contra lei anti-homofobia. Publicado em 30.05.2011, às 01h17. Disponível em http://odia.terra.com.br/portal/brasil/html/2011/5/evangelicos_marcam_ato_conta_lei_anti_homofobia_167699.html. Acesso em: 11 set. 2011.

ORTIZ, Renato. A procura de uma sociologia prática. In **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1983.

PAIXÃO, Allisson. **Ativista Luiz Mott avalia governo Lula sob ótica dos direitos LGBT**. Seção Política. Disponível em: <http://180graus.com/politica/ativista-luiz-mott-avalia-governo-lula-sob-otica-dos-direitos-lgbt-390721.html>. Publicado em 03 de janeiro de 2011. Acesso em: 03 mar 2013.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. São Paulo: Saraiva 2007.

PISCITELLI, Adriana. **Sexualidade e saberes**: convenções e fronteiras. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA. Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero. Universidade Gadjah Mada, Yogyakarta, Indonésia, 6 a 9 de novembro de 2006. Disponível em: http://www.clam.org.br/pdf/principios_de_yogyakarta.pdf. Acesso em: 10 set. 2011.

RIOS, Roger Raupp. **O Princípio da Igualdade e a Discriminação por Orientação Sexual**: a homossexualidade no Direito Brasileiro e Norte-Americano. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

RODRIGUES, Julian. Direito e diversidade sexual: uma agenda em construção. In VENTURINI Ebokany (Orgs.) **Diversidade sexual e homofobia no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

RUBIM, Antônio Albino Canela.(Org). **Políticas culturais no governo Lula**. Salvador: EDUFBA, 2010.(Coleção CULT, nº 2)

SANTOS, Boaventura de Sousa. Os processos de globalização. In. **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Ordem burguesa e liberalismo político**. São Paulo: Duas Cidades, (1978).

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Avalia. Recife: SOS Corpo, 1997.

SILVA, Graziella Moraes Dias da. Ações afirmativas no Brasil e na África do Sul. **Tempo Social**: revista de sociologia da USP. v. 18, n. 2, p. 131-165, nov. 2006.

SILVA, Tadeu Tomaz da. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes 2011.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. **Do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009. (Coleção História do Povo Brasileiro)

_____. Marcadores de diferença na “comunidade LGBT”: raça, gênero e sexualidade entre jovens no centro de São Paulo. In: COLLING, Leandro (Org). **Stonewall40+o que no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2011. (Coleção CULT; nº 9)

SIMÕES, Julio Martins. Homossexualidade masculina e curso da vida: pensando idades e identidades sexuais. In PISCITELLI, Adriana; GREGORI, Maria Filomena; CARRARA, Sérgio (Orgs.). **Sexualidade e saberes: convenções e fronteiras**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. p. 415-447.

SPARGO, Tamsim. **Foucault e a teoria queer**. Trad. Vladimir Freire. Rio de Janeiro: Pazulin; Juiz de Fora: Editora, UFJF, 2006.

SOUZA FILHO, Alípio. **Medos, mitos e castigos**. São Paulo: Cortez, 1995 (2 ed. 2001).

_____. A Política do Conceito: subversiva ou conservadora? – crítica à essencialização do conceito de orientação sexual. **Bagoas**, Natal, v.3, n.4, p. 59 – 77, 2007.

_____. A concepção construcionista da realidade e o estudo da diversidade sexual e de gênero. In SOUZA FILHO, Alípio (Org.) **Diversidade sexual e gênero na escola**. Natal: Opção Gráfica e Editora, 2009.

STEARNS, N. Peter. **História da sexualidade**. Tradução Renato Marques. São Paulo: Contexto, 2010.

SUPLICY, Marta. **Conversando sobre sexo**. Petrópolis: Vozes, 1986.

TAYLOR, Charles. A Política do Reconhecimento. In: **Argumentos filosóficos**. São Paulo: Loyola, 2000.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia a atualidade**. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

VENTURINI, Gustavo; BOKANY, Vilma (Orgs.). **Diversidade sexual e homofobia no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

VIANNA, Oliveira. **Populações meridionais do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, Universidade Federal Fluminense, (1987).

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. v. I. 4. ed. Brasília: UnB, 2000.

WEEKS, Jeffrey. **The Lesser Evil and Greater Good: the theory and politics of social diversity**. Londres: Rivers Oram Press, 1994.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **A vindication of the rights of woman**. 2ed. New York: Dover Thrift, 1971.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e Diferença: uma introdução teórica e conceitual. In SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e Diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 1. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

APÊNDICE

MOVIMENTO LGBT E RECONHECIMENTO E OS EFEITOS DO RECONHECIMENTO POLÍTICO

I – ASPECTOS RELATIVOS AO PERFIL LGBT

1.1 Como se identifica:

Gay Lésbica Bissexual Travesti

Transexual Transgênero Outro

1.2 Como você classifica seu compromisso com o movimento LGBT?

alto médio baixo

1.3 Faixa etária d@s ativistas:

15 a 25 26 a 36 37 a 47

48 a 59 60 ou acima.

II- GRAU DE ESCOLARIDADE DOS ATORES SOCIAIS - ATIVISTAS

2.1. Ensino Fundamental: Completo Incompleto

2.2. Ensino Médio: Completo Incompleto

2.3 Ensino Superior: Completo Incompleto

2.4 Pós-Graduação:

2.5 Não escolarizado:

III - PARTICIPAÇÃO DA I CONFERÊNCIA NACIONAL LGBT

3.1 Você participou dessa Conferência? Sim Não

3.2 O que ela representou a para você?

IV - INDICADORES DE RECONHECIMENTO

4.1 O que você entende por reconhecimento?

4.2 Quais os benefícios do reconhecimento político?

4.3 Quais os entraves decorrentes desse reconhecimento?

4.4 Em sua opinião, o que se constitui como reconhecimento e como isto interage com o MHB?

4.5 Vocês consideram que o reconhecimento político foi uma conquista do MHB ou mero interesse do governo Lula?

4.6 Referente às propostas políticas de reconhecimento efetivadas pelo então presidente Lula, direcionadas ao referido movimento, o que foi concretizado?

4.7 Destaque o que mudou no MHB depois do reconhecimento político?

4.8 Cite as conseqüências desse reconhecimento para o MHB.

4.9 O que mudou na vida das pessoas homossexuais com o reconhecimento?

V - SOBRE A PROPOSIÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

5.1 O que entende por Políticas Públicas?

5.2 Em que medida você considera que as Políticas Públicas destinada ao público LGBTTT se efetivaram?

5.3 O que o governo oferece em termos de Políticas Públicas LGBTTT se adéqua ao que o MHB reivindicou?